

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Departamento de Linguística  
Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral

**O jornal *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja* após o  
Ato Institucional nº 5:  
análise semiótica do discurso jornalístico de resistência**

Luciana Adayr Arruda Migliaccio

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Norma Discini de Campos

São Paulo  
2007

Para Glenn, meu amor, meu porto seguro, minha paz.

Para Ian, meu belo menino, que faz tudo ficar melhor.

- Belo porque é uma porta abrindo-se em mais saídas.
- Belo como a última onda que o fim do mar sempre adia.
- É tão belo como as ondas em sua adição infinita.
- Belo porque tem do novo a surpresa e a alegria.
- Belo como a coisa nova na prateleira até então vazia.
- Como qualquer coisa nova inaugurando o seu dia.
- Ou como o caderno novo quando a gente o principia.

João Cabral de Melo Neto



# ÍNDICE

## INTRODUÇÃO

1. Breve notícia sobre as décadas da ditadura militar no Brasil.....	08
1.1 Um regime de exceção: os Atos Institucionais .....	08
1.2 A ruptura do efeito de monofonia: a ironia.....	10
2. A leitura semiótica .....	13
3. A escolha do <i>corpus</i> : censura prévia e denúncia.....	19
4. A estrutura da dissertação.....	24

## CAPÍTULO 1 - O jornal *O Estado de S. Paulo* – A fidúcia consolidada

1. <i>O Estado de S. Paulo</i> 10.05.1973.....	28
1.1. “Cirne Lima diverge e renuncia”: a matéria censurada.....	28
1.2. “Médici nomeia um novo ministro”: a matéria publicada.....	42
2. <i>O Estado de S. Paulo</i> de 11 de maio de 1973.....	51
2.1. “Ética motivou ato de Cirne”: a matéria censurada.....	51
2.2. “A rosa é o próprio amor”: a matéria publicada.....	61

## CAPÍTULO 2 - Revista *Veja* – a ironia como mecanismo de confrontação ideológica

1. O sincretismo: <i>Veja e Leia</i> .....	70
2. O tempo.....	78
2.1. O efeito de contemporaneidade.....	80
3. “No tempo da maldade”: a aparição do demônio .....	95
3.1. No reino de Belzebu e Asmodeu.....	99
4. O anúncio institucional e a marca-símbolo da editora Abril.....	104

## CAPÍTULO 3 - O jornalismo de resistência e o AI-5: *éthos e anti-éthos*

1. Do texto ao contexto: a “Revolução de Março de 1964”.....	110
2. O discurso “revolucionário”: o AI-5.....	113
3. O Ato Institucional nº 5 .....	115
4. A construção de um <i>éthos</i> .....	119
4.1 A “Revolução Redentora”: o salvador da pátria.....	119
4.2 O golpe militar: o inimigo da democracia.....	140

5. <i>Éthos</i> e anti- <i>éthos</i> : uma questão de ponto de vista.....	150
---	-----

#### **CAPÍTULO 4 - O ator da enunciação pressuposto no jornal *OESP* e na revista *Veja***

1. Driblando a censura: as estratégias da enunciação.....	156
1.1. A informação.....	157
1.2. A interdição .....	158
2. Um corpo que sente: os <i>éthé</i> midiáticos.....	172
2.1. Da ordem ao caos.....	175
2.1.1. <i>O Estado de S. Paulo</i> .....	175
2.1.2. As vozes de <i>Veja</i> .....	185
2. 2. Imagem do enunciador e do enunciatário de <i>Veja</i> e <i>OESP</i> .....	191

#### **CONCLUSÃO**

1. Anos de chumbo.....	201
2. <i>OESP</i> e <i>Veja</i> : fidiúcia.....	202
3. Uma arena de conflitos: <i>éthos</i> e anti- <i>éthos</i> .....	205
4. Os <i>éthé</i> : a construção do ser.....	209
5. As tensões do regime: o discurso interrompido.....	212

<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	219
---------------------------	-----

#### **ANEXOS**

Anexos 1A - <i>O Estado de S. Paulo</i> , 10/05/1973, edição censurada.....	227
Anexos 1B - <i>O Estado de S. Paulo</i> , 10/05/1973, edição publicada.....	231
Anexos 2 – <i>Jornal do Brasil</i> , 14/12/1968 .....	235
Anexos 3A - <i>O Estado de S. Paulo</i> , 11/05/1973, edição censurada.....	239
Anexos 3B - <i>O Estado de S. Paulo</i> , 11/05/1973, edição publicada.....	242
Anexos 4A – Revista <i>Veja</i> , 20/02/1974, p. 22 e 23.....	245
Anexos 4B – Revista <i>Veja</i> , 20/02/1974, p. 44, 45, 46 e 47.....	248
Anexo 5A – Revista <i>Veja</i> , 13/03/1974, p. 27.....	253
Anexo 5B – Revista <i>Veja</i> , 13/03/1974, p. 29.....	255
Anexos 6 – Carta ao leitor de <i>Veja</i> 06/1976, p. 19.....	257
Anexo 7 – Revista <i>Veja</i> , 12/11/1975, p. 24.....	260

## AGRADECIMENTOS

À professora Norma Discini, minha orientadora, que, com firmeza e doçura, disciplinou o meu olhar sobre os textos e mostrou que mesmo os acertos podem ser aprimorados.

Ao professor Luiz Tatit, pela participação na banca de qualificação e pelas fantásticas aulas que me apresentaram o universo da Semiótica Tensiva.

Ao professor Platão, pela participação na banca de qualificação, pelas lições de gramática e de redação e pelo exemplo de profissionalismo e de competência.

Aos professores Diana Pessoa de Barros, José Luiz Fiorin e Ivã Carlos Lopes, pelos excelentes cursos que iluminaram esta análise.

À jornalista Denise Chagas Lima, pelos livros e pela amizade.

À jornalista Ivani Migliaccio, pelas informações sobre o jornalismo de resistência e pela presença tão constante e necessária em minha vida.

Ao jornalista José Eduardo Faro Freire, pelo depoimento sobre intervenções em redações de jornais durante a ditadura militar.

Ao professor Eduardo Calbucci, grande amigo, pela ajuda nos momentos de aflição e pelas dicas tão valiosas.

Ao professor Luís Ricardo Arruda de Andrade, meu grande mestre, pela assessoria na editoração dos gráficos e das figuras e pelo incentivo entusiasmado.

A Margarete Ticianel, companheira nesta jornada, pelas conversas semióticas e não-semióticas.

A Regina Arruda, minha irmã, meu exemplo de coragem, por todo apoio.

Aos meus sobrinhos Felipe e Renan, pelos cuidados com o Ian.

A Berenice Baeder, pela leitura atenta e cuidadosa e pelas boas sugestões.

Aos funcionários do departamento de Lingüística, Érica, Robson e Ben Hur, pela atenção.

Aos meus pais, pela “educação pela pedra”.

Ao meu filho Ian, pelos sorrisos que aliviaram tantas tensões.

Ao meu marido Glenn, por estar sempre ao meu lado, mantendo meu equilíbrio.

Por fim, a todos os meus amigos, que se tornaram tão presentes ao compreender a minha ausência nos últimos tempos.

## RESUMO

Quando o AI- 5 foi decretado, em dezembro de 1968, o regime militar buscou, por meio da interdição à liberdade de imprensa, homogeneizar os discursos, impedir que os indivíduos demonstrassem insatisfação com o governo. A expectativa em relação aos discursos responsivos ao Regime é de um modo de presença submisso e que envolva textos com efeito de monofonia, ou seja, com acento único no tom da voz do enunciador. Observaremos como e por que a mídia jornalística impressa dessas décadas responde ao autoritarismo da ditadura militar. Para isso, analisaremos textos midiáticos correspondentes a essa época da História do Brasil, com apoio teórico e metodológico da semiótica de linha francesa. Alguns veículos de mídia submeteram-se à interdição, evitando o confronto com o Regime; outros, porém, como *O Estado de S. Paulo* e *Veja*, mesmo estando interditos, marcaram seu protesto, utilizando um efeito de descontinuidade semântica nas páginas dos periódicos, que supunha efeito de estranhamento ao leitor fiel do jornal e da revista. Rompia-se a isotopia discursiva, que é a homogeneidade de leitura oferecida pelos periódicos dia após dia, ao se colocar, por exemplo, na revista *Veja*, desenhos de demônios, após uma reportagem que tratava da reforma da estrada Belém-Brasília; ou, na primeira página do jornal *OESP*, fotos de rosas e cartas de leitores. Os enunciadores dos textos midiáticos se apoiaram então no efeito de ironia, que é uma forma de heterogeneidade mostrada e não marcada para protestar contra a interdição. Desestabilizou-se, dessa maneira, o efeito de monofonia por meio de inserções pontuais de discursos representativos de formações discursivas contraditórias. Delineia-se, assim, o corpo flexível do ator da enunciação: depreende-se do próprio discurso um sujeito que, ainda que *em segredo*, opõe-se ao veto à liberdade de expressão da imprensa. Comprova-se a possibilidade de verificação de um *éthos* e seu anti-*éthos* no diálogo discursivo polêmico entre textos que defendiam a submissão como modelo de presença (ditadura) e textos que, responsivos àqueles (mídia), configuravam-se pelas dimensões da descontinuidade, da heterogeneidade mostrada, da polifonia e da polêmica veladas.

Palavras-chave: *éthos*, interdição, ironia, monofonia, *OESP*, *Veja*.

## ABSTRACT

When the AI-5 was decreed, in December of 1968, the military regime suppressed the press freedom, to homogenize the discourses to avoid any demonstration of people's discontent towards the government. The expectation in relation to the responsive discourses to the regime is in a submissive mode of presence and involves texts with monotonic voice effect, which in other words is a single tone in the voice of the enunciator. It fulfills to observe how and why the printed media from these decades replies to the authoritarianism of the military dictatorship. Therefore, we will analyze the corresponding texts from the printed media of this time in the History of Brazil, with theoretical and methodological support of the French line semiotic. Some channels of media had submitted to the interdiction to prevent the confrontation with the regime; others, however, as the *O Estado de S. Paulo* and *Veja*, even with the interdiction, revealed their protest, using discontinuity semantics that effected the pages of the publication, assuming that it would cause an odd effect to the faithful reader of the newspapers and the magazine. The isotropic discourse was broken, which is the homogeneity of reading offered by the periodical day after day, when for example, the news magazine *Veja* placed drawings of demons following a news article dealing with the reconstruction of the Belém-Brasília road or, in the first page of the newspaper *OESP* placed roses pictures and reader's letters. The ironic effects supported the enunciators of the media articles, which is a way of heterogeneities shown but not declared to protest against the interdiction. The inserting points of representative discourses from contradictive discursive formations became the monotonic voice unstable. It is delineated, thus, the flexible body of the actor of enunciation: it is inferred from the own discourse a person that even *in secret*, is against the veto to the press liberty of speech. It proves the possibility of verification of an *éthos* and its anti-*éthos* in the controversial discursive dialogue between texts that defended the submission as presence model (dictatorship) and texts that, responsive to those (media) was configured for the dimensions of the discontinuity, of the shown heterogeneities, the guarded polyphonic and the controversy.

Keywords: *éthos*, interdiction, irony, monophony, *OESP*, *Veja*.

# INTRODUÇÃO

*Ora, um Estado bem constituído, qualquer que seja o acontecimento que surja, não se deve ser obrigado a recorrer a medidas extraordinárias, porque se as medidas extraordinárias fazem bem no momento, seu exemplo traz um mal real. O hábito de violar a Constituição para fazer o bem autoriza, em seguida, a violá-la para disfarçar o mal.*

Maquiavel

## 1. Breve notícia sobre as décadas da ditadura militar no Brasil

### 1.1. Um regime de exceção: os Atos Institucionais

No período de 1964 a 1985, o Brasil foi governado por militares. O regime militar brasileiro, instaurado pelo golpe de Estado de 31 de março de 1964, caracterizou-se pela cassação dos direitos civis, com a criação de inúmeros decretos, chamados Atos Institucionais (AI).

Os Atos Institucionais foram criados a fim de preservar os ideais da “Revolução” de 1964. Os grupos “revolucionários” diziam-se comprometidos com a luta contra a corrupção, contra o comunismo e com a busca da restauração da democracia e da ordem no país, ameaçadas por grupos “subversivos”.

Um Ato Institucional é uma medida emergencial. É um conjunto de normas criadas pelo governo. Esse conjunto se sobrepõe à própria Constituição Federal. O discurso que caracteriza o Ato Institucional é de um tipo “regulador” e determina os limites de ação do poder Executivo diante de situações consideradas emergenciais. Na época da ditadura militar brasileira, a cada Ato decretado, o poder Executivo se fortalecia, estendendo os limites de ação do presidente, que concentrava em si cada vez mais o poder. O Ato Institucional nº 1 foi baixado em 9 de abril de 1964 por uma junta militar composta pelo general do Exército Arthur da Costa e Silva, pelo tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e pelo vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald. Esse Ato concedeu ao Executivo

federal poderes para cassar mandatos de parlamentares e suspender direitos políticos de quaisquer cidadãos vistos como opositores do Regime. A eleição indireta do presidente da República foi institucionalizada e a Constituição foi suspensa por seis meses. No segundo dia em que vigorava o AI-1, o Congresso Nacional foi reunido e o marechal Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente da República.

O Ato Institucional nº 2, assinado pelo presidente Castello Branco, em 27 de outubro de 1965, acrescentou mais poderes ao presidente. Somada à possibilidade anteriormente instituída de cassar mandatos e privar os cidadãos de seus direitos políticos, estava prevista a extinção dos partidos políticos existentes. Foram criados apenas dois: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que apoiava o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia uma “oposição bem comportada”, uma forma de oposição consentida, criado para manter uma fachada democrática. O AI-2 ainda garantia ao presidente a possibilidade de decretar intervenção federal em estados e municípios e fechar o Congresso Nacional sem aviso prévio. Dessa maneira, a resistência ao Regime era vetada por meio de mecanismos institucionais, e o estado que fizesse oposição ao governo poderia ser isolado do resto da nação. A Lei de Segurança Nacional, que enquadrava como “inimigos da pátria” aqueles que se opusessem ao regime militar, foi criada durante a vigência do AI-2.

O Ato Institucional nº 3, baixado em 5 de fevereiro de 1966, determinou o fim das eleições diretas para governadores e prefeitos das capitais. Os governadores seriam indicados pelo presidente para aprovação das Assembléias Legislativas; os prefeitos, pelos governadores.

O Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, concedeu ao governo o direito de criar uma nova Constituição. De posse desse poder, foi estabelecida a Constituição de 1967, que tinha como meta o enfraquecimento do Legislativo e do Judiciário e o fortalecimento da autoridade do presidente da República.

Em março de 1967, o ministro da guerra Artur da Costa e Silva assumiu o cargo de presidente da República. Em setembro de 1968, o deputado Marcio Moreira Alves, do MDB, em um pronunciamento, incentivou o povo a não comparecer às festividades do dia da Independência e aconselhou que as moças, “ardentes de liberdade”, se recusassem a sair com oficiais. Os militares, interpretando aquilo como uma afronta às Forças Armadas, exigiram a punição do emedebista. Na manhã do dia 12 de dezembro de 1968, na Capital Federal, a

Câmara dos Deputados, por 216 votos contra e 136 a favor, rejeitou o pedido de cassação do deputado<sup>1</sup>. Supostamente, isso foi uma vitória sobre o governo militar. Em resposta, no dia 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva baixou o Ato Institucional nº 5. Esse decreto conferiu ao presidente da República poderes para fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de vereadores. Os direitos políticos de quaisquer cidadãos poderiam ser suspensos por até 10 anos, e a garantia do *habeas corpus* foi negada aos acusados de prática de crimes contra a segurança nacional. O poder do presidente da República tornou-se pleno, já que suas decisões não precisavam passar por apreciação judicial. O AI-5 concedeu poderes ilimitados ao presidente da República. O poder Executivo passou a definir as ações do Legislativo e do Judiciário. Os meios de comunicação foram censurados e a tortura foi instaurada no país.

De acordo com o historiador Boris Fausto:

O AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução, ou, se quiserem, de uma contra-revolução dentro da contra-revolução. Ao contrário dos Atos anteriores, não tinha prazo de vigência e não era, pois, uma medida excepcional transitória. Ele durou até o início de 1979. (FAUSTO, 1995, p. 480).

A transitoriedade é uma condição de existência para qualquer medida emergencial. No entanto, o AI-5 foi criado como uma forma de proteção aos ideais da “Revolução”, e o que se desejava, então, era o estabelecimento de um regime que primasse pela permanência, e não pela pontualidade ou efemeridade. A voz do AI-5 será aqui examinada como um efeito de sentido depreensível do próprio texto.

## **1.2. A ruptura do efeito de monofonia: a ironia**

A partir da sexta-feira 13 de dezembro de 1968, dia em que o presidente Costa e Silva assinou o Ato Institucional nº 5, o “golpe do golpe”, nas palavras do jornalista Mino Carta, o silêncio foi a palavra de ordem no país. Esse Ato Institucional<sup>2</sup> conferia plenos poderes ao

---

<sup>1</sup> Cf. Gaspari, 2002a, p. 331.

<sup>2</sup> O Ato Institucional nº 5 será reproduzido integralmente no Capítulo 3, p. 115 desta dissertação.



presidente da República, que poderia, independentemente de apreciação judicial, perseguir e mandar punir qualquer cidadão que agisse de modo por ele considerado prejudicial ao governo. O chefe da nação estaria livre também para coibir qualquer ação julgada como uma afronta aos interesses do Regime, como conspirar a imagem de políticos ou ameaçar o sentimento de nacionalismo crescente da população, proporcionado, aliás, pelo “milagre brasileiro”. Este último fenômeno somava o crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação, conforme recurso planejado pelo então ministro da Fazenda Delfim Neto.<sup>3</sup>

O Congresso Nacional foi fechado e os direitos políticos dos cidadãos foram cassados. Os militares cercearam a liberdade de imprensa, numa tentativa de abortar toda e qualquer manifestação pública que maculasse a imagem de um “governo inabalável” ou que demonstrasse insatisfação com a ditadura militar. Nos “Anos de Chumbo”, como ficou conhecido esse período, as redações de alguns jornais e de algumas revistas foram fechadas e as que sobraram contavam com a presença constante e obrigatória de um censor, que enviava instruções, por meio de boletins, via telefone ou *in loco*, sobre o que poderia ou não poderia ser publicado nos veículos de comunicação. Essas instruções são prescrições (*dever fazer*) e interdições (*dever não fazer*).

De acordo com um levantamento feito pela professora Maria Aparecida de Aquino, em sua dissertação de mestrado na Universidade de São Paulo<sup>4</sup>, foram censuradas 1.136 matérias do jornal *O Estado de S. Paulo*, mais da metade relativas ao noticiário político geral (52,91%), num período compreendido entre 29 de março de 1973 a 3 de janeiro de 1975:

O jornal *OESP*, a partir de agosto e setembro de 1972, vivencia a experiência da censura prévia, recebendo a presença do censor diariamente em sua redação – o que somente se encerra em janeiro de 1975 – cortando na íntegra ou mutilando textos escritos, já editados e diagramados para a publicação. (AQUINO, 1999, p. 38).

O estudioso da linguagem depreenderá que a expectativa discursiva, para textos produzidos pela mídia impressa, em um tempo de ditadura militar, era a de textos com efeito

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar a desproporção existente entre o avanço econômico e o retardamento dos programas sociais, muitas vezes abandonados pelo Estado durante o período do “milagre econômico”, o que os jornais da época acreditavam dever denunciar (Cf. Fausto, 1994, p. 485-488).

<sup>4</sup> Os dados foram extraídos do quadro da página 236 (Cf. Aquino, 1999).

de sentido de monofonia, já que a intenção da censura era a de aprovar para publicação apenas aqueles em que, aparentemente, todas as vozes se convertiam em uma única voz, em uníssono, tendo calado possíveis vozes dissonantes:

Considerou-se discurso autoritário aquele em que se abafam as vozes dos percursos em conflito, em que se perde a ambigüidade das múltiplas posições, em que o discurso se cristaliza e se faz discurso da verdade única, absoluta, incontestável. Para reconstruir o diálogo desaparecido são, nesse caso, necessários outros textos, que, *externamente*, recuperem a polêmica escondida, os choques sociais, o confronto, a luta. A censura, nos Regimes autoritários, a proibição de fala ao filho ou empregado “respondão” são, entre outros, meios de impedir que, pela intertextualidade *externa*, se retome o diálogo internamente perdido. (BARROS, 1994, p. 6).

Ficará aqui demonstrado que, apesar da interdição, esse silêncio proposto pelo sistema autoritário era rompido com inserções pontuais de outros textos no interior de algumas matérias jornalísticas durante os ditos “Anos de Chumbo” da ditadura militar brasileira. Pelo modo de dizer, deparamos, assim, com a ironia, em que diferentes vozes são mostradas e não-marcadas no interior dos discursos.

Poderemos observar que, no espaço diagramático da página, antes ocupado por matérias censuradas, foram inseridos textos que prevêm um efeito de estranhamento no leitor, por romper-se a isotopia discursiva, que é a homogeneidade de sentido esperada. No jornal *O Estado de S. Paulo*, em algumas edições, há informações, no *modo do parecer*, “secundárias”, colocadas na capa, no espaço nobre do jornal, no qual deveriam estar apenas as informações consideradas primordiais. Veremos que a ordem “centro-margem” ou “priorização-secundarização” midiática estão invertidas. Para a análise que se propõe nesta dissertação, o que parece ser secundário é, na verdade, o prioritário, como resistência, como formação do *éthos* confrontante. Sob o efeito de estranhamento, vemos, na primeira página, anúncios de programas de rádio, fotos de flores e até mesmo a publicação de cartas de leitores, que possuem espaço reservado, uma seção própria no interior do periódico

(ANEXOS 1B e 3B, p. 231 e p. 242, respectivamente)<sup>5</sup>. Na revista *Veja*, por sua vez, desenhos de demônios aparecem em várias edições, entre as matérias. Eles podem ser vistos no final de um texto sobre o ministro Jarbas Passarinho (ANEXOS 4A, p. 245) ou, na mesma página, interrompendo a seqüência de leitura de uma reportagem a respeito da reforma da estrada Belém-Brasília (ANEXOS 4A, p. 245). Os demônios aparecem, também, no centro da página, entre notícias sobre a política brasileira (ANEXO 5A, p. 253), na parte inferior da página, em que se publicavam assuntos do cotidiano (ANEXO 5B, p. 255). Outros desenhos foram inseridos, como o auto-retrato de Leonardo da Vinci (ANEXOS 4B, p. 248) ou a reprodução da árvore-símbolo da editora Abril, ocupando meia página da revista (ANEXO 7, p. 260). Assim, o discurso midiático consolidou uma forma de protesto, ainda que no *modo do segredo*. Por meio dessas inserções pontuais de discursos que remetem a formações discursivas contraditórias, quer no interior de notícias, quer no interior de reportagens, pelo modo de dizer, molda-se o corpo flexível do ator da enunciação: um sujeito interdito emerge do próprio discurso como aquele que *deve, quer, pode e sabe dizer*, ainda que em voz baixa, que é contra o veto à liberdade de expressão da imprensa.

O uso recorrente desses e de outros recursos servirá para compreender a construção do simulacro discursivo de uma voz e de um corpo que expressam os valores do sujeito da enunciação midiática, posto em confronto com os do regime militar. Desse conjunto de textos e imagens recortar-se-ão os atores da enunciação de *Veja* e do *Estado*, como efeito de sentido dado nos próprios textos.

## 2. A leitura semiótica

Neste trabalho, pretende-se que sejam explorados os três níveis do percurso gerativo de sentido proposto por Greimas, para mostrar como o discurso jornalístico de resistência e o Ato Institucional nº 5 se constituem para *dizer o que dizem*.

O foco analítico é descrever e explicar quais foram as estratégias midiáticas utilizadas por uma enunciação que denuncia, para o leitor atento, a censura imposta a algumas reportagens. Tal fato se faz ver nas entrelinhas dos enunciados aqui analisados. A nossa

---

<sup>5</sup> Nos anexos, reproduzimos as capas dos dias 10 e 11 de maio de 1973 do jornal *OESP* e, para facilitar a visualização, fizemos cópias ampliadas das matérias censuradas e das matérias que as substituíram.

grande aventura, por assim dizer, será o aproveitamento de alguns dos conceitos da Semiótica Tensiva proposta por Claude Zilberberg, que em um momento ou outro aparecem neste trabalho, mesmo que apenas delineados.

A Semiótica, ao observar a língua não como um “sistema de signos”, mas como um “sistema de significações”, leva em conta que as relações são responsáveis pela significação dos textos. Ela busca mostrar, por meio da análise da união do plano do conteúdo e do plano de expressão, o que os textos dizem e, principalmente, *como os discursos dizem o que dizem*. Para que os discursos sejam entendidos, ainda que não sejam decifrados todos os seus sentidos, é necessário desmembrá-los, “desmascará-los”, dissecá-los, compreender seus efeitos de sentido, descobrir quais são as leis imanentes que os regem. Nessa análise interna do texto, ou seja, do plano do conteúdo, prevê-se a apreensão do sujeito enunciador, sempre pressuposto. Nos termos de Greimas e Courtés, no primeiro *Dicionário de Semiótica*, temos, no verbete “sujeito”, a seguinte definição:

Um sujeito discursivo que, mesmo sendo capaz de ocupar, no interior dos enunciados-frases, posições actanciais diversas (vale dizer, mesmo as de não-sujeito), consegue manter, graças sobretudo aos procedimentos de anaforização, sua identidade ao longo do discurso (ou de uma seqüência discursiva). (GREIMAS E COURTÉS, s.d., p. 446).

Nesse sentido, a proposição dos três níveis do percurso gerativo (fundamental, narrativo e discursivo) foi de grande valia para o exame semiótico dos textos. Embora cada uma das três etapas tenha descrições e regras próprias, o sentido do texto só pode ser apreendido a partir da relação entre elas.

O nível das estruturas fundamentais, aquele que é o mais profundo, simples e abstrato, é também o foco principal da teoria tensiva de Claude Zilberberg, iniciada nos anos 80. Tatit assim se pronuncia sobre o trabalho do semiótico:

Em busca de uma semiotização completa do percurso gerativo, este autor propõe novos patamares de abstração, onde as oscilações tensivas são tratadas como valores primordiais selecionados pelo sujeito da enunciação. (TATIT, 1998, p. 15).

A categoria tímica, articulada à foria, propostas por Greimas, foram aproveitadas pela teoria de Claude Zilberberg. Euforia e disforia passam a ser vistas como articulações da categoria complexa “foria”. A tensividade subdivide-se, *grosso modo*, em tensão e relaxamento. Zilberberg, em seu trabalho, incorporou ainda as noções de “continuidade” e “descontinuidade” de Paul Valéry: “Tout commence par une interruption”. Assim, o sentido seria originado por uma ruptura, por uma descontinuidade.

No nível narrativo, que é o nível intermediário desse percurso gerativo que vai do mais simples ao mais complexo, encontramos, segundo o olhar básico já traduzido por Greimas, uma sintaxe narrativa, que, baseando-se nas regularidades encontradas por Propp em sua análise dos contos maravilhosos, ocupou-se do estudo de programas, aplicáveis em todos os tipos de textos. Assim, a “narratividade”, que pode ser entendida como as transformações de estado identificáveis em quaisquer textos, independentemente do gênero a que pertençam, tornou-se o objeto de análise desse nível. Com o desenvolvimento dos estudos, além da modalização do *fazer*, que se ocupava principalmente das ações dos sujeitos depreendidos como actantes da narratividade, foi descrita a modalização do *ser*, que desencadeou as reflexões sobre as paixões, os efeitos passionais, nas palavras de Diana Barros: “efeitos de sentido de qualificações modais que modificam o sujeito” (Barros, 1989-1990, p. 60-73). A obra de referência desses estudos é o livro *Semiótica das Paixões* (1993), de Greimas e Fontanille, que, ao analisar a dimensão dos sentimentos, veio preencher um espaço deixado pelo estudo das dimensões pragmática e cognitiva dos discursos. Sem psicologismos, mas fazendo uso da teoria do discurso, o livro analisa os efeitos de sentido e as configurações passionais inscritas nos textos. O espaço passional é “o da relação entre o sujeito e a junção, focalizando o dinamismo interno, poderíamos dizer íntimo, dos estados” (Bertrand, 2003, p. 359-360). As relações juntivas desencadeiam as paixões: sejam as paixões de falta, das disjunções, como a *cólera*, sejam as de completude, das conjunções, como o *entusiasmo*. As relações juntivas são, portanto, o alvo da análise passional. Elas, por sua vez, constituem o resultado das transformações narrativas. Nos termos de Bertrand: “A problemática da paixão se define em relação à da ação” (Bertrand, 2003, p. 361).

O nível discursivo, aquele da manifestação textual, apresenta as noções de aspectualização, a projeção da enunciação no enunciado, as relações entre o enunciador e o enunciatário (sintaxe discursiva), os percursos temáticos e figurativos e as isotopias

(semântica discursiva). É nesse nível que “se retomam as estruturas narrativas na perspectiva da instância da enunciação que as assume” (Barros, 2002, p.19). Nele se formalizam, também, as categorias de pessoa, tempo e espaço que ancoram os programas narrativos.

Neste trabalho, tomaremos como referência metodológica a análise dos três níveis do percurso gerativo de sentido proposto por Greimas, aliada a algumas contribuições de teorias como a Análise do Discurso de linha francesa. Em especial, mas não exclusivamente, consideramos as discussões de Dominique Maingueneau sobre a interdiscursividade: “Todo discurso é atravessado pela interdiscursividade” (Maingueneau e Charaudeau 2004, p. 286).

José Luiz Fiorin (1995) afirma que as diferentes teorias do discurso trabalham basicamente com dois conceitos distintos de texto: como um “objeto de significação” e um “objeto histórico”. No primeiro caso, são verificados principalmente os mecanismos intradiscursivos que criam a totalidade de sentido; no segundo, os mecanismos interdiscursivos do texto, considerando as diferentes formações ideológicas. O mesmo texto, em semiótica, é objeto de ambos os olhares do analista.

Dar ênfase ao conceito de que o texto é um objeto de significação implica considerá-lo um todo de sentido, dotado de uma organização específica, diferente da da frase. Isso significa, portanto, dar relevo especial ao exame dos procedimentos e mecanismos que o estruturam, que o tecem como uma totalidade de sentido. [...] o texto não é um amontoado de frases, nem uma grande frase. Tem ele uma estrutura, que garante que o sentido seja apreendido em sua globalidade, que o significado de cada uma de suas partes dependa do todo.

Dar destaque à noção de que o texto é um objeto histórico leva a preocupar-se primordialmente com a formação ideológica de que ele é expressão, com as relações polêmicas que, numa sociedade dividida em classes, estão na base da constituição das diferentes formações ideológicas. (FIORIN, 1995, p. 163).

A semiótica francesa dá destaque ao texto como um objeto de significação, mas não desconsidera o fato de ele ser também um objeto histórico. Se também buscamos bases na Análise do Discurso, é para poder aprofundar o olhar sobre o objeto considerado nas formações ideológicas que o compõem.

O autor de *Linguagem e Ideologia* afirma ainda que o texto é o lugar da “manipulação consciente”, é “individual”, enquanto o discurso é social, “é a materialização das formações ideológicas” (Fiorin, 2003a, p. 41). Por conseguinte, a semiótica já cuida, como afirma o pesquisador citado, das aspirações sociais que constituem o discurso:

A ideologia é constituída pela realidade e constituinte da realidade [...]. Assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva impõe o que dizer. Há, numa formação social, tantas formações discursivas quantas forem as formações ideológicas. Não devemos esquecer-nos de que assim como a ideologia dominante é a da classe dominante, o discurso dominante é o da classe dominante. (FIORIN, 2003a, p. 30- 32).

Isso posto, vale destacar que a análise semiótica a ser desenvolvida nesta dissertação considerará o embate entre duas formações discursivas distintas. O discurso dominante, o autoritário, que se impõe ao impedir a manifestação de outras vozes, será examinado na relação entre um *éthos* e um *anti-éthos*. Acreditamos que, apesar de a censura estabelecer-se no Brasil no período descrito, a imprensa, por vezes, recusou-se a aceitá-la. Para polemizar os discursos autoritários dos ditadores e marcar o protesto contra os ideais do Regime, os enunciadores dos textos midiáticos usaram o recurso discursivo da ironia. Assim, o conceito de heterogeneidade faz-se fundamental para a nossa análise.

Jacqueline Authier-Revuz (1982) propõe uma distinção entre as heterogeneidades. Primeiramente, consolida-se aquilo que a autora chama *heterogeneidade constitutiva*, em que, mesmo sem qualquer traço visível de manifestação, o discurso se organiza por meio do debate com as idéias do outro. Aqui se retoma uma das formas do dialogismo bakhtiniano. Por fim, há a *heterogeneidade mostrada*, em que é possível notar e localizar a presença do “outro” na manifestação textual. Dominique Maingueneau, no *Dicionário de Análise do Discurso*, afirma que a heterogeneidade mostrada “corresponde à presença localizável de um discurso outro no fio do discurso” (Maingueneau e Charaudeau, 2004, p. 261). Esta última se apresenta de duas maneiras: nas formas não-marcadas – como a representação em discurso indireto livre, em alusões e ironias –, e nas formas marcadas do discurso direto ou do discurso indireto – como nos usos de aspas, que destacam citações. Pode-se afirmar que em

todo texto há uma heterogeneidade constitutiva, uma vez que todo discurso define sua identidade em relação ao outro.

Estamos aqui, no exame do nosso *corpus*, considerando a ironia que “indica mais uma *atitude enunciativa* do que uma caracterização do referente” (Maingueneau e Charaudeau, 2004, p. 291). Essa ironia tem duas orientações distintas, a saber:

a) *dirige-se aos leitores* – a ironia tem a função de fazer o seu aliado, o leitor fiel, ver a interdição da liberdade do jornal. O enunciador midiático denuncia, assim, de maneira velada, os desmandos do Regime. Esse enunciador assume várias funções actanciais: primeiramente, automanipula-se, impõe-se um *dever fazer*, um *dever denunciar*. Nessa manipulação, o enunciador, antes destinatário-manipulado, transforma-se em sujeito do *fazer*. Depois, em cumprimento à função de construtor do objeto de valor (texto) e doador dos *saberes* ao leitor, o enunciador midiático assume a função sintática de destinatário-manipulador e o leitor, de destinatário dessa manipulação que supõe uma comunicação persuasiva. Nesse caso, a ironia desenvolve a cumplicidade entre enunciador e enunciatário.

b) *polemiza o Regime* – a ironia tem a função de atacar o governo, o alvo da derrisão. Tal estratégia discursiva, depreendida do texto midiático, reconstrói o contexto político, visto também como discurso. Há duas formações discursivas em confronto, e a ironia funciona como um recurso selecionado pelo enunciador para expor seus valores e fazer oposição aos valores do Regime.

A perspectiva que adotamos é a da ironia como efeito direto da polifonia. Interessamos ver “a confluência dos discursos, o cruzamento de vozes” (Brait, 1996, p.15). Prossegue Beth Brait:

Por esse enfoque, a ironia é surpreendida como procedimento intertextual, interdiscursivo, sendo considerada, portanto, como um processo de meta-referencialização, de estruturação do fragmentário e que, como organização de recursos significantes, pode provocar efeitos de sentido como a dessacralização do discurso oficial ou o desmascaramento de uma pretensa objetividade em discursos tidos como neutros. A ironia será considerada como estratégia de linguagem que, participando da constituição do discurso como fato histórico e social, mobiliza diferentes vozes, instaura a polifonia,



ainda que essa polifonia não signifique, necessariamente, a democratização dos valores veiculados ou criados. (BRAIT, 1996, p. 15).

Na visão de Bakhtin, na polifonia temos um diálogo de vozes, as quais polemizam, chocam-se, assumem posições sociais e ideológicas diferentes, e a construção do discurso se dá por meio da relação entre os diferentes pontos de vista expostos: “a polifonia se define pela convivência e pela interação”<sup>6</sup>. Em oposição ao discurso monofônico, o discurso polifônico se estabelece como uma forma de “libertação do indivíduo”<sup>7</sup>. E essa libertação é objeto de estudo deste trabalho.

### **3. A escolha do *corpus*: censura prévia e denúncia**

Quando iniciamos nossa pesquisa, optamos por trabalhar apenas com a imprensa dita séria, de grande porte. Nos veículos da imprensa escrita dita séria em que pesquisamos, havia poucas manifestações marcadas de resistência ao silêncio imposto pela ditadura militar. Ao consultar livros de alguns historiadores que se ocuparam em estudar o discurso jornalístico no período militar, vimos que os exemplos eram poucos e se repetiam. Com grande frequência eram citados *O Estado de S. Paulo*, um jornal de circulação nacional, e a *Veja*, revista semanal da editora Abril de São Paulo. Interessamo-nos particularmente pelo *OESP*, já que descobrimos que o jornal conservou em seus arquivos o material vetado, o que contribuiu muito para nossa análise, que também não descuidou da revista *Veja*. Nos textos do jornal que são apresentados neste trabalho, podem-se ver as marcas da caneta do censor, determinando as fotos e as reportagens que deveriam ser retiradas. Assim, pudemos analisar o conteúdo da matéria interdita, verificando os temas e figuras que a compunham e o porquê do veto à publicação. Na *Veja*, outros procedimentos serão analisados.

Muitas vezes nos perguntamos por que não havia um número mais amplo de material para a pesquisa em fontes mais variadas; a resposta veio por meio dos estudos da

---

<sup>6</sup> BEZERRA, Paulo. “Polifonia” *apud* BRAIT, Beth (org.), 2005, p. 195.

<sup>7</sup> *Idem*.

historiadora Maria Aparecida de Aquino, que pesquisou a censura à imprensa no período de 1968 a 1978:

Ao iniciar a pesquisa verificou-se que, dentre os jornais de grande circulação do eixo Rio-São Paulo e mesmo em toda a grande imprensa diária, somente o *OESP* e o *Jornal da Tarde* foram alvos de censura prévia (entre ago./set. 1972 e jan. 1975), enquanto que os demais praticavam a autocensura, acatando as determinações oriundas da Polícia Federal, seja na forma de bilhetinhos, geralmente apócrifos, seja por meio de ordens telefônicas às redações, e censurando internamente determinados assuntos considerados proibidos por essas ordens. O jornal *OESP*, a partir de agosto e setembro de 1972, vivencia a experiência de censura prévia, recebendo a presença do censor diariamente em sua redação – o que somente se encerra em janeiro de 1975 – cortando na íntegra ou mutilando textos escritos, já editados e diagramados para publicação. (AQUINO, 1999, p. 38).

José Hamilton Ribeiro, no livro *Jornalistas – 1937 a 1997*, uma publicação comemorativa dos 60 anos de fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, afirma que o jornal *Folha de S. Paulo* aplicou a autocensura para evitar problemas com o Regime. Nas pautas do jornal, não entravam assuntos que pudessem desagradar ao governo; as reportagens publicadas eram examinadas com cuidado pelo editor-chefe, que cortava, antes da edição do jornal, informações consideradas “impróprias”. Essa era uma maneira de evitar a publicação de matérias que colocassem o jornal em confronto com o Regime e que justificassem a necessidade da presença de um censor na redação da *Folha* para selecionar o material a ser publicado. Na década de 1970, jornalistas “de esquerda”, isto é, que fizeram oposição ao governo em outros jornais, foram contratados pelo jornal, mas foram enquadrados no esquema da autocensura e tiveram os textos vetados pela própria empresa. Apesar da presença desses profissionais na redação, a *Folha* continuava a não fazer oposição ao governo:

A *Folha* [de S. Paulo] entrou num esquema de autocensura que foi o mais covarde entre todos os grandes jornais brasileiros. E, mais tarde, quando se

mostrou valente e começou a pôr gente de esquerda para escrever, estaria seguindo o esquema de 1964 (RIBEIRO, 1998, p. 106).

Em entrevista concedida a Ribeiro, Otávio Frias Filho, diretor de redação da *Folha de S. Paulo*, defendeu a empresa afirmando que ela passava por grave crise nos anos de 1960 e 1970, e que, portanto, as forças estavam concentradas na recuperação financeira e empresarial do jornal, não restando tempo para “interferir na cena pública” com veemência.

Em relação à revista *Veja* e ao jornal *O Estado de S. Paulo*, José Hamilton diz que eles “não passaram recibo”, isto é, não se venderam ao Regime:

Não se dispuseram a fazer a autocensura descarada como fez a *Folha*. Mantiveram a luta contra o censor e a sensação, toda hora explicitada, de que censura era corpo estranho, inimigo, e não algo que se trocasse por rotativas, créditos especiais ou plantas de indústrias.

No “*Estadão*”, a censura era vista claramente nos poemas de Camões, que o jornal publicava em páginas variadas, indicando que daquele espaço tinha sido sacado, por proibido, um artigo da redação. No *Jornal da Tarde*, esse papel foi exercido pelas receitas de cozinha. Na *Veja*, por diabinhos ou figuras de bichos que surgiam ao longo da publicação. (RIBEIRO, 1998, p. 106).

Neste trabalho, examinaremos os dois veículos da mídia impressa que nos ofereceram um material mais vasto para a análise: a revista *Veja* e o jornal *O Estado de S. Paulo*. Nosso objetivo primeiro é observar o uso de mecanismos de construção do sentido dos textos da mídia séria no que diz respeito aos recursos utilizados para denunciar aos leitores a interdição da censura imposta pelo governo durante a ditadura militar brasileira.

Optamos por não trabalhar os referidos poemas de Camões ou as receitas culinárias, publicados nos jornais do grupo *OESP*, por se tratar de uma recorrência estabelecida posteriormente à publicação das cartas de leitores que aqui examinaremos. Diferentemente dos poemas, as cartas eram uma forma variada de fazer denúncia à ditadura. A carta de um leitor a um jornal supõe mecanismos intersubjetivos que se apresentam como um contrato fiduciário dado como *modo da verdade* entre o enunciador e o enunciatário, o leitor.

Acreditamos que a variação tenha sido uma estratégia mais sutil de denúncia à censura e que ela seja mais rica como fonte de pesquisa.

Em relação à revista *Veja*, primeiramente, selecionamos para análise as figuras de “entidades do mal”, que começaram a aparecer nas páginas do periódico em fevereiro de 1974, época das primeiras manifestações de desagrado da editora com o Regime. Os “demônios” se fizeram presentes em poucas edições e, quando foram censurados, os espaços das matérias vetadas começaram a ser ocupados pela árvore-símbolo da Abril e por anúncios institucionais da editora, que chegavam a ocupar até meia página da revista, e que também serão examinados neste estudo.

Os textos que constituirão o *corpus* de análise deste trabalho foram, portanto, publicados em dois veículos da imprensa dita séria: a revista semanal *Veja*, da editora paulista Abril, e o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Da revista *Veja* serão analisados textos verbais, não-verbais e o sincretismo<sup>8</sup> estabelecido entre eles. Examinaremos, assim:

a) os textos verbais intitulados “O ministro vai à escola” e “Inaugurações: 2000 km de asfalto”, as fotos da estrada e as legendas “A nova estrada Belém-Brasília, sem onças...” e “... e os duros tempos dos primeiros pioneiros”; os não-verbais, que são as representações dos demônios, e as respectivas legendas “Captada pela nossa objetiva, uma das últimas aparições do demônio” e “Belzebu e Asmodeu no tempo em que reinavam”, localizados nas páginas 22 e 23 da edição de 20 de fevereiro de 1974;

b) a gravura de Leonardo da Vinci e a respectiva legenda “Leonardo da Vinci, festejado compositor do fox Mona Lisa”, publicadas na página 46 da mesma edição de 20 de fevereiro;

c) o desenho do demônio e a legenda “Espera-se que este sr. desapareça”, publicados na página 27 da edição de 13 de março de 1974;

d) o desenho do diabo e a legenda “O diabo está no fim”, publicados na página 29, da mesma edição do dia 13 de março de 1974;

e) o texto verbal “Nada como aprender à sombra de uma árvore” e o desenho da árvore-símbolo da editora Abril, publicados na página 24 da revista em 12 de novembro de 1975.

---

<sup>8</sup> Consideramos o sincretismo como uma união do verbal e do visual, sob uma única enunciação.

Do jornal *O Estado de S. Paulo* examinaremos outros textos sincréticos, que juntam fotos, manchetes, títulos e subtítulos:

a) a primeira página do jornal que seria publicada no dia 10 de maio de 1973, com matéria censurada cuja manchete é “Cirne Lima diverge e renuncia”;

b) a nova página publicada e que entrou em circulação em 10 de maio de 1973, com nova manchete “Médici nomeia um novo ministro” e publicação de cartas de leitores no espaço da matéria sobre Cirne Lima;

c) a primeira página do jornal de 11 de maio de 1973 com matéria intitulada “Ética motivou ato de Cirne”, censurada;

d) a nova página publicada e que circulou pelo país em 11 de maio de 1973, com publicação de cartas de leitores.

Do Ato Institucional nº 5 examinaremos o enunciado transcrito na íntegra.

A presente pesquisa visa, dessa forma, à análise do discurso jornalístico materializado por meio dos gêneros “reportagem”, da revista *Veja*, e “capa de jornal”, de *O Estado de S. Paulo*, bem como a análise de um gênero do discurso político: um Ato Institucional. O intuito é verificar semioticamente, ou seja, por meio da observação dos textos na relação expressão/conteúdo que os constitui:

a) a resposta de ambos os gêneros jornalísticos da imprensa escrita à censura imposta pelo governo brasileiro durante a vigência do Ato Institucional nº 5;

b) o uso de mecanismos de construção do sentido dos textos da mídia no que diz respeito aos recursos utilizados para escapar da interdição, do controle estabelecido pelos censores;

c) o universo de sentido do discurso militar, alvejado pelo discurso jornalístico no modo da ironia.

Permeia os objetivos definidos a depreensão do *éthos* de um jornal e de uma revista que, emparelhados, constroem o confronto com o anti-*éthos*, ou seja, o discurso da ditadura militar.

#### 4. A estrutura da dissertação

O primeiro capítulo desta dissertação consiste na análise de quatro capas do jornal *O Estado de S. Paulo*. Primeiramente, partiremos da análise das páginas editadas, mas censuradas, nos dias 10 e 11 de maio de 1973. O exame dos textos censurados nos permitirá verificar o que levou o censor a classificá-los como indesejados, nocivos ao Regime e, portanto, sujeitos a veto. Depois passaremos ao estudo das páginas editadas e publicadas nos dias 10 e 11 de maio de 1973, pós-censura. O exame dos textos verbais, não-verbais e sincréticos que substituíram os vetados, por sua vez, fornece-nos pistas para compreender a estratégia da enunciação, que é a de alertar o leitor fiel, por meio de discurso que se apóia na ironia, de que houve censura à imprensa. Verificaremos, portanto, a consolidação do pacto fiduciário estabelecido entre o jornal e o leitor: por meio da denúncia velada, *saberes* específicos são transmitidos aos leitores.

No segundo capítulo, examinaremos alguns textos verbais, não-verbais e sincréticos das edições de 20 de fevereiro de 1974 e de 13 de março de 1974 da revista, até então chamada *Veja e Leia*, e da edição de 12 de novembro de 1975 da revista *Veja*. Esse estudo levará em consideração o sincretismo das páginas da revista e analisará a ruptura do efeito de sentido de continuidade em relação ao sentido das páginas da mídia impressa analisada. O sincretismo, dado por contraste entre textos verbais e não verbais, fundamentará a descontinuidade. O imprevisível se instalará em meio ao previsível, que é a homogeneidade de leitura, ou a isotopia discursiva. O que se pretende, nesse capítulo, é verificar o efeito de sentido de ironia, que funciona como uma arma de confrontação ideológica.

No terceiro capítulo, nosso objeto de análise será o Ato Institucional nº 5. Verificaremos as relações do enunciado com a enunciação, as estratégias de concretização de um discurso voltado à vida institucional de uma nação, o próprio Ato, como um conjunto de artigos que regulamentam, em caráter de excepcionalidade, uma situação política dada como emergencial. Ainda nesse capítulo, depreenderemos o ator da enunciação do AI-5 que sustenta o *éthos* da ditadura militar e, como o sentido se dá por meio da diferença, a identidade desse sujeito remeterá a fundamentos do *éthos* confrontante: o ator da enunciação depreensível da mídia impressa examinada.

No quarto e último capítulo, inicialmente faremos a descrição da estratégia dos veículos de mídia para denunciar, no *modo do segredo*, a opressão do Regime que interditou a liberdade de expressão do jornal e da revista. Prosseguiremos nossa análise ao depreender o ator da enunciação de *OESP* e de *Veja (e Leia)* e ao mostrar as semelhanças e as diferenças entre eles. Interessa-nos comprovar que, apesar de pertencerem a uma mesma formação discursiva, o enunciador do jornal e o da revista apresentam diferentes modos de presença, constituindo diferentes estilos, que apontam para a construção de diferentes *éthé*. Faremos, portanto, um segundo recorte: após analiticamente ter sido considerada uma totalidade — a da mídia impressa resistente à ditadura militar brasileira —, recortaremos, desta, duas totalidades: *OESP* e *Veja*. Encerramos o capítulo ao esboçar a imagem do enunciador e do enunciatário dos veículos de comunicação examinados, pressupostos no próprio enunciado.

Depreenderemos, portanto, após a descrição da totalidade midiática resistente ao discurso da ditadura, a totalidade discursiva pressuposta no texto do AI-5, como representante emblemático dos Atos Institucionais que o precederam e como concretização dos ideais e aspirações da ditadura militar brasileira. O confronto de dois discursos distintos será observado: o discurso jornalístico, que tomará corpo por meio de textos correspondentes aos gêneros da imprensa escrita, e o discurso político, concretizado por meio de um Ato Institucional. A análise dos temas e das figuras dos textos jornalísticos e do Ato Institucional nº 5 nos levará a compreender a visão de mundo dos sujeitos que os enunciam. Vale destacar que o sujeito de cada enunciação se faz ver “no” e “pelo discurso”, já que é um produto do próprio enunciado produzido. Como afirma Fiorin:

A análise vai mostrar a que formação discursiva pertence determinado discurso. O sujeito inscrito no discurso é um “efeito de sentido produzido pelo próprio discurso, isto é, seus temas e suas figuras é que configuram a “visão de mundo” do sujeito”. Se, do ponto de vista genético, as formações ideológicas materializadas nas formações discursivas é que determinam o discurso, do ponto de vista da análise, é o discurso que vai revelar quem é o sujeito, qual é a sua visão de mundo (FIORIN, 2003a, p. 49).

Duas visões de mundo, antagônicas entre si, certamente serão depreendidas da imprensa interdita e do agente da interdição, o enunciador do discurso militar. Assim, à

medida que os enunciados são desvendados, ao verificar as escolhas dos sujeitos enunciadorees do jornal, da revista e do AI-5, quanto às categorias de pessoa, de tempo e de espaço, bem como no que diz respeito às figuras e aos temas, é possível montar um mosaico em que se delinea a face de cada enunciadoree, revelando os valores que cada um cultiva.

Com a publicação desses textos de caráter polêmico, o jornal e a revista rompem com a função utilitária, com a função de informar, que lhes é inerente. Em seu lugar, fica o dever de denunciar a opressão, firmando o protesto do enunciadoree, marcado pela ambigüidade instaurada nos textos, em que se desestabilizam os índices de um plano da expressão que apenas veicula os significados. O plano de expressão ganha, então, em inacabamento de sentido.

Em suma, trabalhamos com as seguintes hipóteses:

1. nas edições de *Veja* e nas edições de *OESP* destacadas, apesar de o discurso de crítica ao governo estar interdito, os veículos denunciam, no *modo do segredo*, os desmandos do Regime e a interdição sofrida;
2. a estratégia de ambos os veículos para denunciar a censura sofrida e alvejar os ideais da ditadura é sincretizar nos textos da reportagem a linguagem visual com a verbal, formando um conjunto de contrastes, causador de estranhamento ao enunciatário;
3. *OESP* e *Veja*, nos textos analisados, compartilham os mesmos valores, opostos àqueles do Regime, mas se diferenciam no tom de voz, no corpo, no caráter, no *éthos*, no estilo; o que permite reconhecer diferentes *éthé* no discurso jornalístico que recupera o contexto histórico em questão.

Por fim, julgamos que não é demais destacar que o que aqui se propõe não é um trabalho de História, mas o de recuperação do contexto histórico por meio da análise semiótica de textos da imprensa escrita. Esse meio de informação, mesmo tendo a liberdade de expressão negada, enfrentou a opressão de um regime ditatorial e encontrou uma maneira de denunciar a opressão sofrida, traçando um percurso em direção à liberdade, ainda que, naquele momento, não pudesse ser conquistada.



## **CAPÍTULO 1**

### **O jornal *O Estado de S. Paulo* – a fidúcia consolidada**

## 1. *O Estado de S. Paulo* de 10 de maio de 1973

*De um lado, o OESP, ao se opor ao regime, passa a sofrer a censura prévia, ou seja, provoca uma reação repressiva declarada; de outro, força o leitor a um exercício de busca e descoberta a partir do insólito da substituição que leva ao questionamento do que poderia estar oculto e o que teria motivado o corte do censor, ou seja, explicitaria a existência da censura.*

Maria Aparecida de Aquino

O jornal, que funciona como fonte de transmissão e construção de *saberes*, estampa, diariamente, em suas páginas, fatos que remetem aos atos humanos. A responsabilidade de todo veículo de informação, de reportar aos leitores acontecimentos que mostrem as transformações operadas pelos sujeitos no mundo, faz com que o discurso jornalístico confirme uma esfera própria de circulação: leitores ávidos para saber o que se passa na efemeridade de cada dia e de cada edição.

### 1.1. “Cirne Lima diverge e renuncia”: a matéria censurada

Em cumprimento ao seu *dever*, o jornal *O Estado de S. Paulo* de 10 de maio de 1973, em primeira página (**ANEXOS 1A, p. 227**), selecionou, como assunto prioritário do dia, uma transformação ocorrida na política nacional: a renúncia do então ministro da Agricultura, Cirne Lima. Uma foto do ministro, em *close*, dentro de um carro, foi publicada na metade superior da página, ocupando as quatro colunas centrais:



Do lado direito da foto, a reportagem “Cirne Lima diverge e renuncia” ocupa as duas colunas restantes. Sob a foto, a legenda: “Cirne Lima, já como ex-ministro, deixa o prédio do Ministério da Agricultura”. Podemos afirmar, com base na diagramação da página, que a notícia foi considerada muito importante na época, uma vez que a foto está num espaço nobre, central e superior, atraindo de imediato o olhar do leitor, numa página de destaque. A foto e a matéria, juntas, preenchem, mesmo que parcialmente, seis das oito colunas da página do jornal.

A reportagem de capa do jornal trata da discordância entre as idéias do ministro e as do governo Garrastazu Médici sobre os métodos escolhidos para a redução dos índices inflacionários. Tal discordância resultou na renúncia de Cirne Lima. Logo no título da notícia, “Cirne Lima diverge e renuncia”, o sujeito da narrativa, o ministro da Agricultura Cirne Lima, é destacado, bem como a transformação operada, que é a renúncia ao cargo anteriormente assumido. O título da matéria apresenta, também, os motivos que levaram Cirne Lima a renunciar. A reportagem coloca em evidência, portanto, a fase de manipulação e a *performance*. O “olho”<sup>9</sup> da matéria, logo abaixo do título à direita, traz informações mais detalhadas sobre o fato exposto pela manchete e afirma que Cirne Lima não reconheceu como seus os valores cultivados pelo governo do qual fazia parte, por discordar dos

---

<sup>9</sup> “1. O mesmo que antetítulo. 2. Intertítulo ou pequeno trecho destacado da matéria, diagramado em corpo maior e colocado em janelas da composição corrida. 3. Pequeno texto de chamada para a matéria principal.” (Cf. Rabaça, 2002, p. 522.).

“métodos que vêm sendo utilizados para a redução do índice de inflação no País”. Assim, o político é manipulado a *querer* e *dever* renunciar. A renúncia, que é uma forma de privação, “caracteriza a posição do sujeito de um enunciado de estado que se priva a si próprio do objeto-valor” (Greimas e Courtés, s.d., p. 382). Assim, nasce o programa narrativo em que o sujeito Cirne Lima priva-se do cargo que possuía no Ministério: uma disjunção reflexiva do sujeito em relação a esse objeto-valor. Por se tratar de um sujeito competente, ele *sabe* e *pode fazer*; assim, a transformação, a *performance*, ocorre. A fase da manipulação ocupa grande parte da matéria, porque a reportagem ressalta os motivos que levaram Cirne Lima a *querer* e a *dever* abandonar o cargo no Ministério da Agricultura.

No desenvolvimento da matéria, na parte da reportagem que tem por intertítulo “O pedido”, ocorre a descrição, passo a passo, de como se deu a *performance*: Cirne Lima pediu uma audiência com o presidente da república, Garrastazu Médici, para formalizar sua renúncia. Como não fora atendido em sua solicitação, o ministro foi ao Palácio do Planalto, mas, não encontrando o “Chefe do Gabinete Civil ou qualquer outro funcionário de alto escalão”, deixou a carta com um funcionário menos graduado. A carta foi entregue ao presidente da República que “ficou irritado”, aceitou a demissão, mas não divulgou a “carta de agradecimento pelos ‘serviços prestados ao país’” e ordenou que o ministro fosse demitido e a carta-renúncia, devolvida: “Demita-se e devolva-se”. Após receber sua carta-renúncia de volta, movido pelo *querer fazer*, o ministro, sujeito competente, que podia e sabia, realizou uma nova *performance*: divulgou a carta-renúncia, e, com ela, suas críticas ao governo de Médici “a todas as associações agrícolas do país, além dos órgãos do Ministério nos Estados e Territórios e a quase todos os deputados e senadores, indistintamente da Arena e do MDB”, a fim de *fazer saber* o quanto a relação entre ministro e governo era conflituosa e por que isso chegou a provocar tal desenlace. Essa atitude de Cirne Lima é fruto da decepção, é um estado de tensão que nasceu de um descontentamento e que o levou à cólera.

Anterior a essa decepção, está pressuposto um programa narrativo de aquisição, em que o sujeito Cirne Lima, realizado, entra em conjunção com o governo, tomando posse do cargo de ministro da Fazenda. O sujeito de estado, Cirne Lima, está cheio de expectativas, está confiante, crê poder contar com o sujeito do *fazer*, o governo, para que se realizem “todas as suas esperanças e seus direitos” (Greimas, 1983, p. 229). E a recíproca é verdadeira. Nesse contrato estabelecido, o governo também nutre expectativas em relação ao

ministro, crê na fidelidade de Cirne Lima, no seu apoio incondicional. Cirne Lima acredita que seus direitos devem se realizar, que pode mostrar-se discordante com o governo e tentar persuadi-lo a tomar outras medidas, consideradas por ele mais adequadas à defesa da “prosperidade do país”; e o governo igualmente crê na realização das próprias esperanças e dos próprios direitos, julgando válida a política antiinflacionária adotada, apenas esperando do ministro uma atitude de concordância. Mas a confiança (*querer ser e crer ser*) de Cirne Lima cedeu lugar à decepção (*querer ser e não crer ser*) e à insegurança (*querer ser e crer não ser*) gerada pela não concordância do ministro com as atitudes do governo. E novamente se estabelece uma relação de reciprocidade: a decisão de Lima de renunciar ao cargo que ocupava foi interpretada pelo presidente Médici como quebra do contrato estabelecido entre os sujeitos, tornando o presidente um sujeito decepcionado. Cirne Lima não só traiu a confiança que o presidente havia depositado nele como levou o presidente a decepcionar-se consigo mesmo ao julgar ter depositado confiança em alguém que não merecia, que não colaborou com as decisões do governo, e ainda criou conflitos. Em consequência dessa dupla decepção, o descontentamento do presidente (traduzido no texto como “ficou irritado”) fez com que ele agisse com agressividade, expressa no gesto de devolução da carta. O Ministro, por sua vez, sentindo-se injustiçado, desprezado por nem mesmo ter a solicitação de audiência com o presidente atendida, deseja vingar-se de Médici, fragilizando a imagem de “governo forte”, coeso e bem estruturado, que o presidente tanto queria construir. Assim, ao tornar pública a carta-renúncia, buscou a liquidação da falta, tentando restabelecer a honra, o objeto-valor de que foi privado por não ter seu trabalho reconhecido pelo presidente, o responsável pela falta. Cirne Lima provocou sofrimento àquele que o fez sofrer, e essa vingança o levou a resgatar a autoconfiança<sup>10</sup>. Vale destacar que esse “reequilíbrio de prazeres e desprazeres”, consequente da vingança, recai sobre o plano individual e não social.

Essa é a notícia que o jornal traz em destaque na primeira página. Isso nos remete à estruturação do discurso jornalístico de *OESP*. Iniciemos a análise do patamar discursivo. Nesse nível estão presentes os termos que vão concretizar as formas abstratas do nível narrativo.

---

<sup>10</sup> O esquema da vingança proposto por Greimas, sofrer – fazer sofrer – experimentar prazer, também pode ser aplicado ao sadismo. No entanto, no caso do sadismo, os actantes sintáticos não se encontram integrados em um só ator sincrético; o sadismo não é anafórico, não há reparação de perda (Cf. Greimas, 1983, p. 244).

O nível discursivo, constituído de uma sintaxe e uma semântica discursivas, levará em consideração os “procedimentos que entram em jogo, ao nível da instância da enunciação, no momento da produção do discurso” (Greimas e Courtés, s.d., p. 432), isto é, o funcionamento dos três procedimentos básicos de enunciação: a actorialização, a espacialização e a temporalização; os percursos temáticos e figurativos e as isotopias deles resultantes.

Podemos notar que ela é pautada pelo efeito de sentido de objetividade, há um aparente distanciamento do “eu” que fala. O texto sobre Cirne Lima é livre de metáforas, alcançando o máximo do efeito de objetividade possível. É um tipo de texto construído por meio do emprego do português formal e culto. Nas palavras de Norma Discini, há um “tom brando da voz”, uma “expressão ‘equilibrada’”, que “incorpora o *éthos* da ‘justa medida’”, cumprindo, assim, com aquilo que estabelece a coerção do gênero “reportagem” de uma imprensa que se coloca como séria (Discini, 2003, p. 136). Ao obedecer à coerção do gênero, a matéria sobre Cirne Lima é uma reportagem no *modo da verdade*, já que *é e parece ser*. O leitor de *OESP* o elege como “seu” jornal diário, uma vez que valoriza essas características e, mais do que isso, compartilha dos mesmos valores:

Em nossa sociedade, o que pauta a vida dos homens nas suas relações com os outros é uma lógica da gradualidade. Nela são considerados disfóricos o excesso (pólo positivo) e a insuficiência (pólo negativo), enquanto a justa medida é vista como o termo eufórico. A qualidade da ação positivamente valorizada deve ser neutra em relação aos pólos categoriais: nem positiva nem negativa, nem excesso nem insuficiência. A neutralidade (justa medida) preside à aspectualização dos comportamentos sociais. (FIORIN, 1989a, p. 350).

O *eu/tu* simulam a própria ausência, a enunciação se enuncia, portanto, por meio de um *eu* implícito. Ela não está reproduzida no interior do enunciado, há efeito de sentido de afastamento: o enunciador, aparentemente, não se envolve com os fatos, os quais parecem gozar de autonomia ao “se apresentarem por si mesmos” ao leitor. Pura “camuflagem” discursiva. O *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo*, nas “Instruções Gerais”, faz a seguinte prescrição a seus redatores:

O recurso à primeira pessoa só se justifica, em geral, nas crônicas. Existem casos excepcionais, nos quais repórteres, especialmente, poderão descrever os fatos dessa forma, como participantes, testemunhas ou mesmo personagens de coberturas importantes. Fique a ressalva: são sempre casos excepcionais. (MARTINS, 1997, p. 18).

A debreagem enunciativa confere ao texto uma ilusão de imparcialidade, como se o discurso não expressasse os valores daquele que o produz, como se este fosse um mero relator. É obedecida, assim, a coerção do gênero de tal discurso, que é a de criar a ilusão de distanciamento ao se expressar como não-pessoa, marcado principalmente na forma da terceira pessoa do singular, um “ele”, que fala de um tempo “então”, de um determinado lugar “lá”.

Para que melhor se cumpra essa missão de parecer ser um mero relator, o enunciador se vale de um recurso gráfico – as aspas – para mostrar que as palavras citadas no texto não são dele, mas do próprio sujeito do enunciado. Jacqueline Authier-Revuz (1982) distingue heterogeneidades discursivas, Segundo a autora, a organização do discurso por meio do debate com as idéias do outro, sem que deste haja marcas de manifestação, define a *heterogeneidade constitutiva*. Já na *heterogeneidade mostrada*, a presença do “outro” será manifestada textualmente.

Nem todo texto mostra ou marca o “outro” por meio de citações. A reportagem jornalística, entretanto, apresenta como composição e estilo próprios ao gênero a heterogeneidade mostrada e marcada: o discurso relatado é fonte de verdade construída pelo discurso jornalístico.

Os territórios do sentido, no discurso jornalístico, são delimitados por fronteiras bem visíveis. É possível, assim, determinar quais foram as palavras utilizadas por Cirne Lima na carta de demissão dirigida ao presidente Garrastazu Médici, já que estão indicadas pelo uso das aspas:

### No “olho”

- a) Discurso de Cirne Lima — [...] “métodos que vêm sendo utilizados para a redução do índice de inflação no País” [...]
- b) Discurso de Médici — [...] “ ‘a pedido’ ”[...]

### Ao longo da matéria

- a) Discurso de Cirne Lima — [...] “uma carga incomparavelmente pesada” [...] [...] “que nunca desejou nem foi beneficiária da inflação” [...] [...] “infelizmente, os mecanismos governamentais visando o [sic] abastecimento interno, sem atingirem a estabilidade desejada pelo consumidor urbano, mais tem [sic] favorecido o setor industrial e comercial da exportação, crescentemente estrangeiro, e tornando cada vez menos brasileiros os resultados da prosperidade do País.” [...] [...] “dentro da fixação das necessidades e prioridades nacionais, acreditamos que o fator **Capital** está recebendo uma proteção que torna incompatível a conciliação dos objetivos nacionais.” [...] [...] “A remuneração deste capital [...], também cada vez menos brasileiro, faz com que o endividamento externo, a balança de pagamentos, e, internamente, o custo do dinheiro, tornem quase impossível [sic] as reduções inflacionárias desejadas, a não ser com desproporcional custo a ser pago por outro setor, no caso, o agrícola.” [...] [...] “urgente contato” [...]
- b) Discurso de Médici — [...] “Demita-se e devolva-se” [...]

No último parágrafo da matéria sobre a renúncia de Cirne Lima, as aspas marcam um discurso sem autoria: não é possível definir a quem ele pertence, ao enunciador, ao ministro ou se representa alguma voz coletiva. Além da ausência do autor do discurso, a presença da palavra “se”, em “se acredita” apaga qualquer pista sobre quem proferiu tais palavras:



Em Mato Grosso, a nomeação de Moura Cavalcanti foi recebida com ceticismo, pois **se** acredita que 'mais cedo ou mais tarde', haverá divergências entre ele e o ministro da Fazenda, que, em 1970, já havia causado a demissão do então ministro da Indústria e do Comércio, Fabio Yassuda. [grifo nosso]

Com o intuito de marcar a distinção entre o discurso citante e o discurso citado, usam-se verbos *dicendi*, abaixo destacados, e o discurso citado é uma oração subordinada substantiva objetiva direta, como nos trechos em discurso indireto:

a) 1º parágrafo, linhas 1 a 14

Em sua carta, Cirne Lima **ressalta**<sup>11</sup> [Oração Principal]

que a política antiinflacionária ocasionou “uma carga incomparavelmente mais pesada” sobre a agricultura” [Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta]

[...] que, “infelizmente, os mecanismos governamentais [...] mais tem [sic] favorecido o setor industrial e comercial de exportação” [...] [Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta]

b) 2º parágrafo, linhas 1 a 7

[...] A carta **diz** ainda [Oração Principal]

que “dentro da fixação das necessidades e prioridades nacionais acreditamos que o fator Capital está recebendo uma proteção que torna incompatível a conciliação dos objetivos nacionais” [...] [Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta, intercalada com Oração Subordinada Substantiva Objetiva Indireta e por Oração Subordinada Adjetiva Restritiva]

c) 2º parágrafo, linhas 8 a 18

[...] “A remuneração deste capital – **acrescenta** –, também cada vez menos brasileiro, faz com que o endividamento externo, a balança de pagamentos, e, internamente, o custo do dinheiro, tornem quase impossível [sic] as reduções inflacionárias desejadas, a não ser com desproporcional custo a ser pago por outro setor, no caso, o agrícola”.

---

<sup>11</sup> Grifos nossos.

Bakhtin afirma que a citação é

O discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação. Aquilo de que nós falamos é apenas o conteúdo do discurso, o tema de nossas palavras. Um exemplo de um tema que é apenas um tema seria, por exemplo, a “natureza”, o “homem”, “a oração subordinada” (um dos temas da sintaxe). Mas o discurso de outrem constitui mais do que o tema do discurso; ele pode entrar no discurso e na sua construção sintática, por assim dizer, “em pessoa”, como uma unidade integral da construção. Assim, o discurso citado conserva sua autonomia estrutural e semântica sem nem por isso alterar a trama lingüística do contexto que o integrou. (BAKHTIN, 2004, p. 144).

No enunciado d’*OESP*, em concordância com a debragem enunciativa de pessoa (actancial), com o *ele*, há debragem enunciativa de espaço (espacial), em que o espaço trabalhado na matéria é o do *lá* (distante do espaço da enunciação). O espaço enunciativo do jornal, o “aqui”, em São Paulo, opõe-se ao espaço enunciativo, “lá”, topicalizado como “Palácio do Planalto, em Brasília”. O narrador de *OESP* conta os fatos de um tempo “então” anterior ao “agora”, momento da enunciação (anterioridade 1). No “olho” da matéria, é possível notar que o tempo do “então” é definido pelo advérbio “ontem”, que pode ser traduzido pelo dia 09/05/1973, ao verificarmos a data do “agora”, 10/05/1973, inscrita no topo da página inicial do jornal. O uso dos verbos no pretérito ao longo da matéria, como em “renunciou”, “assinou”, marca a anterioridade dos fatos narrados em relação ao “agora” (pretérito perfeito 1). No trecho em que se relata a posse do novo ministro, “a posse deste será na manhã de hoje”, o tempo destacado é posterior ao da enunciação.

Ao longo da matéria, o narrador reproduz trechos da carta enviada pelo ministro da Agricultura ao presidente Médici. Os acontecimentos estão narrados no passado, os verbos estão conjugados no pretérito perfeito 2, como em “ocasionou”, “desejou”. No entanto, logo na primeira linha, há uma embreagem temporal, em que o presente substitui o pretérito, tornando os fatos passados “concomitantes em relação ao momento da enunciação” (Florin,

2002, p. 207): “Em sua carta, Cirne Lima *ressalta...*”. A carta foi escrita em um momento anterior ao momento da enunciação, concomitante a um “então”, mas o verbo no presente presentifica, nesse caso, o fato passado. O mesmo ocorre em “A carta *diz* ainda que...”, em que o presente substitui o pretérito imperfeito, já que a carta é um registro que pode ser perpetuado, e, portanto, pode ser eternizada no presente.

No excerto da matéria intitulado “O pedido” (ANEXOS 1A, p. 227), a narrativa discorre sobre o pedido de demissão do ministro, marcando acontecimentos ocorridos num passado em relação ao passado, como se pode observar nas expressões “havia solicitado” e “anteontem”. Em seguida, o narrador volta ao passado em que ocorreram os fatos que está narrando: “A carta do ex-ministro da Agricultura *foi remetida* por telex a todas as associações agrícolas do país”.

As relações espaciotemporais são responsáveis pela ancoragem do texto e colaboram para a criação do efeito de sentido de verdade. Reconhecidos como verdadeiros pelo leitor os espaços e as pessoas, tudo o mais assim parecerá ser. Desse modo, citar nomes completos de pessoas, “Cirne Lima”, “Emilio Garrastazu Médici”, “José de Moura Cavalcanti”, e de associações, “Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma”, ou marcar precisamente o tempo, “... haverá divergências entre ele e o ministro da Fazenda que, em 1970, já havia causado a demissão...”, são recursos que ajudam a criar um efeito de realidade: maior grau de iconização, mais detalhes, mais eficiente a construção do efeito de realidade. De acordo com o *Dicionário de Semiótica*, a iconicidade equivale à “ilusão referencial”, sendo, portanto, “o resultado de um conjunto de procedimentos mobilizados para produzir efeito de ‘sentido de realidade’” (Greimas e Courtés, s.d., p. 223). O material figurativo é transformado em iconicidade, pondo-se a serviço das “impressões referenciais” produzidas pelo texto<sup>12</sup>. A foto de Cirne Lima dentro do carro também colabora para a construção desse efeito, pois funciona como registro, como uma prova de verdade.

Em relação ao plano da expressão, a página de jornal é um texto sincrético, que promove a união de diferentes formas de expressão: a verbal e a visual. Floch, no *Dicionário de Semiótica* volume II, assim define “textos sincréticos”:

---

<sup>12</sup> Para a iconização, temos o apoio teórico em Bertrand, 2003, p. 193.

As semióticas sincréticas (no sentido de semiótica dos objetos, quer dizer, das grandezas manifestadas que se dão a conhecer) se caracterizam pela aplicação de uma pluralidade de manifestações de linguagens. Um anúncio publicitário, uma tira cômica, um telejornal [...] são, entre outros, exemplos de discursos sincréticos. Diz-se que as semióticas sincréticas constituem-se de um plano da expressão – e mais precisamente a substância de seu plano de expressão – cujos elementos são dependentes de várias semióticas heterogêneas. Afirma-se, assim, a necessidade – e a possibilidade – de abordar esses objetos como um todo de significação, e de proceder, inicialmente, à análise de seu plano de conteúdo. (GREIMAS e COURTÉS, 1986, p. 217-218).<sup>13</sup>

Vamos, então, à análise do plano do conteúdo da capa do jornal. O exame da página nos permite deduzir que o conjunto sincrético que compreende o título, a foto, a legenda abaixo dela e a matéria é coerente, os elementos são redundantes, solidários entre si; a redundância é funcional, diríamos que as vozes são, portanto, convergentes. A foto que acompanha a reportagem representa figurativamente a privação a que se submeteu Cirne Lima ao abandonar o cargo político. De perfil, sentado no banco de trás de um carro escuro, sozinho, sério, está a autoridade renunciante. Ao fundo, vê-se o prédio do Ministério. Abaixo da foto, a legenda informa: “Cirne Lima, já como ex-ministro, deixa o prédio do Ministério da Agricultura”. O advérbio *já* “possui o traço /posterioridade/” pressuposto, e “os traços /concomitância/ e /acabado/” (Fiorin, 2002, p. 171) postos. Isso significa que o enunciador pressupõe que o desligamento do governo ocorreria “num momento posterior”, se o mandato fosse cumprido até o fim, mas acaba por afirmar que o ato de Lima é concomitante e acabado em relação ao momento de referência presente, ao agora enunciado como 10 de maio de 1973. Interessante notar que o uso do advérbio promove uma aproximação ao enunciador do texto, rompendo com o efeito de objetividade jornalística tão desejado pela imprensa que se diz séria. Isso nos ajuda a comprovar a tese de que não é apenas a primeira pessoa que torna um texto avaliativo, subjetivo, mas também o uso de adjetivos e advérbios subjetivadores. Vale notar que a subjetividade do “eu” é evidente e a dos adjetivos e advérbios nem tanto, o que ajuda a camuflar a personalidade a que está fadado todo texto.

---

<sup>13</sup> Vários autores colaboraram na elaboração dos verbetes do *Dicionário de Semiótica II*. A definição de semiótica sincrética foi feita por Floch.

Afirmamos anteriormente que a matéria enfatiza a renúncia de Lima, portanto, a transformação de estado do sujeito. Como a transformação operada pelo sujeito impõe a ruptura de uma continuidade, e pressupõe um novo movimento, vemos o traço de “animação”, de “ação”, presente em todas as partes que compõem o conjunto sincrético, inclusive nas figuras apresentadas:

a. na foto

Cirne Lima dentro de um carro – pressupõe deslocamento de um ponto a outro;

b. na legenda

Cirne Lima, já como ex-ministro... – mostra a passagem de um estado de conjunção a um estado de disjunção;

... deixa o prédio do Ministério – o verbo “deixar”, além de fazer referência à mudança de local “prédio do Ministério”, componente da espacialização do texto, indica a ruptura com o cargo: “cessar de pertencer a”; “apartar-se de”;

c. no título

O emprego dos verbos “divergir” e “renunciar”. Segundo o dicionário *Houaiss*, o uso do termo “divergir” em sentido de discordar é figurado, uma metáfora que nasceu da idéia de “distanciar-se progressivamente uma coisa de outra; apartar-se, separar-se”. O verbo “renunciar”, “desistir da posse de”, também discursiviza a idéia de disjunção do sujeito em relação ao objeto.

No sincretismo dado no plano da expressão, temos a união do visual (foto) com o verbal (legenda e matéria jornalística), o que determina uma orientação semântica que reitera a oposição *estaticidade vs. dinamicidade*, sendo a *estaticidade* disfórica, uma vez que relacionada à conjunção de Cirne Lima com o cargo no governo, e a *dinamicidade*, eufórica, relacionada à disjunção desejada por Lima. Nesse sincretismo, o olhar para a foto e para o enunciado verbal confirma o movimento.

A isotopia discursiva, que é a reiteração dos traços semânticos, ajuda a estabelecer o efeito de coerência do discurso. Maingueneau e Charaudeau, em seu *Dicionário de Análise do Discurso*, retomando o conceito criado por Greimas, afirmam que

a isotopia designa globalmente os procedimentos que concorrem para a coerência de uma seqüência discursiva ou de uma mensagem. Fundada na redundância de um mesmo traço no desenvolvimento dos enunciados, tal coerência diz respeito principalmente à organização semântica do discurso. (MAINGUENEAU & CHARAUDEAU, 2004, p. 292).

A isotopia temática dos desencontros políticos está figurativizada no ator Cirne Lima, o renunciante, que se reveste de um sentido vitimizador, construído pelo enunciado. O presidente Garrastazu Médici, por sua vez, é um ator concernente à isotopia temática do enunciado dos desmandos arbitrários, causadores da renúncia do ministro.

O que se vê é, dessa maneira, um todo harmonioso, em que nada parece desconexo, uma vez que tudo colabora para a continuidade do sentido. O tema da vida política brasileira é representado pelas figuras que concretizam os atores, o espaço e o tempo: Cirne Lima, Médici; Ministério, Palácio do Planalto, Brasília; 10 de maio de 1973.

A desarmonia aparece, no entanto, no resgate do contexto político em que se insere a reportagem, ao constatarmos que Cirne Lima é a representação figurativa da oposição ao governo, da voz da discordância num discurso que se pretendia concordante, monológico. A determinação ética do ex-ministro se opõe frontalmente à atitude do governo. Ele questiona a validade da medida governamental que contribuiu para a criação da imagem de governo forte de Médici: sua política econômica. A tensividade do dizer do ministro, da crítica ao governo, ganha corpo na metáfora “carga incomparavelmente mais pesada sobre a agricultura”. Com essa frase, Cirne classifica a atitude do governo como ineficiente, favorecendo o capital estrangeiro em detrimento da economia interna do país, recaindo negativamente sobre o setor agrícola, pelo qual o ministro da Agricultura, por atribuição de seu cargo, tem obrigação de zelar. As figuras que constroem o discurso do ex-ministro mostram que ele condena a medida que promove a exportação, o capital estrangeiro, em detrimento da economia interna, “tornando cada vez menos brasileiros os resultados da prosperidade do País”. Depreende-se do discurso de Cirne Lima que ele assume a posição de defensor dos interesses da nação. Quanto a Médici, a imagem que se cria no discurso d’*OESP* é a de um sujeito autoritário, ou melhor, do anti-sujeito em relação a Cirne: aquele que atrapalha a *performance* do sujeito. A relação polêmica entre sujeitos se faz ver no “jogo de gato e rato” entre o ministro e o presidente da República: Médici não concede audiência para o ministro tratar de sua renúncia

e Cirne, quando da entrega de sua carta, não encontra sequer um funcionário habilitado para recebê-la. O descontentamento do presidente é figurativizado pela recusa de entrega ao ministro da protocolar “carta de agradecimento pelos serviços prestados”. Em resposta, o descontentamento de Cirne Lima é figurativizado pela divulgação de sua carta-renúncia “por telex a todas as associações agrícolas do país, além dos órgãos do Ministério nos Estados e Territórios e a quase todos os deputados e senadores, indistintamente da Arena e do MDB”, que se configurou como um plano de vingança, conforme mostrado anteriormente. A atitude de Cirne Lima de divulgar as divergências existentes dentro do governo mina o discurso monofônico e ditatorial e desestabiliza o discurso autoritário, o que justifica o ato do censor de impedir a divulgação de tal informação.

Dissemos que a reportagem, na capa do jornal, trata de uma relação conflituosa entre Cirne Lima e Garrastazu Médici, pelo ministro discordar dos métodos escolhidos pelo presidente para solucionar o problema econômico da redução dos índices inflacionários. Vimos que tal incompatibilidade de idéias resultou na renúncia de Cirne Lima ao cargo. A manipulação pressuposta do presidente em relação ao ministro, para que este entrasse em convergência com os ideais do governo, no que diz respeito à economia do país, não deu certo. Lima e Médici não partilhavam os mesmos valores. Cirne Lima tinha outros e diferentes valores.

Assim, por meio das relações de identidade e alteridade dos atores do enunciado, o discurso jornalístico expõe para seus leitores as divergências e as convergências do governo Médici. A afirmação da *identidade* (eu, Cirne Lima) e a negação da *alteridade* (o outro, Médici), que levam Cirne Lima a se desligar do quadro político do qual sente que não é participante, pois não se identifica com os demais membros do governo por não concordar com suas decisões, nem tampouco compartilhar de seus valores, evidenciam a existência de relações conflituosas no governo militar.

Importava evidenciar as divergências internas para desconstruir a imagem de governo coeso cultivada pelo Regime. Essa matéria chegou a ser editada, mas teve de ser substituída antes da distribuição do jornal. A solução encontrada pelo periódico para denunciar a opressão sofrida foi lançar mão de uma “técnica de estranhamento”, construindo uma página inicial completamente fora dos padrões. O produto dessa artimanha é o que veremos a seguir.

## 1.2. “Médici nomeia um novo ministro”: a matéria publicada

*Ceci n'est pas une pipe.*

Magritte

Atendendo à “solicitação” do censor, a matéria sobre a renúncia do ministro Cirne Lima foi retirada. Os espaços anteriormente ocupados pela matéria interdita receberam novas informações. No topo da página (ANEXOS 1B, p. 231), lê-se a manchete: “Médici nomeia um novo ministro”. A análise de ambos os títulos (o censurado e o que foi impresso) nos permite deduzir que a nova escolha dos sujeitos da narrativa revela uma mudança de enfoque: enquanto a matéria original destacava o sujeito Cirne Lima e sua renúncia, o novo título deixa claro que a *performance* do presidente, o sujeito dessa nova narrativa, é que merece atenção, pois ele nomeia um novo ministro. Se o signo constrói a realidade, o jornal, ao apagar o nome de Cirne Lima e não noticiar sua renúncia ao cargo, faz com que o sujeito renunciante e a ação de renúncia deixem de existir. A reportagem, que antes ocupava a primeira página do jornal, na nova edição foi deslocada para a página 21, conforme indicado na chamada<sup>14</sup> de capa. Assim como no título, na chamada da matéria não há nenhuma referência à renúncia de Cirne Lima – o fato que levou o presidente Garrastazu Médici a dever escolher um novo ministro. A reportagem, agora publicada no interior do periódico, expõe aparentemente apenas a *performance* de Médici, sem mostrar a fase da manipulação mal sucedida, os motivos que o levaram a *dever fazer* uma nova nomeação em seu ministério. A polêmica de Cirne Lima foi abafada, bem como os ideais antagônicos do ministro e do presidente. A foto do ministro cedeu lugar a um anúncio de rádio. Não há uma nova reportagem substituindo o texto de Cirne Lima. Logo abaixo da chamada, estão publicadas cartas dos leitores.

Abrindo a seção intitulada “Dos Leitores”, há o depoimento de um botânico com a afirmação de que os homens buscam entrar em conjunção com o objeto “rosas azuis”, apesar de a natureza os ter privado delas. Mas os sujeitos “não se conformam” e as buscam no mundo inteiro. O fato de o objeto buscado não existir impediria totalmente a conjunção do

---

<sup>14</sup> A chamada é um “pequeno título e/ou resumo de uma matéria, publicado geralmente na primeira página de jornal ou na capa de revista, com o objetivo de atrair o leitor e remetê-lo para a matéria completa, apresentada nas páginas internas” (Rabaça e Barbosa, 2002, p. 124).



sujeito com o objeto, ainda que não o impedisse de buscá-lo. A impossibilidade de suprir a falta do sujeito está reafirmada em “a rosa azul continua sendo um sonho irrealizável”. Na isotopia figurativa das rosas azuis intangíveis, escondem-se os sonhos igualmente intangíveis da liberdade interdita pela ditadura militar.

Na primeira carta publicada, o leitor chamado José Eduardo Ferreira é um sujeito que *quer e deve* aderir à campanha em busca das rosas azuis, objeto que se associa aos “mais belos sentimentos humanos”, “ternura”, “amor”, “liberdade”, “fraternidade”, “poesia”, “delicadeza”, “a humanização da vida”. A rosa azul, portanto, figurativiza o objeto-valor do sujeito, ao qual está impossibilitado de se conjugar. Coincidentemente, o objeto-valor desse sujeito é o mesmo objeto que busca o sujeito da enunciação d’*OESP*, do qual também está privado.

A segunda carta, escrita pelo leitor João Batista Lopes Vieira, mostra o desejo do leitor de saber as opiniões do jornal, que tem “em elevado conceito e admiração”, a respeito da lei sobre a aposentadoria por tempo de serviço. A carta desse leitor é um tipo de texto opinativo, que *faz saber*, em que “o enunciador constrói-se como alguém interessado em expressar as suas opiniões pessoais” (Carvalho, 2005, p. 48). João Batista afirma estar decepcionado com o projeto de lei que regulamenta as aposentadorias por tempo de serviço. Em sua opinião, o projeto fere os direitos individuais dos cidadãos e a Constituição.

No lugar destinado à publicação da foto do ministro no carro, há um grande anúncio da rádio Eldorado, com os dizeres: “Agora é samba. Domingo 19:30 H – Programa Eldorado” (ANEXO 1B, p. 231):



As dimensões do anúncio são as mesmas da foto de Cirne, o que parece ser um espaço demasiado grande para um anúncio com menos de dez palavras. A expressão “agora é samba”, em caixa baixa, tipo grande e negrito, é colocada no alto; há um grande espaço central, preenchido apenas por uma tinta cinza; embaixo, as referências: “DOMINGO 19:30 H – PROGRAMA ELDORADO”. Em relação ao plano da expressão, temos uma imitação e uma captação, ou seja, a *intertextualidade parafrástica*<sup>15</sup>, que diz respeito à diagramação. Maingueneau considera “a imitação uma das manifestações mais visíveis da heterogeneidade” (Maingueneau, 1989, p. 102), que se biparte em captação e subversão. Na captação, a imitação recai sobre a estrutura explorada.

Em relação ao plano do conteúdo, o anúncio chama a atenção por seu caráter polissêmico: o termo samba tanto pode designar, literalmente, um gênero de canção popular, um determinado ritmo musical, quanto pode significar, em sentido figurado, que algo não estaria indo bem, que algo negativo teria acontecido. Na horizontalidade oferecida pela diagramação da página, vemos que, no sentido de farra, de brincadeira, o termo “samba” entra em confronto com a seriedade do ato realizado pelo presidente Médici, descrito na manchete “Médici nomeia um novo ministro”, colocada acima do anúncio, e na chamada de capa “O presidente Garrastazu Médici assinou ontem decreto nomeando o sr. José de Moura Cavalcanti ministro da Agricultura”, ao lado do anúncio. Pressupõe-se, dessa maneira, que a ação do presidente seja da ordem da ludicidade (“samba”) e não da institucionalidade (governo/nação). O advérbio “agora” remete o leitor ao momento de referência presente, concomitante ao momento da fala, resgatando o *eu/aqui/agora* da enunciação d’OESP. É como se o enunciador emergisse do enunciado e alertasse: neste momento as coisas estão muito difíceis, dançamos, fomos censurados! Parece que o anúncio não divulga um produto, sua função comercial, mas faz referência à situação vivida pela enunciação, exercendo uma função de denúncia. Estamos diante de uma denúncia velada.

Essa ocorrência discursiva é similar àquela publicada na capa do *Jornal do Brasil* (ANEXOS 2, p. 235) no dia 14 de dezembro de 1968<sup>16</sup>:

---

<sup>15</sup> Cf. Discini, 2004.

<sup>16</sup> A reprodução da capa foi extraída do livro de Elio Gaspari, 2002a, p. 256.

Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável.  
O país está sendo varrido por fortes ventos.  
Máx.: 38° em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras.

Essa suposta previsão do tempo publicada no *JB* no dia seguinte à decretação do Ato Institucional nº 5, no *modo do parecer*, segue as coerções do gênero. A respeito dos gêneros, Fiorin afirma:

Todos os textos que produzimos, sejam eles orais ou escritos, sejam eles manifestados por qualquer outra linguagem que não a verbal, são sempre a materialização de um gênero [...]. Os gêneros são organizações relativamente estáveis caracterizadas por uma temática, uma forma composicional e um estilo. A temática não é o assunto de que trata o texto, mas é a esfera de sentido de que trata o gênero [...]. A forma composicional é a estrutura do texto [...]. O estilo é o conjunto de marcas lingüísticas exigidas por um gênero. (FIORIN, 2004, p. 102)<sup>17</sup>.

O modo de dizer, ou seja, o estilo é adequado ao do gênero “previsão do tempo”; a estrutura composicional, a forma do texto, marcando as temperaturas mínimas e máximas, também é mantida, mas a temática foi alterada em segredo. O texto não trata dos estudos meteorológicos, das oscilações térmicas em dada região do país, mas da situação política enfrentada no Brasil. Temos uma bi-isotopia: a leitura meteorológica e a leitura de denúncia política. As expressões “negro”, “sufocante”, “ar irrespirável” e “fortes ventos” figurativizam o estado de coisas, a tensão que regia o momento político em questão. As referências espaciais, os topônimos “Brasília” e (Palácio das) “Laranjeiras”, remontam ao local de onde surgem as decisões. As temperaturas muito altas (35°C) e muito baixas (5°C) figurativizam as oposições, a exaltação dos ânimos dos políticos diante da decisão tomada de cercear a liberdade de expressão a favor de uma ordem imposta. O contexto político desfavorável, a opressão do regime militar, está instaurado no texto e esse é o tema de que ele trata. No *modo do ser*, estamos diante de uma paródia do gênero “notícia meteorológica”.

---

<sup>17</sup> Fiorin, José Luiz. “Gêneros e tipos textuais” *apud* MARI, Hugo; WALTY, Ivete; VERSIANI, Zélia (orgs.), 2005, p. 101-117.

Vale destacar ainda, na mesma edição do *Jornal do Brasil*, no canto superior direito da capa, a expressão:

Ontem foi Dia dos Cegos.

O jornal, por ser uma produção diária, registra as efemérides no próprio dia da publicação. Causa estranhamento, então, o resgate do tempo, para destacar uma data comemorativa do dia de “ontem”, 13 de dezembro de 1968, anterior ao momento da enunciação, o “hoje”, assinalado no topo da página como 14 de dezembro de 1968. A manchete de capa “Govêrno baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo ilimitado” indica o fato jornalístico de maior importância entre as notícias do dia da edição. A informação sobre o “Dia dos Cegos”, aparentemente, contrasta com a manchete e com a página principal como um todo, já que esta se concentra em informar o leitor sobre um único acontecimento: a decretação do Ato Institucional. No entanto, ao promover o resgate do dia anterior por meio da data comemorativa, o “ontem”, 13 de dezembro de 1968, concomitante ao momento em que o governo baixou o Ato, emparelham-se os assuntos, e a leitura vertical permite a criação de um novo sentido para a expressão “Dia dos Cegos”. A cegueira, caracterizada como um *não poder fazer* (não poder ver), é uma figurativização do estado do leitor, já que a censura imposta pelo AI-5 aos meios de comunicação (não poder transmitir informações) os impossibilitava de transmitir aos leitores algumas notícias, de fazê-los ver alguns fatos. No *modo do ser*, portanto, não há contraste entre a informação inscrita no topo da página e a matéria de capa, e, sim, redundância, reiteração, ainda que não pareça. Em tempo: não existe, oficialmente, um dia em que se homenageiem os cegos.

Voltemos ao anúncio “agora é samba”. Depreendemos da análise da página do *Estado* que, ao contrário do que ocorreu na página censurada, não há coerência entre as partes que compõem a página principal do jornal. O anúncio parece e está deslocado. O local destinado ao “olho” da matéria de Cirne Lima foi adaptado como uma chamada para a nomeação do novo ministro da Agricultura, sem sequer citar a renúncia do ex-ministro, o assunto proibido. A manchete tornou-se “Médici nomeia um novo ministro”, e o espaço da reportagem sobre a renúncia de Cirne Lima foi ocupado por um texto que originariamente pertencia à seção “Cartas dos Leitores”, normalmente localizada na página dois e publicada aos domingos, mas estranhamente colocada na capa do jornal, em uma quinta-feira. A respeito da primeira

página de um jornal, J. M. Floch, em *Semiótica plástica e linguagem publicitária*, afirma que ela é

Aquela em que se dão as notícias que foram consideradas mais importantes, mais ricas de ensinamentos ou de emoções para os leitores; mas é também a página onde, cada dia, figura o título. Qualquer que seja o ordenamento das notícias, qualquer que seja o tamanho dos títulos em função da importância concedida aos acontecimentos, título e divisa constituem o lugar onde se manifesta a permanência do jornal. A primeira é, então, a página em que se manifesta uma das características fundamentais do discurso jornalístico: o de ser uma criação própria (no caso presente, coletiva) a partir destes “discursos dos outros” que são os acontecimentos do mundo. (FLOCH, 1987, p. 34).

A matéria sobre a carta-renúncia de Cirne Lima ao presidente Médici cede lugar a “Salomão e rosas”, a coluna dos leitores. O tema da vida política bem como suas figuras, ainda presentes na manchete da página, desaparecem: “Médici”, “José de Moura”, “Brasília”, “ontem” – nenhuma dessas referências permanece no texto subsequente à chamada. O texto, inicialmente escrito em terceira pessoa, como seu antecedente censurado, discorre sobre a inexistência de rosas azuis. Não é uma reportagem, já que não apresenta o

conjunto das providências necessárias à confecção de uma notícia jornalística: cobertura, apuração, seleção dos dados, interpretação e tratamento, dentro de determinadas técnicas e requisitos de articulação do texto jornalístico informativo. (RABAÇA, 2002, p. 638).

Temos, então, a subversão do gênero “reportagem”. A antífrase ou ironia também aparece, nesse momento, marcando o descompasso entre o enunciado e a enunciação. Diz-se uma coisa no enunciado, mas a enunciação diz outra. O enunciado fala sobre rosas azuis, delicadeza, liberdade, cita rodólogos e botânicos; a temática dos acontecimentos da vida política, que podia ser encontrada na matéria interdita foi substituída pela temática da

preservação da natureza, do cultivo de rosas. Mas a enunciação fala de opressão, de censura. Simula-se uma campanha sobre o cultivo de rosas azuis, diz-se, no enunciado, que a rosa é liberdade para que se mostre a opressão sofrida pela enunciação.

A forma composicional também foi alterada. Não encontramos mais o lide, que é a resposta às perguntas “quem?”, “o quê?”, “como?” “quando?”, “onde?” e “por quê?”, típicas do gênero “reportagem”. Em seu lugar, vemos vocativos, remetentes, endereços, uma estrutura típica do gênero “carta”:

A estrutura composicional da carta se atesta na ancoragem espacial e temporal – representada sob a forma de “cabeçalho” —, na ancoragem actancial — que se materializa na forma de “vocativo” (construção do interlocutário, o “destinatário”) e de “assinatura” (construção do interlocutário, ou “remetente”, no senso comum). (CARVALHO, 2005, p. 59).

Assim como na reportagem sobre o ministro, nesse texto sobre as rosas, há a presença de outras vozes, marcadas por aspas. *Um certo* botânico presta seu depoimento e seu discurso parece ser reproduzido com fidelidade: “a natureza negou-as aos homens, mas eles não se conformam e continuam procurando-as no mundo inteiro”, segundo palavras de um botânico.

O depoimento de um botânico, ao invés de conferir ao texto mais credibilidade, funcionando como argumento de autoridade, enfraquece o possível efeito de sentindo de verdade que se buscava obter com o emprego da debreagem enunciativa. Com a ausência do nome do profissional, mesmo que o pronome “certo” atenua o efeito de indefinição promovido pelo artigo “um”, não há nada que ancore o texto, e o depoimento soa como invenção. Temos então o que *parece ser* uma carta, mas, na verdade, é uma colagem de substituição da reportagem interdita.

Com efeito, a matéria sobre as rosas, como manifestação de uma imprensa séria, mostra que nem tudo parece ser muito sério, uma vez que apresenta termos não dicionarizados como “rodólogos”<sup>18</sup>; que discorre sobre algo inexistente no mundo natural (“ainda não existem rosas azuis”) e irrelevante para ocupar a primeira página de um jornal

---

<sup>18</sup> Os dicionários *Aurélio* e *Houaiss* registram o substantivo rodologia (“estudo das rosas”), mas não o termo rodólogo. Não há registro da palavra, ainda que ela exista como possibilidade de construção da língua.

dito “sério”, como *OESP*, desestabilizando a coerção do gênero “notícia de jornal”. Além disso, parece-nos que, efetivamente, não temos cartas de leitores publicadas, mas uma paródia do próprio gênero “epistolar”, uma vez que as cartas sobre o cultivo de rosas azuis preservam sua estrutura e seu estilo, mas trabalham uma temática estranha à cotidianidade do jornal, ainda mais se comparadas à carta editada na seqüência da coluna sobre a Previdência Social. A carta do leitor João Batista Lopes Vieira, além de preservar a estrutura composicional e o estilo convencionais, possui uma temática político-social, que mantém a coerência com o conjunto de reportagens colocadas na primeira página dessa edição do jornal.

Os gêneros, afirma Discini (2005, p. 34), “são formas relativamente estáveis tanto em relação ao conteúdo temático-figurativo, quanto à estrutura textual”. As coerções do gênero nos levam a pensar na cena genérica deste texto, que determina as “regras de formação”, as “leis de funcionamento” discursivo. “Os gêneros limitam nossa ação de escrita”<sup>19</sup>. Vejamos o que diz Carvalho a respeito dos gêneros:

Os gêneros delimitam a esfera de atividade dos sujeitos, regulando em linhas gerais as possibilidades do dizer, os primeiros contornos de um *modo de ser (efeito de individuação)*. Para enunciar com este ou aquele estilo, é preciso estar circunscrito numa dada esfera de circulação, num dado domínio do gênero.

As coerções do gênero, assim, na medida em que definem o que pode e o que deve ser dito na circunscrição do enunciado, são compreendidas como limites para a ação enunciativa. O sujeito deve comportar-se de dado modo, portando o saber específico sobre o gênero convocado a fim de que seja interpretado adequadamente por seu interlocutário. (CARVALHO, 2005, p. 69).

Se, na matéria censurada, como coerção do gênero “reportagem”, o narrador cria um simulacro de afastamento do *eu* que fala, em relação ao *tu* com quem fala, nas cartas, obedecendo à coerção da cena genérica, há aproximação entre interlocutor e interlocutário,

---

<sup>19</sup> MARCUSCHI, Luiz Antônio. “Gêneros textuais: configurações, dinamicidade e circulação” *apud* KARWOSKI (org.), 2005, p. 18.

levando a uma intimidade, a uma cumplicidade entre eles. Há, por meio de uma debreagem enunciativa, criando efeito de sentido de subjetividade, um “eu” instaurado no discurso, presente no enunciado. Na primeira carta, esse “eu” que fala é José Eduardo Ferreira, que manifesta seu parecer sobre a inexistência de rosas azuis; na segunda carta, é João Batista Lopes que discorre sobre as alterações nas leis da Previdência Social, em especial no que se refere à aposentadoria por tempo de serviço. O narratário é projetado no enunciado por meio da expressão “Sr. Redator”, no início de cada carta; pelo pronome oblíquo, em “gostaria de ouvi-lo”; pelo pronome de tratamento “vossa senhoria”, ao final do texto. Também são projetados no enunciado os espaços: “Rua Cardeal Arcoverde, s/nº, Capital”, na primeira carta; e “Rua João Julião, 296, 10º andar, São Paulo”, na segunda. Esses elementos, que participam da figurativização toponímica, quando associados, permitem uma ancoragem que visa a construir o simulacro de um referente externo e a produzir o efeito de sentido de realidade.

O leitor assíduo de *OESP*, no entanto, sabia que, além de não serem colocadas na primeira página do jornal, as cartas eram publicadas aos domingos, e dia 10/05/1973 era quinta-feira. A mudança de gênero, provocada pela substituição da reportagem pelas cartas, altera o significado da totalidade da página. Devido a essa desarmonia, a essa manifestação jornalística que causa estranhamento, o leitor do jornal é conduzido a fazer uma nova leitura do texto, substituindo a previsão temático-figurativa dada pela isotopia da página e do jornal que contêm o não-dito, recuperando a ironia. Ao leitor atento de *OESP* cabe interpretar os simulacros criados, reinventando sentidos, estabelecendo uma coerência, uma nova ordem de leitura, a partir de indicações que a própria leitura fragmentada oferece. Num dado trecho da reportagem, surge a leitura que se deve fazer da “rosa azul”:

“Senhor Redator, desde Salomão, no Cântico dos Cânticos (a Rosa de Sharon)<sup>20</sup>, essa flor se associa aos mais belos sentimentos e ideais humanos: à ternura, ao amor, à liberdade, à fraternidade, à poesia, à delicadeza, à humanização da vida.”

---

<sup>20</sup> “Cântico dos cânticos”: livro bíblico constituído por uma coleção de poemas que cantam o amor entre o bem-amado e a bem-amada, escritos cerca de 450 a.C. As tradições judaica e cristã viram ali os símbolos do amor de Jeová por Israel e do povo eleito por seu Deus. (cf. *Larousse Cultural*, 1995, p. 1128)



Afirma-se no enunciado que a rosa figurativiza a liberdade. Essa afirmação reorganiza a leitura do texto e permite que se veja o tema político subjacente à figurativização poética. A matéria publicada, portanto, apóia-se no jogo de oposições patêmicas *amor vs. ódio*, ou da oposição *liberdade vs. opressão*. O *ódio* e a *opressão* são negados, são disfóricos, e o *amor* e a *liberdade* são euforizados, como bens a serem buscados. A rosa, que deve ser cultivada, é a representação dos “mais belos sentimentos e ideais humanos”, é “a humanização da vida”, o objeto de valor buscado no nível narrativo e figurativizado no nível discursivo do texto. Isso promove um retorno ao tema político. Na aparência, como dissemos anteriormente, o texto trata de questões ligadas à natureza; portanto, baseia-se na oposição semântica *natureza vs. civilização*. Na essência, o texto trata de questões ligadas à política. Fica, assim, restabelecida a coerência da página: o título trata do tema político, o anúncio e as cartas, também. Apenas no *modo do parecer*, o efeito de monofonia foi conquistado e as divergências foram apagadas.

O fato é que *ceci continue de ne pas être une pipe...*

## **2. O Estado de S. Paulo de 11 de maio de 1973**

### **2.1. “Ética motivou ato de Cirne”: a matéria censurada**

Ao ser editada, a primeira página do jornal *O Estado de S. Paulo* de 11 de maio de 1973 (ANEXOS 3A, p. 239) apresentava, entre outras, uma reportagem sobre a renúncia do então ministro da Agricultura Cirne Lima. Foi a segunda tentativa de publicação de matéria sobre tal fato. Nessa nova tentativa, a notícia sobre Cirne Lima não é a *matéria de manchete*<sup>21</sup> da edição, isto é, não é a principal matéria do dia, como na publicação anterior do jornal já analisada, ainda que ocupe um grande espaço da capa do periódico: duas colunas para a reportagem e quatro para a foto. Dessa vez, apesar de a foto estar novamente no canto

---

<sup>21</sup> Considera-se “matéria de manchete” aquela que destaca “o fato jornalístico de maior importância entre as notícias contidas na edição”. A “matéria de manchete” acompanha a “manchete”, que é o “título de maior destaque (em tamanho e importância jornalística) no alto de cada página de notícia” (Rabaça, 2002, p. 451).

superior da página do jornal, nem ela nem a matéria ficam centralizadas na capa. A foto ocupa da segunda à quinta coluna e a reportagem, a terceira e a quarta colunas.

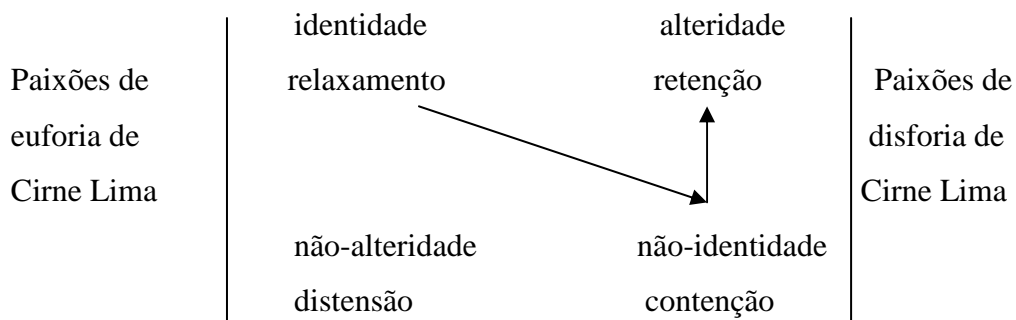
A reportagem “Ética motivou ato de Cirne”, localizada na terceira e na quarta colunas, da esquerda para a direita da página, expõe, como na edição anteriormente comentada, os motivos que levaram Cirne Lima a renunciar ao cargo que assumira no Ministério da Fazenda, novamente evidenciando a manipulação e a *performance*. A fase da manipulação é ressaltada logo no título da matéria, a “ética” própria, não a imposta, é que leva o sujeito a *querer* e a *dever* abandonar o seu cargo. O ato do ministro foi movido pela crença de que o governo colocava o país em segundo plano ao determinar os rumos de sua economia, privilegiando o capital estrangeiro. De acordo com os valores assumidos por Cirne Lima, o comportamento ético é desejável e incompatível com o comportamento do governo. A matéria apresenta, ainda, outras narrativas subordinadas à renúncia de Cirne Lima, como Moura Cavalcanti assumindo o cargo de ministro da Agricultura, no excerto de intertítulo “A posse”. O novo ministro, em seu discurso, afirmou estar satisfeito com a política antiinflacionária adotada pelo governo Médici, ao contrário da declaração feita pelo ex-ministro Cirne Lima de que a política econômica prejudicava o setor agrícola, o que deflagrou a renúncia do político. Na declaração de Moura Cavalcanti, o novo ministro pareceu estar em conjunção com os valores do governo, o que evitaria futuras discordâncias que culminassem numa nova renúncia. O presidente Médici, presente à posse do novo ministro, faz uma prescrição: o novo ministro deve “entrosar-se” com os titulares do Planejamento e da Fazenda. Na seqüência, a matéria destaca uma nova disjunção no governo: a decisão do presidente da Companhia Brasileira de Armazenamento, José Cassiano Gomes dos Reis, de afastar-se do cargo, apesar de ser convidado pelo novo ministro a manter-se nele. Com o intertítulo “Custo de Vida”, a mesma matéria afirma que a publicação, pela Fundação Getúlio Vargas, dos índices do custo de vida poderá ainda ser feita naquele mesmo dia, atestando que foram superiores aos índices do mesmo período no ano anterior, o que confirmaria a ineficiência da política antiinflacionária adotada pelo governo. Fechando a matéria, “Censura” mostra o depoimento do líder do governo na Câmara, negando a acusação do líder da oposição de que as decisões do Congresso Nacional eram sigilosas, por serem transmitidas pela “Hora do Brasil” e pelo “Diário do Congresso”. Simulacros: era preciso parecer transparente.

A foto que ilustra a matéria retrata um estado de conjunção, de euforia. Opõe-se diretamente àquela selecionada para ser colocada na capa do jornal do dia anterior: não apresenta um Cirne Lima sozinho; ele aparece focalizado frontalmente, sorridente, cercado de amigos e parentes, como indica a legenda “Ao chegar a Porto Alegre, o ex-ministro é abraçado por parentes e amigos” (ANEXO 3A, p. 239):



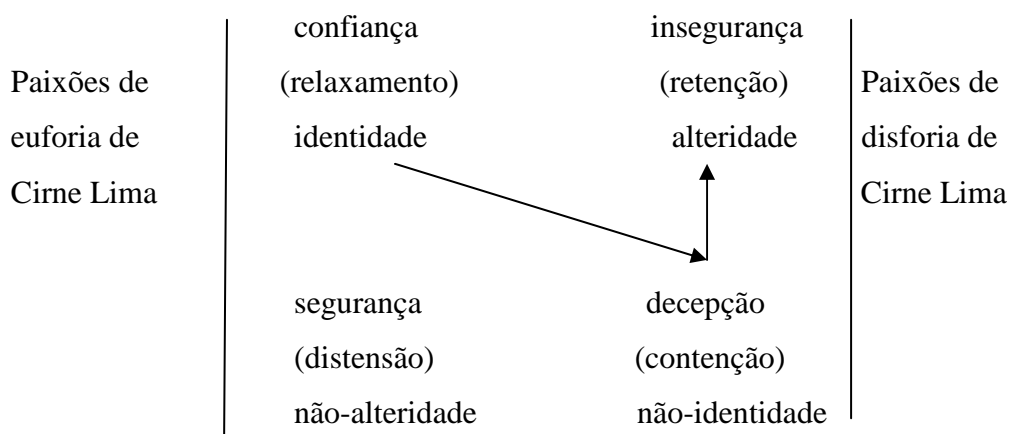
A cena fotografada é a representação figurativa das paixões da completude: felicidade, confiança, satisfação conseqüentes da união, da identificação de Cirne Lima com seus pares.

A matéria deste dia 11 de maio evidencia um movimento de convergência, o apoio dos parentes e amigos à atitude tomada por Cirne Lima, a conjunção com os pares. Essa *identidade* eufórica se opõe à disforia do momento anterior, em que as paixões da falta reinavam: descontentamento, insatisfação, em que se impunha a *alteridade*, o estranhamento, a solidão, conseqüentes da decepção de Cirne Lima com as atitudes tomadas por Médici. O governo é, agora, o lugar das divergências. A conjunção disfórica com o governo, no momento em que Cirne Lima diverge, representa um movimento de negação da *identidade* e a afirmação da *alteridade*, como vemos a seguir:

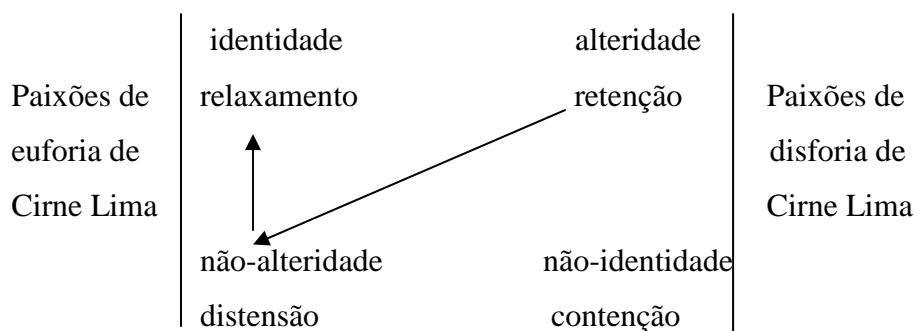


O descontentamento de Cirne Lima, que gerou sua renúncia, é fruto da decepção que sofreu com o governo, com o qual teve uma crise de confiança: “A crise de confiança provém da incompatibilidade do *crer S2 dever fazer* com o *saber S2 não fazer* e resulta no *não crer ser* da decepção” (Barros, 1989-1990, p. 65). O ex-ministro da Agricultura acreditava que as medidas tomadas pelo governo Médici para conter a inflação deveriam “servir aos objetivos nacionais”, mas, ao contrário disso, Lima sabia que elas beneficiariam apenas o capital estrangeiro, favorecendo os setores industriais e comerciais de exportação, “crescentemente estrangeiros”, e lesaria o setor agrícola. Cirne Lima não se sentia parte desse governo, não compartilhava de seus valores. Assim, aceitar as decisões era convergir.

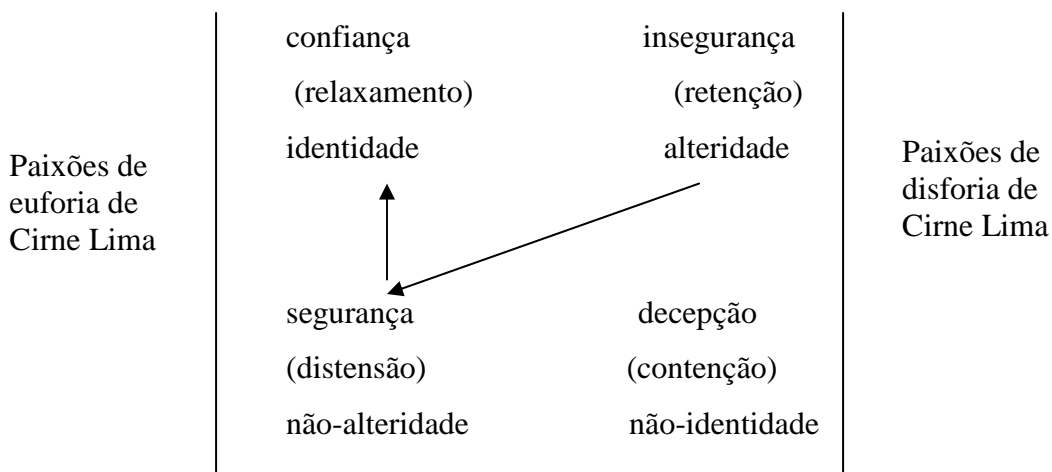
Essa crise promoveu um aumento de tensão: da confiança no governo (*querer ser e crer ser*), do estado de relaxamento em que se encontrava no momento em que assumiu o cargo de ministro da Agricultura, o ministro passou à decepção (*querer ser e não crer ser*), caracterizado como um estado de contenção e chegou à insegurança (*querer ser e crer não ser*) que é um estado de retenção. Chegamos então ao seguinte quadro:



A afirmação da *identidade*, no gesto de renúncia, promove a passagem da *alteridade*, eixo em que se situavam as paixões da incompletude, para o eixo da não-*alteridade*, da *identidade*, em que se localizam as paixões da completude, em que há convergência de opiniões. Houve, assim, um resgate da *identidade*, que pode ser assim representado:



O resgate da *identidade* e, conseqüentemente, da confiança de Cirne Lima promove a diminuição do estado de tensão. Agora como ex-ministro, a insegurança e a preocupação (*querer ser e crer não ser*) cedem lugar à segurança (*querer ser e não crer não ser*), chegando à confiança (*querer ser e crer ser*). Respectivamente, houve a passagem do estado de tensão para a distensão para atingir o relaxamento.<sup>22</sup>



Vale destacar que, nessa situação, a assunção do cargo corresponde inicialmente ao estágio de *identidade* e a saída do cargo, ao de *alteridade*; com a polêmica criada com

<sup>22</sup> Barros, 1989-1990, p. 65.

Médici, a *identidade* passa a ser a renúncia e a *alteridade*, a permanência no cargo; há, assim, uma mudança de projeções tensivo-fóricas sobre o ficar ou não ficar no governo.

Esse estado de relaxamento em que o sujeito ora se encontra, por estar disjuncto do cargo que ocupava no governo, é representado visualmente no plano da expressão por meio do sorriso aberto do ex-ministro. O espaço da foto, topicalizada em Porto Alegre, tal como está colocado na legenda, é o espaço da conjunção eufórica e se opõe ao Ministério, em Brasília, o espaço da disforia, retratado na foto anterior.

Para alcançar o efeito de sentido de objetividade, buscou-se o afastamento do “eu” que fala. A legenda, em debreagem enunciativa, usando a terceira pessoa do singular, “ele”, fala de um tempo “então”, de um determinado lugar “lá”. O mesmo ocorre na matéria. O espaço enunciativo, o “aqui”, em São Paulo, opõe-se ao espaço não-aqui, também enunciativo, “lá”, em “Porto Alegre”, o local de referência de Cirne Lima, ou ao “lá”, “na Capital da República”, o espaço de Moura Cavalcanti.

Quando o enunciador relata o texto em terceira pessoa, tentando substituir a subjetividade da enunciação pela objetividade do enunciado, a interlocução é anulada e temos o procedimento da debreagem enunciativa. Seguindo a mesma orientação, as projeções de tempo e de espaço também produzem um desengate da instância enunciativa, configurando-se num *então* e num *alhures* próprios do enunciado. (TATIT, 1998, p. 77).

Seguindo a coerção do gênero, novamente, o jornal *OESP* faz uso das aspas a fim de demarcar o território do sujeito do enunciado. Por meio da heterogeneidade mostrada e marcada, com o uso das aspas, destacando a citação, o enunciador constrói a ilusão de delimitar o espaço onde se inicia e termina o próprio discurso e o espaço que preenche o discurso citado. As aspas promovem um distanciamento entre o seu discurso e o discurso de outrem. A voz de Cirne Lima aparece na expressão “gota d’água”, “eminente ético”, “há algum tempo”; a do antigo assessor do ex-ministro em “momento certo”, “crise maior, numa ocasião pouco recomendável”; a de Moura Cavalcanti em “feliz” e a de Geraldo Freire em “túmulo”. Note-se que, em geral, as expressões são avaliativas e atribuir a autoria a cada uma delas ajuda a manter a imagem de isenção de opiniões que a imprensa séria cultiva. Vale ressaltar que, para essa distinção de vozes, nos trechos em discurso indireto, são utilizados

verbos *dicendi*, que funcionam como a oração principal de uma oração subordinada substantiva objetiva direta:

- a) 1º parágrafo, linhas 1 a 9  
[...] O ex-ministro da Agricultura Cirne Lima **disse** ontem [Oração Principal]  
que a “gota d’água” de sua renúncia foi de caráter “eminente ético” e [Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta]  
que sua decisão havia sido tomada “há algum tempo” [...] [Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta]
- b) 2º parágrafo, linhas 1 a 5  
[...] Na Capital da República, um antigo assessor do ex-ministro **afirmou** [Oração Principal]  
que a renúncia ocorreu no “momento certo” [...] [Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta]
- c) 2º parágrafo, linhas 11 a 16  
[...] Em Washington, o matutino Washington Post deu grande destaque à renúncia de Cirne Lima, **ressaltando** [Oração Principal]  
que ela poderia dar origem a uma crise [...] [Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta]
- d) 1º parágrafo do excerto “A posse”, linhas 7 a 13  
[...] Ao fazer sua apresentação aos demais ministros, o general Garrastazu Médici fez questão de **ressaltar** [Oração Principal]  
que ele deveria entrosar-se especialmente com os titulares do Planejamento e da Fazenda. [Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta]
- e) 2º parágrafo de “A posse”, linhas 1 a 8  
[...] Em sua alocução – breve e meramente protocolar –, Moura Cavalcanti **disse** [Oração Principal]  
que se sentia “feliz” com os resultados [...] [Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta]

- f) 3º parágrafo de “A posse”, linhas 1 a 10  
[...] De todos os dirigentes dos principais órgãos do Ministério da Agricultura por enquanto apenas um – José Cassiano Gomes dos Reis, presidente da Companhia Brasileira de Armazenamento – **anunciou** [Oração Principal]  
que não continuará no cargo [...] [Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta]
- g) 1º parágrafo do excerto “Censura”, linhas 1 a 4  
[...] O líder do governo na Câmara dos Deputados, Geraldo Freire, **negou** ontem [Oração Principal]  
que o Congresso Nacional seja um “túmulos” [...] [Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta]

Aparece, ainda, em três ocorrências, como glosas, a expressão “segundo...” para determinar a fonte das afirmações:

- a) segundo o assessor (2º parágrafo, linhas 7 e 8)
- b) segundo funcionários do próprio governo (1º parágrafo de “Custo de Vida”, linhas 5 e 6)
- c) segundo o Departamento de Estatística da Secretaria de Planejamento (2º parágrafo de “Custo de Vida”, linhas 1 a 3)

Maingueneau destaca que

Enquanto o discurso direto supostamente repete as palavras de um outro ato de enunciação e dissocia dois sistemas enunciativos, o discurso indireto só é discurso citado por seu sentido, constituindo uma tradução da enunciação citada. (MAINGUENEAU, 1996b, p. 108).

O efeito produzido pelo discurso indireto consiste em tirar do narrador-enunciador a “responsabilidade” pelo que está sendo dito, mas sem a “ilusão referencial”, o “efeito de verdade”, obtido pelo uso do discurso direto. O discurso indireto estabelece uma distância entre a posição do narrador e a do sujeito que proferiu o discurso citado. Cria-se um efeito de sentido de objetividade, despersonaliza-se o discurso citado, que se vê privado de sua autonomia enunciativa.



Em relação ao tempo, os fatos são narrados de um tempo anterior ao “agora”, momento da enunciação. O tempo de anterioridade enunciativa é definido pelo advérbio “ontem”, que pode ser traduzido pelo dia 10/05/1973, ao verificarmos a data do “agora”, 11/05/1973, inscrita no topo da página inicial do jornal. Os verbos no pretérito ao longo da matéria, como em “afirmou”, “ocorreu”, “evitou”, “deu”, “tomou”, “anunciou”, marcam a anterioridade dos fatos narrados em relação ao tempo do “agora”. Emparelhado ao sistema de anterioridade 1, enunciativa, está a anterioridade 2, enunciva: o passado do passado. A anterioridade é então marcada pelas formas do pretérito mais-que-perfeito, como em “havia sido tomada”, “dera a entender”. Nas expressões “poderá divulgar”, “deverão ser”, “será de”, o tempo destacado é posterior ao da enunciação. O mesmo se dá no trecho em que se afirma que o presidente da República “viaja domingo”. O uso do presente do indicativo no lugar do futuro do presente do mesmo modo conferiu efeito de certeza à afirmação, buscando neutralizar o efeito de incerteza típico do tempo futuro. As suposições do texto aparecem na forma do futuro do pretérito: “poderia eclodir”, “poderia dar origem”, “deveria entrosar-se”. Temos aí embreagens próprias do discurso jornalístico.

Vale reiterar que as relações espaciotemporais ancoram o texto e proporcionam a criação do efeito de sentido de verdade. São citados na matéria os nomes completos dos actantes da narrativa, “Cirne Lima”, “Emilio Garrastazu Médici”, “José de Moura Cavalcanti”, de instituições, “Fundação Getúlio Vargas”, e há o registro fotográfico do ex-ministro sendo abraçado por parentes e amigos, o que aumenta o efeito de iconização. De acordo com Charaudeau (2006b), como não há concomitância entre o dito e o fato, é preciso buscar procedimentos de reconstituição que garantam veracidade à reportagem:

*Dizer o que aconteceu* significa que não há coincidência temporal entre o dito e o fato e que o relato que se instaura entre os dois só pode ser de *reconstituição*. Assim, o problema que se coloca é o da veracidade da reconstituição, de seu grau de verossimilhança, que pode ir do mais provável ao improvável, e mesmo ao inventado. Tornar verossímil é tentar fazer crer que o relato corresponde à reconstituição mais provável, apresentando-se o dito como o mais fiel possível ao fato tal como se realizou. (CHARAUDEAU, 2006b, p. 89).

Novamente a matéria jornalística destaca as divergências e as convergências entre os membros do governo. O texto verbal destaca os motivos da divergência e o apoio dos aliados do ministro, como visto no depoimento de seu antigo assessor. A cena relaxada que a foto constrói mostra, portanto, o encontro da *identidade*, a convergência, os pares de Cirne Lima, os amigos e parentes que apóiam a divergência de Lima com o governo e a conseqüente negação da *alteridade* (o outro e seus valores). Lima torna-se, então, membro do grupo de oposição ao governo Médici.

Por outro lado, a mesma reportagem mostra a convergência do novo ministro com o governo, uma vez que Moura Cavalcanti afirma estar “‘feliz’ com os resultados obtidos pelo governo no combate à inflação e com os ‘índices de crescimento do setor agrícola’”. A convergência, vista como uma condição necessária para o bom funcionamento do governo, está explícita na fala de Médici, em que ele afirma que o novo ministro teria de buscar o entrosamento com os titulares do Planejamento e da Fazenda. A matéria destaca, ainda, que a divergência de Cirne Lima levou apenas um dos dirigentes dos principais órgãos do Ministério da Agricultura a querer afastar-se do cargo após a posse do novo Ministro.

O jornal, ao denunciar a falta de ética do governo e ainda mostrar o seu delator, o seu oponente, feliz, recebendo apoio, louvaria a atitude de discordância e afirmaria o protesto. Novamente a matéria foi editada, mas não pôde circular, o texto foi censurado:

Temos aí um modo de dizer que, ao silenciar a polêmica, confirma o acento único da voz, por meio do efeito de monofonia, tão caro ao discurso autoritário que, por sua vez, protege o sujeito contra a instabilidade das transformações. (DISCINI, 2005, p. 287).

Boa tentativa do censor de abafar a polêmica, mas o discurso monofônico não imperou.

## 2.2. “A rosa é o próprio amor”: a matéria publicada

*Uma flor nasceu na rua!  
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.  
Uma flor ainda desbotada  
ilude a polícia, rompe o asfalto.  
Façam completo silêncio, paralisem os negócios,  
garanto que uma flor nasceu.*

*Sua cor não se percebe.  
Suas pétalas não se abrem.  
Seu nome não está nos livros.  
É feia. Mas é realmente uma flor.*

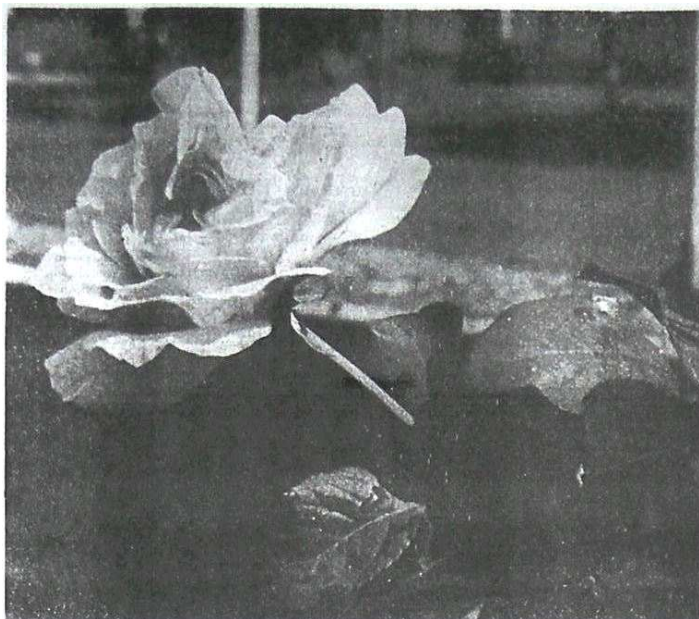
*Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde  
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.  
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.  
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.  
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.*

Carlos Drummond de Andrade

O espaço da matéria censurada da capa do dia 11 de maio de 1973 foi preenchido, tal qual acontecera na publicação anterior de *OESP*, por cartas de leitores (**ANEXOS 3B, p. 242**). Nelas, aparentemente, não há nenhuma menção à renúncia do ministro Cirne Lima. O título da matéria passa a ser “A rosa é o próprio amor”. Abrindo a seção “Dos Leitores”, um suposto leitor do jornal, Joaquim C. A. Nogueira, escreve para a Redação do *Estado* “lembrando” que a rosa não precisa amar para viver, uma vez que possui órgãos de reprodução dos dois sexos. Ele continua a carta descrevendo toda a composição da rosa e demonstra ter conhecimento sobre o objeto sobre o qual discorre. Lista as rosáceas, dentre elas o marmeleiro, que “dá varas de marmelo”, que, culturalmente, associam-se à idéia de punição, de castigo, e tenta persuadir os leitores a não *querer* ou *dever* cultivar marmeleiros e, sim, rosas. Na segunda carta publicada, um sujeito chamado Jonas Lupércio demonstra seu contentamento com o jornal pela criação de uma campanha em defesa das rosas, dizendo que uma rosa “não se esgota em sua dimensão puramente botânica porque, incorporada à vida desse animal simbólico que é o homem, acabou por transformar-se, também ela, em

símbolo”. Acrescenta que ela é incorruptível e que “a rosa não deixa de ser bela nem de exalar o seu perfume, embora a esmague a insolência dos ventos”.

Em substituição à foto do ministro, surge, em *close*, uma grande foto de uma rosa; abaixo, a legenda: “A rosa, louvada por poetas desde tempos imemoriais, continua simbolizando o amor”:



**A rosa, louvada por poetas desde tempos imemoriais, continua simbolizando o amor**

O espaço da reportagem sobre a renúncia do ministro da Agricultura foi, novamente, ocupado por supostas cartas de leitores. O novo título, “A rosa é o próprio amor”, apresenta-se como metafórico, negando o universo de objetividade que circula na primeira página como um todo. A construção do título em metáfora permite uma nova leitura, já que estabelece uma nova isotopia. Bertrand afirma que as figuras de retórica, como a metáfora, estão baseadas no duplo sentido:

As figuras de retórica instalam a coexistência tensa e eventualmente competitiva de dois ou vários planos de significação simultaneamente oferecidos à interpretação. Podem, portanto, ser compreendidas como

conectores de isotopias, que introduzem uma isotopia inicial no campo de atração de uma segunda isotopia, abrindo essa significação inicial para um novo universo de sentido, e instalando assim duas leituras coexistentes e parcialmente concorrentes de uma mesma significação. (BERTRAND, 2003, p. 189).

O novo universo de sentido que se abre é o da denúncia da opressão do governo sobre a mídia. Uma gafe do censor colabora, ainda que acidentalmente, para a manutenção do efeito de estranhamento utilizado pelo enunciador do jornal como estratégia discursiva para denunciar a censura: ao delimitar com caneta os textos que deveriam ser retirados da capa do periódico naquela edição (**ANEXOS 3A, p. 239**), o censor determina o corte da matéria sobre a renúncia de Cirne Lima, mas se esquece de marcar também o veto à foto da posse do novo ministro, Moura Cavalcanti, que se relacionava com o conteúdo da matéria que acabara de censurar. Ancorado apenas pela legenda, o texto não-verbal, ao contrário do que estabelece a coerção do gênero “foto-reportagem”, não está acompanhado de uma matéria jornalística que o esclareça. Sem um texto que explique o acontecimento registrado pela foto, o leitor fica sem saber qual é o propósito dessa foto na primeira página do jornal. Assim, na nova primeira página, a foto rompe com a coerência legenda/foto/matéria, uma vez que o conteúdo a que se referia a foto foi substituído por outro, com diferentes figuras e temas. Pode-se dizer que essa primeira página, tão marcada por rupturas, foge ao padrão estabelecido, foge à coerção do gênero, pelo segundo dia consecutivo.

Mais um fato se soma à bizarra construção dessa página: é surpreendente que dentre as notícias mais importantes do dia esteja uma campanha em prol do cultivo de rosas. No entanto, se o olhar for direcionado para outro ponto, atravessando o enunciado, para a enunciação, após verificar a reiteração dos traços semânticos, o texto será lido de outra maneira. Assim se justifica a necessidade de se colocar aquela matéria naquele determinado espaço. Essa nova leitura está inscrita no texto como virtualidade, como possibilidade. É necessário atentar para o fato de que, ao contrário da matéria proibida, o “eu” que fala está explícito, a enunciação é enunciada, bem como a quem ele se dirige, o *tu* com quem fala, o “Senhor Redator” do jornal, seguindo a coerção do gênero “epistolar”, conforme analisamos anteriormente. Não podemos deixar de dizer que a temática das cartas contém um efeito de

sentido surreal, o que leva a duvidar da sua autenticidade, fazendo crer em apenas uma criação fictícia da redação do jornal para atingir sua finalidade de denunciar a censura sofrida.

Na primeira carta, o “eu” que fala é Joaquim C. Nogueira, que parece ser um experto em Botânica, discorrendo sobre as rosáceas. Na segunda carta, é Jonas Lupércio, um “velho leitor de Virgílio”. O interlocutário é projetado no enunciado por meio da expressão “Sr. Redator” e também pelas formas do imperativo, privilegiando a função apelativa ou conativa da linguagem, como em “Vamos cultivar rosas e florir este país...”, “Amemo-lo com rosas”, “lembremo-nos da rosa branca”. Também são projetados no enunciado os espaços: “Praça da República, 107”, na primeira carta, e “Avenida da Liberdade, Capital”, na segunda – uma estranha coincidência de endereços, em que a “República”, que é, pelo menos teoricamente, uma forma de governo em que o povo é soberano, um modo de governo que atende aos interesses gerais dos cidadãos, e a “liberdade”, o valor euforizado pelo jornal, estejam dividindo um mesmo espaço, o que se projeta como o *querer ser*, mas *não poder ser*, do sujeito da enunciação.

Esse leitor fiel ao jornal poderia recolher as figuras do texto e reorganizar sua leitura a partir delas. Diz o autor da carta que tanto a roseira quanto o marmeleiro, “por incrível que pareça”, são rosáceas, porém que não devemos plantar marmeleiros, mas cultivar rosas. Na carta, a “rosa”, figura principal dada no sincretismo do texto, simboliza o amor e se opõe às “varas de marmelo”, que simbolizam a punição, numa relação antitética. Os semas pertinentes à rosa são beleza, delicadeza, feminilidade, ornamento. As varas de marmelo reforçam o caráter opressivo, violento de um corpo que pisa duro, que é o corpo militar. Esses elementos retomam as oposições semânticas *liberdade vs. opressão*, exploradas na análise da edição de 10 de maio, e que serão retomadas adiante, para o exame do nível profundo desses textos. Novamente o próprio enunciado direciona o fazer interpretativo do leitor ao explicitamente afirmar que a rosa é um símbolo: “Lembremo-nos da rosa branca, que é o símbolo do silêncio” e “uma rosa, senhor redator, não se esgota em sua dimensão puramente botânica porque, incorporada à vida desse animal simbólico que é o homem, acabou por transformar-se, também ela, em símbolo”. No último parágrafo da carta de Jonas Lupércio, a simbologia da rosa e sua tradução idílica são reafirmadas: “símbolo de tudo aquilo que é exatamente o oposto de todos os tipos de poluição”. A situação de enunciação, a

censura sofrida pelo jornal, é criada no enunciado, como efeito do interdito. Isso é feito metaforicamente, marcando o protesto do sujeito da enunciação que não aceitou os valores da opressão e da submissão e denunciou a violência sofrida: “a rosa não deixa de ser bela nem de exalar o seu perfume, embora a esmague a insolência dos ventos”. A aparente quebra da coerência estabelece uma nova isotopia, uma nova possibilidade de leitura, criando novos sentidos. Tais recursos reforçam o alerta ao leitor de que o fato de as coisas estarem “fora da ordem” no jornal significa que a divulgação de informações estava sendo mantida dentro da ordem imposta pelo governo ditatorial: mais ordem, menos liberdade.

A enunciação também emerge do enunciado nas alusões intertextuais apresentadas. A frase “Brasil: ame-o ou deixe-o”, proferida pelo então presidente da República Garrastazu Médici, dirigida à oposição ao seu governo parece ecoar por todo o texto, mas em especial na citação dos versos de Fernando Pessoa: “prefiro rosas a meu país”. O que vemos na totalidade é a relação polêmica entre o discurso ufanista do presidente e o discurso midiático oprimido, que acaba por apoiar-se em Ricardo Reis. A respeito da inserção de um discurso dentro de outro, Fiorin afirma:

Se um discurso cita outro discurso, ele não é um sistema fechado em si mesmo, mas um lugar de *trocas enunciativas*, em que a história pode inscrever-se, uma vez que é um espaço conflitual e heterogêneo ou um espaço de reprodução. Um discurso pode aceitar, implícita ou explicitamente, outro discurso, pode rejeitá-lo, pode repeti-lo num tom irônico ou irreverente. Por isso é que o discurso é o espaço da reprodução, do conflito ou da heterogeneidade. As relações interdiscursivas podem, assim, ser contratuais ou polêmicas. (FIORIN, 2003a, p. 45).

As aspas deveriam marcar a citação *ipsis literis* do poema do heterônimo pessoano Ricardo Reis, mas a frase publicada no jornal sofreu algumas alterações, como vemos a seguir na reprodução da primeira estrofe do poema:

Prefiro rosas, meu amor, à pátria,  
E antes magnólias amo  
Que a glória e a virtude.

E não param por aí as alusões intertextuais. *As Bucólicas*<sup>23</sup>, de Virgílio, constituem a maior delas. Interessante notar que, tanto para o pastor d' *As Bucólicas* quanto para Ricardo Reis, a paz e a tranqüilidade são características da vida campestre, que é, portanto, euforizada. O campo é um *locus amoenus* que favorece uma visão calma da existência e da vida simples e sincera. O pastor, na poesia virgiliana, está num lugar de felicidade, com o seu labor, gozando o dia presente, enquanto se tem essa oportunidade ou o vigor da juventude, pois a vida é efêmera. Segundo o autor da carta, Jonas Lupércio, a grande lição de Virgílio foi mostrar que a rosa é incorruptível, não se deixa alterar (não se deixa submeter à censura) e que simboliza tudo aquilo que se opõe à poluição (fazendo oposição à opressão). O discurso de Virgílio e o de Lupércio estabelecem uma relação contratual: ambos vêem a rosa como representação da liberdade. Mais um ponto aproxima Lupércio de Virgílio: o latinismo de seu nome. De acordo com Antenor Nascentes, “Lupércio é derivado do latim *Lupercus*, um dos nomes de Pã, de *lupus*, lobo, e *arcere*, afastar”. Também vale destacar que o nome Jonas remete ao *Livro de Jonas*, que narra a história do profeta que teria sido enviado por Deus a Nínive, grande capital do Império Assírio, a fim de pregar ao povo. Mas Jonas desobedece às ordens do Senhor e decide ir a outra cidade, Társis, “para fugir à face do Senhor”. Quando chega em Jope, entra em um navio que iria para Társis. Um forte vento se faz, levanta-se do mar uma grande tempestade. Os tripulantes do navio, assustados, tiram a sorte para saber por que o mal recaía sobre eles. A sorte cai sobre Jonas. Atendendo ao pedido do próprio profeta, os homens lançam Jonas ao mar, e a fúria do mar cessa nesse momento. O missionário é engolido por um grande peixe, em cujo ventre passa 3 dias e 3 noites. Após fazer uma oração em que reconhece a necessidade da obediência, Jonas é vomitado pelo peixe sobre a praia. O profeta vai então à Nínive e prega ao povo: “Ainda quarenta dias e Nínive será submetida”. Os ninivitas proclamam jejum e vestem-se de pano de saco. A cidade nada sofre. Desgostoso, Jonas afirma ter fugido para Társis porque sabia que a profecia não se realizaria,

---

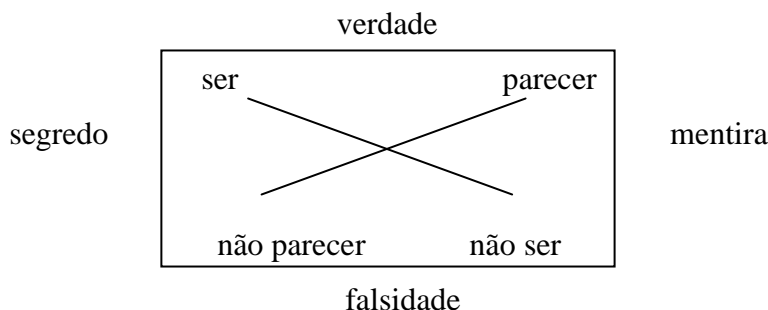
<sup>23</sup> *As Bucólicas*, escritas entre os anos de 42 e 37 a.C., trouxeram celebridade a Virgílio e eram recitadas freqüentemente no teatro. Foram consideradas o primeiro fruto maduro da poesia virgiliana. Virgílio deu a esses poemas o nome de “éclogas”, ou composições pastoris. Em número de dez, há forte influência da poesia de Teócrito. No entanto, os pastores de Virgílio são bem educados, o amor, para eles, não é uma paixão selvagem, mas um galanteio; enquanto os pastores de Teócrito se matam, os de Virgílio contentam-se em suspirar. Surge, assim, na obra de Virgílio, um sonho de paz, que permite o esquecer-se da triste realidade histórico-política do momento. “*As Bucólicas* são um meio de expressar todos os sentimentos, como a admiração da grandeza romana e a aversão à guerra”. (Cf. Loizaga & Herrero, 1968, p. 13, 17-18).



já que a clemência de Deus impediria a cidade de sofrer algum mal. Mas Deus o convence de que o povo de Nínive forma um objeto mais digno de compaixão do que o conforto do próprio missionário.<sup>24</sup>

O axioma de Gertrude Stein, “uma rosa é uma rosa é uma rosa”, é utilizado para reforçar a “plurisignificação” (sic) do termo – a rosa é o amor, – e “reavivar nossa memória, às vezes, tão estranhamente débil”. Essa falha de memória remete à interdição do jornal. Se o veículo de comunicação é a fonte de transmissão de informações, uma vez que se proíba a divulgação de determinado fato, não há registro (daí a debilidade), e se não houver registro, não haverá memória.

O texto faz referência, ainda, à Maçonaria, à Loja da Rosa dos franco-maçons, sociedade secreta “cujos membros, que professam os princípios de igualdade e fraternidade, se dão a conhecer entre si por meio de sinais esotéricos”<sup>25</sup>. Essa citação parece reafirmar o desejo da liberdade de expressão e revelar um segredo para o leitor, o que só pode ocorrer devido à relação de cumplicidade entre o enunciador e o enunciatário, como anteriormente exposto. A cena enunciativa confirma o segredo. Segundo a categoria da verossimilhança (Greimas e Courtés, s.d., p. 488), o *parecer* e o *ser* assim se relacionam:



O *ser* e o *parecer* são modalidades veridictórias, que têm como termos contraditórios *não ser* e *não parecer*. Aquilo que ao mesmo tempo comportar os termos *ser* e *parecer* será considerado *verdadeiro*; se, ao mesmo tempo, *não parecer* e *não ser*, será uma *falsidade*; se articular simultaneamente *parecer* e *não ser*, constituirá uma mentira; e, por fim, se puder *ser* e *não parecer*, corresponderá a um segredo.

<sup>24</sup> Cf. *Bíblia Sagrada*, 1980, p. 1023-1024.

<sup>25</sup> Cf. *Larousse Cultural*, 1995, p. 3716.

Essas cartas de leitores, assim como as publicadas na véspera, têm como principal tema o cultivo de rosas. Novamente, no *modo do parecer*, deparamos com a oposição *natureza vs. cultura*. No entanto, no *modo do ser*, o próprio enunciado cria a oposição *liberdade vs. opressão*, ao afirmar que a “rosa”, que figurativiza o amor, opõe-se a outra rosácea, o marmeleiro, que “dá varas de marmelo”, como projeção da denúncia no nível discursivo do texto. A rosa, fotografada e cultuada na primeira página do jornal, funciona como um símbolo de resistência à censura.

*Agora é definitivo: uma rosa é mais que uma rosa.*

Adélia Prado

## **CAPÍTULO 2**

### **Revista *Veja* – a ironia como mecanismo de confrontação ideológica**

## 1. O sincretismo: *Veja e Leia*

*Um texto é dito sincrético, se juntar em si  
dois meios diferentes de expressão.*

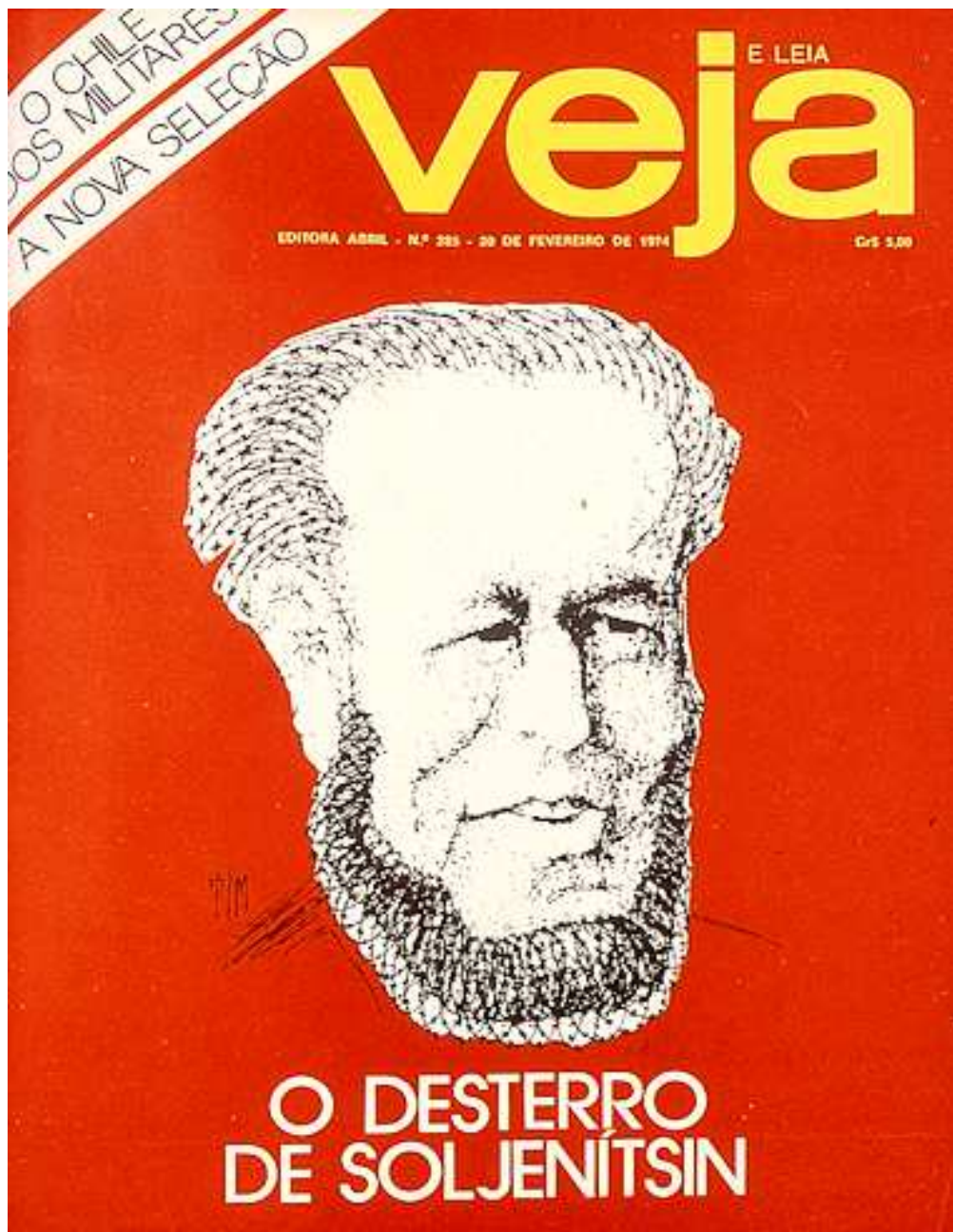
Discini

O jornal é uma produção diária que funciona como fonte de transmissão de *saberes, poderes, deveres e querereres*. Acima de tudo, o jornal é um feixe de crenças. O discurso jornalístico oferece aos seus leitores informações sobre as transformações ocorridas no mundo e faz *fazer*: faz o leitor participar da História, orientado, entretanto, pelo ponto de vista dado às ocultas, de maneira dissimulada.

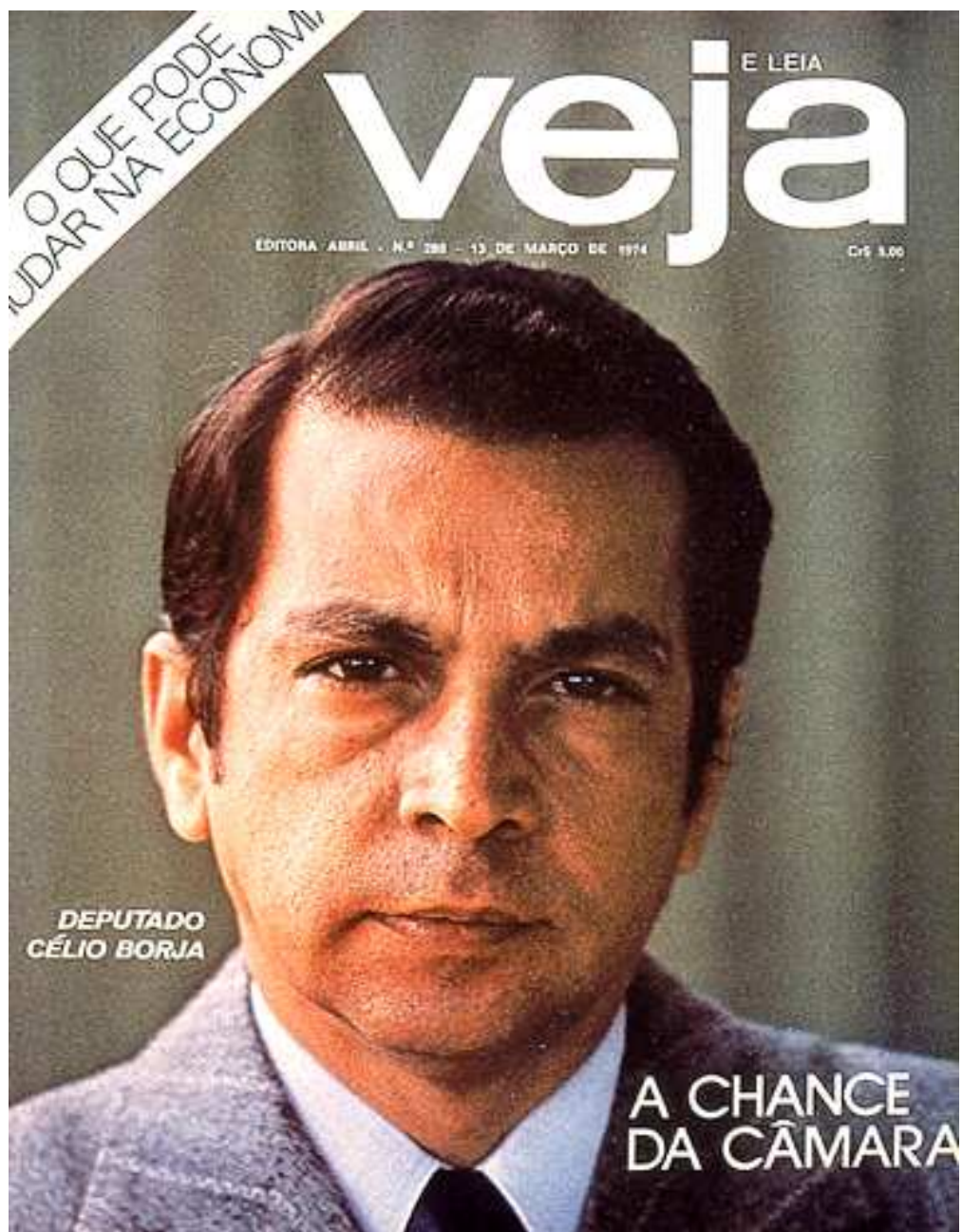
Uma revista semanal, como a *Veja*, segue os mesmos princípios diretores do jornal, com a diferença de que, por não ser uma produção diária, faz um apanhado dos fatos ocorridos ao longo da semana, selecionando para a publicação aquilo que ela julga ser digno de nota, visando ao interesse de seus leitores.

Desde sua criação, em 1968, até o ano de 1974, a revista que hoje conhecemos simplesmente por *Veja* era chamada *Veja e Leia*, como vemos nas reproduções das capas das edições que compõem nosso *corpus* de análise:

Capa da edição de 20 de fevereiro de 1974: *Veja e Leia*

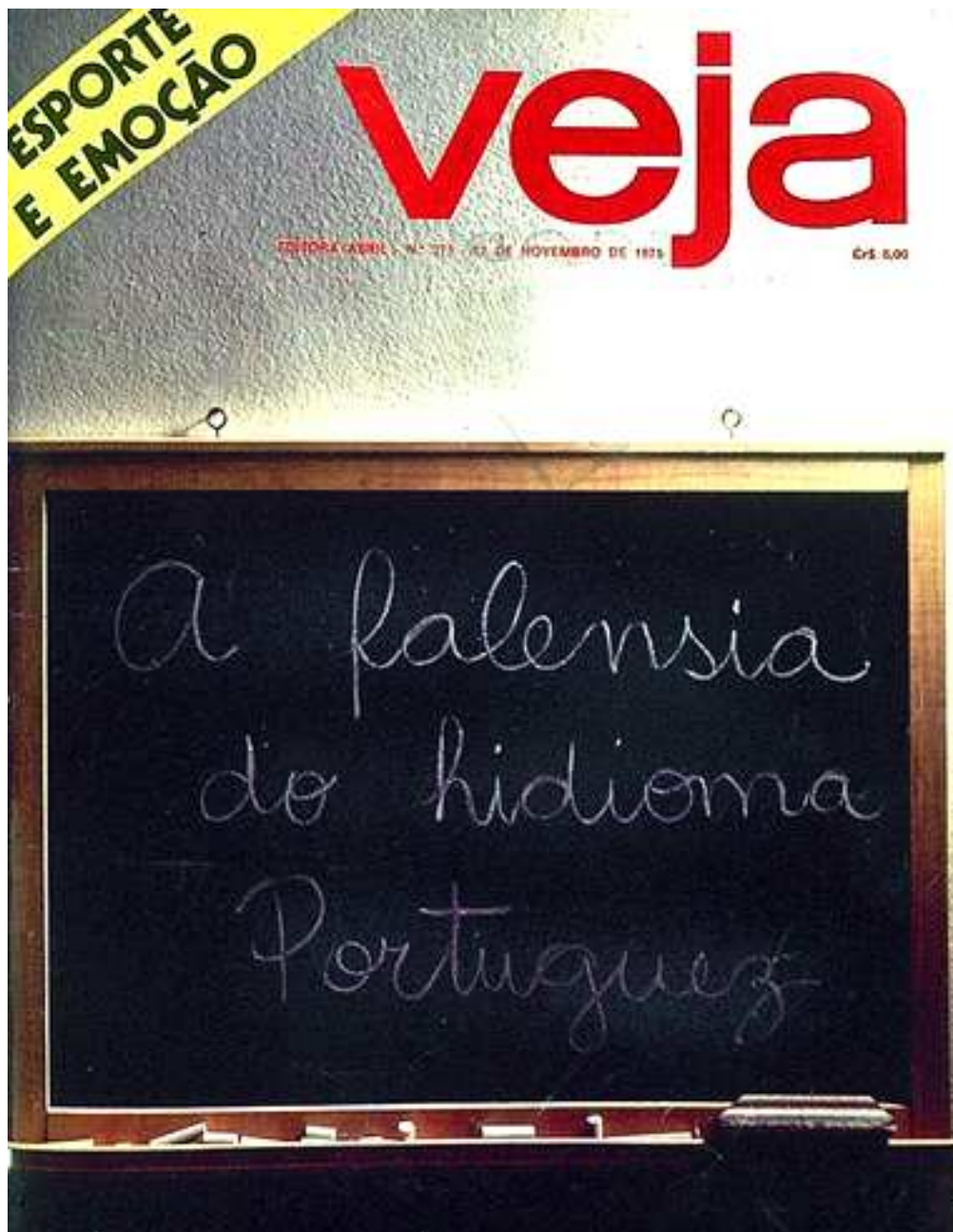


Capa da edição de 13 de março de 1974: *Veja e Leia*





Capa da edição de 12 de novembro de 1975, já com novo título: *Veja*



Assim como no jornal, textos não-verbais, ou seja, fotos e desenhos, e textos verbais compõem as páginas da revista. Vale ressaltar que o antigo título da revista, *Veja e Leia*, reforçava o caráter sincrético do periódico. De acordo com Lúcia Teixeira, considera-se sincrético

um objeto que, acionando várias linguagens de manifestação, está submetido, como texto, a uma enunciação única que confere unidade à variação. Objetos sincréticos, para dizer com mais rigor, são aqueles em que o plano de expressão se caracteriza por uma pluralidade de substâncias mobilizadas por uma única enunciação cuja competência de textualizar supõe o domínio de várias linguagens para a formalização de uma outra que as organize num todo de significação. (TEIXEIRA, 2004, p. 235).

Nas páginas de *Veja*, a estratégia enunciativa é sincretizar diferentes linguagens de maneira que os textos não-verbais reafirmem os conteúdos dos textos verbais presentes na revista, o que estabelece uma relação contratual entre as partes que formam o todo do periódico, reiterando conteúdos. Importa destacar que há uma única enunciação, tanto para os enunciados verbais como para os não-verbais.

Na edição de 20 de fevereiro de 1974, um tema da política internacional foi selecionado como o mais importante da semana. Há uma única manchete na capa dessa edição da revista: “O desterro de Soljenítsin”. O texto verbal é reforçado pelo texto não-verbal que o acompanha: sobre um fundo vermelho vivo, numa analogia à cor da bandeira da antiga URSS, vê-se uma caricatura de Alexandre Soljenítsin, o prêmio Nobel de Literatura que, no livro *Um Dia na Vida de Ivan Deníssovitch* (1962)<sup>26</sup>, relatou a própria experiência nas prisões stalinistas. Transformou-se num símbolo de resistência ao repressivo sistema soviético, foi preso em 12 de fevereiro de 1974 e expulso da antiga URSS. A capa “grita”. O amarelo do logotipo da revista *Veja* contrasta com as letras brancas da manchete, com a cor vermelha do fundo e a caricatura em branco e preto de Soljenítsin. O vermelho intenso e brilhante que predomina na capa se homologa à tensão do conteúdo que é trazido para a manchete. O título da capa destaca uma ruptura, uma sanção pragmática negativa aplicada ao sujeito do enunciado, por ter seus atos considerados nocivos ao país. Trata-se do banimento,

---

<sup>26</sup> *Larousse Cultural*, 1995, p. 5450-5451.



da expulsão de Soljenítsin da URSS. No canto superior esquerdo, dentro de uma tarja branca, marcando um novo contraste na página, são colocados os assuntos de destaque da semana, mas secundários, se comparados à manchete. Em “O Chile dos militares”, destaque-se a política internacional, e, em “A nova seleção”, marca-se a presença do tema esportivo nas páginas internas da revista.

Já na edição de 13 de março de 1975, o tema da política nacional é o destaque da página principal da revista. Nela, há dois textos verbais que se somam a um texto não-verbal, formando um todo sincrético: a manchete “A Chance da Câmara”, à direita da página, e a legenda da foto “*Deputado Célio Borja*”, à esquerda. Essa capa remete a uma relação de conjugação: o deputado Célio Borja assume o cargo de líder da câmara dos deputados. Podemos notar, pelo uso do termo “chance”, que a revista qualifica essa assunção como eufórica. O texto não-verbal é formado por uma foto do então líder da Câmara dos Deputados Célio Borja, vestindo terno e gravata sobre um fundo acinzentado. Em relação ao plano da expressão desse texto, podemos notar que ele é construído sem contrastes, por meio de tons neutros que combinam com o semblante sério do deputado. Figurativiza-se, dessa maneira, a sobriedade, a justa-medida que simula o equilíbrio da página e do sujeito nela retratado. As esperanças depositadas no deputado (a “chance” a que se referia o texto verbal), dado como sujeito competente, que a revista crê ser dotado de *saber e poder fazer* (ser um bom líder da Câmara), são explicitadas no sincretismo da página. Nessa capa, repete-se o modelo anterior: no canto superior, à esquerda, são colocados outros assuntos de destaque dessa edição da revista. Assim, dentro da tarja branca, lê-se: “O que pode mudar na economia”. Temos, no exemplar considerado da revista, a homologação entre as categorias do plano da expressão (PE) e do plano do conteúdo (PC) que resulta no semi-simbolismo construído como efeito de sentido:

<b>Plano da Expressão</b>	cor cinzenta e simetria de formas	vs.	cores vivas e assimetria de formas
<b>Plano do Conteúdo</b>	“justa medida” como ideal de presença do sujeito	vs.	excesso ou falta como ideal de presença do sujeito

Por fim, na edição da revista de 12 de novembro de 1975, intitulada apenas de *Veja*, vê-se, preso a uma parede branca, um quadro negro, com alguns gizos quebrados e um apagador. Essas figuras propõem um plano de leitura: a isotopia do ensino. No quadro negro, com letras redondas e giz branco, está escrita a seguinte frase: “A falensia do hidioma Portuguez”. O conteúdo, o tema do fracasso no ensino do idioma português, é evidenciado pelo plano da expressão; o modo de dizer reforça o dito: figurativiza-se um suposto problema no ensino da língua por meio da grafia incorreta das palavras. A tarja, no alto da página à esquerda, agora amarela, traz a seguinte informação: “Esporte e emoção”.

Há outras importantes recorrências na capa de *Veja e Leia* e *Veja*. Os títulos das matérias de capa das três edições expõem o ponto de vista da revista sobre o mundo. São construídos por meio de frases nominais, numa estrutura sintática paralelística. Podemos esquematizar o paralelismo da seguinte maneira:

<b>edição</b>	<b>função sintática</b>		
20/02/74	<b>O</b>	<b>desterro</b>	<b>de Soljenítsin</b>
	adjunto adnominal	nome	complemento nominal
13/03/75	<b>A</b>	<b>chance</b>	<b>da Câmara</b>
	adjunto adnominal	nome	adjunto adnominal
12/11/75	<b>A</b>	<b>falensia</b>	<b>do hidioma portuguez</b>
	adjunto adnominal	nome	complemento nominal

Os substantivos “desterro”, “chance” e “falensia” (falência) assumem uma função classificadora ou qualificadora, própria do adjetivo, o que confere um efeito de subjetividade à manchete. Os complementos nominais “de Soljenítsin” e “do hidioma portuguez” são o alvo, o destinatário de uma ação nominal subtendida pelos substantivos. Considerando o contexto da capa, na manchete “A chance da Câmara”, a expressão “da Câmara” indica posse e funciona, então, como adjunto adnominal de “chance”. Dentro do complemento nominal “do hidioma portuguez”, o termo “portuguez”, qualifica o termo a que se refere, funcionando, assim, como adjunto adnominal de “hidioma”.

As notícias, em *Veja*, são, portanto, avaliadas, e o ponto de vista da revista é explicitado para o leitor. Charaudeau (2006b) afirma que os acontecimentos precisam ser nomeados para existirem e, ao nomeá-los, são valorizados:

Mortos são mortos, mas para que signifiquem “genocídio”, “purificação étnica”, “solução final”, “vítimas do destino”, é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais. (CHARAUDEAU, 2006b, p. 131).

As frases nominais, na capa da revista, colaboram para criação do efeito de contemporaneidade ao momento da enunciação da própria revista, já que não apresentam relação de anterioridade ou de posterioridade; o momento presente, o agora da enunciação, é aspectualizado, nas manchetes, como durativo. Essa é uma estratégia que tem por função neutralizar a distância temporal que existe entre o momento do acontecimento e o momento da leitura da notícia:

Sabe-se que é necessário um certo tempo de fabricação do produto, depois, um tempo de transporte de um lugar ao outro (circuito de distribuição) e enfim um tempo de leitura, uma sucessão de momentos operatórios que produzem uma grande defasagem entre o surgimento do acontecimento e o momento em que o leitor toma conhecimento dele. (CHARAUDEAU, 2006b, p. 113).

É necessário, portanto, simular uma coincidência entre o momento do acontecimento e o momento da leitura da revista. A análise do tempo, em *Veja*, é, portanto, fundamental.

## 2. O tempo

*Meu tempo é quando.*

Vinícius de Moraes

Para compor as páginas internas da revista, a cada nova edição, faz-se uma recolha das notícias de maior impacto da semana. A capa da revista traz a notícia considerada, dentre todas, a que merece maior destaque. Nilton Hernandes (2001) descreve uma reunião de pauta da revista *Veja*:

Tenta-se prever os fatos de mais impacto na semana, quem pode ser o entrevistado das páginas amarelas, a próxima capa da revista. As sugestões trazidas pelos editores são “frias” e “quentes”. No jargão do jornalismo, matéria “fria” é aquela que não perde a atualidade facilmente.<sup>27</sup> (HERNANDES, 2001, p. 17).

O momento de enunciação da revista, o “agora” instaurado no discurso é, portanto, mais extenso do que o momento do jornal. Enquanto neste, o “agora” da enunciação é o “hoje”, ancorado pela data colocada no alto da primeira página; naquela, o “agora” é compreendido como “nesta semana”, que se inicia sempre na quarta-feira<sup>28</sup>, de acordo com a data marcada, no topo da capa da revista.

Em seu estudo sobre o tempo, Fiorin afirma:

O discurso instaura um *agora*, momento da enunciação. Em contraposição ao *agora*, cria-se um *então*. Esse *agora* é, pois, o fundamento das oposições temporais da língua.

O tempo presente indica a contemporaneidade entre o evento narrado e o momento da narração. (FIORIN, 2002, p. 142).

---

<sup>27</sup> As matérias frias também são chamadas de “matérias de gaveta” (cf. Rabaça, 2002, p. 342).

<sup>28</sup> Em *Veja*, o fechamento da revista ocorre na sexta-feira à noite, mas, considerando o tempo de distribuição da revista, data-se a edição com a quarta-feira posterior ao dia do fechamento, dia em que, provavelmente, todos os estados terão recebido a nova edição.

O momento da enunciação é atualizado pelo enunciatário-leitor no momento em que ele entra em contato com a capa da revista e inicia a leitura do periódico. Hernandez, em sua dissertação de mestrado, assim se pronuncia sobre a produção dos textos de *Veja*:

O ato produtor da capa-enunciado já aconteceu. Mas a primeira página é construída para ser um simulacro da *performance* de noticiar. Quando o leitor entra em contato com a primeira página, o ato da leitura atualiza o momento da enunciação. É como se o leitor desse vida à *VEJA* e a revista concedesse vida à notícia. A informação vibra, instaura-se um simulacro da enunciação e a sensação de um momento presente, um “agora” concomitante ao “agora” do leitor. (HERNANDES, 2001, p. 78).

O momento de referência, impresso nas capas das edições selecionadas para esta análise, respectivamente 20 de fevereiro de 1974, 13 de março de 1974 e 12 de novembro de 1975, ancoram o tempo crônico. Como o momento em que o leitor entra em contato com os textos da revista não é simultâneo nem ao momento do acontecimento, nem ao momento da produção dos textos, nas reportagens, os enunciados são organizados cronologicamente, são datados. Assim, como aponta Fiorin, há dois sistemas temporais que devem ser considerados: o primeiro relacionado ao momento da enunciação e o segundo, à ordenação dos estados e transformações narrados no enunciado.

De fato, de acordo com as pesquisas de Fiorin<sup>29</sup>, são três os momentos a se considerar na constituição temporal, aqui adaptados aos nossos propósitos:

- a) momento da enunciação (ME) – o agora da produção do discurso;
- b) momento da referência (MR) – datado na capa da revista;
- c) momento do acontecimento (MA) – circunscrito no interior das reportagens, organizado cronologicamente.

O que temos, nas manchetes da mídia impressa, é um efeito de presentificação, dado pela coincidência entre os três momentos (MA=MR=ME). Já nas reportagens e nas notícias,

---

<sup>29</sup> Cf. Fiorin, 2002, p. 146

o marco de referência é o pretérito, um tempo do “então”, anterior ao momento da enunciação. O momento do acontecimento é concomitante a esse marco pretérito.

A revista *Veja e Leia*, na edição de 20 de fevereiro de 1974 (**ANEXOS 4A, p. 245**), na página 22, publicou uma reportagem sobre o então ministro da Educação Jarbas Passarinho. Mostram-se os planos do ministro para iniciar um curso de Direito após sua saída do Ministério, prevista para o dia 15 do mês de março do mesmo ano. Outra matéria divide a página: o asfaltamento da estrada Belém-Brasília. A reportagem, que termina na página 23 da revista, trata das melhorias da estrada, registrando, fotograficamente, as transformações sofridas desde o início da operação de asfaltamento até a inauguração. Nos cantos inferiores da página 22, aparecem desenhos de entidades do “além”, apresentados nas legendas como o demônio, Belzebu e Asmodeu. Os demônios são recorrentes na revista, aparecendo em duas páginas da edição de 13 de março de 1974. Nessa mesma edição de 20 de fevereiro, na página 46, vemos, no meio de uma reportagem sobre a reconstrução do Chile, após Salvador Allende ter sido deposto do cargo de presidente, o auto-retrato de Leonardo da Vinci (**ANEXOS 4B, p. 248**). Em 12 de novembro de 1975, a árvore-símbolo da Abril aparece na página 24 da revista (**ANEXO 7, p. 260**), em substituição aos textos censurados. O que se vê é uma configuração heterogênea da página, em que diversos temas e figuras contrastam, em que o tempo do “agora” mescla com o tempo do “então”.

## **2.1. O efeito de contemporaneidade**

### **O ministro vai à escola e Inaugurações: 2000 km de asfalto**

Na reportagem intitulada “Ministro vai à escola” (**ANEXOS 4A, p. 245**), são expostos os planos profissionais e de vida do ator do enunciado, o ministro da Educação Jarbas Passarinho, após sua saída do Ministério. Mesmo que ainda continuasse a exercer a função de senador, o tempo antes dedicado ao Ministério seria preenchido por um curso de Direito ainda a escolher: ou o curso matutino da Universidade de Brasília ou o curso noturno do Centro Universitário de Brasília – “mais conveniente à sua condição de homem ocupado”. O ministro, portador de nove títulos de doutor *honoris causa* de diversas universidades brasileiras, deveria passar por exame vestibular, uma vez que seu curso de nível superior na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército havia sido completado há mais de dez anos.

Jarbas Passarinho afirma, segundo a reportagem, estar disposto a cumprir os deveres e a zelar por seus direitos, até mesmo o de candidatar-se ao cargo de presidente de Centro Acadêmico. Ao final do texto, o narrador-repórter enunciador afirma que, dessa forma, o ministro poderia lutar pela revogação do ato 477<sup>30</sup>, criado por ele mesmo para manter a disciplina nas universidades.

O narrador desse primeiro texto parece apenas informar o leitor sobre o desejo (*querer fazer*) do então ministro Jarbas Passarinho (sujeito da narrativa, ator enfatizado do enunciado) de “entrar no curso de direito” após deixar o Ministério da Educação, cargo que, até o momento da publicação da matéria, ainda possuía. Esse sujeito narrativo, Jarbas Passarinho, sofrera uma manipulação: ele se automanipulara para *querer* e *dever* entrar no curso de Direito, entendido como falta, como privação a ser liquidada. Essa falta é traduzida implicitamente no texto como “aprimoramento da formação cultural”. Nesse contexto, o sujeito competente, dotado de *saber fazer e poder fazer*, sancionado positivamente em um programa narrativo anterior (“Para chegar ao título de bacharel, Passarinho, que já tem nove títulos de doutor ‘*honoris causa*’, concedidos por universidades brasileiras...”), deve passar por uma prova para entrar na Universidade: “deverá passar pelo exame vestibular, como qualquer principiante”. Por ter construído *saberes* e *poderes* anteriormente, numa competência já testada, o sujeito acredita que poderá novamente realizar-se numa *performance* a contento: “mas isso não o atemoriza, pois está disposto a cumprir todos os deveres dos estudantes e a usufruir de todos os seus direitos...”. *Quer ser, pode ser, crê poder saber* – assim se apresenta o sujeito que tem prontidão para realizar-se.

Iniciada na mesma página, terminando no meio da segunda coluna da página posterior, a matéria intitulada “Inaugurações: 2000 km de asfalto” discorre sobre as inaugurações do asfaltamento da rodovia Belém-Brasília (14 anos após sua criação) e da estrada Belém-São Luís, feitas pelo presidente Garrastazu Médici. Gastos 950 milhões de cruzeiros, a rodovia que figurativizava a falta de investimentos do governo e de estrutura por meio de figuras como “ladeiras escorregadias” e “baixadas lamacentas” teria se transformado em uma estrada turística, bem estruturada, o que é sugerido pelos “motéis com ar

---

<sup>30</sup> O Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969 define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino públicos ou particulares, impondo punições severas.

condicionado” e pelas “churrascarias”. Interessante notar que o título da matéria destaca, justamente, a fase da *performance*, da ação: “Inaugurações: 2000 km de asfalto”. O reconhecimento das melhorias se dá quando a reportagem mostra que, em 1971, o movimento comercial de Belém por rodovia era três vezes maior do que por mar, que a população da capital paraense aumentou 50% e que o número de habitantes da rota da estrada em Goiás, Maranhão e Pará passou de 100 mil, em 1948, a 2,5 milhões, em 1974. Em uma trajetória que recupera a história da rodovia, a matéria destaca a impossibilidade de prever o relevo e os recordes, já que o asfaltamento foi feito em 76 dias. Entre o pioneirismo e os sacrifícios que marcaram a sua construção, cita-se a morte do engenheiro Bernardo Sayão, provocada pela queda de uma árvore durante as atividades que envolviam a reforma da rodovia. A matéria traz também a narração das dificuldades sofridas pelos operários que foram vítimas de malária, além do destaque ao difícil acesso do maquinário ao local e o problema das constantes chuvas. Afirma-se ainda que a precariedade da sinalização e do acabamento da estrada em sua inauguração era, na data da publicação da matéria, um problema a ser resolvido. Entretanto, ressalta-se a importância da rodovia, que se tornou elogiável e exemplar, não mais merecendo a alcunha de “estrada das onças”, criada pelo ex-presidente Jânio Quadros.

A oposição semântica em que se apóia esse texto é *natureza vs. civilização*, a partir da qual toda a matéria se sustenta. A natureza é mostrada como da ordem do negativo, sinônimo de *barbárie* e é associada à dificuldade, à precariedade; a *civilização*, como um estado positivo, relacionado ao desenvolvimento; à ordem, vantajosa.

Nas colunas “O ministro vai à escola” e “Inaugurações: 2000 km de asfalto”, no que tange à categoria de pessoa, há um distanciamento do “eu” que fala. A enunciação não está reproduzida no interior do enunciado, há efeito de sentido de afastamento e simulação da própria ausência, já como coerção do gênero “coluna jornalística”. De acordo com Charaudeau:

Espera-se do autor de uma reportagem que ele esteja o mais próximo possível da suposta realidade do fenômeno, pois esse não faz parte da ficção, e também se espera que demonstre imparcialidade, isto é, que sua maneira de perguntar e de tratar as respostas não seja influenciada por seu



engajamento, por se tratar de um jornalista [...] (CHARAUDEAU, 2006b, p. 222).

A debreagem enunciativa, na terceira pessoa do singular, um *ele*, uma não- pessoa, cria ilusão de imparcialidade, como se o discurso não marcasse os valores de seu produtor. O discurso jornalístico “orienta-se sintaticamente, portanto, para representar a não-pessoa, *ele*, e essa tendência constitui-se em resposta à coerção do gênero-jornal, da imprensa dita séria” (Discini, 2003, p.159).

Nota-se que, além da debreagem enunciativa de pessoa, há, também, uma debreagem enunciativa espacial, um *lá*, um espaço que é o não-aqui, mas que se mantém como o espaço da enunciação:

<b>Categoria</b>	<b>“Ministro vai à escola”</b>	<b>“Inaugurações: 2000 km de asfalto”</b>	<b>Enunciação</b>
Pessoa	Jarbas Passarinho <i>ele</i>	estrada/Médici <i>ela/ ele</i>	enunciador <i>eu</i>
Espaço	Brasília <i>lá</i>	100 km da capital do Pará <i>lá</i>	São Paulo <i>aqui</i>

Em relação ao tempo, o momento de referência, 20 de fevereiro de 1974, é um “agora” instalado na capa da edição e reiterado no rodapé das páginas internas da revista, inclusive na página 22 (ANEXOS 4A, p. 245), em que foram publicadas as matérias sobre o ministro Jarbas Passarinho e sobre a estrada Belém-Brasília.

Em “O Ministro vai à escola”, os verbos no presente marcam uma coincidência entre o momento de referência presente e o momento de enunciação, o chamado “presente pontual” (Fiorin, 2002, p. 149). Aqui temos o efeito de sentido de contemporaneidade a que nos referimos:

- Título: O ministro **vai** à escola.
- O ministro não **está** decidido [...]
- [...] **pretende** entrar
- O ministro, que já **tem** nove títulos de doutor “honoris causa” [...]
- Mas isso não o **atemoriza** [...]
- Ele **está** disposto a cumprir os deveres dos estudantes [...]

Há, ainda, o uso do pretérito perfeito 2, “que pertence ao sistema enuncivo” (Fiorin, 2002, p. 153), concomitante com o momento de referência pretérito “há mais de 10 anos”, e que marca um acontecimento acabado.

- [...] seu último curso de nível superior **foi concluído há mais de 10 anos**
- [...] O mesmo que o ministro **usou** por vezes para manter a disciplina nas universidades

“O futuro do presente indica uma posterioridade do momento de acontecimento em relação ao momento de referência”, afirma Fiorin (2002, p. 153). Como a reportagem trata dos planos futuros do ministro, daí decorre um grande número de verbos no futuro:

- **Quando** o Coronel Jarbas Passarinho [...] **deixar** o ministério da educação [...]
- [...] no **próximo dia 15**
- [...] não **será** inteiramente preenchido pelo exercício de mandato de senador
- A Universidade de Brasília que lhe **dará** aulas matinais [...]
- O ministro [...] **deverá passar** pelo vestibular.

Temos, nessa reportagem, como efeito final, um equilíbrio entre os verbos que indicam concomitância, anterioridade e posterioridade em relação ao marco temporal estabelecido como referência.

No trecho abaixo, o uso do futuro do pretérito é estratégia de ironia:

Assim, teoricamente, **seria possível** que **no futuro** o acadêmico Jarbas Passarinho **comandasse** uma campanha pela revogação do decreto 477, o mesmo que o ministro Jarbas Passarinho usou por vezes para manter a disciplina nas universidades.<sup>31</sup>

De acordo com Fiorin (2002, p. 159), “o futuro do pretérito exprime uma relação de posterioridade do momento do acontecimento em relação a um momento de referência pretérito”. No entanto, no caso citado, o futuro do pretérito, usado no lugar do futuro do presente, acompanhado de uma oração cujo verbo se apresenta no imperfeito do subjuntivo, exprime uma relação de posterioridade do momento do acontecimento em relação a um

---

<sup>31</sup> Grifos nossos.

momento de referência futuro “no futuro”. Trata-se do “futuro hipotético”. “Temos, nesse caso, uma dupla atenuação, pois o futuro já exprime idéia de probabilidade e o futuro do pretérito indicará ainda que essa probabilidade é totalmente incerta” (Fiorin, 2002, p. 212). O uso do advérbio “teoricamente” reforça essa incerteza, quase anulando as possibilidades de o fato ocorrer, já que ele pressupõe que, na prática, o ato não será cometido.

Na reportagem de quatro colunas da revista *Veja e Leia*, “Inaugurações: 2000 km de asfalto”, predominam os verbos que indicam anterioridade ao momento de referência 20 de fevereiro de 1974. O passado é resgatado, para mostrar a precariedade da estrada e justificar a necessidade das reformas que culminam com a inauguração da estrada Belém-Brasília, ocorrida num momento anterior ao momento da enunciação, marcado como “quarta-feira da semana passada”:

- O espírito da verdadeira aventura **desapareceu** da legendária Belém-Brasília desde **quarta-feira da semana passada** [...]

O leitor está diante de uma “reconstituição” (Charaudeau, 2006b, p. 89). Não é nosso objetivo fazer um estudo detalhado do tempo nessa reportagem, mas interessa comprovar o efeito de sentido de contemporaneidade que permeia as páginas da revista. Apesar de se tratar de um relato das transformações sofridas pela rodovia, há uma grande quantidade de verbos no presente, praticamente o mesmo número de verbos no passado, marcando a concomitância entre o momento de enunciação, o “agora”, explicitamente instalado no enunciado, e o momento de referência. Vejamos alguns exemplos<sup>32</sup>:

Ao longo dos 2058 quilômetros do que **é agora** uma rodovia de primeira classe, as ladeiras escorregadias e baixadas lamacentas **sobrevivem** apenas na memória dos motoristas de caminhão [...]

Em suas margens, novas churrascarias e muitos motéis com ar-condicionado **antecipam** certamente a sua transformação em autêntica estrada turística.

[...] a nova e moderna Belém-Brasília [...] **antecipa** expressivos dados estatísticos que [...] **justificam** os 950 milhões de reais gastos em sua pavimentação.

---

<sup>32</sup> Grifos nossos.

Os 100000 brasileiros que habitavam a sua rota em Goiás, Maranhão e Pará **são hoje** 2.5 milhões.

[...] a Belém-Brasília **é** marcada por recordes, pioneirismo e sacrifícios.

[...] a Belém-Brasília **depende agora** de uma conservação eficiente e do acabamento.

Em longos trechos **faltam** sinalização, grama e sarjetas.

Perto de Porangatuba, **faltam** 50 quilômetros de asfalto [...]

[...] seiscentos veículos já **trafegam** diariamente [...] e quase 3000 **invadem** as regiões agrícolas [...]

[...] **Agora**, a maior parte **chega** de caminhão [...].

Elogiável e exemplar, a rodovia **está**, dessa forma, longe de merecer o nome de “estrada das onças” [...]

Os advérbios e as expressões adverbiais de tempo são muito utilizados na matéria e organizam o tempo na reportagem:

1) Advérbios e expressões de valor adverbial que situam os acontecimentos em relação ao momento de referência 20 de fevereiro de 1974:

<b>CONCOMITANTE</b>	<b>ANTERIOR</b>	<b>POSTERIOR</b>
agora hoje	quarta feira da semana passada nos últimos 12 anos em outubro do ano passado	até lá até maio

2) Advérbios e expressões de valor adverbial que situam os acontecimentos em relação a um marco de referência pretérito:

<b>ANTERIOR</b>
em 1971 em 1929 em 1959 no fim da década de 50 em 1961

A heterogeneidade mostrada e marcada também é um recurso utilizado pela revista *Veja*. As *debreagens* internas, marcadas por meio das aspas, reproduzem o discurso do outro, que não é o sujeito da enunciação da revista. Além disso, em alguns casos, foram utilizados verbos *dicendi* (“sentenciou”, “lembra-se”, “disse”, “lembra”) e dois pontos, para determinar o limite entre o discurso do narrador implícito – que é aquele que pode ser definido como actante da enunciação, e não do enunciado, uma vez que não recorre a *debreagens* actanciais enunciativas, que faz simulação da própria ausência – e o discurso citado, como mostrado abaixo:

- Em “O ministro vai à escola”

a) Narrador implícito:

Quando o coronel Jarbas Passarinho, 54 anos, deixar o Ministério da Educação, no próximo dia 15, para aproveitar o tempo livre que não será inteiramente preenchido pelo mandato de senador, pretende entrar para um curso de direito, com o louvável propósito de

b) Ministro Jarbas Passarinho:

“aprimorar a formação cultural”

a) Narrador implícito:

Mas isso não o atemoriza: ele está disposto a cumprir todos os deveres dos estudantes e a usufruir de todos os seus direitos, inclusive o de se candidatar à presidência de um diretório acadêmico

b) Ministro Jarbas Passarinho:

“para representar os interesses da classe estudantil”

- Em “Inaugurações: 2000km de asfalto”

No bloco “O melhor exemplo”:

- a) Narrador implícito:

Revelando o mesmo entusiasmo demonstrado na entrega do último trecho da Transamazônica, duas semanas antes, o ministro dos Transportes, Mário Andreazza, único a discursar, reconheceu o caráter pioneiro da rodovia e sentenciou

- b) Ministro Mário Andreazza:

“A Belém Brasília constitui o melhor exemplo da função integradora e colonizadora cumprida pela estrada de rodagem.”

- a) Elmir Nobre Saady:

“Como no começo não tínhamos condições de prever o relevo da região”

- b) Narrador implícito:

lembra-se Elmir Nobre Saady, ex-coordenador da extinta Rodobrás,

- a) Elmir Nobre Saady

“foi traçada uma reta sobre as florestas”

No bloco “Herança a administrar”

- a) Narrador implícito:

A ligação entre

- b) Ministro Mário Andreazza:

“o maior entreposto da Amazônia ao centro regional irradiador de progresso”

- a) Narrador implícito:

segundo disse o ministro Andreazza, parece ter tido resultados igualmente notáveis em Belém.

- a) Narrador implícito:

O economista Gilberto Gatti, diretor das centrais de abastecimento do Pará, nascido em Campinas (SP), lembra:

b) Gilberto Gatti:

“Antes, os produtos perecíveis vinham para cá de avião. Agora, a maior parte chega de caminhão e menos de 10% de barco”

Além da configuração da heterogeneidade mostrada e marcada, como nos exemplos dados, há também a presença da *heterogeneidade mostrada*, mas não-marcada, construída por meio da ironia, em que se faz uma afirmação no enunciado a qual se nega na enunciação. Na matéria sobre o ministro, em especial, as aspas não apenas separam o discurso do ministro daquele proferido pelo enunciador, mas também servem para ironizar a fala da autoridade, ou seja, o enunciado proferido por Jarbas Passarinho é negado, é ridicularizado pela enunciação. A pesquisadora Beth Brait assim se pronuncia a respeito da ironia:

A presença de outros discursos, através das diferentes formas de integração do já-dito, e mesmo as maneiras de chamar a atenção para elas ou de disfarçá-las, são formas não apenas de constituição textual, mas de produção do destinatário, ouvinte ou leitor. Configurando rupturas sintáticas, essas formas integram-se ambigualmente como citação para, de alguma forma, contestar determinados universos de crença, determinadas formações discursivas. (BRAIT, 1996, p. 110).

É o caso do último parágrafo do texto sobre o ministro Jarbas Passarinho. O ministro afirmou estar disposto a cumprir direitos e deveres acadêmicos, e o narrador, após a citação, construiu a ironia, distinguindo a “pessoa” Jarbas Passarinho, no âmbito do privado, o acadêmico, da “persona” Jarbas Passarinho, pública<sup>33</sup> e promovendo o choque de ações:

Assim, teoricamente seria possível que no futuro o acadêmico Jarbas Passarinho comandasse uma campanha pela revogação do decreto 477, o mesmo que o ministro Jarbas Passarinho usou por vezes para manter a disciplina nas universidades.

---

<sup>33</sup> Fiorin, a respeito da distinção entre “pessoa” e “persona”, afirma: “Se considerarmos *pessoa* como o termo designador da individualidade e *persona* como a palavra que indica o papel social de um indivíduo, diríamos que a debragem enunciativa instala uma pessoa no enunciado e a enuncia projeta nele uma *persona*” (Fiorin, 2002, p. 99).

Temos então dois actantes narrativos, sujeito e anti-sujeito, figurativizados pelo mesmo ator. Bem se sabe, no entanto, que quando o sujeito desempenha ao mesmo tempo, no plano narrativo, os papéis de sujeito destinador-julgador e anti-sujeito, jamais ocorrerá punição. Por isso, no enunciado, Jarbas Passarinho passa longe de qualquer punição. Mas se a ironia pune, desqualifica o ator do enunciado, podemos dizer que a enunciação alveja o ministro com a ironia construída como efeito de sentido. Jarbas Passarinho é o alvo da derrisão. Prossegue Beth Brait:

A ironia é surpreendida como procedimento intertextual, interdiscursivo, sendo considerada, portanto, como um processo de meta-referencialização, estruturação do fragmentário e que, como organização de recursos significantes, pode provocar efeitos de sentido como a dessacralização do discurso oficial ou o desmascaramento de uma pretensa objetividade em discursos tidos como neutros. (BRAIT,1996, p. 15).

O narrador, então, embora se proteja por trás da não-pessoa, deixa-se ver no enunciado, já que algumas marcas de subjetividade aparecem no dissimulado discurso objetivo. São marcas lexicais, como adjetivos subjetivadores, em que transparece o tom irônico da enunciação no enunciado, como, na matéria “O ministro vai à escola”, as expressões “louvável propósito” e “mais conveniente à sua condição de homem ocupado” (ANEXOS 4A, p. 245):

Quando o coronel Jarbas Passarinho, 54 anos, deixar o Ministério da Educação, no próximo dia 15, para aproveitar o tempo livre que não será inteiramente preenchido pelo exercício do mandato de senador, pretende entrar para um curso de direito, com o **louvável propósito**<sup>34</sup> de “aprimorar a formação cultural”.

Na reportagem intitulada “Inaugurações: 2000 km de asfalto”, ironizam-se, logo no primeiro parágrafo, as condições precárias da estrada Belém-Brasília antes do asfaltamento (ANEXOS 4A, p. 245):

---

<sup>34</sup> Grifo nosso.



O **espírito da verdadeira aventura**<sup>35</sup> desapareceu da **legendária**<sup>36</sup> Belém-Brasília desde quarta-feira da semana passada, quando o asfaltamento da estrada foi inaugurado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici.

Se a expressão “o espírito da verdadeira aventura” for tomada em sentido literal e os adjetivos “louvável” e “legendária” forem interpretados pelo leitor como “sinceramente admirativos”<sup>37</sup>, não há ironia; se forem interpretados como uma ironia, os enunciados são, de fato, negados pela enunciação.

Os adjetivos subjetivadores também aparecem em “Nova e moderna Belém-Brasília” e “elogiável e exemplar”. Esses qualificadores demonstram a visão de mundo do enunciador que, dissimulado como narrador implícito, contradiz a objetividade jornalística, a que se refere Brait. Mas vale ressaltar que a percepção do enunciado irônico depende de um esforço interpretativo do leitor. Como bem observa Maingueneau:

A ironia é por essência ambígua, pois se mantém na fronteira entre o que é assumido e o que é rejeitado. É próprio da natureza da ironia ser muitas vezes insolúvel, impedindo que o co-enunciador determine se o enunciador está ou não sendo irônico. (MAINGUENEAU, 2002, p. 174).

Para compreender a ironia, o leitor, que inicialmente faz uma interpretação literal do enunciado, é levado a repensar a leitura e a ver que, de fato, o enunciador está subvertendo sua própria enunciação, negando o enunciado que ele mesmo produziu.

Vamos a novos efeitos de sentido criados nas reportagens de *Veja*. Tanto em “O ministro vai à escola” quanto em “Inaugurações: 2000 km de asfalto”, as relações espaciotemporais, são responsáveis pela ancoragem discursiva do texto e colaboram para a criação do efeito de sentido de verdade, de reprodução do real. A iconização, compreendida como a última etapa da figurativização do discurso, possui duas fases: “a figurativização propriamente dita”, em que se dá a conversão dos temas em figuras, e a “iconização, que, retomando as figuras já constituídas, as dota de investimentos particularizantes, suscetíveis

---

<sup>35</sup> Grifo nosso.

<sup>36</sup> Grifo nosso.

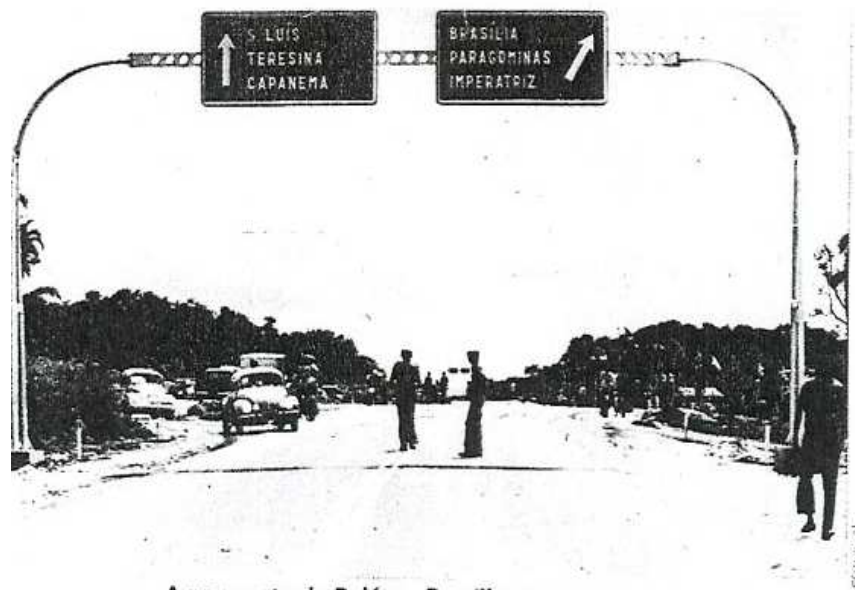
<sup>37</sup> Cf. Maingueneau, 1989, p. 78.

de produzir a ilusão referencial” (Greimas e Courtés, s.d., p. 223). Ainda em consulta ao *Dicionário de Semiótica*, vemos que

sendo a figurativização caracterizada pela especificação e a particularização do discurso abstrato, enquanto apreendido em suas estruturas profundas, a introdução de antropônimos, topônimos e cronônimos (que correspondem, respectivamente, no plano da sintaxe discursiva, aos três procedimentos da discursivização: actorialização, espacialização e temporalização) que se podem inventariar como indo dos genéricos (o “rei”, a “floresta”, o “inverno”) aos específicos (nomes próprios, indícios espaço-temporais, datações, etc.), [...] confere ao texto, segundo se supõe, o grau desejável de reprodução do real (GREIMAS e COURTÉS, s.d., p. 187).

Dessa forma, a fim de criar ilusão de verdade, são colocados nomes completos, idades das pessoas citadas na matéria (“Jarbas Passarinho, 54 anos”, *ele*), datas precisas (“15 de março de 1974”, “em 1929”, anteriores ao momento da enunciação, portanto sistema enunciativo), locais (“100 quilômetros da capital” *lá*, que se opõe ao *aqui* da enunciação e corrobora o sistema enunciativo). As fotos apresentadas no início da matéria (na página 22 da revista) e no início da página 23 colaboram para a construção do efeito de sentido de realidade, pois funcionam como registro, “prova de verdade” não só da existência da rodovia, como da transformação por ela sofrida. O sincretismo verbo-visual se confirma por convergência semântica no plano do conteúdo.

As transformações sofridas pela estrada Belém-Brasília são ilustradas pela foto que antecede a matéria, no início da página 22 (ANEXOS 4A, p. 245):



A nova estrada Belém—Brasília, sem onças. . .

À direita da página, ocupando duas das três colunas, há uma foto da estrada, com algumas placas de indicação, transeuntes e veículos. Na legenda, temos: “A nova estrada Belém-Brasília, sem onças...” Nesse conjunto sincrético tudo aponta para a novidade: o texto verbal, que acompanha a foto, qualifica, por meio do adjetivo “nova”, o substantivo estrada, que, por sua vez, é a nova informação trazida pela reportagem. A fotografia registra a novidade e eterniza o momento. A foto da página 22 representa o momento final, ou seja, a estrada pronta, o momento novo. Na página posterior, na primeira foto, vemos trabalhadores empunhando machados, cortando árvores, dando início ao processo de transformação da estrada; ao lado dessa foto, vemos o terreno irregular, sem asfalto, por onde passam veículos e transeuntes, é o registro do momento que antecede a transformação da estrada. O velho é negado, é atualizado no verbal e no visual. Na legenda da página 23, iniciada com reticências, que estabelecem um contínuo com a foto da página 22, após uma ruptura, lê-se: “... e os duros tempos dos primeiros pioneiros” (ANEXOS 4A, p. 245):



...e os duros tempos dos primeiros pioneiros

As fotos traçam um percurso completo que vai da precariedade de condições de uso da estrada à não-precariedade. Da barbárie que impede o livre movimento, à civilização, que deixa o trânsito na estrada fluir, a oposição semântica apóia as fotos. As figuras que recobrem o tema da natureza, “árvore”, “onças”, “lama”, “ladeiras”, “malária”, opõem-se ao conforto, à segurança, “asfalto”, “churrascarias”, “motéis”, “ar condicionado” figuras que recobrem o tema do desenvolvimento, da civilização. O velho é disfórico, são “duros” os tempos; o novo, eufórico. Matéria, fotos e legenda constituiriam um contínuo coeso e coerente nas duas páginas da revista, se não houvesse uma ruptura...

### 3. “No tempo da Maldade”: a aparição do demônio

*O Arrenegado, o Cão, o Cramulhão, o Indivíduo, o Galhardo, o Pé-de-Pato, o Sujo, o Homem, o Tisnado, o Coxo, o Temba, o Azarapé, o Coisa-Ruim, o Mafarro, o Pé-Preto, o Canho, o Duba-Dubá, o Rapaz, o Tristonho, o Não-sei-que-diga, O-que-nunca-se-ri, o Sem-Gracejos... Pois, não existe! E, se não existe, como é que se pode contratar pacto com ele?*

Guimarães Rosa

Voltemos à página 22. O desenho localizado abaixo da matéria sobre Jarbas Passarinho, na mesma coluna, à esquerda da página, contrasta, no plano da expressão e no plano do conteúdo, com a matéria jornalística apresentada (ANEXOS 4A, p. 245):



Não encontramos uma foto do ministro ou de algo que possa ser recuperado pela análise do conteúdo da matéria publicada na revista. Quebra-se a isotopia temático-figurativa

fundada pelo texto jornalístico. Temos um ser híbrido, meio homem, meio peixe, em pé sobre uma concha, portando um tridente<sup>38</sup>. O ser que empunha o tridente olha, altivo, para o horizonte, boca aberta, como se admirasse seus domínios, em conjunção com o poder, o seu objeto de valor.

Abaixo, a legenda: “Captada pela nossa objetiva, uma das últimas aparições do demônio”. Essa legenda se apresenta no modo da falsidade, criando a ironia: a “objetiva”, realizada segundo uma sinédoque (parte pelo todo), representa uma câmara fotográfica. Portanto o que se afirma na legenda é que o texto não-verbal que a acompanha é uma foto. Entretanto isso não é e não parece ser uma foto, mas um desenho, uma gravura a nanquim ou uma xilogravura. A expressão “uma das últimas aparições” pressupõe um tempo anterior ao momento da enunciação, não concomitante, mas muito próximo dela e marca uma ação recorrente. De fato, as aparições do demônio são recorrentes nas páginas de *Veja*. O “Arrenegado” também pode ser visto na página 27 da edição da revista datada de 13 de março de 1974 (ANEXO 5A, p. 253):



**Espera-se que este sr. desapareça**

No centro da página, e, portanto, no local de primazia do olhar do leitor, o ser demoníaco é novamente híbrido, composto por partes de animais e por uma parte humana: corpo de inseto, asas de morcego e cabeça de homem. A parte não-humana corresponde a seres assustadores, representantes do perigo, que povoam as histórias de terror e mistério. A isotopia passional da aversão se firma por meio das figuras culturalmente repugnantes desses animais: inseto e morcego. No que tange à parte humana, “este senhor”, expressão usada na própria legenda, porta, sobre a cabeça, uma coroa, objeto que figurativiza a soberania, o poder. Na página 29 da mesma edição (ANEXO 5B, p. 255), o “Coisa-Ruim” reaparece,

---

<sup>38</sup> Apesar de a legenda se referir a um “demônio”, a isotopia da gravura admite a leitura de que ela seja uma ilustração do deus grego Poseidon (ou Posídon), que era retratado empunhando um tridente: “Como deus do mar, das águas correntes e dos lagos [...] Poseidon provocava as tempestades no mar, comandava as ondas, abalava com seu tridente os rochedos costeiros e fazia as fontes aparecerem.” (Kury, 2003, p. 334).

desta vez com vestimentas e corpo humanos e cabeça não-humana, a língua para fora da boca:

**O diabo  
está no fim**



A legenda vaticina: “O diabo está no fim”. E realmente estava. Não há mais registros de gravuras de demônios nas edições seguintes da revista. Essa foi a última aparição dos desenhos de demônios nas páginas de *Veja*.

E quem seria esse demônio tantas vezes “retratado”? Duas possibilidades:

- i. A figura promove uma retomada do enunciado anterior, estabelecendo coesão e coerência entre ela e o texto que a antecede. Assim, se considerarmos a primeira ocorrência da inclusão do ser demoníaco, na edição de 20 de fevereiro, retomaremos a página 22 da revista *Veja*, em que há uma reportagem sobre o ministro Jarbas Passarinho. O desenho recuperaria o sujeito do enunciado que o antecede, o coronel Passarinho, figurativizado como o demônio, que, por sua vez, é a representação concreta do mal, devido ao fato de pertencer ao mundo rejeitado eticamente pelo narrador, o governo ditatorial.
- ii. Não há nenhuma relação entre o desenho e a matéria sobre o ministro ou qualquer outra reportagem apresentada na revista, mas entre a figura do demônio e a interdição sofrida pelo sujeito da enunciação. Aqui poderemos tomar a totalidade dos desenhos. Partindo do princípio de que alguma matéria ou imagem foi retirada das páginas de *Veja* e que os desenhos dos demônios ocupem os espaços vazios deixados pela supressão das reportagens ou das

foto-reportagens, justificando sua existência, as gravuras figurativizam o anti-sujeito, o censor, que é a representação concreta do Regime, o anti-*éthos*.

Aceita qualquer uma das hipóteses, chega-se à mesma conclusão: por meios ambíguos, ou por meio de argumentos visuais dados na ordem da ambigüidade, o desenho denuncia a opressão. O ministro, por ser um militar (“O coronel Jarbas Passarinho”, como destacado no texto) e parte integrante do governo ditatorial, torna-se figura emparelhada ao censor, adjuvante do censor, portanto uma representação do mal. Ao fazer a análise do plano do conteúdo do desenho, chegamos à oposição semântica *liberdade* (bem) *vs.* *opressão* (mal), em que o mal, disfórico, está, no nível discursivo figurativizado pelo demônio, o anti-sujeito do nível narrativo, o representante da opressão que se opõe à liberdade do discurso jornalístico. Em relação ao plano da expressão, o “demônio”, figurativização emblemática da opressão, do mal, tal como se apresenta cultural e miticamente, é retratado com formas pontiagudas: no tridente, nos dedos longos, em chifres que parecem sair de sua cabeça de peixe. Podemos destacar, no exame das figuras dos demônios de *Veja*, que a seguinte relação se estabelece:

<b>Plano da Expressão</b>	formas pontiagudas	<i>vs.</i>	formas arredondadas
<b>Plano do Conteúdo</b>	mal-estar diante da repressão (ser punido, machucado por lanças)	<i>vs.</i>	bem-estar (estar em harmonia e em liberdade)

Essa articulação semi-simbólica depreendida na homologação entre o plano da expressão e o plano do conteúdo consolida-se para confirmar o mal-estar do ator da enunciação, do sujeito enunciator desse texto, que assim se confirma com corpo e tom de voz beligerantes, no confronto aos ideais da ditadura militar.



### 3.1. No reino de Belzebu e Asmodeu

No fim da terceira coluna da página 22 há uma nova gravura (ANEXOS 4A, p. 245). Surgem os desenhos de Belzebu, representado com corpo de homem, asas de morcego e pés de pato, e de Asmodeu<sup>39</sup>, com corpo de homem e cabeça de bode, cada qual sentado em um trono, sorridentes:



Belzebu e Asmodeu no tempo em que reinavam

Os contornos das gravuras são pontiagudos, como vemos nas asas de morcego, nos dedos longos, nos chifres e nos pés de pato de Belzebu; nas orelhas e nos dedos de Asmodeu. A recorrência na representação dos demônios leva a crer que as ilustrações foram retiradas sempre de uma mesma fonte.

Retomando o exame especificamente da página 22, notamos que o desenho do demônio aparece no meio da matéria sobre o asfaltamento da rodovia Belém-Brasília, numa ruptura tão brusca que quebra até mesmo a continuidade do período: “Como no começo não tinha-”. Na legenda, lemos: “Belzebu e Asmodeu no tempo em que reinavam”. A expressão “no tempo em que” remete a um tempo figurativizado como distante do ato de enunciar; não

---

<sup>39</sup> Asmodeu é certamente emprestado do parsismo, a mitologia do Irã. Zaratustra, século VI antes de Cristo, fala freqüentemente de *Aesma Deva*, a divindade Ira ou Fúria, "a mais perigosa das divindades". Foi transformado na Bíblia em "Asmodeu, o mais perigoso dos demônios". Foi recebido em sincretismo como o anjo destruidor de uma época bíblica anterior pela semelhança de *Aesma* com a raiz hebraica *schamad* = perder, destruir. Fonte: <http://www.catolicenet.com.br>

concomitante com o momento da enunciação, o que remete ao sistema temporal enuncivo. O pretérito imperfeito instaura a cena do conto maravilhoso, das histórias infantis: “era uma vez”, “naquele tempo um rei”, o que rompe a isotopia temporal prevista como predominante no discurso jornalístico, em que as reportagens são marcadas, os fatos organizados cronologicamente em função do “agora”, predominantemente. Rompe-se o efeito de contemporaneidade produzido nas matérias e nas fotos. O verbo “reinar”, presente na legenda e concretizado na gravura, pressupõe uma forma de governo que se faz pela dominação. Ficcionaliza-se diabolicamente o regime que se deseja criticar.

Assim como na outra “aparição”, a figura dos demônios rompe com a isotopia temático-figurativa da reportagem, é caricata, foge ao tom de uma imprensa que se diz séria, como a revista *Veja*. O desenho rompe com a isotopia da informação, cujo efeito é o de objetividade, sobre o assunto “construção de uma rodovia” – Belém-Brasília, asfalto, estrada, ladeiras, ministro, escola. Rompe ainda com a homogeneidade do texto, quebra a coesão e a coerência semânticas, uma vez que o sincretismo não se dá aqui por redundância, mas por contraste entre texto e ilustração. Lúcia Teixeira, em “Entre dispersão e acúmulo: para uma metodologia de análise de textos sincréticos”, afirma:

Associar o já conhecido ao surpreendente é o exercício mais corriqueiro de dar sentido às coisas, às pessoas, às paisagens. Ao que já se conhece, ao que se repete, acrescenta-se a novidade, a desarmonia, o estranhamento [...] Trata-se, pois, da técnica de composição em que os elementos são simultaneamente independentes e integrados.

Essa relação sofrerá gradação e será mais intensa quanto mais se acentuarem os contrastes e menos intensa quanto mais diluídos forem. Neste último caso, pode aproximar-se da reiteração; no anterior, da ironia ou da polêmica. (TEIXEIRA, 2004, p. 233).

Ao examinar os desenhos do demônio, de Belzebu, de Asmodeu e suas respectivas legendas, não encontramos correspondência entre eles e os procedimentos utilizados nos textos verbais anteriormente descritos. Dessa maneira, os textos verbais e os não-verbais subvertem o “estilo de referência”<sup>40</sup> da revista. Na primeira figura, a pessoa da enunciação é,

---

<sup>40</sup> Cf. Discini, 2003, p. 261.

na legenda, uma primeira pessoa, um “nós”, “junção de um *eu* com um *não-eu*”, instaurado no discurso por meio de debreagem enunciativa de primeiro grau, criando efeito de sentido de subjetividade. Essa manifestação é contrária àquela vista nas reportagens que, obedecendo à coerção do gênero, valendo-se de debreagem enunciativa, buscavam o efeito de sentido de objetividade. Esse sujeito que fala em primeira pessoa recusa-se a aceitar a dominação. Esse sujeito transgressor rompe com as coerções do gênero e demonstra sua insatisfação, de modo irônico, por meio dos desenhos demoníacos, expressando seu desejo de liberdade.

A ironia é uma estratégia que permite ao enunciador ferir as normas de coerência, coerção a que toda argumentação estaria sujeita, de acordo com Maingueneau: “o autor de uma enunciação irônica produz um enunciado que possui, a um só tempo, dois valores contraditórios, sem, no entanto, ser submetido às sanções do que isso poderia acarretar” (Maingueneau, 1989, p. 100).

O visual e o verbal apresentam formações discursivas contraditórias: uma nega a outra. O sincretismo se dá, portanto, por contraste, em que se confrontam dois pontos de vista. No verbal, o regime militar e seus atores são euforizados. No visual, são disforizados por meio da intersecção de traços sêmicos, o que viabiliza a metáfora: Regime/demônio; censor midiático representante do Regime/demônio; Jarbas Passarinho/demônio; Médici/demônio. A transgressão dada sincreticamente como ataque às aspirações do Regime também aparece no tom debochado que, violentamente, invade as páginas de uma revista que se diz séria. Esse tom brincalhão igualmente pode ser observado na página 46 da mesma edição de 20 de fevereiro da revista (**ANEXOS 4B, p. 248**). Estranhamente, no meio de uma reportagem sobre o drama vivido pelo Chile, que tenta se recuperar economicamente após a deposição do presidente Salvador Allende, um assunto da atualidade, surge o auto-retrato de Leonardo da Vinci (cuja data estimada de produção é 1513):



**Leonardo da Vinci, festejado  
compositor do fox Mona Lisa**

Na legenda, lê-se: “Leonardo da Vinci, festejado compositor do fox Mona Lisa”. O texto não-verbal se apresenta no modo da verdade: é e parece ser o auto-retrato de Leonardo da Vinci. A legenda, no entanto, apóia-se na construção de novos sentidos revestidos semanticamente pelo humor: transforma uma das obras mais conhecidas e valorizadas do pintor, a Mona Lisa, em música, em dança de salão, em festa, em foxtrote. O leitor está diante de duas enunciações diferentes que se confrontam: uma verdadeira e uma falsa. A “competência enciclopédica” (Maingueneau, 2002, p. 42) do enunciatário-leitor, segundo a imagem criada pelo enunciador-revista, é que permite a compreensão da ironia. O deboche do enunciado reside no fato de a enunciação negar o enunciado no mesmo momento em que o produz: “A enunciação irônica apresenta a particularidade de desqualificar a si mesma, de se subverter no instante mesmo em que é proferida” (Maingueneau, 2002, p.175).

A ironia firma a polêmica. Desta vez não há figurativização do Regime e de seus representantes. A estranha inserção do desenho e o *nonsense* da legenda criam uma nova isotopia, e a denúncia à censura é o tema subjacente a essa recuperação intertextual polêmica, que parodia, que debocha, que protesta. Ao interromper a leitura do texto sobre Allende, o desenho e a respectiva legenda fazem o leitor refletir sobre os motivos que levaram a revista a inserir tais textos de tom jocoso em meio a uma reportagem de tom sério.

No caso das figuras de demônios, os desenhos têm traços caricatos e remetem a algo apenas existente no mundo das crenças míticas, no universo fantástico. Esses temas são contrários àqueles que apontam para a valorização da modernidade, do desenvolvimento tecnológico, das descobertas científicas, temas próprios das reportagens da revista, que pretende apresentar um mundo que busca comprovar como real, por meio das referencializações e das relações espaciotemporais iconicamente detalhadas.

O efeito de sentido de contemporaneidade, presente nas reportagens e nas capas de *Veja*, é rompido com a inserção dos demônios. As fotos, que atualizam as matérias, que registram e presentificam os fatos, contrastam com os desenhos que apresentam traços e técnicas antigas, que parecem ser xilogravuras ou desenhos feitos com tinta nanquim, tão incomuns nesse tipo de veículo de mídia.

O tema dos estudos, do universo da política — figurativizados pelo ministro e pelas faculdades — e o tema da expansão das vias de transporte e do desenvolvimento — figurativizado pela Belém-Brasília—, cedem espaço a novos temas e a novas figuras, que habitam o imaginário humano. Cria-se uma nova isotopia. Nesse contexto, o enunciatário reconhece que a figura do demônio representa o dominador, o censor. O demônio figurativiza o mal, que se opõe ao bem coletivo, incluídos nessa coletividade o enunciador, que quer transmitir o *saber*, e o enunciatário, que *quer saber* o que o enunciador tem a dizer. Ironicamente, o demônio representa a volta à liberdade de expressão do jornalismo.

Vale ressaltar que, nessa oposição de forças, o sujeito transgressor dos princípios e ideais da ditadura militar brasileira, esse anti-*éthos* do regime ditatorial, que se faz presente por meio do sincretismo, é aquele que se apóia no pilar modal do *querer, poder e saber fazer* (criticar, denunciar), não aceitando o *dever não fazer* (dever não falar), que caracteriza a interdição. Assim, a imagem-fim do enunciador transgressor é a de um sujeito não-submisso ao autoritarismo político, às imposições do regime militar, e disposto a participar do jogo político, para problematizar a ditadura. Temos, depreensível do discurso jornalístico, um sujeito dado a sobrepor seu ponto de vista ao do antagonista que o amordaça com a interdição.

Os contrastes nas páginas de *Veja* são acentuados, são aparentes e imanentes, enfatizando o caráter polêmico. Dessa maneira, a inserção das figuras de Belzebu e Asmodeu provoca o rompimento da isotopia temático-figurativa no *modo do parecer*, o que demonstra

a polêmica contraposição ao Regime, no *modo do segredo*. A enunciação denuncia, por meio do sincretismo, a opressão sofrida. A ironia, em *Veja*, é um gesto agressivo, uma resposta à opressão do regime ditatorial. Esse estado de tensão pode ser notado pelos traços semânticos da violência dos desenhos (demônios, Belzebu e Asmodeu), que são, no contexto, uma expressão figurativa da contenção, da retenção, selecionados pelo enunciador para ocupar o espaço da matéria censurada, a fim de fazer ver ainda melhor a ruptura do discurso que abandona o caráter aparentemente monológico e firma um efeito de polifonia na página da revista: uma polifonia com fins próprios, dada no jogo de esconde-esconde entre censor e censurado. A ironia é usada, assim, para confrontar valores e exercitar a liberdade de expressão que se encontrava interdita.

#### 4. O anúncio institucional e a marca-símbolo da editora Abril

*A fratura é a ruptura súbita por meio da qual o sujeito penetra na experiência estética: um ruído que cessa, uma visão que se perde, uma luz que incomoda, um deslumbramento.*

Lúcia Teixeira

Vimos que, na edição de *Veja* de 13 de março de 1974, a revista anunciou o fim do diabo: “O diabo está no fim” (ANEXO 5B, p. 255). Isso aconteceu porque o censor, que durante muito tempo liberou a publicação dos desenhos dos demônios no lugar de textos verbais e não-verbais censurados, resolveu também vetar as gravuras dos diabos. Verdadeiramente, depois dessa data, não houve mais “entidades do mal”, nem pinturas de Da Vinci ressemantizadas, espalhadas nas páginas de *Veja*. Desde então, anúncios institucionais e a árvore-símbolo da Abril apareciam em várias edições da revista, como podemos ver na de 12 de novembro de 1975 (ANEXO 7, p. 260).

Na edição de número 405, de junho de 1976, na página 19, a revista *Veja* publicou uma “Carta ao Leitor” em que destaca a censura prévia que sua redação sofrera (ANEXOS 6, p. 257)<sup>41</sup>:

---

<sup>41</sup> Neste anexo, após a reprodução da página inteira da revista, há uma ampliação da “Carta ao Leitor”.

[...] na semana seguinte à edição do Ato Institucional nº. 5, a censura estreou em *Veja* e, desde então, fomos submetidos a um convívio quase permanente com os controles e as limitações, sob as mais variadas formas. Alternadamente, durante períodos de duração irregular, tivemos censores presentes à redação, ou então comunicados das autoridades proibindo a publicação deste ou daquele assunto, ou, ainda, o envio de todo o material da revista para exame prévio dos censores. Esta era a modalidade da última fase da censura, encerrada na semana passada [...] Em termos numéricos, e só nesta última fase, foram cortadas de *Veja* mais de 10000 linhas de textos. Sessenta reportagens desapareceram, cortadas na íntegra, bem como 64 ilustrações. Em seu lugar, nos últimos tempos, o leitor se acostumou a ver o anúncio com a árvore de onze folhas da Editora Abril – única e silenciosa forma de *Veja* expressar o que lhe ocorria.

Antes de iniciar o exame do anúncio, é preciso definir o que é um anúncio institucional:

(pp, rp<sup>42</sup>) Diz-se da **propaganda** (do anúncio, filme, mensagem ou da **campanha**) cujo objetivo é promover uma **imagem** favorável a uma determinada **marca**, empresa, instituição, órgão público ou privado. O objetivo imediato da propaganda institucional não é a venda, e sim a criação de um clima, de uma atitude favorável, no público, em relação à entidade anunciante. (RABAÇA, 2002, p. 392).

Considerando essa finalidade do anúncio institucional, podemos depreender, da leitura do anúncio da edição de 13 de março de 1974 (**ANEXO 7, p. 260**), que nele é construído o simulacro de que a editora Abril é uma empresa participante do contexto social, preocupada com o fim do analfabetismo (de acordo com o anúncio, a editora Abril “edita livros e manuais de alfabetização e educação continuada”), com as necessidades individuais dos diferentes leitores (“são feitas cartilhas especiais para o agricultor”), com o bem-estar da população (“para ensinar a muita gente como prevenir-se de doenças”). Manipulada pelo papel social que desempenha enquanto fonte de transmissão de *saberes*, a revista *quer* (“com muito entusiasmo”) e *deve* levar outros sujeitos a entrar em conjunção com o conhecimento

---

<sup>42</sup> Na convenção do *Dicionário de Comunicação* de Rabaça, “pp” é a indicação da área “propaganda” e “rp”, da área “relações públicas”.

(“Ainda não é tempo de descansar. Muitos milhões de pessoas ainda não podem ler esta mensagem”). Podemos representar o primeiro percurso do sujeito enunciator da revista da seguinte maneira:

Manipulação:

A sociedade, no papel narrativo de destinador, manipula o enunciator da revista, destinando a ela *deveres e quereres: dever e querer* informar.

Competência:

O sujeito é dotado de *saber e poder* publicar edições da revista segundo os valores propostos.

Performance:

A revista publica artigos e reportagens.

Sanção:

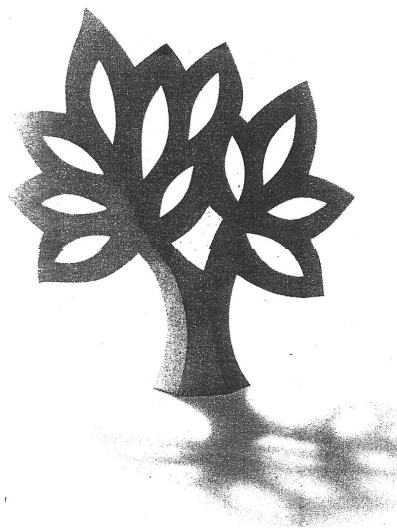
Cognitiva positiva: a sociedade reconhece a *performance* da revista.

Em relação ao anúncio institucional, são enfatizadas as transformações que o veículo de comunicação, o sujeito representado pela editora Abril, assumindo papel narrativo de destinador de valores, opera sobre outros sujeitos, levando-os a suprir faltas: ensina a ler (edita manuais de alfabetização e livros didáticos), a prevenir-se de doenças. Essas transformações ocorrem porque o sujeito midiático é competente: é dotado de um *saber* e de um *poder fazer*. O anúncio mostra uma *performance* bem-sucedida: a editora Abril sente-se orgulhosa por ser responsável pelas transformações. Esse é um segundo percurso do enunciator da revista que nasce da *performance* do primeiro percurso.

A análise do nível discursivo do anúncio mostra que a enunciação é reproduzida no interior do enunciado. Há uma debragem enunciativa, em que são projetados uma pessoa (“Nós”, a editora “Abril”), um tempo (“hoje”) e um espaço (“aqui”), criando um efeito de sentido de aproximação do enunciator em relação ao enunciado e do enunciator em relação ao leitor. A revista e o leitor estão, assim, juntos, lutando para que o conhecimento, euforizado e afirmado no texto, vença a ignorância, disforizada e negada no anúncio.

Em relação à logomarca, na análise do visual da árvore, chama a atenção a simetria das formas que compõem uma árvore dada a estabelecer e restabelecer a ordem do mundo:





Na ambigüidade conotativa da expressão “Nada como aprender à sombra de uma árvore”, que tanto sugere o símbolo da empresa quanto recupera a idéia do descanso merecido depois do trabalho cumprido (nada como descansar à sombra de uma árvore), temos a construção da imagem de um mundo acabado, ordenado, estável, dado pelo saber adquirido. As folhas oblongolanceoladas com dimensão simétrica consolidam o fundo branco dessa forma minimalista. Elegância, equilíbrio são os traços do sujeito enunciator da Abril para que se estabeleça o contrato fiduciário entre a editora e o leitor.

Se pensarmos no anúncio como a escolha do enunciator midiático para ocupar o espaço deixado pelos textos censurados, vemos o movimento desse enunciator em direção ao protesto, à denúncia. O conjunto sincrético formado pelo texto verbal e a marca-símbolo da editora Abril substituiu os demônios e, portanto, ocupa um espaço interdito. Considerando o fato de que toda redação tem um grande número de matérias frias guardadas para qualquer eventualidade, havia uma forma de criar o efeito de monofonia no discurso como desejava o regime militar. A inserção das tais “matérias de gaveta” (frias) nos espaços deixados pelo corte dos textos verbais e não-verbais censurados poderia camuflar ao leitor a censura, e a mutilação das páginas não seria mostrada. Mas a escolha de *Veja* foi ocupar o espaço com um anúncio da própria empresa, um texto institucional, que chama a atenção para a própria enunciação, reafirmando o caráter contestador da editora Abril, que não cede às imposições do Regime. Temos, assim, um texto metaenunciativo, usado como argumento de tornar segredo o argumento principal. Essa nova imagem não exclui a anterior, ao contrário, soma-se a ela, uma vez que reafirma o compromisso de a Abril ser transmissora de *saberes*. O anúncio cria, dessa maneira, a imagem de uma empresa que sempre cumpre o pacto assumido

com o leitor de ser fonte de transmissão de informações, e denuncia, mesmo que de maneira velada, a impossibilidade do *querer* da mídia, o veto à livre expressão, os desmandos da ditadura.

Em sua carta ao leitor (ANEXOS 6, p. 257), a revista afirmou que as árvores eram uma “silenciosa forma de *Veja* expressar o que lhe ocorria”. Concordamos que o anúncio e a árvore-símbolo da Abril, comparados às aparições dos demônios, são uma manifestação quase silenciosa, quando o silêncio é entendido, nos termos do *Dicionário de Comunicação*, como “ausência temporária de falas e/ou **ruídos** em **primeiro plano**”<sup>43</sup>. Consideramos aqui “ruído” como o som indesejado da polifonia jornalística que contraria o discurso autoritário do Regime que quer ser monológico; e, “primeiro plano”, como o modo da aparência. Para a censura, a árvore aparentemente não criou ruídos, não desestabilizou a ordem imposta pela ditadura. Mas a revista *Veja* não calou a sua voz de protesto; depreende-se do texto que apenas deixou de denunciar aos gritos a censura sofrida. Há um estilo próprio para o confronto com a ditadura, entendido esse estilo como tom de voz, como diz Discini (2003). A revista passou, assim, a protestar usando um tom de voz mais baixo, aos sussurros. Esse é o efeito de sentido dado no texto e pelo texto, por meio da inserção da logomarca.

---

<sup>43</sup> Rabaça, 2002, p. 674.

## **CAPÍTULO 3**

### **O jornalismo de resistência e o AI-5: *éthos* e anti-*éthos***

## 1. Do texto ao contexto: a “Revolução de Março de 1964”

*Eu te amo, meu Brasil, eu te amo,  
meu coração é verde, amarelo, branco, azul-anil,  
eu te amo, meu Brasil, eu te amo,  
ninguém segura a juventude do Brasil.*  
Dom e Ravel

No *Dicionário de Semiótica*, o contexto é definido como “o conjunto do texto que precede e/ou acompanha a unidade sintagmática considerada, do qual depende a significação” (Greimas e Courtés, s.d., p. 82). Maingueneau afirma que a relação entre texto e contexto não é unilateral, mas “dialética” (Maingueneau e Charaudeau, 2004, p. 128). Para Fontanille e Zilberberg, “o contexto não é um parâmetro secundário, mas primordial e tenso” (2001, p. 54). O contexto atravessa o texto e jamais é envelope do que está dito. A situação de enunciação está sempre pressuposta no enunciado, onde deixa suas marcas. O contexto e a enunciação se homologam.

Maingueneau chama de *cenografia* essa situação de enunciação: “Ao mesmo tempo condição e produto, ao mesmo tempo, ‘na’ obra e ‘fora’ dela, essa cenografia constitui um articulador privilegiado da obra e do mundo” (Maingueneau, 2001, p. 121). A cenografia implica um momento (uma *cronografia*) e um lugar (uma *topografia*) de onde surge o discurso. Cenografia e enunciado não divergem entre si; ao contrário, constituem olhares convergentes. É o que afirmam Fiorin e Maingueneau a respeito da enunciação; aquele, apoiado em Greimas; este, como representante da Análise do Discurso de linha francesa.

Baseamo-nos na afirmação de Maingueneau de que “para uma sociedade, para um lugar, para um momento definidos, só uma parte do dizível é acessível, que esse dizível constitui um sistema e delimita uma identidade” (Maingueneau, 2005, p. 16). Incorporar essas informações significa investigar a que formação discursiva pertence o texto analisado. Dessa forma, é possível depreender a “identidade discursiva” do Ato Institucional nº 5, o enunciado que pretendemos examinar.

Notamos, assim, que os Atos Institucionais não são discursos autônomos, ao contrário, têm sua existência atrelada a um discurso anterior, que representou o golpe de 1964, ou, como queriam os militares, o “Movimento Revolucionário de 1964”. O “discurso Revolucionário” é, então, um discurso englobante, a cena enunciativa englobante, um

universo discursivo de onde emergem os discursos de cada Ato Institucional. Esses Atos, incluindo o AI-5, constituem-se, dessa maneira, como cenas genéricas englobadas, como “instituições discursivas”<sup>44</sup>, constituintes da cena englobante, que é o discurso político, no caso amparado pelos ideais do golpe de 1964.

Há uma relação de interdependência entre o “discurso Revolucionário” e os Atos Institucionais e, por isso, aquele discurso deve ser resgatado na análise deste último. A “Revolução” de 1964 autoriza enunciativamente a criação dos Atos, e estes, por sua vez, visam a promover a manutenção dos ideais da “Revolução” de 1964: assegurar a autêntica ordem democrática, combater a subversão e as ideologias que se opõem às tradições do povo brasileiro e lutar contra a corrupção.

Os Atos legitimam a “Revolução”, é o que está explicitado no preâmbulo do AI-1, publicado no *Diário Oficial* de 9 de abril de 1964<sup>45</sup>:

O Ato Institucional que é hoje editado pelos comandantes em chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao nôvo Govêrno a ser instituído os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de ser institucionalizada e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe. [...]

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a tôdas as revoluções, a sua legitimação.

Como vemos, o contexto revolucionário é depreendido do próprio texto. Numa debreagem temporal enunciativa, firma-se o tempo como o “agora” do ato do decreto. Prossegue a presentificação temporal, explicando a que o Ato “se destina”. O enunciador autoqualifica-se como aquele que vai reconstruir a nação e, por meio de detalhamentos figurativos, fala em “reconstrução econômica e financeira, política e moral do Brasil”. Assim, fica explícito que os governos anteriores destruíram o Brasil em todas essas

---

<sup>44</sup> Cf. Maingueneau, 2005, p. 75.

<sup>45</sup> <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/acervo.htm>

dimensões. Fica perpetuado tendenciosamente, no discurso do AI-1, o que se desencadeava na História, o que comprova a historicidade do discurso.

O “golpe de Estado”, ou a “Revolução Redentora”, interrompeu o governo de João Goulart. Jango assumiu a presidência após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. O Exército não era favorável à posse de João Goulart, o vice-presidente de Jânio. Os líderes da “Revolução” afirmavam que Goulart era “esquerdista”, vinculado aos comunistas e que estava abusando do poder e deveria ser substituído. Dentre as acusações que foram feitas ao seu governo estão a corrupção, a subversão política e a estagnação econômica. Houve uma conspiração dos militares com apoio dos grupos econômicos brasileiros e o presidente foi deposto. O golpe de 1964, a tomada do poder pelos militares, contou com o apoio de parte da classe média brasileira que, vendo as medidas reformistas de Jango, temia um golpe comunista.

É interessante notar que os militares afirmavam que a deposição de Jango e a conseqüente conquista do poder não se tratava de um golpe militar, mas sim de uma “Revolução”, que somente tinha por objetivo a defesa dos interesses da nação:

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. (preâmbulo do AI-1).

O trecho mantém o presente omnitemporal ou gnômico, ao afirmar a distinção entre “Revolução” e “outros movimentos armados”. É o simulacro de uma verdade irreversível que se consolida: a superioridade da “Revolução”, que paira acima do “interesse e da vontade de um grupo”. Estrategicamente, o enunciador generaliza o que é particular.

No discurso reiterado nos diferentes Atos Institucionais, a criação da medida emergencial é justificada pela necessidade de proteger a nação de possíveis ataques de grupos que ameaçassem a “liberdade do povo” e o “desenvolvimento do país”, dados como conquistas da “Revolução” de 1964.

Nosso objeto de análise, o discurso do Ato Institucional nº 5, reforça, portanto, os valores da “Revolução” explicitados no AI-1 e, mais do que isso, legitima as ações daqueles que a representam. Pensamos, assim, no *éthos* construído do discurso do AI-5 como parte integrante de um *éthos* representativo de um segmento social: militares e apreciadores desse

grupo. Para reafirmar os valores da “Revolução” e mostrar a continuidade desse discurso englobante, no AI-5 são retomados os Atos anteriores, formando uma seqüência de prescrições e interdições que culmina com o fim da liberdade de imprensa e a cassação dos direitos políticos dos cidadãos, garantias proporcionadas por uma Constituição que se apresentava, naquele momento, suspensa.

Foge aos nossos objetivos fazer um estudo detalhado do discurso que se diz revolucionário<sup>46</sup> ou do discurso político<sup>47</sup>. Pretendemos, neste capítulo, demonstrar o estilo do discurso ditatorial, depreender o *éthos* do enunciador do AI-5 e estabelecer o confronto com o *éthos* do discurso jornalístico de resistência ao regime militar.

## 2. O discurso “revolucionário”: o AI-5

O *éthos* é uma construção do discurso, dada a efeito pelo auditório em relação ao orador. Aristóteles dividia em três categorias os meios discursivos que influenciam o auditório:

- a) o *lógos* – pertence ao domínio da razão e torna possível convencer;
- b) o *éthos* – é voltado ao orador, ou, nos termos atuais, ao enunciador, e pertence ao domínio da persuasão;
- c) o *páthos* – é voltado ao auditório, ao enunciatário (ou co-enunciador), e também pertence ao domínio da emoção.

Maingueneau afirma que

a retórica antiga compreendia por *éthé* as propriedades que os oradores se conferem implicitamente através de sua maneira de dizer: não o que dizem explicitamente sobre si próprios, mas a personalidade que mostram através de sua maneira de dizer. (MAINGUENEAU, 2001, p. 137).

---

<sup>46</sup> Sobre o discurso de 1964, consultar Fiorin (1988).

<sup>47</sup> Sobre o discurso político, consultar Charaudeau (2006a).

De acordo com essa concepção, o *éthos* é uma imagem construída do orador e pelo orador, o que visa a contribuir para efeito de persuasão do discurso.

Na tipologia de Aristóteles, há três diferentes *éthé* que implicitamente os oradores se conferem no discurso que constroem: a *phrónesis*, a *areté* e a *eúnoia*. No primeiro *éthos*, o orador apresenta-se como um homem ponderado; no segundo, como simples e sincero e, no terceiro, como benevolente, criando uma imagem “agradável de si” (Maingueneau, 2001, p. 138). Na *phrónesis*, a personalidade que se mostra é de um sujeito racional, que reflete antes de agir, portanto, relacionado ao *lógos*; na *areté*, privilegia-se no discurso a figura do próprio orador, do enunciador, do *éthos*; na *eúnoia*, a figura central do discurso é o auditório, o enunciatário (*páthos*) com o qual o enunciador é solidário. O texto argumentativo *strictu sensu*, já que *latu sensu* todo o texto é argumentativo, é aquele que se concentra, especialmente, no enunciatário.

Charaudeau afirma a importância do enunciatário na construção da imagem do enunciador, já que defende que o *éthos* é o resultado de um “cruzamento de olhares”:

De fato, o *éthos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *éthos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. (CHARAUDEAU, 2006a, p. 115).

É dessa interferência do olhar do outro e da interpretação que o enunciador faz da maneira como o outro o vê que o *éthos* é construído como um cruzamento de olhares enunciativos. O *éthos* construído é, portanto, a base da relação com o enunciatário. Se o enunciatário não acredita na palavra do enunciador, se o discurso e a imagem daquele que discursa não gozarem de credibilidade, então o discurso tende a falir na missão a que se propõe.

De posse dessas informações, vamos à leitura Ato Institucional nº 5, para então fazermos a descrição do *éthos* do enunciador do discurso em que se insere esse decreto:



### 3. O Ato Institucional nº 5

O Presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

Considerando que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou categoricamente, que "não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará" e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

Considerando que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar "a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução", deveria "assegurar a continuidade da obra revolucionária" (Ato Institucional nº 4, de dezembro de 1966);

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição.

Resolve editar o seguinte

### **ATO INSTITUCIONAL**

Art. 1º São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2º O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais e estaduais e Vereadores só receberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento de contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3º O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único. Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4º No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único. Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quórum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5º A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa simultaneamente, em:

- I – cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II – suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III – proibição de atividades ou manifestação sobre o assunto de natureza política;
- IV – aplicação, quando necessário, das seguintes medidas de segurança:
  - a. liberdade vigiada;
  - b. proibição de freqüentar determinados lugares;
  - c. domicílio determinado.

§ 1º O Ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário

Art. 6º Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim com empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8º O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Parágrafo único. Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á a sua restituição.

Art. 9º O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da

Revolução, as medidas previstas nas alíneas *d* e *e* do § 2º do artigo 152 da Constituição.

Art. 10 Fica suspensa a garantia de *habeas-corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12 O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

***Diário Oficial* de 13.12.68 – pág. 10.801**

## 4. A construção de um *éthos*

Ao examinar o AI-5, notamos que o texto se dirige a dois enunciatários diferentes: aos que apóiam o governo e àqueles que tramam contra a “Revolução”. Aos primeiros são destinadas as informações e as justificativas do preâmbulo; aos outros, as possibilidades de punição descritas no Ato em si. Os diferentes tons do discurso corroboram com a idéia de que os enunciatários são distintos: enquanto, no preâmbulo, o tom é de justificativas; no Ato, em si, o tom é de ameaça. A primeira parte do texto é explicitamente argumentativa, pretendendo fazer o enunciatário *crer* nas boas intenções do enunciador para que aquele aceite as medidas tomadas por este e as veja como uma estratégia de defesa dos interesses da Nação; a segunda, injuntiva, dá ordens e legaliza o que é considerado medida de prevenção para que se evite que o enunciatário aja contra o governo. Note-se que este último enunciatário não é aquele a quem o governo deve explicações, mas a quem o governo mostra seu poder de ação no modo da prescrição e da interdição.

Observemos, em seguida, um pouco mais a imagem da “Revolução” e a do enunciador construída no discurso do Ato Institucional nº 5.

### 4.1. A “Revolução Redentora”: o salvador da pátria

O Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, segundo o que vimos acima, pode ser dividido em duas partes. Na primeira delas, o “preâmbulo”, outros discursos pertencentes a uma mesma formação discursiva são convocados, como o próprio discurso da “Revolução” e os discursos de Atos Institucionais anteriores, mais especificamente os Atos Institucionais de números 1, 2 e 4, respectivamente, nos parágrafos 1, 2 e 3 do AI-5. A função dessa primeira parte é justificar a existência do próprio Ato, visando a impedir o leitor de *não crer* nos altos desígnios apresentados.

Na segunda parte, temos o Ato Institucional nº 5 propriamente dito, o decreto. Dividido em 12 artigos, alguns com dois ou três parágrafos, o Ato determina os poderes do presidente diante da situação emergencial descrita no preâmbulo.

O general Costa e Silva, então presidente da República, representante e defensor do regime militar, divide a autoria do AI-5 com uma junta composta pelo então ministro da

Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva; pelo ministro da Marinha, Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald; pelo ministro do Exército, Aurélio de Lyra Tavares; pelo ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Mello, dentre outros. Apesar do conjunto de assinaturas, depreende-se do AI-5 a presença de um único sujeito enunciador, uma única voz. Nas primeiras linhas do preâmbulo, afirma-se que o presidente da República decidiu pela decretação do Ato após consultar o Conselho de Segurança Nacional:

O Presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria"

O preâmbulo, como convém à linguagem oficial, simula a ausência do “eu” no discurso, criando o efeito de sentido de objetividade. Assim, não é Costa e Silva, “eu”, o indivíduo, a pessoa, quem se responsabiliza pela decretação do Ato Institucional, mas “ele”, a *persona*, no papel de “presidente da República”, o governo, simulando uma entidade plural, composta por vários integrantes, ainda que apresentem uma mesma visão de mundo. De acordo com Fiorin, essa estratégia visa a afastar o efeito de subjetividade do texto, fortalecendo o papel social desempenhado pelo enunciador:

Usar a terceira pessoa no lugar de qualquer outra é objetivar o enunciado, é esvaziar a pessoa e ressaltar a *persona*, é ressaltar o papel social em detrimento da individualidade. (FIORIN, 2002, p. 100).

A ausência da primeira pessoa reforça, portanto, a idéia de que o Ato Institucional não foi uma criação individual, mas coletiva, fruto de uma análise da situação de segurança do país feita por um grupo destinado a preservar os interesses coletivos de segurança nacional.

Os valores de bem, buscados pelo governo, nada mais são do que aquilo que proporciona o bem-estar à nação. Esses valores são traduzidos no texto como:

- a autêntica ordem democrática;
- a liberdade ;
- o respeito à pessoa humana;
- o combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições do povo;
- a luta contra a corrupção;
- a reconstrução financeira, política e moral do país;
- a restauração da ordem interna;
- o restabelecimento do prestígio internacional;
- a segurança interna;
- o desenvolvimento econômico;
- a harmonia política e social do país.

Essa seqüência de temas constrói o percurso temático do épico, do herói salvador da pátria. A esses valores opõem-se os valores atribuídos, pelo discurso revolucionário, presente no preâmbulo do AI-5, ao discurso do *outro*, do anti-revolucionário.

Esta é a seqüência de temas que constrói o percurso temático do vilão, do inimigo da pátria, do anti-*éthos*, que é avaliado pejorativamente, como um sistema de repulsão:

- a guerra revolucionária;
- a corrupção;
- a subversão;
- a desordem;
- as ideologias contrárias às tradições de nosso povo;
- o comunismo.

Diz Fiorin “que o nível dos temas e das figuras é o lugar privilegiado de manifestação das ideologias” (1989b, p. 75). Há, portanto, duas forças opostas, duas formações discursivas, ou seja, duas visões de mundo materializadas pelos temas mostrados, dois

discursos antitéticos que se digladiam, segundo a voz do enunciador do AI-5: a força do mal que impulsiona o bem a agir. A isotopia da “ordem”, da “segurança”, da “tranquilidade”, temas ligados aos grupos revolucionários, opõe-se à isotopia da “subversão”, da “desordem”, da “corrupção”, temas remetidos aos grupos anti-revolucionários. Nos percursos temáticos contraditórios, aninha-se a polêmica explicitada: o discurso da “Revolução”, destacado no AI-5, firma-se como a negação de seu contrário, o discurso dos anti-revolucionários, dos subversivos, dos desordeiros.

É possível notar que, no preâmbulo do AI-5, é produzido “um discurso de justificação”, que se ocupa em explicar os motivos que levaram o governo a decretar um novo Ato Institucional, a fim de “se inocentar das críticas ou das acusações que lhe são dirigidas” (Charaudeau, 2006a, p. 126). De acordo com o texto, a responsabilidade pela criação do Ato Institucional nº 5 não deve recair sobre o governo, mas sobre aqueles que se mostram contrários a ele, como vemos no 5º e no 6º parágrafos do preâmbulo:

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição.

Resolve editar o seguinte

ATO INSTITUCIONAL

O discurso do *outro*, do anti-revolucionário, do anti-sujeito da “Revolução”, é convocado, no discurso revolucionário, para justificar a criação do AI-5. As justificativas para a criação do Ato se iniciam, de fato, logo na primeira linha. No primeiro parágrafo do preâmbulo, é dito que o presidente tomou a decisão de editar o Ato Institucional após consultar o Conselho de Segurança Nacional, o que implica que ameaças à segurança nacional ditaram a ação do chefe da nação. Nos parágrafos seguintes ao preâmbulo, repetidas vezes aparece a informação de que o país está exposto a um perigo iminente, a segurança nacional encontra-se ameaçada pela ação de grupos subversivos, que conspiram contra a



“Revolução”. O tema da proteção do governo à nação indefesa atravessa todo discurso: a nação estaria à beira do abismo, precisaria ser salva da corrupção e da subversão. Os percursos temáticos da moralização, da reconstrução, manutenção da ordem são enfatizados no AI-5:

1º parágrafo:

[...] buscando, deste modo, “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria” [...]

O discurso da “Revolução” está em relação polêmica com o discurso dos “anti-revolucionários”. Assim, no AI-5, são negados os temas e as figuras do discurso que corresponde a seu outro: a subversão, a corrupção, desrespeito às tradições do povo e estabelecimento do caos. “O discurso constrói-se sobre o princípio da antítese e, é, portanto, atravessado pela exclusão de seu outro” (Barros, 1994, p. 33):

1º parágrafo:

O Presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção [...]

Para desqualificar o discurso do adversário, o discurso revolucionário apresenta, em seu próprio discurso, as ações e os valores desse outro como o pólo negativo de suas próprias ações e de seus próprios valores, reforçando a oposição entre os discursos. Nesse simulacro, assinalam-se os sistemas semânticos nos quais o enunciatário *deve crer* repousar o discurso “revolucionário” e o “anti-revolucionário”:

4º parágrafo:

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la<sup>48</sup>.

5º parágrafo:

[...] a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária.

6º parágrafo:

[...] esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição.

Dessa maneira, a argumentação do preâmbulo baseia-se na determinação do motivo que levou à criação do Ato, um tipo de argumento “baseado na estrutura do real” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 299). Simula-se, no discurso, que a decretação do AI-5 é conseqüente dos “atos nitidamente subversivos”, os quais “obrigaram” os que se responsabilizam pelo movimento de 1964 a tomar uma medida preventiva a fim de conter a ação do outro, do inimigo, que é “iminente”. Assim, ao destacar a causa, tenta-se justificar o efeito, a criação do AI-5.

Na hipótese de a criação do Ato desagradar, é preciso verificar que os subversivos, ou seja, que os grupos “anti-revolucionários” são os verdadeiros inimigos do povo; isso é o que está subentendido. O presidente foi “levado” a criar uma medida emergencial em função das circunstâncias:

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, **obrigando os que por ele se**

---

<sup>48</sup> Convém observar que, apesar de todas as dificuldades de leitura causadas pela má elaboração das frases e dos intermináveis períodos do preâmbulo do AI-5, esse parágrafo é o mais confuso. Não é possível compreender a que “instrumentos jurídicos” o texto se refere e como e por que “os atos nitidamente subversivos comprovam” que tais instrumentos estejam servindo de meios para combater e destruir a “Revolução”. Aliás, é necessário um grande esforço interpretativo para desfazer a ambigüidade de “combatê-la e destruí-la”, já que o pronome oblíquo tanto pode recuperar anaforicamente o objeto direto “Nação” quanto o objeto direto “Revolução”.

**responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias**<sup>49</sup>, que evitem sua destruição. (6º parágrafo do preâmbulo do AI-5).

Para cumprir o papel de “defensor da pátria”, o governo deve tomar uma medida extrema a fim de impedir que a “ordem democrática” seja ameaçada. Como representante do núcleo do poder e de toda a nação brasileira, o presidente da República tem o *dever* de assegurar a democracia, promover a manutenção das tradições do povo, da identidade nacional, a reconstrução do país, que deve ser protegido contra o ataque dos subversivos, conforme o compromisso assumido pela “Revolução”. É o que se vê no primeiro parágrafo do preâmbulo do AI-5:

O Presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e Considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº. 1, de 9 de abril de 1964) [...]

O texto constrói o simulacro de que “o nosso povo” e o governo militar têm os mesmos interesses, os quais este último tenta defender. No trecho “no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo”, no pronome possessivo “nosso”, estão implícitos um “*nós* inclusivo” (Fiorin, 2002, p. 60). Somam-se “eu” (governo) e um tu (nação), que se opõem a *ele* (o antipátria), marcando a relação convergente entre a nação e o governo, representante da “Revolução”, e a relação divergente entre o governo e os anti-revolucionários. Governo, pátria, regime militar e presidente estão ideologicamente emparelhados no texto, como se fossem a expressão de um único desejo: o bem-estar da nação. Portanto, não se deve ser contra o Regime, pois isso é o mesmo que ser contra a pátria, já que aquele é o guardião dos valores desta. Essas são as relações depreendidas no

---

<sup>49</sup> Grifo nosso.

texto. O enunciador *faz crer* numa verdade: ele parece e é salvador da pátria. Como afirma Barros,

em primeiro lugar, o enunciador propõe um contrato, que estipula como o enunciatário deve interpretar a verdade do discurso; em segundo lugar, o reconhecimento do dizer-verdadeiro liga-se a uma série de contratos de veridicção anteriores, próprios de uma cultura, de uma formação ideológica e da concepção, por exemplo, dentro de um sistema de valores, de discurso e seus tipos. (BARROS, 2002, p. 93-94).

Assim, a imagem que se depreende do discurso é a de que o enunciador, o presidente Costa e Silva, é um sujeito que coloca como prioridade proteger a nação e preservar o bem comum, sendo “obrigado” a usar de métodos severos para garantir a segurança do país. O corpo rígido do enunciador e o rigor de suas atitudes nada mais são do que tentativas de preservar a integridade do país.

Como supõe a técnica militar, a violência do ataque inimigo é respondida com a criação de barreiras que tolham a *performance* do grupo dos anti-revolucionários:

5º parágrafo do preâmbulo do AI-5:

[...] se torna imperiosa a adoção de **medidas que impeçam** [que] **sejam frustrados** os ideais superiores da Revolução [...]

Vimos que o enunciador afirma que não tem as próprias ações guiadas por interesses pessoais, mas que seus atos são comandados por um interesse superior e coletivo: as aspirações da nação brasileira. Nesse discurso, predomina a *eúnoia* aristotélica, o *éthos* construído sobre a imagem de um enunciador que se preocupa primordialmente com os valores do enunciatário. O presidente da República, exercendo aquilo que batizou de “Poder Revolucionário”, coloca-se como guardião dos valores da liberdade, contra a opressão dos grupos anti-revolucionários, dos “processos subversivos” e de “guerra revolucionária”. A “Revolução” resguarda a “ordem do país, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país”, valores supostamente partilhados pelo governo e pela nação. A esse *éthos* opõe-se um anti-*éthos*: o inimigo da

pátria, que coloca os interesses particulares acima dos interesses da nação, que promove a desordem, que estabelece o caos e a subversão.

Esse motivo que se baseia na preservação da Pátria, naquilo que Charaudeau<sup>50</sup> chamou “razão de Estado”, coloca o presidente na posição de “cumpridor de deveres”, sendo forçado a agir de determinada maneira por uma razão superior. Simula-se, no discurso, que a defesa da pátria é o principal interesse do presidente, já que a nação é a razão de *ser* do presidente. Assim, aquele que assume o cargo de mais alto mandatário da nação é o “responsável” pelo estabelecimento da ordem e da segurança internas (2º parágrafo do preâmbulo); “não pode permitir” a ação dos grupos anti-revolucionários (idem); estabeleceu que “deveria assegurar a continuidade da obra revolucionária” (3º parágrafo do preâmbulo).

A lei consolida-se, então, como um instrumento de defesa da ordem social, para que o presidente da República Federativa do Brasil garanta o “bom funcionamento” do país. O *éthos* mostrado no preâmbulo do discurso do AI-5 é o “*éthos* da virtude” (Charaudeau, 2006a, p. 122): o político se mostra fiel ao povo, honrando os compromissos que assumiu; demonstra ser merecedor de confiança da população, já que deseja garantir o bem-estar do povo brasileiro, como vemos no 2º parágrafo do preâmbulo do AI-5:

Considerando que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº. 2, afirmou categoricamente, que “não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará” e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

O dirigente do Estado é aquele que determina e supre as necessidades da nação, criando o simulacro de que essas necessidades são únicas e coletivas. Ressaltamos que não há, portanto, segundo o discurso, desejo individual e escolhas particulares, apenas um objetivo comum, que o governo elegeu como prioritário e que rege suas ações. O governo constrói de si e para si a imagem do grande protetor da nação, daquele que sabe o que é melhor para ela. Esse simulacro criado leva o enunciário do texto a *crer* que o governo da República é virtuoso. Coragem e generosidade são virtudes inerentes aos revolucionários,

---

<sup>50</sup> Cf. Charaudeau, 2006a.

grupo ao qual pertence Costa e Silva, o enunciador. Nessa visão de mundo, a coragem, o *querer ser*, é euforizada, opondo-se ao medo, o *não querer ser*, classificado como uma insuficiência e, portanto, disforizado no discurso. O governo, ainda que tema a ação de grupos subversivos, enfrenta os inimigos, criando medidas que coíbem as ações desses grupos. Isso torna o enunciador do AI-5 um herói, um sujeito corajoso<sup>51</sup>.

O governo anterior abusava do poder, era corrupto, não zelava pelos interesses da nação e, por isso, a “Revolução” o destituiu. Agora, os “revolucionários” vão conter a ação dos subversivos. Sempre em atenção aos desejos da pátria. Simula-se, no enunciado do preâmbulo do AI-5, a imagem de uma nação insatisfeita, que *quer* a ordem, juntamente com a imagem de um governo que tem o *dever* de atender aos desejos dessa nação. A “Revolução” busca a ordem porque a nação assim o deseja. O governo atual tem por objetivo reconstruir o país, restabelecer a nação. O governo é destinatário de uma manipulação cujo destinador-manipulador é a própria sociedade, a quem o governo deve satisfações e fidelidade. O governo de Costa e Silva deseja manter os desígnios da “Revolução” porque a nação assim o quer:

S1 (sociedade) —————> S2 (governo) ∩ Ov (ordem e segurança do povo)
---

O governo tem competência: *pode* e *sabe*. Faz a “Revolução” e é sancionado positivamente pela sociedade, que assume o papel de destinador-julgador.

Nesse contexto, a *performance* do sujeito operador (o herói revolucionário) é efetuar a disjunção entre o País e a desordem, caracterizada no texto como “a subversão”, “as ideologias contrárias às tradições de nosso povo” e a “corrupção” e a conjunção entre o país e a “autêntica ordem democrática”, representada pela “ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária”.

Os anti-revolucionários, que são os anti-sujeitos desse *fazer*, pretendem promover a disjunção entre o país e a ordem, levando a nação a conjugar-se com a desordem e o caos. A

---

<sup>51</sup> Fiorin, em seu estudo sobre o medo e a vergonha, diferencia o “impávido”, o “intrépido” e o “corajoso”. O primeiro não se preocupa com o perigo, “não tem ou não trai nenhum medo”; o segundo “sabe do perigo, mas o afronta sem medo”, já o último “sabe do perigo, tem medo, mas enfrenta-o mesmo assim” (Cf. Fiorin, 1992, p. 58).

ordem é entendida, no discurso revolucionário, como condição necessária para que se possa alcançar a “reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria”, conforme afirmado no AI-1, citado no primeiro parágrafo do preâmbulo do AI-5.

A disjunção entre o país e a “verdadeira ordem democrática” determina que a nação, ao se encontrar num estado não-democrático, estaria mais perto do comunismo. A verdadeira ordem democrática — aquela baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, conforme explicitado no 1º parágrafo do preâmbulo — estaria, então, ameaçada, e o trabalho de reconstrução do país, de restabelecimento da “ordem interna e do prestígio internacional”, apenas possível por meio das mãos competentes das Forças Armadas, seria interrompido. Assim, o contrato firmado com o povo seria quebrado: “sob a pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro” (2º parágrafo do preâmbulo).

Vale ressaltar que a confirmação do pacto depende de que o destinatário (povo) reconheça como verdadeiros o destinador (governo) e o objeto que este apresenta no discurso proferido. Em relação a essa crença no outro, Barros afirma:

Há uma estreita vinculação entre a confiança e a crença, o que permite falar em contrato fiduciário. A confiança entre os homens fundamenta a confiança nas palavras deles sobre as coisas do mundo e, finalmente, a confiança ou a crença nas coisas e no mundo. (BARROS, 2002, p. 37).

O discurso apresentado no preâmbulo coloca esse contrato como já-dado; o verbo “assumiu”, no pretérito perfeito<sup>1</sup>, marca uma relação de anterioridade entre o momento do acontecimento e o momento de referência presente, simulando a legitimação do pacto como pertencente a um sistema enunciativo, próximo, portanto, aos parâmetros da cena enunciativa:

Considerando que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a

compromissos que **assumiu**<sup>52</sup> com o povo brasileiro [...] (2º parágrafo do preâmbulo do AI-5).

O discurso revolucionário de 1964, segundo Fiorin (1988), confirma-se como o da salvação. Depreendemos, em nossa análise, que o *éthos* é soberano e salvador. O governo diminuiria o estado de tensão em que vive a nação, que passaria de um estado de insegurança (*querer ser e crer não ser*), causado pelas ações dos grupos anti-revolucionários, a um estado de segurança (*querer ser e não crer não ser*), por meio da “Revolução”. Sem a proteção garantida ao país por meio da criação dos Atos Institucionais, que regulamentariam e estabeleceriam a ordem, os ideais da “Revolução” seriam frustrados; como consequência, o país mergulharia no mais completo caos e os cidadãos seriam vítimas de ataque de grupos anti-revolucionários:

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária [...] (5º parágrafo do preâmbulo do AI-5).

O estado de segurança que se deseja que o enunciário construa para si é ressaltado pela imagem de certeza simulada pelo enunciador, no enunciado, por meio do uso do advérbio “categoricamente” e dos verbos no presente “é” e no futuro do presente “será”, estabelecendo um modo próprio de semantização do futuro verbal, tal como se apresenta em:

Considerando que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou **categoricamente**, que “não se disse que a Revolução foi, mas que **é e continuará**” e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento **não pode ser detido**<sup>53</sup> [...] (2º parágrafo do preâmbulo do AI-5).

---

<sup>52</sup> Grifo nosso.

<sup>53</sup> Grifos nossos.



Fiorin (2002) afirma que não se pode utilizar o futuro para expressar uma modalidade factual, uma vez que é impossível determinar, no momento da enunciação, seu valor de verdade:

A única possibilidade de fazer asserções no futuro depende da avaliação que o enunciador faz da necessidade, probabilidade, possibilidade ou impossibilidade da ocorrência de um dado estado de coisas. (FIORIN, 2002, p. 154).

Isso significa que o enunciador aspectualiza, no texto, a “Revolução” como um fato concomitante (“é”), posterior e inacabado (“será”) em relação ao momento de referência presente, como se não houvesse dúvidas sobre a continuidade do processo revolucionário. Prossegue Fiorin :

O futuro indica também que se considera necessária, impossível ou altamente provável a ocorrência de um dado acontecimento num momento posterior ao presente, embora, nesses casos, o português prefira o presente do indicativo. (FIORIN, 2002, p. 154).

Nas últimas palavras do parágrafo citado do preâmbulo, na expressão “não pode ser detido”, o uso do presente do indicativo, a que se refere Fiorin, reforça o simulacro da certeza da continuidade da obra revolucionária:

[...] processo revolucionário em desenvolvimento **não pode ser detido**<sup>54</sup> [...] (2º parágrafo do preâmbulo do AI-5).

Introduzindo a certeza, como o *crer ser* salvador da pátria e fazendo o enunciatário *crer* que luta contra “fatos perturbadores da ordem” (6º parágrafo do preâmbulo do AI-5), um percurso figurativo é consolidado de modo próprio. O percurso figurativo da salvação da pátria se sustenta no compromisso de defendê-la, de conquistar para ela a “harmonia política e social” (5º parágrafo do preâmbulo do AI-5). O presidente se configura nos papéis temáticos do missionário, do anjo salvador, do sujeito competente que *quer, sabe, pode e*

---

<sup>54</sup> Grifos nossos.

*deve* salvar a população indefesa, lutando contra os “demônios”, representados pelos perturbadores da ordem que nada mais são do que grupos antidemocráticos<sup>55</sup>. O governo constrói de si o simulacro do representante real da democracia. Ele estaria ao lado do povo, salvaguardando suas garantias de liberdade, mesmo que, para isso, fosse necessário tirar os direitos políticos de quaisquer cidadãos que, por seus atos subversivos, não seriam considerados parte integrante do povo, mas, então, nomeados inimigos da nação. E contra a pátria não havia direitos.

Esse discurso do poder exacerbado considera que o povo é indefeso e precisa de quem o defenda, quem o dirija, quem o oriente. Somente os responsáveis pela “Revolução” são competentes o bastante para fazer isso, para tirar a sociedade do caos. O discurso revolucionário repousa sobre o *éthos* da virtude, da proteção e da sabedoria e do poder e se consolida sobre o *páthos* da ingenuidade, da vulnerabilidade, atribuído ao cidadão comum. O governo, para construir a imagem de forte e protetor, qualifica antes o país como frágil e desprotegido. O país, sujeito de estado, “é sempre passivo” (Fiorin, 1988, p. 52), é dominado pelo sujeito do *fazer*, o governo militar.

Assim, o Ato Institucional, como medida emergencial que é, confirma a ilusão de que nasceu com a finalidade de assegurar a “ordem democrática baseada na liberdade”. No modo da aparência, o que se vê é que o discurso revolucionário parece se valer daquela “ordem” que interessa à democracia, aos cidadãos, não aos interesses particulares de um grupo de elite, mas aos interesses de todo o sistema democrático. Para construir esse simulacro, usa figuras generalizantes, sustentadas por um tempo verbal predominante, no preâmbulo, que é o omnitemporal; o espaço não é limitado por barreiras, que não sejam as do limite territorial. A “ordem”, aqui, é entendida como oposta à desordem causada pela subversão. A ordem faz parte do regime da triagem, que seleciona, exclui, indica aquilo que é único, imutável:

O regime de exclusão tem por operador a *triagem* e, se o processo atinge seu termo, leva à confrontação contensiva do exclusivo e do excluído e, para as culturas semióticas que são dirigidas por esse regime, à

---

<sup>55</sup> Em sua análise sobre o discurso de 64, Fiorin afirma que o discurso Revolucionário possui características que o levam a ser classificado como um discurso político. No entanto, quando se apresenta como o “discurso da salvação”, ele mais se aproxima da construção do discurso religioso do que propriamente do político (Cf. Fiorin, 1988, p. 147).

confrontação do “puro” e do “impuro”. (FONTANILLE e ZILBERBERG, 2001, p. 29- 30).

No discurso do AI-5, o governo revolucionário é figurativizado como o purificador, que promove a seleção, que organiza; os grupos subversivos, os anti-revolucionários, por sua vez, são associados às figuras da impureza, da mistura que gera o caos. Nesse discurso, a triagem opõe-se à mistura que subverte, desestabiliza, gera conflito, que indica multiplicidade, mutabilidade, inferioridade. Em relação às estruturas sociais e políticas, os autores afirmam que “do lado da exclusão e da triagem, teríamos uma sociedade do *interdito*, com seus intocáveis” (Fontanille e Zilberberg, 2001, p. 30).

A política é o exercício do *poder fazer*. Não existe política sem o *poder fazer*. “A credibilidade repousa sobre um *poder fazer*” (Charaudeau, 2006a, p. 119). Apesar de o AI-5 impor interdições aos indivíduos, o poder do presidente é ilimitado, o que faz dele um sujeito livre. Afirma-se no enunciado que não há Constituição que limite suas ações (“sem as limitações previstas na Constituição”) nem quem julgue seus atos:

Art 11 Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

O presidente é livre para ser puro e para purificar a nação de acordo com um ideal de modo de presença traçado pela triagem de valores. Os excluídos são os corruptos, os impuros, aqueles que se opõem ao governo revolucionário; são, portanto, o alvo da interdição.

Em defesa da pátria, o presidente pode tudo, pode agir livremente, sem necessidade de “apreciação judicial”. A reiteração do verbo “poder”, em “poderá”, marca no futuro as possibilidades (*poder ser*) do presidente, justificadas no discurso por uma necessidade (*não poder não fazer*):

Considerando que, assim, **se torna imperiosa**<sup>56</sup> a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País

---

<sup>56</sup> Grifo nosso.

comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária [...] (5º parágrafo do preâmbulo do AI-5).

Assim sendo, os poderes do presidente estão definidos:

Art. 2º O Presidente da República **poderá**<sup>57</sup> decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

Art. 3º O Presidente da República, no interesse nacional, **poderá** decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Art. 4º No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, **poderá** suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

§ 1º O Ato que decretar a suspensão dos direitos políticos **poderá** fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

Art. 6º [...]

§ 1º O Presidente da República **poderá**, mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim com empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 7º O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, **poderá** decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8º O Presidente da República **poderá**, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

---

<sup>57</sup> Grifo nosso.

Art. 9º O Presidente da República **poderá** baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas *d* e *e* do § 2º do artigo 152 da Constituição.

Como dissemos anteriormente, o futuro indica a grande probabilidade da ocorrência de algum fato. O uso reiterado do futuro do presente, da posterioridade 1, ou seja, do sistema enunciativo da categoria de tempo, no AI-5, confirma a cena enunciativa sólida. Não há nada que impeça a realização das sanções descritas no Ato. A inexistência de limites de ação do presidente determina a certeza da possibilidade de aplicação das medidas descritas.

Diferentemente do preâmbulo, em que assume o papel de destinatário da manipulação exercida pelo destinador-nação, nesse novo percurso, o enunciador, no Ato Institucional em si, assume o papel actancial de destinador-manipulador, que determina os valores do discurso. O discurso simula uma relação de interdependência entre as duas manipulações: para que o governo tenha sucesso na instauração da ordem, é necessário que toda a nação aceite as suas propostas. Numa inversão de posições actancias, a sociedade assume, então, o papel de destinatário.

Temos, então, um percurso de construção de competência. Por meio do próprio discurso, o governo constrói a competência do povo, para que ele possa e saiba aderir aos ideais revolucionários. O povo tem a *performance* (pressuposta) de se emparelhar a esses ideais, de aceitar a ordem, e ter como sanção positiva a liberdade e a segurança. O presidente, no entanto, prevê as transgressões. No papel de destinador-julgador, o presidente *sabe* e *pode* punir os subversivos, e, assim, pode conter a desordem. Dessa maneira, o governo revolucionário *poderia* levar o país ao progresso, ao desenvolvimento. Os verbos no futuro indicam, então, todas as possibilidades de sanções pragmáticas aplicáveis aos “subversivos”.

De acordo com o que está dito no preâmbulo, todo o *poder fazer* do presidente está revestido por um *dever fazer*, uma prescrição imputada ao presidente (“deveria assegurar a continuidade da obra revolucionária”, “o processo revolucionário não pode ser detido”) justificada pela necessidade de preservar o país do ataque de grupos anti-revolucionários ou subversivos. Afirma-se, no texto, que é nocivo ao país que o processo revolucionário seja detido. O governo deverá, portanto, fazer o possível para interditar as ações dos grupos anti-revolucionários. E a arma de que dispõe é a criação dos Atos Institucionais.

Por sua vez, tudo aquilo que caracteriza o *poder fazer* do presidente, no AI-5, acaba por limitar o *poder fazer* do sujeito considerado “inimigo da pátria”. Para este último, o AI-5 determina a restrição de ações, subentendida nas punições aplicadas pelo crime praticado:

Art. 10 Fica suspensa a garantia de *habeas-corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

O AI-5 limita a liberdade, restringe os direitos de quem age contra a nação: “a punição é uma privação, isto é, uma diminuição ou negação do *ser* do traidor” (Fiorin, 1988, p. 73). Assim, de acordo com os artigos 4º e 5º do AI-5, a sanção pragmática negativa, a punição aplicada ao anti-sujeito “segmento corrupto” da nação estende-se a todo o povo. A suspensão dos direitos políticos é dada segundo percursos temáticos e figurativos que criam, no discurso, o castigo ao povo, revestido, embora, de medidas de proteção:

Art. 4º No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de **quaisquer cidadãos**<sup>58</sup> pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Art. 5º A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa simultaneamente, em:

- I – cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II – suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III – proibição de atividades ou manifestação sobre o assunto de natureza política;
- IV – aplicação, quando necessário, das seguintes medidas de segurança; liberdade vigiada;
  - a. proibição de freqüentar determinados lugares;
  - b. domicílio determinado.

Quaisquer cidadãos poderiam ter os direitos políticos suspensos pelo prazo de 10 anos e mandatos cassados, suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; ter a liberdade vigiada; ser proibido de freqüentar determinados lugares; ter domicílio determinado. As interdições (*dever não fazer*) são as sanções negativas do destinador-julgador (presidente)

---

<sup>58</sup> Grifo nosso.

aplicadas aos “cidadãos” considerados inimigos da pátria e, extensivamente a todos os cidadãos. Fica reforçado, no Ato Institucional propriamente dito, um caráter beligerante.

As interdições são medidas extremas validadas pelo fato de o presidente estar agindo com “braço forte” para deter o inimigo. A defesa da “autêntica ordem democrática” depende da eficácia e da urgência das ações do governo, por isso os decretos entram em vigor no mesmo dia de sua publicação. O discurso instaura um “agora”, “13 de dezembro de 1968”, que é o momento da enunciação. Curioso é notar que há outros marcos referenciais do presente a partir dos quais o enunciador referencializa o discurso proferido: o momento da enunciação, ano de 1968, equivale ao 147º ano da decretação Independência e 80º proclamação da República:

Art. 12 – O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

Essas referências figurativizam, por meio do espaço tópico (Brasília) e por meio do detalhamento temporal, os valores que a “Revolução” deseja preservar: Independência e República. O perigo iminente da presença do outro que ameaça a segurança nacional, colocando em risco um bem maior, que é o bem-estar da nação, é que determina o modo de agir do presidente, segundo *quer fazer crer* o discurso. A anáfora de “considerando”, expressão que encabeça todos os parágrafos do preâmbulo desse Ato Institucional, reforça a justificativa da criação do decreto, explicação que se resume no último parágrafo do preâmbulo do AI-5:

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição.

A anáfora cria, ainda, um efeito de suspense, dado pela recorrência do gerúndio, modo não-terminativo de dizer, que se resolve na frase emblemática: “Resolve editar o seguinte Ato Institucional”.

É assim que se consolida o *éthos* do “salvador da pátria”, que é obrigado a interceptar o ataque inimigo, a agir em defesa da ordem da nação. Assim, o governo transfere a responsabilidade de suas ações para os outros:

À semelhança da fábula do lobo e do cordeiro, o governo nunca é responsável pelo que faz, pois é a oposição que radicaliza, obrigando o governo a um fazer defensivo, que visa a salvar a democracia. [...] A falha é sempre do outro, e o castigo infligido pelo governo não só é merecido, mas o governo lamenta fazê-lo. As ditaduras justificam o seu fazer, mudando o esquema narrativo: a sua *performance* torna-se sempre a sanção de um fazer alheio. (FIORIN, 1988, p. 75).

Um recurso argumentativo utilizado pelo enunciador dos Atos Institucionais é a utilização de implícitos. A pressuposição decorre de certas afirmações dadas no texto e promovem a cumplicidade entre o enunciador e o enunciatário. Há, no discurso presente no preâmbulo, um grande número de pressupostos. Vejamos alguns exemplos:

1º parágrafo do preâmbulo do AI-5:

O Presidente da República Federativa do Brasil, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e Considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº. 1, de 9 de abril de 1964);

A informação explícita é que a “Revolução” nasceu a fim de assegurar a autêntica ordem democrática, combater a subversão e a corrupção e, promovendo uma mudança interna e externa, restaurar a ordem e o prestígio internacional da pátria. O que está implícito é que governo anterior foi corrupto, cheio de falhas e vícios, o que provocou a



desestruturação da pátria. Isso justificaria a deposição de Jango e a tomada do poder pelos militares. O governo atual é virtuoso, luta a favor apenas dos interesses da nação.

2º parágrafo do preâmbulo do AI-5:

Considerando que o Governo da República [...] só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou categoricamente, que "não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará" e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

O que está posto é que o governo assumiu um compromisso com o povo brasileiro de não permitir que a ordem fosse desestabilizada. De acordo com o discurso revolucionário que vemos neste 2º parágrafo do preâmbulo do AI-5, o povo seria o verdadeiro destinador do governo. Além disso, pressupõe-se que quem não é a favor da “Revolução” é contra a pátria. E quem é contra a pátria não faz parte da nação. Aquele que questionar a veracidade das intenções do governo é colocado como anti-revolucionário, e, por extensão, como antipátria.

Os pressupostos aparecem no texto como formas de garantir a validade do discurso. Não há como o enunciário discutir, contra-argumentar, uma vez que os pressupostos não estão em discussão. As informações implícitas são apresentadas como dados verdadeiros, anteriormente aceitos.

Tantas justificativas decorrem do fato de o AI-5 ser, dentre os Atos Institucionais criados naquele período, aquele que mais desestabilizou as garantias do cidadão. No entanto, ao contrário do efeito desejado pelo enunciador, a justificativa, para o leitor atento, fragiliza o discurso, já que a intenção declarada não é suficiente, por si só, para defender a edição do decreto, ainda mais em se tratando de um Ato tão arbitrário.

O simulacro dado como irreversivelmente verdadeiro passa a ser entendido como falso. É falso e parece ser falso o salvador da pátria construído como governo revolucionário.

## 4.2. O golpe militar: o inimigo da democracia

No discurso revolucionário, no *modo do parecer e do ser*, tal como *faz crer* ao leitor ingênuo, a liberdade, a harmonia, a continuidade da obra revolucionária, preservadas pelo AI-5, devem ser euforizadas, opondo-se à opressão, à desarmonia, à desordem e à descontinuidade, euforizadas pelos grupos anti-revolucionários. Somente o leitor autônomo, aquele que lê nas entrelinhas, depreenderá o simulacro falso que sustenta o discurso do “salvador da pátria”. Para o leitor que lê o avesso do texto, ou seja, a fé contrária que ele encobre, esse simulacro torna-se uma falsidade. Costa e Silva nem parece nem é o salvador da pátria. Ou é um falso salvador da pátria. De acordo com Barros:

O contrato de veridicção determina as condições para o discurso ser considerado verdadeiro, falso, mentiroso ou secreto, ou seja, estabelece os parâmetros, a partir dos quais o enunciatário pode reconhecer as marcas da veridicção que, como um dispositivo veridictório, permeiam o discurso. A interpretação depende, assim, da aceitação do contrato fiduciário e, sem dúvida, da persuasão do enunciador, para que o enunciatário encontre as marcas de veridicção do discurso e as compare com seus conhecimentos e convicções [...] (BARROS, 2002, p. 94).

Oculto sob a aparência do discurso protetor e generoso, o discurso do AI-5 é autoritário, é castrador. Sua *performance* de estabelecer a “ordem” nada mais é do que impedir a contrariedade, a oposição e a resistência ao Regime. O controle do governo sobre a nação garantiria a manutenção do poder nas mãos dos militares. Dessa forma, ao contrário do que está dito no enunciado, estão colocados os valores do bem de um grupo, da elite, dos militares, acima dos valores de bem, coletivos, da real democracia. Tal sentido é construído pelo enunciatário, aqui designado como autônomo, que é o que lê o verso e o reverso dos textos.

Os Atos Institucionais funcionam, de fato, como “mecanismos de coerção disciplinar”<sup>59</sup>. Foram criados a fim de assegurar a “coesão do grupo social” (Foucault, 2003, p. 189), subjugando a ação dos indivíduos a uma vontade superior, a um *querer* soberano. “As disciplinas são portadoras de um discurso que não pode ser o do direito” (Foucault, 2003, p. 189) e os Atos Institucionais são mecanismos de dominação validados por um sistema jurídico que anula os direitos a fim de garantir a manutenção do poder. É o que está explícito no 4º e 5º artigos do AI-5:

Art. 4º No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Art. 5º A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa simultaneamente, em:

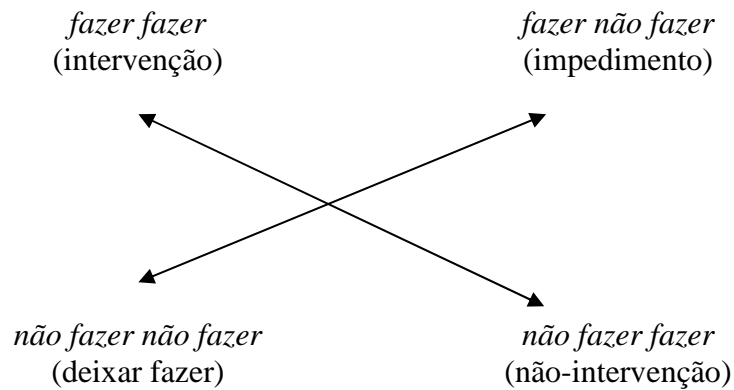
- I – cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II – suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III – proibição de atividades ou manifestação sobre o assunto de natureza política;
- IV – aplicação, quando necessário, das seguintes medidas de segurança:
  - a. liberdade vigiada;
  - b. proibição de freqüentar determinados lugares;
  - c. domicílio determinado.

Temos, como orientação discursiva, a manipulação de intervenção (*fazer fazer*) do governo militar que leva a nação ao impedimento (*fazer não fazer*): o povo é impelido a não fazer qualquer ato que contrariasse os ideais do Regime, diante das sanções negativas pragmáticas estabelecidas. Vejamos como Greimas e Courtés<sup>60</sup> esclarecem essas estruturas modais que sustentam o discurso do golpe:

---

<sup>59</sup> No curso do Collège de France de 14 de janeiro de 1976, Michel Foucault analisou as relações entre a soberania e a disciplina, destacando que o discurso da disciplina é efeito da vontade soberana (Cf. Foucault, 2003).

<sup>60</sup> Greimas e Courtés, s.d., p. 270.



A Constituição, de acordo com o *Dicionário Houaiss*, é o “conjunto das leis que regula as relações entre governantes e governados, traçando limites entre os poderes e declarando os direitos e garantias individuais”. Assim sendo, é ela quem determina o *poder fazer* (liberdade) dos cidadãos e os limites de ação do poder dos governantes. Apesar de o Art. 1º do AI-5 trazer a informação de que estavam “mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional”, o presidente age sem considerar os limites impostos pela Constituição:

Art. 3º O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, **sem as limitações previstas na Constituição**<sup>61</sup>.

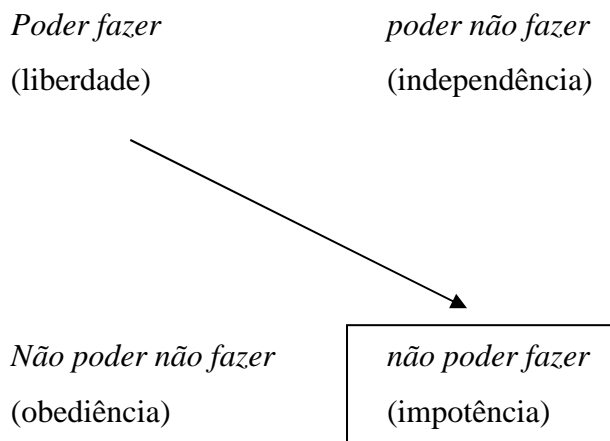
Art. 4º No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e **sem as limitações previstas na Constituição**, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Assim, há uma cisão entre os cidadãos e o governo. O simulacro de convergência entre eles foi rompido; o interesse do governo pode esbarrar no do cidadão, e é este último quem sofrerá interdições. No preâmbulo do AI-5, que reitera os ideais da “Revolução” de 1964, afirma-se que o regime militar buscava assegurar a “autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana”. Mas, ao desconsiderar a Constituição, limitar a liberdade (“liberdade vigiada”), impedir a livre expressão (“proibição de atividades ou manifestação sobre o assunto de natureza política”) e interferir no direito de

---

<sup>61</sup> Grifos nossos.

ir e vir “de quaisquer cidadãos” (“proibição de freqüentar determinados lugares”), a “Revolução” opera a passagem da liberdade para a impotência do indivíduo. Recorremos, novamente, ao *Dicionário de Semiótica*<sup>62</sup>:



A “Revolução Redentora”, como golpe político, torna o povo impotente. Isso nada mais é do que o exercício da antidemocracia. Para sustentar essa afirmação, que soa como acusação, vejamos o que caracteriza uma democracia. De acordo com o dicionário Houaiss, a democracia é

**1** Governo do povo; governo em que o povo exerce a soberania **2** sistema político cujas ações atendem aos interesses populares **3** governo no qual o povo toma as decisões importantes a respeito das políticas públicas, não de forma ocasional ou circunstancial, mas segundo princípios permanentes de legalidade **4** sistema político comprometido com a igualdade ou com a distribuição eqüitativa de poder entre os cidadãos **5** governo que acata a vontade da maioria da população, embora respeitando os direitos e a livre expressão da minoria.

Durante a ditadura militar, em especial durante a vigência do AI-5, o povo não foi soberano, ao contrário, os cidadãos foram subjugados a um poder político que, desconsiderando a Constituição, suspendeu-lhe os direitos. A liberdade de ação e de expressão do povo, bem como a dos meios de comunicação, foi impedida, já que estavam

---

<sup>62</sup> Cf. Greimas e Courtés, s.d., p. 271.

proibidos de participar de “atividades políticas” ou de se manifestar “sobre assuntos de natureza política”, conforme consta no item III do artigo 5º do Ato.

Suspender a Constituição, que determina princípios permanentes, e governar por meio de Atos Institucionais, que são medidas transitórias, é ir de encontro à democracia, já que os cidadãos, impotentes, ficavam desprotegidos. Vale ressaltar o caráter genérico das sanções negativas previstas no AI-5, uma vez que poderiam recair sobre “quaisquer cidadãos”.

Como destacado no início deste capítulo, o Ato Institucional é uma medida emergencial. É uma parada, uma ruptura, que se estabelece no momento em que não se reconhece como legítima a atuação de antagonistas ou existência de forças de oposição ao governo, como afirmado no 4º parágrafo do preâmbulo do AI-5:

Considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la [...]

O Ato tem sua continuidade assegurada por tempo determinado, até que o governo creia que o decreto seja insuficiente para cumprir os propósitos a que se destina e uma nova ruptura surja: um novo Ato seja criado. Os Atos Institucionais são, portanto, da ordem da transitoriedade, da pontualidade, mas, pela tensão que imprimem, é como se a duração fosse eterna. O Ato Institucional representa o *poder fazer* transitório<sup>63</sup>, e inquestionável do presidente.

A Constituição, que determina o *poder fazer* do cidadão e que regula os limites do poder dos governantes, é, de acordo com o enunciado, da ordem da duratividade, já que não há rupturas. O que se lê no Artigo 1º do AI-5, é que não há criação de uma nova Constituição, só emendas às já existentes:

Artigo 1º

São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais, com as modificações constantes, deste Ato Institucional.

---

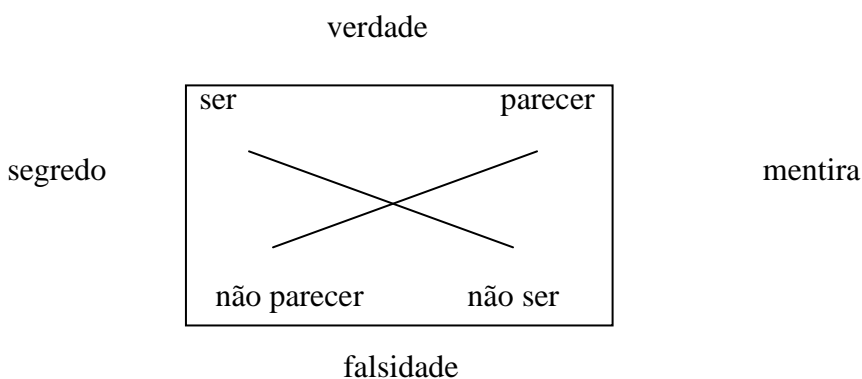
<sup>63</sup> Ainda que, como vimos, os mecanismos lingüísticos, como o uso do presente e do futuro no discurso, contribuam para a idéia de continuidade do *poder fazer* do presidente, os Atos Institucionais são medidas de caráter excepcional e, portanto, transitórias.

No entanto, prosseguindo a leitura do Ato, deparamos com a seguinte afirmação:

Artigo 4º

No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e **sem as limitações previstas na Constituição**<sup>64</sup>, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos efetivos federais, estaduais e municipais.

A Constituição, que se afirmou estar mantida no artigo 1º do Ato Institucional nº 5, foi desconsiderada no artigo 4º, já que os limites do poder não foram respeitados. Recorrendo novamente às modalidades veridictórias<sup>65</sup>, chegamos à conclusão de que o discurso é, em sua essência, falso:



Não fazer valer a Constituição (“sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos”) é colocar o institucional acima do que é constitucional, o extraordinário acima do ordinário, e isso é uma arbitrariedade que aproxima o discurso do universo de valores de uma ditadura, e não do universo de valores de uma democracia. Ao desrespeitar os direitos civis, garantidos pela Constituição, o golpe de 1964 promoveu, dessa maneira, a descontinuidade do movimento democrático, apesar de afirmar ser favorável à manutenção da democracia.

O que é então essa “autêntica ordem democrática”, cuja defesa é atribuída aos militares, a que se refere o AI-5? Seguramente não é a democracia que permite aos cidadãos

<sup>64</sup> Grifo nosso.

<sup>65</sup> Cf. Greimas e Courtés, s.d., p. 488.

a livre escolha de governantes, que garante a liberdade de mostrar opinião contrária à do governo, já que o AI-5 interdita o direito do cidadão de discutir sobre a política nacional.

Como dissemos, a leitura “do avesso” do Ato Institucional leva à interpretação de que a “verdadeira ordem democrática” é oposta àquela democracia que, de acordo com a definição anteriormente citada do *Dicionário Houaiss*, é “um governo que acata a vontade da maioria da população, embora respeitando os direitos e a livre expressão da minoria”. No discurso revolucionário registrado no AI-5, a livre expressão é o mal, que se caracteriza pela “desordem” e pelo “caos”, já que permite a discordância e a liberdade de proferir julgamentos sobre o governo, e, em última instância, pode promover mudanças.

O desejo de colocar-se como “Revolução” e não como golpe serve para manter a aparência de preservação do bem comum, camuflando o desejo de garantir os interesses de um grupo político. O movimento de 64, ao se autodenominar “Revolução”, na realidade, buscava a manutenção da ordem estabelecida e não uma alteração, como sugere o termo “revolucionar”. A respeito dessa autodenominação, Fiorin afirma:

Nada há, pois, no vocabulário do poder que indique uma “revolução”. Pelo contrário, seu léxico mostra que a “revolução” não passou de uma contra-revolução, pois o movimento de março visou à manutenção de uma ordem implantada que, segundo a visão dos dominantes, estava prestes a ser rompida. [...] Se o movimento de março foi feito para recolocar o país no caminho da ordem implantada, vista como um já dado natural, não é uma revolução, mas uma contra-revolução. Isso mostra que mesmo o discurso que pretende mistificar a realidade acaba revelando-a. (FIORIN, 1988, p. 60-61).

Existe, no entanto, uma possibilidade de pensar o movimento de 1964 como sendo uma “revolução”. Se considerarmos, pois, o sentido primeiro do termo revolução, e não o valor que assumiu ao longo da história, ironicamente, o termo estaria corretamente empregado. De acordo com a filósofa Marilena Chauí, a palavra revolução

provém do vocabulário de astronomia, e significa o movimento circular completo que um astro realiza ao voltar ao seu ponto de partida. Uma



revolução se efetua quando o movimento total de um astro faz coincidirem seu ponto de partida e seu ponto de chegada. *Revolução* designa “movimento circular cíclico”, isto é, repetição contínua de um mesmo percurso em que se retorna ao ponto de partida. Como entender que essa palavra tenha entrado para o vocabulário político com o significado de mudanças e alterações profundas nas relações sociais e no poder? Como entender que, em vez de significar retorno circular e cíclico ao ponto de partida, signifique exatamente o contrário, o percurso rumo ao tempo novo e à sociedade nova? (CHAUÍ, 2003, p. 377).

Essa idéia de retomada ao ponto de partida aparece reiterada, no preâmbulo do AI-5, em “reconstruir” e “restauração”. Independente da etimologia da palavra “revolução”, naquele momento, interessava pegar de empréstimo um termo de conotação socialmente positiva, a fim de esconder a forma antidemocrática de tomada do poder e de todas as ações que foram instituídas pelo AI-5 e praticadas pelo governo ditatorial.

O “salvador da pátria” dá-se discursivamente como um enunciador que parece ser salvador. Mas se revela, na sua *performance*, como um falso salvador. Assim, o *éthos* ostentado no discurso é o de salvador; o *éthos* revelado nas punições explícitas aplicáveis ao grupo desestabilizador da ordem social e, depois, a “quaisquer cidadãos” (Art. 4º) é o de um falso salvador, é o de um ditador. Ao listar as possibilidades de ação do presidente, o AI-5, de fato, determina as impossibilidades de ação dos indivíduos, a impotência diante do poder estabelecido.

Temos, então, o domínio irreversível de um indivíduo sobre o outro. À nação resta a obediência. É impossível não fazer aquilo que está determinado no Ato Institucional, sob pena de “quaisquer cidadãos” tornarem-se “inimigos da nação” e sofrerem as sanções prescritas no decreto. O AI-5 determina todas as punições para quem não estiver enquadrado dentro da “ordem”, mas não há coisa alguma que determine o abuso de poder do governante. O governo é sancionador, mas nunca é sancionado. Na democracia, o sistema judiciário garante ao cidadão proteção contra arbitrariedades do governo, mas, de acordo com o artigo 11 do AI-5:

Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

De acordo com o AI-5, o poder executivo incorpora os outros dois poderes, alarga-se o *poder fazer*, a liberdade de ação do presidente. O poder executivo, representado pelo presidente, além de assumir o papel de exercer o governo e ser executor de leis que regem o país, agora é elaborador dessas mesmas leis, como a própria criação do Ato (o que é de responsabilidade do poder legislativo) e também assegura a aplicação delas (poder judiciário). Segundo essa nova ordem, subentende-se que “todo poder emana do presidente”. E isso não é democracia, é ditadura.

A arbitrariedade do Ato atinge o ápice no último artigo, no qual se afirma a impossibilidade de intervenção na atitude do governo, em que se apagam todas as possibilidades de explicitação das vozes discordantes; firma-se, então, o caráter incontestável e irrevogável do Ato:

#### Artigo 12

O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, **revogadas as disposições contrárias.**<sup>66</sup>

Reafirmamos, então, ao analisar a totalidade do discurso do AI-5, que ele se dirige a enunciatórios diferentes. O preâmbulo é destinado à nação, imaginada como um todo homogêneo, que partilharia os mesmos valores dos revolucionários, que são representados pelo presidente da República, o general Costa e Silva, seu porta-voz. O Ato Institucional é destinado aos subversivos, que não comungam os mesmos valores dos militares e que, por extensão, não fazem parte da nação, ao contrário, são os “antipátria”. O tom do preâmbulo é protetor; o do Ato é ameaçador. No primeiro caso, o enunciatório é indefeso e a ele o enunciador deve proteção. No segundo, o enunciatório é perigoso, portanto, o enunciador deve aplicar punição para intimidar a ação do inimigo. No entanto, é curioso notar que um “membro da nação” pode se tornar um “inimigo da nação” no momento em que transgredir as ordens previstas no Ato, passando da obediência (*não poder não fazer*) para a liberdade (*poder fazer*). Assim, um membro da nação que participe de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política, automaticamente, transforma-se em um “antipátria”. Deixaria de ser o destinatário do preâmbulo e se tornaria o destinatário do Ato propriamente

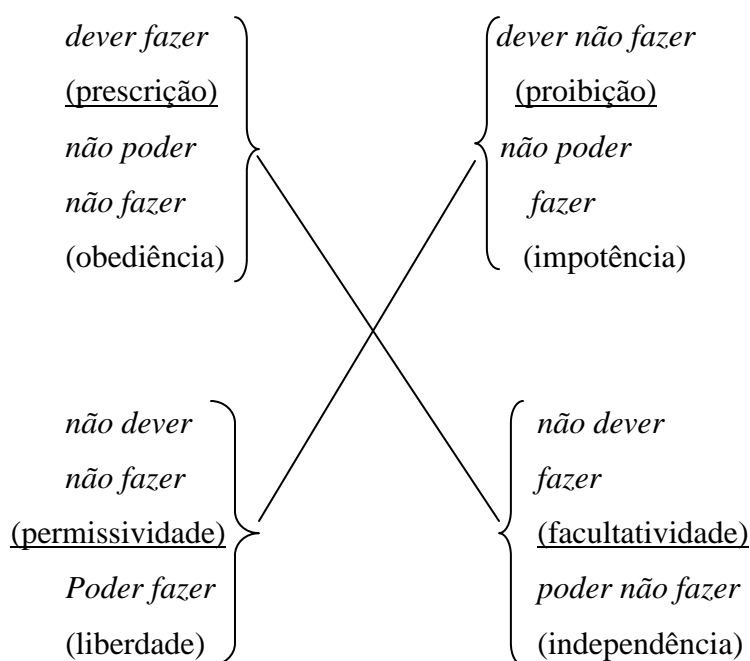
---

<sup>66</sup> Grifo nosso.

dito, passível de ser sancionado negativamente pelo governo, o destinador-julgador. Todos os valores que o Regime *faz crer* que busca resguardar, no Ato, como a democracia, a liberdade, o respeito, no próprio Ato são negados aos subversivos, aos inimigos da pátria.

Desenha-se, no discurso do Ato Institucional, uma nova face do enunciador. Provando que a *eúnoia* aristotélica era uma farsa, o discurso constrói a imagem mais compatível com o *éthos* dado ao longo de todo o texto: o carrasco, o castrador, o sujeito punitivo que aponta para o *éthos* ditatorial. Vale destacar que esse *éthos* apenas se dissimulava no início do texto.

A democracia, aquela em que o povo detém o poder, não interessa para esse discurso, mas sim o estabelecimento de uma ordem, que se diz democrática sem que na verdade o seja. A liberdade, dada como base dessa nova ordem que se deve fundar, é a liberdade “vigilada”. A proibição é a palavra de ordem. Ao indivíduo cabem as prescrições, ele deve obediência ao governo. Ao confrontar as estruturas modais do *dever* e do *poder fazer*, chega-se ao seguinte quadro, que define as relações entre o governo (dominante) e os cidadãos (dominados)<sup>67</sup>:

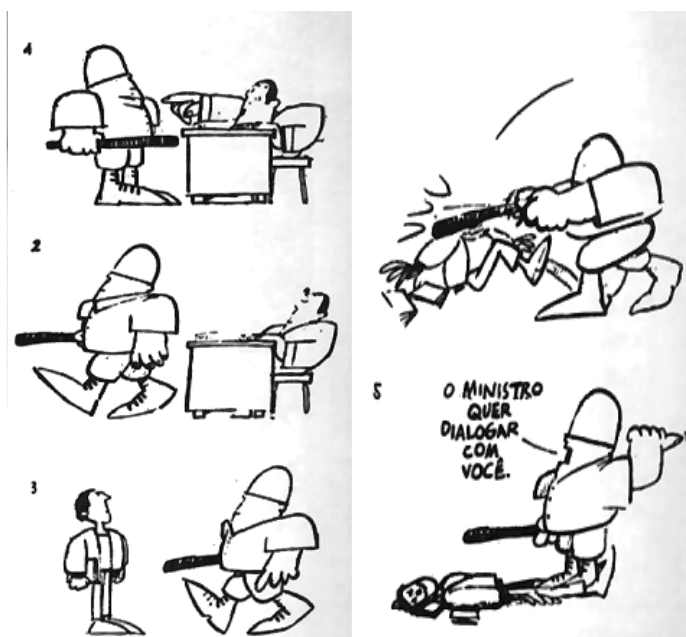


Entre a obediência e a impotência está projetado o lugar enunciativo do povo, no discurso militar. A nação nada pode exigir do governo militar, porque não é ouvida, tal como está previsto no discurso. Ninguém pode se manifestar sobre assuntos de ordem política, de

<sup>67</sup> Cf. Greimas e Courtés, s.d., p. 339.

acordo com as prescrições do Ato. No AI-5, no discurso da falsidade, afirma-se que o decreto nasceu a fim de garantir o compromisso assumido com a nação. Entretanto, o verdadeiro destinador do governo é o próprio Regime, e os Atos não são contratos estabelecidos entre o povo e o governo, mas são regras impostas, são estratégias militares que apenas salvaguardam o poder do governante e a manutenção dos valores do regime militar. Os detentores do poder militar são protetores da continuidade, a fim de evitar a transformação dos estados, tão comum aos processos sociais e políticos. A nação desprotegida, sob a égide de um governo que tudo pode, é também a nação ameaçada por decretos que cerceiam a sua liberdade de expressão.

### 5. *Éthos* e anti-*éthos*: uma questão de ponto de vista



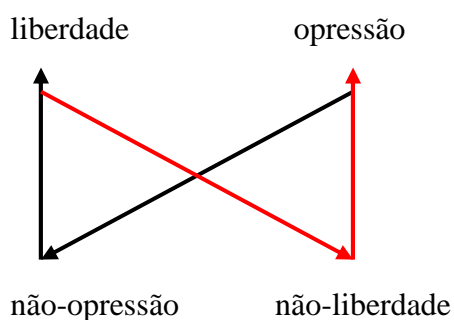
Ziraldo<sup>68</sup>

O discurso do poder, como todo e qualquer discurso, de maneira velada ou não, cria uma realidade. No discurso revolucionário, destacado no preâmbulo do AI-5, a realidade criada defende que a “autêntica ordem democrática” está acima de todos os valores e deve ser preservada a todo custo. A pátria, no simulacro de desprotegida, tem como defensores os

<sup>68</sup> Charge publicada no jornal *Correio da Manhã*, em 23/06/1968.

representantes da “Revolução Vitoriosa”, que usam os decretos como forma de combater a subversão e garantir a ordem, a liberdade, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país.

Assim, temos o seguinte esquema projetado no quadrado semiótico: a linha de cor **preta** representa o percurso do sujeito pressuposto no discurso revolucionário, tal como é dado a conhecer, ou seja, o *éthos* ostentado; a linha de cor vermelha simula o mesmo sujeito, tal como ele se mostra pelo modo de dizer:



Afirma-se, no enunciado do preâmbulo, que “Revolução” está a serviço da nação, é responsável por preservar os valores do povo, que estão acima dos valores pessoais. As “pessoas e os grupos anti-revolucionários” são os inimigos da nação, estão em busca de valores pessoais, que estão acima dos valores do grupo. É a eles que o discurso revolucionário se refere quando faz alusão à “subversão”, “às ideologias contrárias às tradições de nosso povo”, à “corrupção” (1º parágrafo do preâmbulo). Nessa relação polêmica, o discurso revolucionário procura simular os valores do “outro” a fim de justificar a existência do próprio discurso. Maingueneau assim se pronuncia a esse respeito:

A polêmica aparece exatamente como uma espécie de homeopatia perversa: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro. (MAINGUENEAU, 2005, p. 113).

Estamos diante da comprovação da *heterogeneidade constitutiva*, tomando conceitos de Jacqueline Authier-Revuz (1990). Localizamos o discurso do “outro” por meio das referências pejorativas. Notamos o debate de idéias entre esse “eu”, implícito no enunciado, e

seu oposto, esse “outro” e seus valores, introduzidos no discurso primeiro. Vale ressaltar que os valores desse “outro”, do discurso “anti-revolucionário”, são simulacros construídos no discurso que se diz “revolucionário”.

Vemos, então, no discurso revolucionário, a presença de um outro, que a própria “Revolução” rejeita. O discurso anti-revolucionário é o ilegítimo, que se configura como uma outra formação discursiva que o revolucionário coloca na “zona do interdito, isto é, do dizível errado” (Maingueneau, 2005, p. 39). Essa é a maneira como o enunciador vê esse “outro” e o apresenta ao enunciário do AI-5. Assim, temos um conjunto de semas positivos que garantem a boa imagem da “Revolução”<sup>69</sup>. Dessa maneira, como explicitado no primeiro parágrafo do preâmbulo do AI-5, a “Revolução” assegura a ordem, baseia-se na liberdade, respeita a dignidade, reconstrói, enfrenta problemas, restaura a ordem e o prestígio nacional.

Em oposição, os anti-revolucionários, segundo a imagem construída pelos revolucionários, “trabalham contra”, “tramam”, “combatem”, “destroem”, “subvertem”, “frustram”, “perturbam”. Essas ações se figurativizam por meio de semas negativos que tornam o discurso “do outro” ilegítimo e constroem a imagem do anti-herói, do anti-*éthos*, do inimigo, cujos poderes o salvador da pátria deve neutralizar:

Considerando que o governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários **contra ela trabalhem, tramem** ou ajam [...] (2º parágrafo do preâmbulo do AI-5).

Considerando, no entanto, que atos **nitidamente subversivos**, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para **combatê-la e destruí-la** [...] (4º parágrafo do preâmbulo do AI-5).

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam **frustrados** os ideais superiores da Revolução [...] (5º parágrafo do preâmbulo do AI-5).

Considerando que todos esses fatos **perturbadores da ordem** são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se

---

<sup>69</sup> Como vimos no item anterior, a utilização do termo “Revolução Vitoriosa” para designar a tomada do poder pelos militares já contribui para a construção dessa imagem positiva.

responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias, que evitem sua **destruição** [...] (6º parágrafo do preâmbulo do AI-5).

O anti-*éthos* é assim explicitado por Maingueneau:

[...] quando Saint-Just lembrava o mítico camponês do Danúbio, remetia não apenas a uma dêixis, mas ainda e sobretudo ao *éthos* do enunciador que, por estar extremamente próximo à natureza, expressa a verdade em toda a sua brutalidade. Este *éthos*, na realidade, é inseparável de um “anti-*éthos*”, aquele da aristocracia corrompida cuja linguagem não passa de artifício. Da mesma forma, o *éthos* da Frente Nacional manifesta sua recusa frente à linguagem enganadora dos “políticos”, do “bando dos quatro”, que sufoca a voz do povo [...] (MAINGUENEAU, 1989, p. 47).

De acordo com a figurativização proposta no discurso revolucionário, a “nação” pressupõe um conjunto, uma unidade de partes indissolúveis, que expressa um mesmo desejo: o estabelecimento da ordem. Ao termo “pátria” opõe-se o termo “antipátria”, representado pelo grupo dos subversivos. O discurso militar é o discurso da ilusão da homogeneidade, que pressupõe a existência, como enunciador, daqueles que amam a pátria e que, portanto, são favoráveis à “Revolução”. O outro, a fé contrária, o avesso, é constituído por outro sujeito: aquele que não ama a pátria e que, portanto, é o inimigo da “Revolução”. O primeiro grupo coloca o “amor à pátria” como justificativa para o combate ao inimigo, e o combate se traduz como uma série de restrições de interdições, instituídas no Ato Institucional nº 5 a fim de impedir a liberdade de ação, o *poder fazer*, do inimigo. A justificativa que as Forças Armadas dão para a violenta tomada do poder é que, dessa maneira, poderiam “enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração e do prestígio internacional de nossa pátria”, conforme consta no preâmbulo do AI-1, citado no primeiro parágrafo do AI-5.

A punição dos inimigos representa, no discurso militar, a proteção da democracia. Assim, as sanções negativas aplicáveis a “quaisquer cidadãos” são chamadas, no Ato Institucional de “medidas de segurança” (item IV, Art. 5º). No discurso analisado, um “ato subversivo” é aquele que tenta frustrar “os ideais superiores da Revolução”, aquele que compromete “a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural

e a harmonia política e social do País” (5º parágrafo do preâmbulo). O AI-5 descreve todas as possibilidades de punições aplicáveis aos vilões, inimigos da nação, que roubem dela o direito à “democracia”, “à liberdade”, que a desviem do caminho do desenvolvimento.

De acordo com Greimas e Courtés, a isotopia, “do ponto de vista do enunciatário [...] constitui um crivo de leitura que torna homogênea a superfície do texto, uma vez que ela permite elidir ambigüidades” (Greimas e Courtés, s.d., p. 247). Segundo os semioticistas, no caso de um texto estar encaixado em um discurso mais amplo, pode, no entanto, acontecer uma leitura “intertextual” em que a desambigüização se faz, às avessas. Destacam, ainda, a possibilidade de que haja diferentes leituras, “sem contudo serem compatíveis entre si”. Os autores concluem, então, que não existe um número de leituras infinito, mas um número determinado pelo caráter polissêmico dos lexemas.

O enunciatário poderá passar essa gravidade e urgência de problemas por determinado crivo de leitura que não é o esperado pelo enunciador do AI-5. A análise do discurso nos leva, então, à conclusão de que o regime militar considera a democracia do outro um mal, que leva o país à desordem e ao caos socioeconômico. A idéia de “democracia”, valorizada positivamente na sociedade, só aparece no discurso para tentar persuadir a nação brasileira de que as ações opressivas do governo são necessárias para que se alcance um bem maior, que trará benefícios a todos, não apenas ao governo e seus aliados. Mas o que o governo ditatorial busca, com a decretação do Ato, é o estabelecimento do controle absoluto do país, criando um regime de exceção que possibilite frear toda e qualquer manifestação contrária aos interesses dos militares e de uma elite que, emparelhada com o governo, busca cada vez mais privilégios.

O Ato Institucional, como discurso regulador das ações dos indivíduos na sociedade, impõe essa visão que determina um dominador inscrito no enunciado como dotado de todos os direitos sobre os dominados, os quais têm o *dever* de apenas defender os ideais do Regime sob a pena de ser punidos, de acordo com o Ato que se legitima naquela data, sem que haja possibilidade de discussão.



## **CAPÍTULO 4**

**O ator da enunciação pressuposto no jornal *OESP* e na revista**

*Veja*

## 1. Driblando a censura: as estratégias da enunciação

*Bem sabem os que sabem a língua latina, que esta palavra – infans, infante – quer dizer o que não fala. [...] O pior acidente que teve o Brasil em sua enfermidade foi o tolher-se-lhe a fala: muitas vezes se quis queixar justamente, muitas vezes quis pedir o remédio de seus males, mas sempre lhe afogou as palavras na garganta ou o respeito ou a violência; e se alguma vez chegou algum gemido aos ouvidos de quem o devera remediar, chegaram também as vozes do poder, e venceram os clamores da razão.*

Padre Antônio Vieira<sup>70</sup>

O percurso narrativo de base da mídia impressa, no qual se enquadram o jornal *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja*, pode ser resumido desta maneira: o veículo de comunicação, como objeto construído para tornar o leitor competente, doa a este determinado saber. Ao fazê-lo, leva o leitor a querer entrar em conjunção sempre mais com o objeto de valor modal *saber informações* a respeito de uma determinada realidade. Por sua vez, o sujeito enunciador, depreensível do jornal e da revista, assumindo o papel narrativo de destinador, utiliza-se do veículo de comunicação para despertar o interesse do leitor/destinatário e conquistar sua confiança, para que este queira entrar em conjunção com as informações que aquele sujeito selecionou como prioritárias. Para que o sujeito-destinatário, “discursivizado como o leitor fiel”, deseje entrar em conjunção progressiva e contínua com o próprio objeto, o sujeito-destinador, discursivizado como aquele que fala pelo jornal/revista eleito/eleita, “constrói o que deve e pode tornar-se objeto de desejo, supridor de uma falta” (Discini, 2003, p. 119). O sujeito destinatário, o leitor, procura entrar em conjunção com esse objeto, a fim de sanar a própria falta. Essa *performance* é bem sucedida, dia após dia, semana após semana. O leitor sofre uma sanção cognitivo-pragmática positiva: passa a saber informações sobre uma dada realidade. Bem sucedido, encontra o reconhecimento.

---

<sup>70</sup> *O Sermão da Visitação de Nossa Senhora* foi pregado no hospital da Misericórdia da Bahia, em 1639, na ocasião em que Dom Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, vice-rei do Brasil, chegou àquela cidade. (Vieira, 2000, p. 95).

## 1.1. A informação

*A informação é, numa definição empírica mínima, a transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo.*

Charaudeau

O sentido do discurso midiático – seguindo aquilo que se faz em todo tipo de discurso e por todos os homens – é construído por um jogo entre a manifestação, na dimensão do parecer/não parecer, e a imanência, a dimensão do ser/não-ser. A mídia, nas palavras de Norma Discini:

Vive de crer e de fazer-crer; de saber e de fazer-saber; de fazer e de fazer-fazer. Vive também de ser e de fazer-ser, tudo sobremodalizado pelo parecer ou não parecer, no referido jogo da verdade compartilhado, de maneira cúmplice, pelo leitor. (DISCINI, 2003, p. 154).

Escondido sob um percurso narrativo que parece apenas informar, o sujeito da enunciação deixa ver-se à medida que se desvendam os pressupostos do enunciado. O enunciado tem pressuposta a enunciação, como qualquer texto, mas, no caso do *corpus* observado para análise, apresenta uma enunciação silenciada, que se instala no discurso sem dizer *eu*, prioritariamente, e, em segredo, enuncia em alto e bom tom *eu/tu*. O enunciador conduz a leitura do enunciatário, levando-o a interpretar o texto e a ver a “verdade” implícita no discurso. Dessa forma, o enunciador, no papel narrativo de destinador-manipulador, cria ilusões de verdade, exercendo seu *fazer persuasivo*, para que o enunciatário, no papel narrativo de destinatário, reconheça o discurso como crível, no seu *fazer interpretativo*, e aceite os valores do discurso. Na manipulação, temos as bases para a rebeldia enunciativa contra a censura ao direito de expressão.

## 1.2. A interdição

Em *A Ordem do Discurso*, publicação da aula inaugural do filósofo Michel Foucault no Collège de France, ministrada em 2 de dezembro de 1970, a questão da interdição é vista sob a seguinte perspectiva:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

O que diz Foucault é comprovado no contexto histórico analisado e depreendido da mídia impressa examinada. Todas as informações que, no julgamento do censor, fossem potencialmente nocivas ao governo seriam passíveis de veto. Charaudeau chama essa impotência dos meios de comunicação de “censura à difusão”: “Não poder difundir uma informação é *não poder fazer saber*, logo [...] não poder informar” (Charaudeau, 2006b, p. 36). O Regime desejava que apenas fossem publicadas notícias que contribuíssem para a manutenção da imagem positiva do governo e que assegurassem “a continuidade da obra revolucionária”, como afirmado no trecho do Ato Institucional nº 4, citado no preâmbulo do AI-5. Assim, só era permitida a publicação das reportagens proveitosas para as autoridades ditatoriais. No *Dicionário de Semiótica*, no verbete “interdição”, lemos:

Denominação do termo negativo da categoria modal deôntica, interdição contém, como sua definição sintática, a estrutura modal *dever não fazer*. Com seu termo contrário, a prescrição, ela constitui o eixo da injunção. (GREIMAS & COURTÉS, s.d., p. 238).

Em se tratando de um momento em que o país passava por uma ditadura, em que a liberdade era disforizada pelo Regime, certamente as matérias editadas para publicação nos dias 10 e 11 de maio de 1973 no jornal *O Estado de S. Paulo* sofreriam interdição (“Cirne Lima Diverge e Renuncia” e “Ética motivou Ato de Cirne”, respectivamente, **ANEXOS 1A e 3A, p. 227 e 239**)<sup>71</sup>. Ao revelar a discordância do ministro com os métodos escolhidos pelo presidente Médici para reduzir o índice da inflação, as reportagens tornavam públicas as divergências dentro do governo:

Em sua carta, Cirne Lima ressalta que a política antiinflacionária ocasionou “uma carga incomparavelmente mais pesada” sobre a agricultura, que “nunca desejou nem foi beneficiária da inflação”, e que, “infelizmente, os mecanismos governamentais visando [sic] o abastecimento interno, sem atingirem a estabilidade desejada pelo consumidor urbano, mais tem favorecido o setor industrial e comercial de exportação, crescentemente estrangeiro, e tornando cada vez menos brasileiros os resultados da prosperidade do País”.

(*O Estado de S. Paulo*, 10 de maio de 1973)

O ex-ministro da Agricultura, Cirne Lima, disse ontem que “a gota d’água” de sua renúncia foi de caráter “eminentemente ético” e que sua decisão havia sido tomada há “algum tempo”, não sendo conseqüência de qualquer acontecimento recente.

(*O Estado de S. Paulo*, 11 de maio de 1973)

As matérias denunciavam, também, a arbitrariedade do governo, ao revelar que o pedido de audiência com o presidente Médici, solicitado pelo ministro Cirne Lima, fora negado:

Como a audiência não fosse concedida, sob a alegação de que o chefe do governo estava ultimando os preparativos para sua viagem a Portugal, Cirne Lima compareceu pessoalmente ao Palácio do Planalto, entre 10 e 30 e 11 horas, não encontrando aí o chefe do Gabinete Civil ou qualquer outro funcionário de alto escalão.

(*O Estado de S. Paulo*, 10 de maio de 1973)

---

<sup>71</sup> A editora Abril não tem, em seus arquivos, as páginas da *Veja* editadas, mas censuradas. Como não sabemos o que os demônios substituíram nas páginas da revista, preferimos fazer uso d’*OESP* como citação prioritária, já que tivemos acesso às matérias vetadas do jornal.

Na reportagem do dia 10 de maio, cria-se a imagem do presidente Médici como um sujeito irritadiço, intolerante:

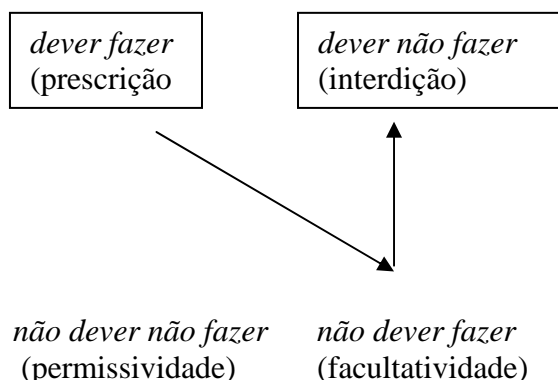
Mais tarde o próprio Leitão de Abreu entregou a carta a Médici. O presidente, ao lê-la, mostrou-se bastante irritado, emitindo o seguinte despacho: “Demita-se e devolva-se” (a carta).

(*O Estado de S. Paulo*, 10 de maio de 1973)

As matérias editadas desconstruíam, assim, a imagem de total controle político, de grupo coeso, que o Regime construía de si para si e de si para a nação. No jornal, ao conceber a matéria sobre o ministro como desestabilizadora da ordem, a enunciação midiática se assume como anti-sujeito do Regime, como sujeito anti-revolucionário, conspirando contra a continuidade da “Revolução”. Nessa estrutura polêmica, o jornal é o anti-sujeito que a “Revolução” tem de enfrentar para que haja manutenção de seus ideais. A “Revolução Redentora” não permitia que o simulacro de perfeição que ela se esmerava para criar fosse maculado, e o Regime, valendo-se do poder instituído pelo AI-5, assumindo, por sua vez, o papel de anti-destinador da mídia, impediu o jornal *OESP* de cumprir seu papel de destinador de valores, de doador de *saberes* ao leitor. Assim, a matéria jornalística não foi publicada e o leitor não obteve informações sobre a divergência entre o ministro da Agricultura e o governo Médici.

Ao estabelecer a censura sobre os veículos de comunicação, o regime militar assume o papel de destinador-manipulador que age sobre a mídia. A manipulação do Regime se deu por um *dever fazer* por meio de uma intimidação, legalizada pelo AI-5: “Quando o manipulador faz crer por meio de ameaças, ocorre uma intimidação” (Fiorin, 1989b, p. 22). Como vimos, o governo era dotado de um *poder fazer* e, portanto, se o sujeito operador não tivesse uma *performance* a contento, uma punição poderia ser aplicada. Aqueles que cometessem um ato entendido pela ditadura como rebeldia seriam sancionados negativamente. A história comprova isso: as “varas de marmelo”, citadas na carta do leitor Joaquim C. Nogueira ao jornal *OESP* em 11 de maio de 1973, já foram utilizadas muitas vezes.

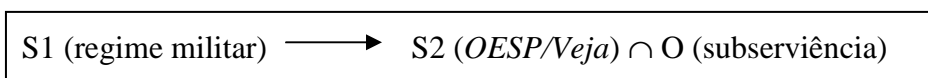
Dessa maneira, o jornal, assumindo o papel de sujeito destinatário da manipulação por intimidação, sofreu a sanção cognitiva e pragmática negativa do destinador-julgador censor, e a matéria que ocupava determinado espaço teve de ser retirada:



Esse é o percurso do sujeito operador, do sujeito da *performance*, o veículo midiático, para atender às modalidades deônticas impostas: entre as prescrições e a interdição oscilam, aliás, a mídia impressa e a própria censura. A exclusão de que falava Foucault, que muitas vezes foi levada às últimas conseqüências durante a vigência da ditadura militar, com prisões, torturas e mortes, é determinada pela sanção do destinador-julgador. Como afirma Fiorin:

Pela *performance* adequada, cada indivíduo pode receber uma sanção positiva ou negativa, sendo, então, considerado bem ou mal educado, pessoa agradável ou desagradável, conveniente ou inconveniente. Em função dessa sanção cognitiva, pode receber uma sanção pragmática; ser incluído num grupo ou excluído dele. (FIORIN, 1989a, p. 349).

Com o veto às notícias consideradas nocivas à manutenção da boa imagem do governo Médici, observa-se, por meio da análise dos textos, que a opressão venceu a liberdade, e os veículos da mídia impressa que sofreram a interdição, como o jornal *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja*, manipulados pela censura, submeteram-se às ordens do Regime:



Uma vez retiradas as matérias censuradas, o veículo midiático pôde aparentemente ser sancionado positivamente pelo destinador-julgador (censor, regime militar). O *dever não fazer*, ou seja, dever não publicar matéria “ofensiva” ao Regime, aparentemente, foi cumprido, e o censor satisfeito está pressuposto. O jornal e a revista, submetidos à censura, defendem, mesmo contra a vontade, os ideais do Regime; executam um *fazer* que se opõe àquele desejado anteriormente pelos meios de comunicação; executam o programa idealizado pelo Regime, não aquele a que a mídia se propôs no pacto com o leitor fiel. O veículo de comunicação, apesar de ter *saberes*, não os partilha com o leitor. Esse fato coloca a mídia impressa, à força, no papel actancial de anti-sujeito de si mesma, concorrendo com o programa inicialmente proposto em que assumia o papel de sujeito do fazer. Nesse ponto é que se dá o grande drama do enunciador do jornal e da revista, que, dividido, ocupa, ao mesmo tempo, a posição de sujeito e anti-sujeito do programa por ele idealizado. Eis o sujeito midiático cindido ao meio, no período da ditadura militar.

O censor, o anti-destinador da mídia, pressupõe uma presença forte e satisfeita e o sujeito midiático, o ator da enunciação, pressupõe uma presença fraca e insatisfeita. A insatisfação e a decepção, de acordo com Greimas (1983), são efeitos de sentido provocados pela incompatibilidade modal entre o *querer ser conjunto* e o *saber não ser conjunto*. E os enunciadores do jornal e da revista queriam estar conjuntos com o objeto de valor *livre expressão*, mas o regime militar os impediu. Queriam manter o papel temático de doador de informações fiéis, o mais possível, da realidade, mas foram vetados.

Considerando os valores individuais, em que se opera com os semas “desejável” e “temido”, o jornal e a revista desejam (*querer ter*) o valor liberdade e temem (*querer não ter*, o que se denomina “aversão”) o valor da opressão. Em contrapartida, a liberdade é temível, indesejada, e a opressão é desejada pelo regime militar. A categoria taxionômica é axiologizada, adquirindo uma orientação de sentido, expressando os valores do sujeito. Assim como o sujeito se define “pela assunção de conteúdos em que ele se investe e que constituem sua personalidade; o indivíduo define-se igualmente pela negação de outros conteúdos que ele rejeita”<sup>72</sup>.

Destacamos anteriormente que a mídia impressa manipula o leitor a *querer* ou *dever* suprir uma falta e entrar em conjunção com os *saberes*, os quais a própria mídia acredita

---

<sup>72</sup> Greimas e Rastier. “O jogo das restrições semióticas” *apud* GREIMAS, 1975, p.135.



dever partilhar. Assim, o jornal e a revista acreditam que devem informar sobre a vida política, social e econômica do país e do mundo. Estando interditos, dizem sem dizer; confrontam valores não explicitamente.

Nesse jogo polêmico, o Regime, sendo reconhecido como anti-destinador da mídia e, portanto, defensor dos valores da opressão, merecia ser enganado até num processo de vingança: o enunciador midiático sofreu, faz sofrer e experimenta prazer<sup>73</sup>. Em decorrência desse descontentamento, gerado pela frustração do sujeito da enunciação, disjunto do objeto de valor *livre expressão*, já que o enunciador do jornal se julgava no direito de se expressar, o ator da enunciação de *OESP* traça então seu plano de vingança, em nome do proposto reequilíbrio dos sofrimentos dos sujeitos antagonistas, tomando conceitos de Greimas. Trava-se a “necessária luta contra tudo o que poderia opor-se à vontade de saber”, a que se refere Charaudeau (2006b, p. 35). Diana Luz Pessoa de Barros assim se pronuncia sobre a vingança:

Já na vingança tem-se o programa de liquidação da falta causada, na perspectiva do sujeito, pelo anti-sujeito.[...] O sujeito e o anti-sujeito, como é sabido, confrontam-se na narrativa, pois estão em busca dos mesmos valores. Na vingança, o sujeito “ofendido” assume o papel de destinador-julgador e sanciona negativamente o anti-sujeito que não cumpriu o esperado ou que exerceu um fazer contrário e prejudicial aos seus projetos. (BARROS, 1989-1990, p. 70).

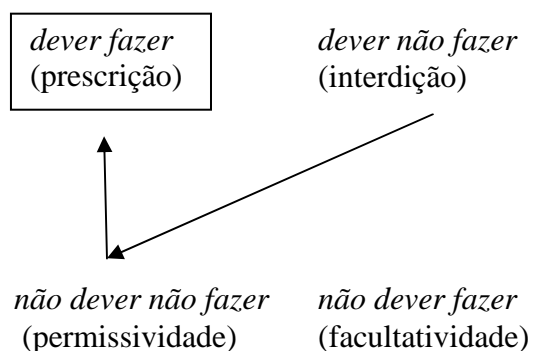
É nesse momento que se apresenta a estratégia principal do ator da enunciação para alertar o leitor fiel de que a liberdade de expressão da mídia tinha sido vetada e, ao mesmo tempo, para garantir a manutenção do exercício de liberdade, mesmo que não fosse total. As matérias publicadas nos locais das censuradas subvertem a coerção do gênero, causam estranhamento, e, assim, denunciam a opressão.

No fazer midiático, há um deslocamento da dêixis da interdição/facultatividade para a dêixis da prescrição/ permissividade, entrando para o pólo do *dever fazer*. Assim, a

---

<sup>73</sup> Cf. Greimas, 1983, p. 224.

modalidade virtualizante do *dever fazer* apresenta-se relacionada às outras da seguinte forma no quadrado semiótico<sup>74</sup>:



O sujeito da enunciação acredita que não deve deixar de cumprir o contrato anteriormente estabelecido com o leitor, ou seja, *não deve não fazer*. Passa a haver, portanto, um novo *dever fazer*, que se cumpre segundo novas informações: *dever informar* o interdito, que, no discurso, cria a denúncia. Temos, assim, em resposta à parada da continuidade, à interdição sofrida, uma transgressão discursivizada. Greimas e Courtés afirmam ser a transgressão do interdito um problema de competência modal do sujeito, fruto da incompatibilidade das modalizações do sujeito pelo *dever não fazer* e o *querer fazer*:

A utilização, em semiótica narrativa, do conceito de interdição (ou interdito) dá motivo a confusão. Por ocasião do primeiro exame narrativo proposto por V. Propp, nós interpretamos o par de funções proppianas “interdição” vs “violação” como ruptura do contrato (isto é, como uma estrutura contratual negativa). Desse ponto de vista, a interdição correspondia ao fazer factivo do Destinador, e o sintagma proppiano apresentava-se como estrutura de manipulação. Uma análise mais elaborada permite hoje situar a transgressão do interdito como um problema de competência modal do Sujeito, definindo-a como uma estrutura conflituosa causada pela incompatibilidade das modalizações do sujeito pelo *dever não fazer* e o *querer fazer*, e que apenas seria o resultado

<sup>74</sup> Greimas e Courtés, s.d., p. 338.

do fazer manipulador do Destinator. Ou seja, a interdição depende, no primeiro caso, do sistema axiológico do Destinator, e, no segundo, da organização modal da competência do sujeito. (GREIMAS & COURTÉS, s.d., p. 238).

O sistema axiológico do censor é incompatível com o *querer e dever ser, poder e saber ser* do sujeito da enunciação midiática. José Luiz Fiorin afirma:

O sujeito que vive em sociedade é, assim, modalizado pelo *dever*. Essa modalidade consta de prescrições (*dever fazer*) e de interdições (*dever não fazer*) [...]. As violações às normas comportamentais são de duas naturezas: a gafe [...] e a rebeldia, transgressão por projeto, que deriva de um *não querer fazer*. (FIORIN, 1989a, p. 348).

A transgressão é aqui entendida como uma ruptura que nasce da incompatibilidade entre as normas sociais e os valores individuais. Estamos diante de um *corpo* sensível polarizado em euforia e disforia. Esse “*corpo* que sente”, presente na transgressão da página do jornal, vive um conflito entre o *dever não fazer* (dever não denunciar, dever não ser contrário aos ideais do Regime) e o *querer fazer* (querer denunciar, querer exercer a liberdade de expressão), que traduz as oscilações tensivo-fóricas do percurso gerativo de sentido, optando pela denúncia de maneira velada.

Em *Tensão e Significação*, Fontanille e Zilberberg afirmam:

O sujeito sensível, ao se tornar sujeito semionarrativo, vê seu universo partilhar-se axiologicamente graças à polarização em euforia e disforia, enquanto, no espaço tensivo, a foria não polarizada caracterizava as reações de seu corpo próprio às tensões nas quais ele estava mergulhado. (FONTANILLE & ZILBERBERG, 2001, p. 29).

Essa informação nos vale para afirmar que a manipulação do Regime sobre o periódico ocorreu e deixou ecos de tensão e retenção. Vimos que, na edição do dia 10 de

maio de 1973, no lugar da foto censurada de Cirne Lima, um anúncio da rádio Eldorado foi inserido na capa do jornal (ANEXOS 1A e 1B, p. 227 e 231) <sup>75</sup>:

*O Estado de S. Paulo*, 10 de maio de 1973 – Foto da capa editada



*O Estado de S. Paulo*, 10 de maio de 1973 – Anúncio da capa publicada



---

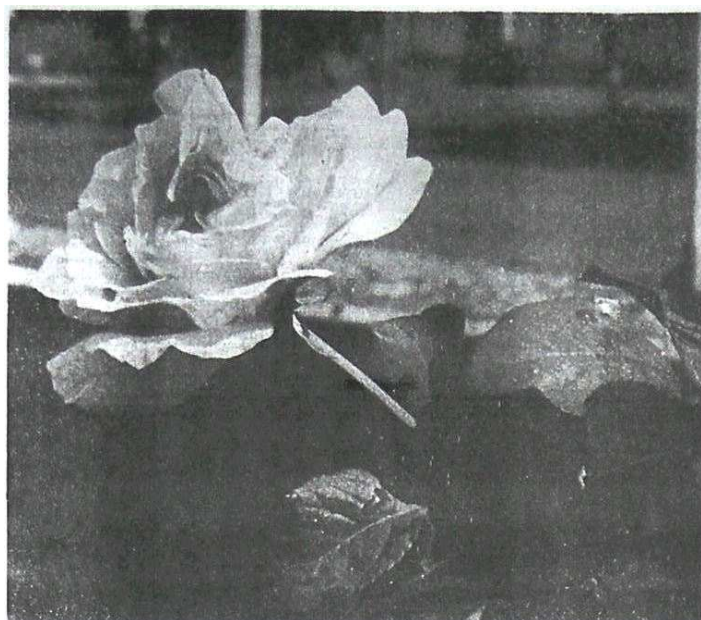
<sup>75</sup> Para facilitar a leitura, reproduzimos as fotos e os desenhos publicados nas páginas do jornal *OESP* e da revista *Veja* acompanhados da indicação dos anexos de onde foram retirados.

No mesmo jornal, no dia 11 de maio de 1973, a foto de uma rosa ocupa o espaço deixado pelo recorte da foto vetada do ministro da Agricultura sendo abraçado por amigos (ANEXOS 3A e 3B, p. 239 e 242):

*O Estado de S. Paulo*, 11 de maio de 1973 – Foto da capa editada



*O Estado de S. Paulo*, 11 de maio de 1973 – Foto da capa publicada





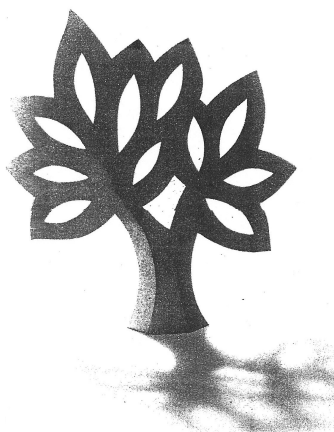
Nos dois dias, as reportagens vetadas foram substituídas pela publicação de cartas de leitores (ANEXOS 1B e 3B, p. 231 e 242). A revista *Veja*, por sua vez, publicou desenhos de demônios para preencher os espaços deixados pelas matérias e fotos censuradas da revista (ANEXOS 4A, p. 245):

Revista *Veja*, edição de 20/02/1974, p. 22



Quando esses desenhos também tiveram a publicação vetada pelo censor, anúncios institucionais acompanhados da logomarca da editora Abril foram inseridos no lugar das matérias censuradas (ANEXO 7, p. 260):

Revista *Veja*, edição de 12/11/1975, p. 24



### **Nada como aprender à sombra de uma árvore.**

Hoje alguns milhões a mais de pessoas podem ler esta revista. E nós nos orgulhamos disso.

A Abril tem uma Divisão inteira que só cuida de Educação. Ela edita livros e manuais de alfabetização e educação continuada, livros didáticos, fascículos para acompanhamento de cursos através de televisão e rádio.

Nesta Divisão são feitas cartilhas especiais para educar o agricultor ou para ensinar a muita gente como prevenir-se de doenças. A Abril está trabalhando para transformar aquelas cansativas lições do passado em material de ensino atualizado, atraente, bonito e interessante. E, além disso, a um preço acessível para todos.

Plantamos nossa árvorezinha com muito entusiasmo e confiança. Ela cresceu e floresceu. O campo da Educação não era tão árido como muitos pensavam. Mas, ainda não é tempo de descansar. Muitos milhões de pessoas ainda não podem ler esta mensagem.

Por isso, estamos plantando mais e mais árvores, para que - à sombra delas - todos possam aprender.

Não são relaxadas as inserções do anúncio da rádio Eldorado, da foto da rosa, das figuras de demônios e das cartas de leitores ou dos anúncios institucionais no lugar das matérias censuradas. Vemos aí a ação de ruptura praticada pelo enunciador midiático. Essas inserções, no nível discursivo do texto, tematizam e figurativizam a passagem da prescrição, própria ao discurso jornalístico, o *dever informar*, para a interdição, traduzida como *dever não informar* algo que comprometesse a imagem do governo. O enunciador, contestando em segredo os valores defendidos pelo censor (opressão) e reafirmando os seus próprios valores (liberdade), rejeitou, no *modo do ser*, a manipulação e não entrou em conjunção com o valor da subserviência. O enunciador passa a fazer justamente o contrário do que o destinador desejava, percorrendo um caminho que segue em direção à liberdade. Os sujeitos da enunciação do jornal e da revista censurados, ou seja, os próprios transgressores, influenciados por seus próprios desejos, assumem agora o papel de destinadores dessa nova manipulação. De fato, esses sujeitos executam programas idealizados por eles mesmos, numa automanipulação, numa apropriação reflexa do objeto-valor:

$S1 (OESP/Veja) \longrightarrow S2 (OESP/Veja) \cap Ov (rebeldia)$
--

Como as matérias censuradas foram, de fato, retiradas, o jornal e a revista se comportaram, na aparência, como o censor esperava; portanto, ele está, novamente, pressuposto como um sancionador satisfeito. A página foi liberada para publicação. A





Em suma, temos dois esquemas narrativos paralelos, em que o sujeito da *performance* (mídia) consegue a sanção positiva e sobrevive na época da ditadura militar:

**No modo do parecer (mentira)**

Manipulação

S1 (regime militar)  $\longrightarrow$  S2 (OESP/ Veja)  $\cap$  Ov (subserviência)

Competência

Sabe e pode

Performance

Construção da página de acordo com os ideais do regime militar

Sanção

O Regime sanciona positivamente o jornal e a revista (as páginas são publicadas)

**No modo do ser (segredo)**

Manipulação

S1 (OESP/Veja)  $\longrightarrow$  S2 (OES/Veja)  $\cap$  Ov (rebeldia)

Competência

Sabe e pode (desde que camuflado)

Performance

Crítica ao Regime, denúncia à interdição do discurso jornalístico

Sanção

Positiva: poder dizer/reconhecimento

Assim, o enunciador midiático, ao denunciar no *modo do segredo* a opressão sofrida, torna-se realizado. Esse sujeito encontra-se agora em conjunção com seu objeto de valor; é, portanto, um sujeito realizado.

## 2. Um corpo que sente: os *éthé* midiáticos

*Não se pode conceber enunciação sem  
a participação de um CORPO onipresente.*

Tatit

O Ato Institucional nº 5, ao instituir a censura, impediu os meios de comunicação de cumprir a sua parte no pacto que fizeram com o leitor. Ao submeterem-se à censura, os atores da enunciação do jornal *O Estado de S. Paulo* e da revista *Veja* sofreram, cada qual, uma cisão, fragmentaram-se. A fim de resgatar a unidade do ser, desafiando as determinações do governo ditatorial, os veículos de mídia apresentados optaram por exercer esse direito à liberdade de expressão e denunciar a opressão que sofriam.

O sujeito midiático, caracterizado como um sujeito transgressor, não aceitou a interdição, a imposição dos valores do regime militar. Esse sujeito desejoso de entrar em conjunção com o valor interdito da liberdade buscou a satisfação de seu desejo individual por meio da ruptura, da descontinuidade. Observamos esse sujeito no seu papel de actante da enunciação, implícito no enunciado, construído no discurso, que tematiza e figurativiza *quereres, saberes, poderes e deveres*. Portanto, temos um sujeito enunciador que não se apresenta no que diz, mas no “modo de dizer”. Esse “modo de dizer”, que se funda de acordo com as escolhas feitas pelo sujeito, leva-nos ao *estilo*, como afirma Possenti:

Então, se o locutor busca, dentre os possíveis, um dos efeitos que quer produzir em detrimento dos outros, terá que escolher dentre os recursos disponíveis, terá que “trabalhar” a língua para obter o efeito que intenta. E nisso reside o estilo. No *como* o locutor constitui seu enunciado para obter o efeito que quer obter. (POSSENTI, 1988, p. 158).

Fazemos a ressalva de que o que Possenti designa como “locutor”, no quadro teórico em que nos apoiamos, temos o enunciador. Na relação plano da expressão e plano do conteúdo é que a Semiótica destaca as relações de sentido, os simulacros, os quais nos apontam para a construção de um sujeito, actante da enunciação, que não se assujeita a uma

estrutura predeterminada, mas que faz uso dos mecanismos lingüísticos e discursivos para reconstruir o mundo.

Nos termos de Discini:

O ator da enunciação de uma totalidade de discursos, para construir um estilo, pauta seu modo de ser, não só por estados passionais, como por estados passionais em transformação e, principalmente, por uma orientação passional que, difusa em uma totalidade, diz respeito a um sentir, sofrer e perceber contínuos, advindos de um determinado “juízo” sobre o mundo; esse mundo, que impregna o sujeito e que é reconstruído por ele, para que ele, sujeito, também se construa na totalidade de seus discursos. (DISCINI, 2003, p. 74).

A pesquisadora considera ainda

o estilo como efeito de sentido e, portanto, uma construção do discurso. Acreditamos que esse efeito emerge de uma norma<sup>77</sup>, determinada por recorrências de procedimentos na construção do sentido, desde os níveis mais profundos até os mais superficiais do percurso gerativo do sentido. (DISCINI, 2003, p. 36).

A recorrência de traços produz um estilo que, por sua vez, promove um efeito de individualização, de particularização, que faz com que se reconheça um discurso, dentre tantos outros, por seu estilo. O estilo nos leva à construção do sujeito, e aqui estamos pensando no sujeito da enunciação, enquanto ator da enunciação, depreendido do enunciado e definido pela totalidade de seus discursos. Esse modo de dizer, esse referido estilo, por sua vez, leva-nos à construção de um modo de *ser*, portanto, ao *éthos*.

A personalidade do ator da enunciação é revelada por meio das estratégias do dizer, deixadas como marcas recuperáveis no enunciado. A escolha de palavras e de recursos argumentativos e lingüísticos confere uma imagem, um *parecer* do *ser* ao ator da enunciação.

---

<sup>77</sup> “Norma” aqui está sendo concebida como “modo único de fazer e de ser, inerente a uma totalidade”. (Discini, 2003, p. 37).

A partir dos indícios textuais e discursivos, o enunciatário constrói “uma representação do *corpo* do enunciador”, como afirma Maingueneau:

Toda fala precede de um enunciador encarnado; mesmo quando escrito, um texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito situado para além texto. Com efeito, o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do *corpo* do enunciador (e não, evidentemente, do *corpo* do autor efetivo). A leitura faz então emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito<sup>78</sup>. (MAINGUENEAU, 2002, p. 95-98).

Ou, nos termos de Tatit:

O *corpo* é um tempo presente extenso que acompanha o enunciado como que lembrando que este jamais se liberta da enunciação. Por trás da produção está sempre o agente sensível que a produziu. (TATIT, 1998, p. 43).

A esse enunciador, a esse fiador, são atribuídos também um “caráter” e uma “corporalidade” que, segundo Maingueneau, provêm de um conjunto de representações sociais, valorizadas ou desvalorizadas na enunciação. A maneira de ser está apresentada, assim, na maneira de dizer; o *corpo* está “investido de valores socialmente especificados” (Maingueneau, 2002, p. 99). Como estratégia de persuasão, o discurso leva o enunciatário a se identificar com esses valores.

Destacamos, anteriormente, o enunciador de uma totalidade midiática, *OESP e Veja*, como um *corpo* sensível, polarizado em euforia e disforia, vivendo um conflito entre o fato de dever não se opor aos ideais da “Revolução”, cultivados pelo regime militar, e o desejo de estar livre para discordar, para denunciar a falibilidade e a fragilidade de um governo desejoso de se mostrar perfeito.

---

<sup>78</sup> Optamos por destacar o termo *corpo*, em itálico, para que ele se diferenciasse da noção de corpo, que juntamente com o termo alma, forma o desdobramento binário “atributos somáticos e psíquicos” do corpo (Cf. Tatit, 1998, p. 45).

Eis as duas faces que compõem o jornal e a revista. De um lado, destacamos as recorrências no modo de dizer que apontam para um estilo próprio e para a construção de um *éthos* que nos levam a atribuir um determinado *corpo* ao ator da enunciação de *Veja* e *OESP*, e que faz com que se reconheça esse jornal e não outro, essa revista, e não outra, por seu modo de dizer e de ser. De outro lado, vemos ocorrências pontuais que nos permitem identificar um outro *corpo* que se distancia daquele que se construiu dia a dia, ao longo de semanas, meses e anos. Nas páginas de *OESP* e de *Veja*, vemos um sujeito cindido, em relação de descontinuidade com o objeto, desconfortável em sua posição de anti-sujeito de si mesmo, que busca reconquistar o seu estado de continuidade. É o sentimento de falta do sujeito virtualizado, que já teve posse da liberdade de expressão e que a perdeu, que o leva a mudar o próprio estilo, o modo próprio de presença no mundo e a construir, portanto, um novo *éthos* em caráter emergencial. Assim como os Atos Institucionais surgiram em defesa da “Revolução”, um novo *éthos* surge para defender os valores desse sujeito fragmentado, que, curiosamente, dessa maneira cindida, restabelece a própria identidade. Seguiremos com a análise dos *éthé* depreendidos de *OESP* e de *Veja*.

## **2.1. Da ordem ao caos**

### **2.1.1. O Estado de S. Paulo**

#### **O *éthos* constitutivo: a ordem**

Iniciemos pelas páginas censuradas do jornal *OESP*. No Capítulo 1 deste trabalho, analisamos apenas as matérias interditas “Cirne Lima diverge e renuncia”, editada em 10 de maio de 1973 (ANEXO 1A, p. 227), e “Ética motivou ato de Cirne”, de 11 de maio de 1973 (ANEXO 3A, p. 239). Interessa, agora, examinar as primeiras páginas do jornal, consideradas como uma totalidade. A análise das páginas censuradas de *O Estado de S. Paulo* revela-nos um *modo de dizer* que constrói um *modo de ser*, um estilo próprio do jornal.

O enunciado traz as escolhas lingüísticas e discursivas que determinam a “individualidade” do discurso proferido. Consideramos a individualidade como um efeito de

sentido do texto, representada pela recorrência do uso dos mesmos mecanismos de construção do sentido. Essa individualidade leva, então, à noção de estilo, que, por sua vez, é homologada à noção aristotélica de *éthos*, que é a imagem própria de quem diz, apreendida do próprio texto. Assim, o *éthos* é uma construção da enunciação. Apóia-se, portanto, na maneira de dizer do enunciador, depreensível do enunciado. O *éthos* não está determinado por aquilo que ele diz sobre si próprio, mas a personalidade do enunciador emerge “da aparência que lhe confere a fluência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, os argumentos (o fato de escolher ou de negligenciar tal argumento pode parecer sintomática de tal qualidade ou de tal defeito moral)” (Ducrot, 1987, p. 189). De acordo com Discini (2003), a imagem desse sujeito respalda-se numa invariante, dada como forma do conteúdo de uma totalidade analisada nos textos. Continuidade supõe estabilidade; estabilidade, invariância; invariância, forma: uma rede de estruturas correlacionadas, dada segundo um princípio diretor que consolida a invariante. Assim sendo, segundo a pesquisadora, o fato de estilo é formal, mas também diferencial, o que significa que é dado na relação com outro estilo. Por conseguinte, o *éthos* de cada um dos veículos midiáticos, observado na sua continuidade, pode ser vinculado à manutenção do *status quo* da cena enunciativa pressuposta no jornal *OESP*.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, em suas recorrências do *modo de dizer*, pode ser considerado parte da dita “imprensa séria”. Em destaque, na primeira página do jornal examinado, são selecionados os temas considerados prioritários, próprios desse tipo de imprensa, como a política nacional e internacional e a situação socioeconômica do país e do mundo, como mostram as manchetes e os títulos abaixo:

Dia 10 de maio de 1973 (ANEXOS 1A, p.227)

“Cirne Lima diverge e renuncia”; subtítulo da matéria: “Na carta, defesa dos agricultores”

“Recrudescem as lutas em todo o território libanês”

“Petróleo ainda não tem acordo”

“Bem aceito plano Cámpora”

“Rogers chega a 19 mas só vai a Brasília dia 22”

“MDB pode não votar ‘impactos’ ”

“Kissinger retorna sem ter marcado visita de Brezhnev”

Dia 11 de maio de 1973 (ANEXOS 3A, p.239)

“Líbano solicitará a ajuda Ocidental”

“Ética motivou ato de Cirne”

“Oposição nos planos de Rogers”

“Guerra da Indochina sem verba”

“Dólar pode enfrentar nova crise”

“Grevistas lutam com polícia em Rancagua”

“Nixon renova gabinete com três nomeações”

“Filinto vai à posse de Cámpora”

“Paulo VI disposto a ir ao Egito”

Note-se que as manchetes e os títulos dos dois dias acima destacados referem-se praticamente aos mesmos fatos, o que faz cumprir o acordo estabelecido de que o jornal deve, por seu caráter diário, acompanhar as transformações, as evoluções dos fatos, informando-os aos seus leitores. Não se pode romper essa cadeia sintagmática. O jornal é da ordem do contínuo: às informações de ontem, somam-se novas informações do dia de hoje e assim sucessivamente, até que aquele assunto não seja mais considerado prioritário.

As fotos reafirmam as informações trazidas pelos textos verbais que acompanham, complementam, mostram um diálogo de vozes convergentes. Assim, na edição do dia 10 de maio (ANEXOS 1A, p. 227), sob a manchete “Cirne Lima diverge e renuncia” há uma foto do ministro da Agricultura Cirne Lima. A legenda “Cirne Lima, já como ex-ministro, deixa o prédio do Ministério da Agricultura” acompanha a imagem:



No final da página, à direita, os rostos de Edward Kennedy e Elliot Richardson estampam a capa do jornal, e, abaixo da foto, há um pequeno texto sobre o caso Watergate, intitulado “Senado será ouvido”:



No dia 11 de maio, acompanhando a matéria intitulada “Ética motivou ato de Cirne”, que discorre sobre os motivos da renúncia de Cirne Lima, há uma foto do ministro da Agricultura rodeado de pessoas. Sob a foto, a legenda “Ao chegar a Porto Alegre, o ex-ministro é abraçado por parentes e amigos” (ANEXOS 3A, p.239):





Ao final dessa mesma matéria, há uma foto da posse do novo ministro da Agricultura, conforme noticiado no trecho “A posse” e na legenda: “No Palácio do Planalto, a posse de Moura Cavalcanti na Agricultura”:



No Palácio do Planalto, a posse de Moura Cavalcanti na Agricultura

Considerando ainda que essa “imprensa séria” se compromete a reconstruir legitimamente a realidade, e não a ficção, as referencializações legitimadas como manda o discurso jornalístico e como mandam seus gêneros (“manchete”, “foto-reportagem”, “legenda”, “lide”, etc.) contribuem para a criação de um efeito de verdade. Isso reforça a busca pela imagem de “jornal austero”, que valida as informações sem distorcê-las ou julgá-las, como quer o simulacro. Com a ausência da primeira pessoa, no *modo da aparência*, não há interpretação, não há avaliação dos fatos, apenas informação objetiva, de um enunciador distante do enunciado, imparcial, um *éthos* desprendido.

Esse efeito de “austeridade” (Discini, 2003, p. 124) é, ainda, reforçado pelo uso da norma culta e pelo predomínio da linguagem, que procura ser denotativa. Busca-se o significado único, tenta-se afastar o texto, o máximo possível, da ambigüidade. De acordo com a semioticista, o ator da enunciação do jornal da imprensa dita séria é “sutil, de gestos calculados”, comedido e equilibrado. Esse tom de voz brando favorece a construção do *éthos* da “justa-medida”, do equilíbrio. A enunciação parece estar distante do discurso enunciado, não se envolver com os fatos. Assim se constrói, portanto, o efeito de sentido de

objetividade, que cria a ilusão de um sujeito de enunciação que não assume os próprios valores, o simulacro da imparcialidade, como convém ao gênero “reportagem” na imprensa dita séria. Tal simulacro de seriedade sustenta, no jornal, o efeito de credibilidade, enquanto ele se firmar como fonte de informação. Nos termos de Discini:

Concretiza-se, então, como imagem-fim do ator da enunciação da imprensa dita séria, o sujeito participativo, pela manutenção de percursos temáticos de (re)construção da História, figurativizados, recorrentemente, da mesma maneira contida, “equilibrada”, e o mais aparentemente isenta possível. (DISCINI, 2003, p. 12).

Essa recorrência apresentada nas primeiras páginas de *OESP* leva-nos a delinear o corpo do jornal, “não apenas naquele determinado dia, mas na seqüência de dias, semanas, meses e anos, e construído também não apenas por aquilo que diz, mas, principalmente pelo modo como diz” (Discini, 2003, p. 118).

No período histórico da ditadura militar, entretanto, as páginas publicadas não se deixam reconhecer por meio desse modo de dizer e desse modo de ser do jornal *OESP*. A objetividade e a austeridade cedem espaço à subjetividade e à ironia.

### **O *éthos* instituído: o caos**

As matérias censuradas foram substituídas por novas matérias e as primeiras páginas publicadas do jornal *OESP* apresentaram os seguintes títulos:

#### Dia 10 de maio de 1973 (ANEXOS 1B, p.231)

“Médici nomeia um novo ministro”; subtítulo da matéria: “Dos leitores: Salomão e Rosas”

“Recrudescem as lutas em todo o território libanês”

“Nixon promete toda a verdade”

“Bem aceito plano Cámpora”

“Rogers chega a 19 mas só vai a Brasília dia 22”

“MDB pode não votar ‘impactos’”

“Kissinger retorna sem ter marcado visita de Brezhnev”

Dia 11 de maio de 1973 (ANEXOS 3B, p. 242)

“Líbano solicitará a ajuda ocidental”

“Dos Leitores: A rosa é o próprio amor”

“Oposição nos planos de Rogers”

“Guerra da Indochina sem verba”

“Dólar pode enfrentar nova crise”

“Grevistas lutam com polícia em Rancagua”

“Nixon renova gabinete com três nomeações”

“Filinto vai à posse de Cámpora”

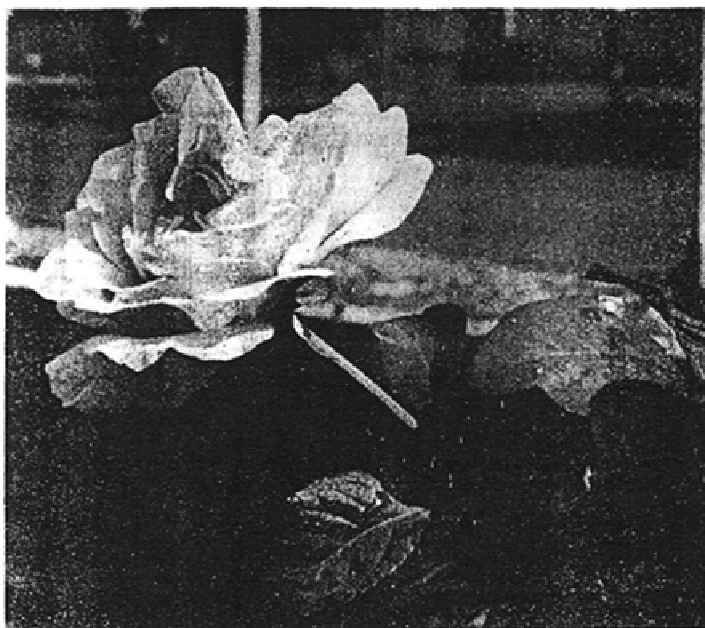
“Paulo VI disposto a ir ao Egito”

Os temas da política nacional e internacional, bem como da economia, ainda estão presentes nas páginas publicadas nos dias 10 e 11 de maio de 1973, mas agora eles dividem espaço com temas aparentemente menos prioritários, como o cultivo de rosas. A primeira página torna-se uma colcha de retalhos, no sentido de rompimento de isotopias temáticas e figurativas. Lembramos que o que estabelece a coerência do texto é a reiteração, a recorrência de traços semânticos, ou seja, a isotopia, que “se define como a recorrência de categorias sêmicas, quer sejam estas temáticas (ou abstratas) ou figurativas” (Greimas e Courtés, s.d., p. 246).

Na capa do dia 10 de maio (ANEXOS 1B, p. 231), a manchete sobre a renúncia de Cirne Lima desaparece, mas se destaca a posse de seu substituto, Moura Cavalcanti. Assim, a continuidade é rompida e não há nenhum acontecimento do dia anterior (9/05/1973) que explique a manchete de 10/05/1973: “Médici nomeia um novo ministro”. A manchete, de fato, suscita dúvidas: por que houve a necessidade de se nomear um novo ministro? O que aconteceu com o ministro anterior? No dia 11 (ANEXOS 3B, p. 242), o que restou na página publicada foi apenas uma foto sobre a posse de Moura Cavalcanti, o assunto de “ontem”, deslocada, no fim da página, ancorada apenas pela legenda “No Palácio do Planalto, a posse de Moura Cavalcanti na Agricultura”, sem matéria que a acompanhe e que esclareça o motivo da escolha de um novo ministro da Agricultura. Aquele contrato de confiança ou fideduciação, apoiado na noção de continuidade, é quebrado, e as informações seguem em desarmonia, em aparente caos.

Note-se que as fotos de Cirne Lima são substituídas, nos dias 10 e 11 de maio, respectivamente, por um anúncio de um programa da rádio Eldorado e por uma foto de uma

rosa, acompanhada da seguinte legenda: “A rosa, louvada por poetas desde tempos imemoriais, continua simbolizando o amor” (ANEXOS 1B, p. 231 e ANEXOS 3B, p. 242):



A rosa, louvada por poetas desde tempos imemoriais, continua simbolizando o amor

As recorrências sofrem, aqui, sua primeira fratura: anúncios publicitários não costumam aparecer na primeira página do jornal, nem mesmo fotos de rosas, ainda mais na metade superior da página. O nome do programa, “Agora é samba”, inicialmente, leva o leitor a um universo musical, distante da isotopia referente à política nacional e internacional e dos temas próprios a uma primeira página. Num segundo momento, o caráter polissêmico do termo “samba”, que pode assumir o sentido de festa, de folia, afasta a linguagem do padrão culto e a aproxima do popular, estranho à imprensa que se diz séria, desconstruindo o efeito de austeridade.

A manchete do dia “Médici nomeia um novo ministro”, colocada acima do anúncio, desconfigura a página, e o *éthos* equilibrado, que se pauta pela “justa-medida” aristotélica, cede lugar ao *éthos* da insuficiência. A página do jornal *OESP* é deficiente, parece carecer de organização, de informação substancial; ao colocar o cultivo de rosas, um assunto aparentemente secundário, como prioritário, o jornal apropria-se do simulacro da superficialidade.

As cartas publicadas no lugar das matérias censuradas, com os títulos “Salomão e rosas” e “A rosa é o próprio amor” (**ANEXOS 1B, p. 231 e ANEXOS 3B, p. 242**), colocam o leitor em contato com um tema que não é próprio daquele jornal, eleito como “seu jornal diário”. O efeito de subjetividade visto tanto na composição das cartas como no tema sobre o qual discorrem – “flor” e “amor” – afasta o veículo do efeito de objetividade inerente ao discurso jornalístico, materializado principalmente na primeira página. Tomam lugar as referências intertextuais poéticas que valorizam a subjetividade e que contribuem para a criação de um efeito de ficcionalidade. A utilização da primeira pessoa aproxima enunciador e enunciatário, criando laços de cumplicidade. A “plurissignificação” da rosa, destacada nas próprias cartas, fere o efeito de objetividade discursiva e o *éthos* “austero, que se configura num corpo sóbrio” (Discini, 2003, p. 136), dá lugar ao *éthos* irônico, na construção de um corpo flexível, de um sujeito sensível. O enunciador cede lugar a um narrador marcado no enunciado pela primeira pessoa, um “eu” que assume a autoria das cartas, que demonstra encantamento pelas causas pelas quais o jornal luta.

Ao realçar na capa essas ocorrências, o jornal simula ter perdido o controle sobre o próprio discurso. O suposto caos aponta para a construção de um sujeito inquieto. O conflito simulado entre os enunciados encaminha o leitor para a identificação do conflito que vive a

enunciação. A desordem estratégica, simulacro criado pelo ator da enunciação no enunciado, faz ver um sujeito agitado, passional, que reage. Ao evocar sentimentos, como o amor, “A rosa é o próprio amor” (ANEXOS 3B, p. 242), a enunciação se afasta da máxima jornalística de que deve construir a ilusão de imparcialidade. Discini afirma que “os procedimentos discursivos testemunham valores ideológicos assumidos pelo sujeito da enunciação” (Discini, 2003, p. 150). A subjetividade aproxima o enunciador do enunciado e revela o universo de crenças e valores do sujeito da enunciação. Temos, no caso citado, uma subjetividade dada sob o efeito de inquietação.

Por meio da relação contratual vista nas intertextualidades apontadas no Capítulo 1 deste trabalho, como na citação dos versos de Fernando Pessoa “prefiro rosas a meu país” (ANEXOS 3B, p. 242) e na referência ao poema *As Bucólicas*, de Virgílio, o enunciador coloca no enunciado seus valores, mesmo que na voz de um ator do enunciado. Ao reafirmar a oposição *liberdade vs. opressão* no enunciado, considerando o primeiro termo eufórico e o segundo disfórico, o enunciador marca no enunciado o próprio modo de ver o mundo. Ator do enunciado e ator da enunciação são convergentes, há fusão de vozes. A já referida negação dos valores da submissão, o *querer não ser conjunto*, fica explícita no enunciado, ecoando na enunciação. O ator do enunciado, ao solicitar “Vamos cultivar rosas e florir este país” (ANEXOS 3B, p. 242), simula o *fazer* do ator da enunciação, a denúncia no *modo do segredo* e, por fim, a imagem desse sujeito inquieto, que não cede às coerções do Regime.

Nas primeiras páginas publicadas, o que vemos são textos que encetam uma enunciação que, por meio de ironias, implícitos e ambigüidades, debocha da realidade, brinca com o mundo sério que a imprensa apresenta ao leitor. Destacamos anteriormente o *éthos* austero do jornal. Mas ele desaparece nas páginas publicadas nos dias 10 e 11 de maio de 1973. A austeridade cede lugar à ironia, que aproxima enunciador e enunciatário, cria intimidade, rompendo com o efeito de objetividade e distanciamento que simulava imperar nas páginas censuradas. Não negamos que ainda temos um ator sutil, por estarmos diante da construção de um tipo de uma ironia “fina”, que mais leva o enunciador a sorrir do que a rir. A ironia “fina”, construída por meio das relações intertextuais estabelecidas, aproxima enunciador e enunciatário, o que reforça o efeito de subjetividade, proporcionado pela debreagem enunciativa.

O modo de presença no mundo, que faz ver o *éthos* de cada veículo midiático, passou por uma desordenação por conta da ressemantização da página: o estilo sofreu alterações para que um novo corpo assumisse a enunciação: sai de cena o ator do enunciado sóbrio, comedido, inerente ao jornal *O Estado de S. Paulo*, para surgir um novo *éthos*, irônico, outra face do jornal. Como o *éthos* é um simulacro, já que é uma imagem discursiva criada, o enunciador do texto o constrói atendendo a uma dada orientação discursiva. Essa mudança de caráter é que serve de alerta, para o leitor do jornal, de que algo está fora da ordem. Trata-se de uma ocorrência pontual, construída com uma finalidade bem marcada: denunciar a censura sofrida, a opressão que caracteriza o regime militar e firmar a rebeldia.

Dessa maneira, o ator da enunciação se sensibiliza, torna-se um sujeito apaixonado, um “corpo que sente”. É apreendida no enunciado a tensão do enunciador, vista na insatisfação de *saber não ser livre e querer ser*. Esse estado de insatisfação, que revela a inquietude do sujeito, leva-o à reconquista da conjunção. Com a conjunção renovada, fica fortalecido o efeito de sentido de confiança e de continuidade. Fica restabelecida, portanto, a integridade do ser. Assim, curiosamente, com a ruptura do próprio estilo, com a criação de um novo *éthos*, é que o sujeito resgata a identidade perdida e reconquista a liberdade. O contínuo deriva do descontínuo. Esse *éthos* instituído opõe-se ao *éthos* construído na totalidade dos discursos, um *éthos* sério, que não brinca com o mundo. Esse *éthos* de contraste vincula-se ao caos.

### 2.1.2. As vozes de *Veja*

#### **O *éthos* constitutivo: a ordem**

A revista *Veja*, assim como o jornal *O Estado de S. Paulo*, pode ser classificada como imprensa séria. Observamos, na totalidade das reportagens da revista *Veja*, o mesmo ideal de “justa medida” observado no *OESP*. Assim como no jornal, na revista, predomina o emprego da norma culta e busca-se um efeito de sentido de objetividade proporcionado pela debreagem enunciativa. Os temas também são recorrentes e versam sobre a história, a sociedade, a política e a economia, do Brasil e do mundo. São estes os principais assuntos da revista, como vemos nas reportagens das páginas que compõem nosso *corpus*:

Edição de 20 de fevereiro de 1974 (ANEXOS 4A e 4B, p. 245 e 248):

“O ministro vai à escola” (p. 22)

“Inaugurações: 2000 km de asfalto” (p. 22)

“O Longo drama chileno” (p. 44)

Edição de 13 de março de 1974 (ANEXO 5A, p. 253):

“Cassados: Ordem do dia?” (p. 27)

“MDB: Comando moderado” (p. 27)

Edição de 13 de março de 1974 (ANEXO 5B, p. 255):

“Índios: Hábitos de branco” (p. 29)

“Justiça: 16 anos de prisão” (p. 29)

Edição de 12 de novembro de 1975 (ANEXO 7, p. 260):

“História: Trinta anos depois” (p. 24)

Por ser uma produção semanal, a revista faz uma seleção das informações mais importantes da semana. Em relação à composição, tanto o jornal *OESP* quanto a revista *Veja* trabalham o sincretismo na construção de suas páginas. Assim como no jornal, na revista *Veja*, os textos não-verbais, as fotos-reportagens, colaboram para a reafirmação dos conceitos já construídos pelos textos verbais. Além disso, as fotos funcionam como registro, para reafirmar o efeito de verdade, um “dizer verdadeiro”, construído por uma imprensa séria que opera com o sentido, em função de fatos que aconteceram, e não, com a ficção.

Enquanto o jornal *OESP*, no gênero “capa de jornal”, que inclui manchetes, fotos, lides, legendas, etc., simula desejar estar o mais isento possível, mostrando-se desapaixionado, em *Veja*, notamos um *éthos* que se assume mais crítico, ostensivo. Apesar de, obedecendo à coerção do gênero, simular um afastamento do enunciado, por meio da debreagem enunciativa, a ironia, marcada nas páginas da revista, aproxima o enunciatário em relação ao texto e, conseqüentemente, em relação ao próprio enunciatário. A voz do enunciatário de *Veja* não é tão distante como a do enunciatário do jornal *OESP* e até mesmo simula comprometer-se pessoalmente com aquilo que enuncia, tecendo comentários sobre os fatos que narra, como vemos no trecho extraído da matéria intitulada “O ministro vai à escola”, de 20/02/1974 (ANEXOS 4A, p. 245):



[...] Assim, teoricamente seria possível que no futuro o acadêmico Jarbas Passarinho comandasse uma campanha pela revogação do decreto 477, o mesmo que o ministro Jarbas Passarinho usou por vezes para manter a disciplina nas universidades.  
(*Veja*, 20 de fevereiro de 1974, p. 22)

O sujeito crítico, avaliador, emerge dos enunciados carregados de adjetivos subjetivantes, que marcam um *éthos* menos austero em *Veja* do que em *OESP*. Trata-se de um sujeito que simula ser mais participativo, uma vez que menos distante; um sujeito que se permite, ainda que sutilmente, “brincar” com as informações transmitidas nas matérias, questionando a veracidade da palavra do outro, citada nos depoimentos.

### **O *éthos* instituído: o caos**

Se já havia um tom irônico que percorria as páginas de *Veja*, em resposta à imposição do Regime, ele se exacerbou no momento em que a revista começou a ser censurada. O *caos* na revista *Veja* apresenta um “tom acima” daquele visto como ironia em *OESP*. As gravuras dos demônios, o auto-retrato de Da Vinci e as respectivas legendas fazem ver um *éthos* irônico, não com a sutileza do jornal; ao contrário, violento, um sujeito que assume seu descontentamento aos gritos (**ANEXOS 4A, 4B, 5A e 5B, p. 245, 248, 253 e 255**).

As gravuras transportam o leitor a um universo mítico, oposto àquele explorado nas reportagens de *Veja*. O leitor encontra-se diante do inesperado, que inaugura um “dizer falso”, contrário ao “dizer verdadeiro”, ao colocar lado a lado a realidade e a fantasia mítica, estabelecendo um sincretismo por contraste e desobedecendo à coerção do gênero. No discurso da imprensa que se diz séria, textos não-verbais reforçam os sentidos dos textos verbais. Em *Veja*, eles rompem as expectativas do leitor.

O enunciado visual expressa a paixão da cólera que abate a enunciação. Assim, na revista, o demônio, o censor, o Regime figurativizado, é o oponente que se desqualifica. O enunciadador o faz por meio de um discurso hostil, marcado por um sarcasmo que não se constrói com sutileza, mas por meio de um efeito de agressividade, que causa impacto. Temos o riso debochado, sugerido pelas gravuras dos demônios com a boca escancarada (**ANEXOS 4A, p. 245**) e com a língua de fora (**ANEXO 5B, p. 255**):



Na única vez em que simula algum refinamento, ao colocar o auto-retrato de Da Vinci (ANEXOS 4B, p. 248), a legenda irônica rompeu o sentido, ressemantizando a pintura: “Leonardo da Vinci, festejado compositor do fox Mona Lisa”:



Leonardo da Vinci, festejado compositor do fox Mona Lisa

O ator da enunciação de *Veja* apresenta-se como um sujeito de perfil tosco. O tom de voz atinge, nesse momento, uma “escala acima”: enquanto anteriormente a revista se expressava com uma ironia branda, que aproximava o leitor do discurso, com a inserção dos demônios, ela agora se expressa debochadamente. O efeito de sentido é de gargalhada, de grito.

O apagamento da enunciação comum à construção do discurso de *Veja*, que contribui para o efeito de objetividade, cede lugar a um discurso exacerbadamente opinativo, que marca o posicionamento do enunciador, como visto na legenda do demônio da edição de 13 de março de 1974: “Espera-se que este sr. desapareça.” (ANEXO 5A, p. 253). Aquele discurso que mais se aproximava ao do jornal *OESP*, em que se observava um *éthos* elegante, apresenta-se agora indiscreto. A paixão da cólera transborda do texto. O *eu* instalado no enunciado, na legenda de *Veja*, 20/02/1974, p. 22 (ANEXOS 4A, p. 245), aumenta o efeito de intimidade entre o enunciador e o enunciatário: “Captada pela nossa objetiva, uma das últimas aparições do demônio”. Dessa maneira, a cumplicidade, que já era proporcionada pelo tom irônico comum aos textos de *Veja*, atinge o seu mais alto grau. A debreagem enunciativa, representada pelo possessivo “nossa”, em “nossa objetiva”, uma variante do pronome pessoal “nós”, nesse caso um “nós exclusivo” (Fiorin, 2002, p. 60), formado por um “eu” e um “não tu”, injeta o enunciador no discurso com violência. Os textos não-verbais, os desenhos dos demônios, unidos à legenda, delineiam o corpo do enunciador, um sujeito insatisfeito, em busca da liberdade perdida. Como resultado desse modo de dizer que leva à construção do modo próprio de ser, apresenta-se um *éthos* que simula o desequilíbrio, um sujeito dado a excessos, agressivo em sua oposição frontal à censura imposta pelo regime militar. O *éthos* faz com que “tome corpo” uma enunciação que, por meio de implícitos e ambigüidades, ironiza o “outro”, a partir da própria condição de submissão, para dela se libertar.

### **A ordem simulada: as árvores**

Depois de ter os demônios censurados, a *Veja* passou a substituir as matérias retiradas da edição pelos anúncios institucionais. Com esse novo recurso para protestar, a estratégia discursiva é projetar a enunciação no enunciado, assumir-se para o mundo, em vez de chamar

a atenção para os fatos externos à enunciação, como as informações sobre a política e o próprio mundo. A árvore-símbolo da Abril e o texto que a acompanha têm proporções avantajadas, a ponto de ocupar duas das três colunas da página da revista. Chama a atenção do leitor, que estranha o exagero da proporção do anúncio (ANEXO 7, p. 260).

Essa auto-referencialização leva a atenção do leitor para o produtor do discurso. Explícito no enunciado, o enunciador projeta seu corpo: o de um sujeito competente, capaz de operar transformações no mundo, levando outros sujeitos a adquirir conhecimentos:

### **Nada como aprender à sombra de uma árvore.**

Hoje alguns milhões a mais de pessoas podem ler esta revista. E nós nos orgulhamos disso.

A Abril tem uma Divisão inteira que só cuida de Educação. Ela edita livros e manuais de alfabetização e educação continuada, livros didáticos, fascículos para acompanhamento de cursos através de televisão e rádio.

Nesta Divisão são feitas cartilhas especiais para educar o agricultor ou para ensinar a muita gente como prevenir-se de doenças. A Abril está trabalhando para transformar aquelas cansativas lições do passado em material de ensino atualizado, atraente, bonito e interessante. E, além disso, a um preço acessível para todos.

Plantamos nossa árvorezinha com muito entusiasmo e confiança. Ela cresceu e floresceu. O campo da Educação não era tão árido como muitos pensavam. Mas, ainda não é tempo de descansar. Muitos milhões de pessoas ainda não podem ler esta mensagem.

Por isso, estamos plantando mais e mais árvores, para que - à sombra delas - todos possam aprender.

Não é, entretanto, aquilo que diz sobre si que importa, mas a maneira de se exprimir. De acordo com Maingueneau:

A eficácia desses *éthé* está, precisamente, vinculada ao fato de que de certo modo eles envolvem a enunciação sem serem explicitados no enunciado. O que o orador pretende ser, dá a entender e mostra: não *diz* que é simples e honesto, *mostra-o* através de sua maneira de exprimir. O etos está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo “real”, apreendido independentemente de seu

desempenho oratório: é, portanto, o sujeito de enunciação enquanto está enunciando que está em jogo aqui. (MAINGUENEAU, 2001, p. 137-138).

O que está dito no anúncio reforça o simulacro de sujeito participativo: a editora “Abril tem uma divisão inteira que só cuida da educação”; um sujeito confiante (que *quer ser* e *crê ser*) e competente (que *sabe* e *pode fazer*): “Plantamos nossa arvorezinha com muito entusiasmo e confiança”, “A Abril está trabalhando para transformar aquelas cansativas lições do passado em material de ensino atualizado, atraente, bonito e interessante.”; ocupado em transmitir *saberes* a todos: “[...] a um preço acessível para todos.”, “[...] estamos plantando mais e mais árvores para que [...] todos possam aprender.”

O que vale, no entanto, é o ato de colocar um anúncio institucional no lugar de matérias interditas, em vez de selecionar matérias frias, ou matérias de gaveta, para ocupar o espaço na página. Esse fato nos faz depreender o caráter do ator da enunciação de *Veja*.

A escolha de *Veja* de colocar os “demônios” nas páginas da revista leva à construção de um *éthos* altamente irônico, que mostra seu desagrado aos gritos. Os anúncios são sutis, demonstram a discordância com um tom de voz polido. Assim, a *Veja* restitui para si o tom de voz equilibrado, o que simulou ser a conjunção da revista com o valor da subserviência. Não é à toa que os anúncios ocuparam o lugar das matérias interditas até o fim da censura à imprensa.

## **2.2. Imagem do enunciador e do enunciatário de *Veja* e *OESP***

Ao analisar a totalidade midiática, o jornal e a revista da época considerada, verificando as matérias censuradas e publicadas, constatamos que, com a criação do Ato Institucional nº 5, o veto à liberdade de expressão tornou-se inevitável, mas que essa mídia concentrou esforços em denunciar ao leitor, de maneira camuflada, a opressão sofrida.

O discurso ditatorial, que simula ser monológico, construído por meio do efeito de neutralização das vozes discordantes e que rejeita a avaliação do outro, foi destituído pela mídia em pauta. Isso foi feito, no *modo do segredo*, por meio da viabilização de uma multiplicidade de vozes que surgem das ironias, das alusões intertextuais polêmicas que marcam as páginas da revista *Veja* e do jornal *O Estado de S. Paulo*. Nessa polêmica, os

textos escolhidos para compor as páginas do jornal e da revista assumem a função de discursivizar o protesto do enunciador para o leitor assíduo, a quem imaginava dever fidelidade no partilhamento de informações.

Orientado por um *dever fazer*, um dever denunciar a censura sofrida, o enunciador dessa totalidade deveria fazê-lo de maneira camuflada, para que o sujeito não sofresse sanção negativa de um destinador que lhe destinou valores ligados aos ideais da ditadura militar: obediência, subserviência, interdição. De acordo com nossa análise, no *modo do parecer*, o sujeito alinhou-se a esses valores, entregando-se ao sistema imposto. Em contrapartida, no *modo do ser*, o sujeito rebelou-se contra o Regime, alvejando de maneira irônica os mandantes e os ideais dos militares. Estes são o alvo da derrisão do ator da enunciação da mídia impressa da época da ditadura militar brasileira, mas os leitores são os destinatários e co-enunciadores da denúncia. Emparelham-se ao enunciador porque são cúmplices dele.

Por serem *OESP* e *Veja* manifestações congêneres, pertencentes à imprensa dita séria, delineia-se o perfil do leitor como um sujeito crítico o bastante para ler o enunciado para além das aparências e depreender as denúncias feitas pelo enunciador, que é seu espelho. Para que o segredo do enunciador seja revelado, é esperada a interpretação do leitor a respeito das pistas deixadas pela enunciação. A expectativa é a de que o leitor decifre o enigma. Isso é possível para o leitor familiarizado com a organização do jornal e da revista, eleitos por ele como fonte de informação. Quando, então, a recorrência de procedimentos, verificável pelos leitores assíduos da revista ou do jornal, é rompida, o leitor é tomado pelo efeito de surpresa, emparelhado ao efeito de sentido de estranhamento, construído no texto.

Esse estranhamento, que, como vimos, é causado pela quebra da isotopia e pelo rompimento da coerção do gênero, é que serve de alerta para o leitor do jornal de que o texto original sofrera algum tipo de censura e de que algo fora do padrão, no mínimo incomum, havia sido colocado em seu lugar. Essa foi a maneira que o jornal e a revista encontraram para “dizer” o que não poderia ser dito, para denunciar a censura, num momento em que a liberdade vetada não poderia ser denunciada.

A enunciação escolheu uma maneira de dizer metafórica, em que se fazem associações entre as figuras demoníacas e o regime ditatorial, entre as varas de marmelo e as sanções negativas dos representantes da ditadura, entre as flores e a liberdade e o amor; e

uma maneira de dizer antitética, já que combina temas e figuras contrários, como o peso do Regime e a leveza da rosa.

Essa forma utilizada pelo discurso midiático não é nada eufemística, pois se caracteriza, principalmente, por um modo de ser transgressor, que ridiculariza a eficiência e a competência do Regime. O censor fracassa no papel de mantenedor da ordem. Não consegue sucesso no estabelecimento de obstáculos para a *performance* subversora da mídia impressa, uma vez que, mesmo tendo sofrido interdição, o enunciador midiático coloca uma matéria no lugar da outra, em tom jocoso, ainda mais passível de interdição. Nos novos enunciados, construídos por meio de ironias, em que há conflito entre enunciação e enunciado, já que o enunciador diz algo que deve ser entendido como seu contrário, ocorre uma aproximação ainda maior entre enunciador e enunciatário, que se tornam cúmplices. A ironia e o sarcasmo denunciam um ponto de vista, um conjunto de valores do enunciador, mas, para concretizar-se como significação, contam com a perspicácia do leitor.

Há convergência ética entre enunciador e enunciatário de ambos os veículos da mídia impressa em questão. O enunciador e o enunciatário, portanto, simulam convergência ética, o que permite àquele ter segurança a respeito do fazer interpretativo adequado deste, que, por meio do enunciado, compreenderá a denúncia feita pela enunciação. Cumpre-se, assim, o pacto fiduciário entre os sujeitos midiáticos.

O jogo de imagens em que se apóia a enunciação midiática pode ser assim esboçado:

a) **A imagem que o enunciador faz do enunciatário-leitor** — em princípio, um sujeito crítico, inteligente, perspicaz, bem informado, competente leitor, capacitado em seu *fazer interpretativo* para compreender as estratégias discursivas utilizadas, bem como os pressupostos, os subentendidos do texto, as ironias, como os efeitos de sentido produzidos, por exemplo, pelas escolhas lexicais, pela criação de metáforas e antíteses. Esse leitor fiel do jornal e da revista em questão seria capaz, portanto, de compreender o caráter polissêmico do anúncio da rádio Eldorado, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 10 de maio de 1973 (ANEXOS 1B, p. 231).

## agora é samba

O leitor, segundo a imagem criada pelo enunciador do enunciatário-leitor fiel da revista, seria capaz de notar o deboche na legenda que acompanha o auto-retrato de Da Vinci, publicado na edição de *Veja* de 20 de fevereiro de 1974, na página 46 (ANEXOS 4B, p. 248).

### Leonardo da Vinci, festejado compositor do fox Mona Lisa

Imagina-se um sujeito competente para ler nas entrelinhas e reconstruir mecanismos de construção do sentido que resultem numa polêmica velada, na resistência ao Regime. Nos termos de Discini (2003, p. 140) “um sujeito fortemente modalizado para querer sempre, e sempre mais, *aquela* e tão-somente aquele discurso, o que se desdobra num *dever* e num *poder* para o jornal e para o leitor”.

b) **A imagem que o enunciador pensa que o enunciatário-leitor tem dele** — em princípio, um sujeito sério, crítico, inteligente, perspicaz, bem informado, capacitado em seu fazer persuasivo, mas também capacitado a fazer oposição ao mal-estar provocado pela censura aos meios de expressão. Assim, o enunciatário-leitor verificaria que as cartas de leitores publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo* (ANEXOS 1B, p. 231 e ANEXOS 3B, p. 242), apesar de aparentemente tratarem da temática das flores, traziam um tema político, subjacente à figurativização. Nos textos publicados, o jornal louva a liberdade que se opõe à opressão do regime militar, denunciando, dessa maneira, a censura à liberdade de expressão jornalística:

[...] “Senhor Redator, desde Salomão, no Cantico dos Canticos (a Rosa de Sharon), essa flor se associa aos mais belos sentimentos e ideais humanos, à ternura, ao amor, à liberdade, à fraternidade, à poesia, à delicadeza, à humanização da vida.[...]”

(*O Estado de S. Paulo*, 10 de maio de 1973.)



A denúncia à opressão também seria reconhecida pelo enunciário-leitor nas recorrentes aparições do demônio da revista *Veja* (ANEXOS 4A, 5A E 5B, p. 245, 253 e 255), agora reunidos:

Revista *Veja* 20/02/1974, p. 20



Revista *Veja* 13/03/1974, p. 27



Revista *Veja* 13/03/1974, p. 29



c) **A imagem que o enunciador deseja transmitir ao enunciatário-leitor** — sério, competente, inteligente, verdadeiro, que não é submisso às coerções do Regime. O enunciador quer parecer “responsável, englobante, portador do mundo enquanto se firma na isotopia política, tudo por meio do emprego predominante da norma culta” (Discini, 2003, p. 141); um enunciador dado segundo a certeza e o tom contundente da voz. O *fazer* do ator da enunciação, a resistência do jornal ao Regime, pode ser visto nos trechos da carta de Jonas Lupércio, o ator do enunciado, publicada em 11 de maio de 1973 (**ANEXOS 3B, p. 242**):

[...] “Vamos cultivar rosas e florir este País, para que ele seja mais amado do que nunca”.

[...] “Senhor redator [...] não posso esconder o júbilo, a alegria e [...] o orgulho de ver o Estado batalhando por uma causa tão justa como esta, que em boa hora resolveu encetar em defesa das flores e, especialmente, das rosas.[...]”

[...] É a razão porque [sic] invoco nesta carta a memória de Virgílio, que nos ensinou a incorruptibilidade da rosa, símbolo de tudo aquilo que é exatamente o oposto de todos os tipos de poluição. É por essa razão, repito, que invoco a memória de Virgílio que, de certa maneira, nos ensinou que a rosa não deixa de ser bela nem de exalar o seu perfume, embora a esmague a insolência dos ventos.

Se o que pretendia o discurso revolucionário era estabelecer a ordem, o discurso de resistência, nos textos analisados, estabeleceu o caos. As páginas do jornal *OESP* e da *Veja* se constroem por meio do caos discursivo, que só é possível reordenar com a interpretação dos pressupostos e do reconhecimento das ironias presentes nos enunciados.

Podemos considerar que, em resposta às imposições dos ideais da ditadura, apresenta-se, tanto na revista *Veja* quanto no jornal *OESP*, um *éthos* peculiar e contrastante com o *éthos* da cotidianidade de ambos os veículos da mídia impressa. Trata-se de um fenômeno aspectualizado como pontual. O estilo, os *éthé* do jornal *OESP* e da *Veja* nascem da construção de uma nova norma pelo próprio veículo de comunicação. Portanto, não é possível depreender o modo de dizer, o modo de ser constitutivo do jornal e da revista por meio dessas ocorrências pontuais.

Para chegar a essa noção, consideramos a aspectualização da pessoa do sujeito enunciator pressuposto nos exemplares consultados da mídia impressa. Por meio da tradição dos estudos lingüísticos e semióticos, sabemos que apenas as três categorias do discurso

podem ser aspectualizadas: pessoa, tempo e espaço<sup>79</sup>. O aspecto pontual, ou seja, da ordem da descontinuidade com que fica investido o *éthos* midiático que responde à censura do período ditatorial, remete a um contraste modalizado deonticamente. As inserções pontuais operam a passagem da interdição (*dever não fazer*) imposta pela ditadura, para um *dever fazer* (prescrição) imposto pelo próprio jornal, segundo o pacto firmado entre o enunciador-jornal/revista e o enunciatário-leitor.

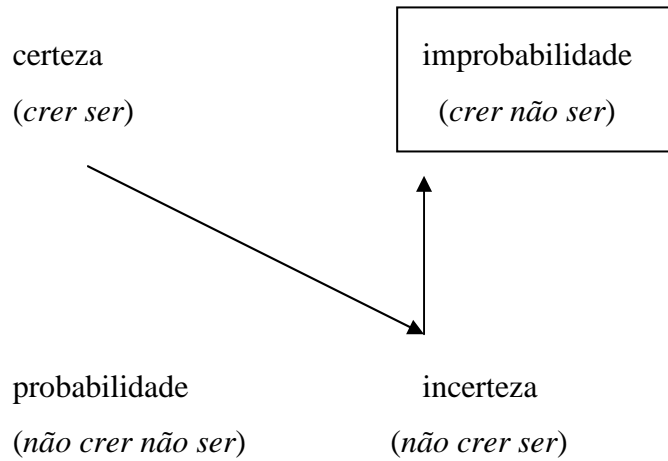
Para que se cumpra o pacto, o leitor normatizado do jornal passa por uma desestabilização. O enunciatário, que fica narrativizado pelo veículo, já constitui um feixe de expectativas para o jornal e para a revista eleita. O leitor do jornal *OESP* espera encontrar, na continuidade dos dias meses e anos, o mesmo tom de voz severo, a mesma seriedade, o mesmo efeito de objetividade; o leitor de *Veja*, o tom sereno, a ironia sutil. Enfim, busca-se o mesmo estilo, o mesmo *éthos*.

Essa desestabilização do leitor normatizado do jornal *O Estado de S. Paulo* e da revista *Veja* leva a uma crise epistêmica. Essa crise fundamenta uma variação fiduciária, variação de confiança advinda do enunciatário/leitor em relação ao simulacro e ao modo de dizer dado na ordem da continuidade ao longo dos dias, semanas, meses e anos em que o jornal e a revista circularam.

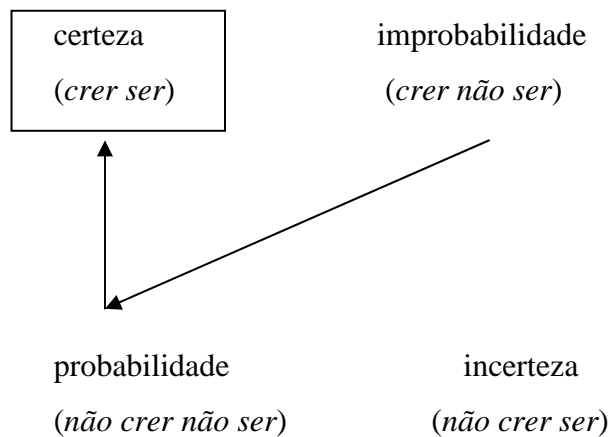
As inserções pontuais causam estranhamento, o que significa que o leitor, no primeiro contato, não reconhece o modo de dizer e o modo de ser próprios do jornal e da revista. O leitor passa, então, da certeza (*crer ser*), do reconhecimento de seu jornal eleito, de sua revista eleita, da validade das informações, pela incerteza (*não crer ser*), chegando à improbabilidade (*crer não ser*). Rejeita a verdade do discurso. Projetando as modalidades epistêmicas no quadrado semiótico, temos:

---

<sup>79</sup> Cf. Fiorin, 1989a.



No entanto, uma nova fé é fundada pelo leitor dado como co-enunciador e como aquele co-participante no processo de construção do sentido. Esse leitor instituído nos enunciados midiáticos da época da ditadura está pressuposto como aquele que *pode* e *sabe* inaugurar uma nova confiança em relação ao que é dito e ao modo de dizer. Para reconhecer a nova verdade do discurso, é preciso que o leitor/enunciatário compare o que lhe foi apresentado ao que ele já conhecia, que faça uma adaptação do novo, do desconhecido, ao conhecido, ao já sabido do modo de dizer e de ser do jornal e da revista. Aceita essa nova “verdade”, partilham, enunciador e enunciatário, a confiança silenciosa que respalda o reconhecimento da própria ironia:



Por conseguinte, depreende-se a imagem que o enunciador tem do leitor fiel. Essa imagem orienta o novo *éthos* discursivo construído. Assim, o enunciatário tem um papel fundamental na construção do *éthos* do enunciador. Ao projetar o *éthos* de contraste, o enunciador o faz ciente de que seu enunciatário, o alvo do *fazer crer*, será capaz de entender as estratégias da enunciação para denunciar a censura pela qual a revista e o jornal passam. Se a interpretação do leitor não for adequada, isso será um indício de que a construção do enunciado e da imagem que o enunciador faz do enunciatário também não estão adequadas à situação de comunicação.

## **CONCLUSÃO**

## *À guisa de conclusão*

### **1. “Anos de chumbo”**

*Um enunciado “livre” de qualquer coerção é utópico.*

Maingueneau

Aristóteles afirma que é considerado livre todo aquele que tem em si mesmo o princípio para agir ou não agir. Sob essa perspectiva, a liberdade é vista como um poder pleno e incondicional da vontade do sujeito para autodeterminar-se; não há obstáculos que impeçam sua realização, nem força que o obrigue a agir.

A análise dos textos revela, entretanto, a existência de obstáculos e forças que impedem ou impelem a *performance* dos sujeitos. Não há, então, sujeito totalmente livre, assim como não há liberdade discursiva absoluta. Todo discurso é regulado por normas sociais que regem comportamentos, considerados nocivos ou proveitosos, interditos ou prescritos<sup>80</sup>. Num âmbito mais restrito ao texto, os gêneros discursivos, ainda que de modo instável, determinam regras às quais se subordina o discurso. Mesmo numa conversa informal, o *modo de dizer* e aquilo que se diz não são livres escolhas do enunciador, mas derivam de tais coerções.

Calar o direito de o ser humano se expressar, no entanto, é levar a ausência de liberdade discursiva às últimas conseqüências. Depois do golpe de 1964, os militares tentaram abortar toda e qualquer tentativa de desqualificar o governo, a fim de garantir a manutenção do poder. Para isso, o Ato Institucional nº 5 foi criado. O AI-5 intentava silenciar as vozes de oposição, criando um efeito de sentido de monofonia, e fechar os olhos da sociedade para as intempestividades de um governo que abusava do poder sem ter quem o julgasse. Construindo para si o simulacro de sancionador, mas nunca de sancionado, o governo militar usou do poder outorgado, por ele e para ele, pelos Atos Institucionais, em nome da preservação de uma “autêntica ordem democrática”. O discurso que se dizia “revolucionário”, apoiado na construção do *éthos* do salvador da pátria, em nome de uma pretensa preservação da “ordem democrática” e no combate à subversão, cassava direitos

---

<sup>80</sup> Cf. Greimas e Rastier. “O jogo das restrições semióticas” *apud* GREIMAS, 1975, p. 131-139.

políticos dos cidadãos, vigiava a liberdade, suspendia o direito de ir e vir do indivíduo, cuja garantia lhe fora assegurada pela Constituição, que se encontrava, naquele momento, suspensa. Examinamos, neste trabalho, tais movimentos refletidos e refratados no texto: no Ato Institucional nº 5 e no texto midiático.

Pressupõe-se, nas mídias analisadas, bem como na análise do AI-5, que os militares, baseando suas ações no “temor que tinham da instauração do caos social”, ampliaram o poder de ação do presidente (*poder fazer*), limitando cada vez mais os direitos do povo, que estava impotente (*não poder fazer*). A desordem, o caos e o comunismo, considerados, pelos militares, como vícios, associavam-se diretamente aos grupos que o governo chamava de “subversivos”, de “anti-revolucionários”. Assim, a ordem, a estabilidade e a tranqüilidade eram as virtudes que apenas o regime militar possuía e, por isso, esse governo competente seria o único capaz de restabelecer a “ordem interna” e o “prestígio internacional da pátria”, conforme afirmado no preâmbulo do AI-1, reproduzido no primeiro parágrafo do AI-5.

## **2. Oesp e Veja – fidúcia**

Voltemos à liberdade. Numa perspectiva um pouco diferente daquela adotada por Aristóteles, Sartre afirma que estamos condenados à liberdade. Para o filósofo francês, a liberdade é uma escolha que o próprio homem faz de acordo com seu ser e seu mundo. Ainda que existam coerções que limitem as ações do indivíduo, cabe a ele determinar como se comportar diante das interdições. Ao se encontrar diante forças externas que visam a impedir sua ação, o homem pode resignar-se ou agir contra elas. É nisso que reside o exercício da liberdade, para Sartre. Diante das mesmas situações, os homens agem de maneiras diferentes. Como a liberdade é uma necessidade e dela não se pode escapar, estar condenado à liberdade é ter sempre de fazer escolhas.

*Veja* e *OESP* fizeram sua escolha. Nos dois primeiros capítulos desta dissertação, examinamos as primeiras páginas do jornal *OESP* e algumas páginas de três edições da revista *Veja* (*e Leia*).

No Capítulo 1, analisamos as primeiras páginas editadas, mas censuradas, do jornal *O Estado de S. Paulo*, observando as recorrências no modo de dizer do jornal. Vimos que, n’*OESP*, em obediência à coerção do gênero “capa de jornal”, os enunciados são construídos



em debreagem enuncia de pessoa, o que confere ao texto um efeito de imparcialidade, de objetividade. Os fatos narrados remetem a um tempo do “então” anterior ao “agora”, momento da enunciação. O momento de referência, impresso nas capas das edições selecionadas para esta análise, respectivamente 10 e 11 de maio de 1973, ancoram o tempo crônico. Busca-se, no jornal, com as relações espaciotemporais, a criação do efeito de sentido de verdade. O sincretismo da página aponta para a convergência de vozes: fotos, legendas, títulos e matérias são redundantes, o conjunto é harmônico. Os temas da política e da economia nacional e internacional têm lugar cativo nessas primeiras páginas.

A análise das páginas publicadas, no entanto, revela uma desarmonia. Os textos verbais e não-verbais que ocuparam o lugar do material vetado mostram rupturas naquele modo de dizer que apontava para construção do estilo, de uma maneira de dizer própria de *OESP*. Desrespeitando a coerção do gênero, na primeira página do jornal foram publicadas cartas de leitores, que, seguindo a orientação do próprio gênero a que pertencem, são escritas em 1ª pessoa. O efeito de sentido de objetividade cede lugar à subjetividade, proporcionada pela debreagem enunciativa, pelos textos de caráter polissêmico e pela ironia — heterogeneidade mostrada e não marcada — que promove a aproximação entre interlocutor e interlocutário, que se tornam cúmplices. Ao contrário do que ocorreu na página censurada, o sincretismo não estabelece uma relação contratual entre as partes que compõem a página principal do jornal. As matérias sobre os temas políticos e econômicos dividem espaço com fotos de flores e temas sobre cultivo de rosas e amor.

O leitor assíduo de *OESP*, conhecedor do estilo do jornal, é levado, pelo efeito de estranhamento que a primeira página provoca, a ler as entrelinhas, a reconhecer novos e inesperados sentidos, a interpretar os simulacros criados e a reorganizar a leitura a partir das pistas fornecidas pela nova configuração das capas, pelas alusões intertextuais apresentadas.

Dessa maneira, a enunciação do jornal *O Estado de S. Paulo*, materializado por meio do gênero “reportagem”, rompeu, *no modo do segredo*, a interdição discursiva imposta pelo regime militar, no que diz respeito à ação da censura à liberdade de expressão. Movido pela obrigação auto-imputada de transmitir *saberes* e *credes*, mesmo estando sob os olhos do censor, o jornal conseguiu cumprir o pacto que fizera com o leitor e não calou a sua voz, denunciando a opressão do Regime. A enunciação da mídia analisada e descrita constitui-se como sujeito realizado, em conjunção com o *dever informar*, embora subjugada pela

interdição e disjunta do direito de se expressar livremente: *dever não informar*, tal como propugnava o regime militar.

No Capítulo 2, o exame de *Veja* revela que, assim como o jornal *O Estado de S. Paulo*, a revista marcou, em suas páginas, uma oposição ao Regime e denunciou a opressão sofrida. Já no tempo em que ainda se chamava *Veja e Leia*, provocou o efeito de estranhamento, assim como vimos em *OESP*, o que tornou possível considerar o jornal e a revista uma mesma enunciação. A análise do sincretismo das páginas do jornal e da revista revela que o procedimento recorrente desses veículos de comunicação é, como observamos no exame das páginas de *OESP*, trabalhar o sincretismo “por redundância”<sup>81</sup>, em que textos verbais e não-verbais possuem a mesma orientação de sentido, em que os mesmos temas e figuras são trabalhados, contribuindo para a construção da homogeneidade de leitura da página, sustentada pela isotopia figurativo-temática. No entanto, após estabelecer-se a censura aos meios de comunicação, o sincretismo se dá pelo “contraste”<sup>82</sup>. A técnica utilizada para denunciar a censura sofrida foi uma técnica de estranhamento, que consistia em sincretizar nos textos da reportagem a linguagem visual com a verbal, formando um conjunto de contrastes, um suposto caos nos enunciados, que chamasse a atenção do leitor para a enunciação.

Vimos, em *Veja (e Leia)*, que o leitor, ao iniciar a leitura do periódico, logo que entra em contato com a capa da revista, atualiza o momento de enunciação. No entanto, esse efeito é rompido pela inserção dos desenhos dos demônios, e pelas legendas. Esses textos não-verbais e os verbais que os acompanham fazem referência a um tempo do “então”, um passado muito anterior ao marco de referência pretérito que foi estabelecido, considerando-se o período que compreende a produção de uma revista semanal.

No mesmo capítulo, vimos, ainda, que – após ser proibida a publicação dos desenhos dos demônios – a logomarca da Abril e o anúncio institucional que a acompanhava também marcam o protesto do enunciador midiático, ainda que de maneira mais velada, apresentando um tom de voz mais baixo do que aquele visto no exame das entidades do mal.

A análise desses dois primeiros capítulos levou-nos também à conclusão de que a enunciação de outros jornais contemporâneos a *OESP* e à revista *Veja* assinalam a presença no contexto da interdição por meio da própria ausência: enquanto a mídia aqui recortada

---

<sup>81</sup> Cf. Teixeira, 2004.

<sup>82</sup> Idem.

tomou para si a liberdade do confronto, a outra mídia tomou para si a liberdade de calar-se. Se o sentido se dá pela relação, conclui-se um *éthos* de enfrentamento, de resistência, depreensível da totalidade *OESP/Veja*, vista sob a perspectiva de comparação com outros periódicos da época, como, por exemplo, a *Folha de S. Paulo*. Este jornal, por sua vez, oferece à análise o *éthos* do não-enfrentamento, ao conjugar-se com o valor da subserviência imposto pelo regime militar.

### **3. Uma arena de conflitos: *éthos* e anti-*éthos***

No terceiro capítulo deste trabalho, consideramos que o contexto e a enunciação se homologam. De um discurso englobante — o discurso militar construído a partir do golpe de 1964 —, emergem os discursos dos diferentes Atos Institucionais. Assim, ao analisar o Ato Institucional nº 5, mantemos como suposição uma totalidade discursiva subjacente ao próprio decreto. Depreendemos dessa totalidade o estilo do discurso ditatorial. Esse estilo, considerado como “o modo próprio de dizer de uma enunciação única, depreensível de uma totalidade enunciada” (Discini, 2003, p. 19), aponta para a construção do *éthos* do “salvador da pátria”, da *eúnoia* aristotélica. No entanto, desveladas as aparências, emerge do discurso o *éthos* ditatorial, punitivo.

A observação dos percursos temáticos e figurativos do discurso do AI-5 permitiu que determinássemos a que formação discursiva ele pertencia. Vimos que esse discurso colocava-se como “revolucionário”; enquanto aqueles de formação discursiva oposta, por meio de metáforas, de ironias, entre rosas e demônios, classificavam-no como “ditatorial”. A restauração da ordem e do prestígio social, a reconstrução econômica e a moralização da pátria são os percursos temáticos que regem o discurso do Ato Institucional nº 5. A ele se opõem a corrupção, a subversão e o caos, percursos temáticos dos grupos de oposição aos “revolucionários”.

Ao confrontar as duas formações discursivas — mídia impressa e discurso militar —, concluímos que o discurso de resistência se constrói em oposição ao discurso assumidamente ostensivo em relação à valorização da ordem e da disciplina do discurso militar; caminha, portanto, em direção contrária ao movimento de repressão proposto pelo AI-5.

O discurso de resistência é uma consequência direta do discurso militar, uma vez que é uma resposta contra a censura à liberdade de imprensa e se caracteriza pela negação dos valores defendidos pelo Regime. Temos, aqui, uma relação polêmica, em que duas identidades discursivas se confrontam: o discurso da liberdade digladiava-se contra o da opressão. Nos termos de Maingueneau, a polêmica,

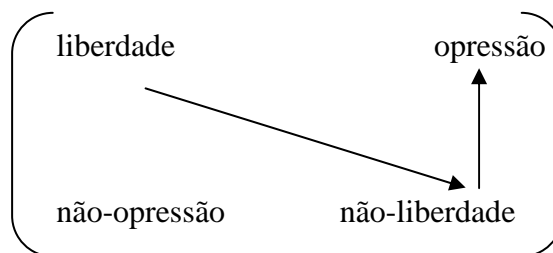
no sentido mais amplo, longe de ser o reencontro acidental de dois discursos que se teriam instituído independentemente um do outro, é de fato a manifestação de uma incompatibilidade radical, a mesma que permitiu a constituição do discurso. O conflito não vem acrescentar-se, do exterior, a um discurso por direito auto-suficiente; ele está inscrito em suas próprias condições de possibilidade. (MAINGUENEAU, 2005, p. 22).

Assim, o discurso militar tem como contrário o discurso de resistência ao Regime, de “pessoas ou grupos anti-revolucionários”, o grupo dos “subversivos” ou os “antipátria”, como os militares chamavam aqueles que se opunham aos desígnios do Regime.

Para os grupos de oposição ao governo, os representantes do Regime é que são os verdadeiros antipátria, portanto, são eles os inimigos da nação. É dessa maneira que o discurso do jornalismo de resistência vê o discurso do regime militar. Como afirma Maingueneau: “Cada formação discursiva tem uma maneira própria de interpretar o seu Outro” (2005, p. 108). Para os opositores do Regime, a democracia e a liberdade são bens que devem ser preservados a todo custo; a ditadura e a opressão, males que precisam ser erradicados, e o governo, vencido.

Sob esse ponto de vista, o discurso do regime militar, que afirmava, no AI-5, buscar a “autêntica” ordem democrática (e não outra), baseada na liberdade, ao submeter o cidadão aos decretos que cerceavam as liberdades individuais, nada mais fez do que aproximá-los da não-liberdade, levando-os a um caminho de opressão. No *modo do ser e, não do parecer*, assim se delineia a trajetória do discurso do enunciador do AI-5, do representante do discurso militar:

PAIXÕES DE  
DISFORIA DO  
ENUNCIADOR  
DO AI-5

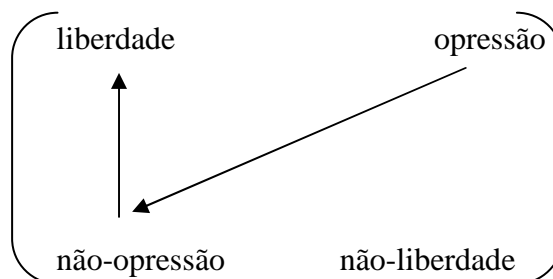


PAIXÕES DE  
EUFORIA DO  
ENUNCIADOR  
DO AI-5

Alguns veículos da mídia impressa, mesmo sujeitos ao controle de informações feito pelo governo por meio da censura, acharam uma maneira de resistir e de denunciar o veto à liberdade de expressão. O jornal *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja* pertenciam a esse grupo. Os jornalistas que faziam o discurso de resistência à ditadura eram considerados pelo governo parte integrante do grupo dos anti-revolucionários. Na visão dos jornalistas, eles próprios é que se colocavam no papel de defensores da democracia, contra as opressões do Regime. Buscavam, assim, restabelecer a liberdade.

Esquematzamos, no *modo do ser*, os valores do discurso midiático, em confronto com os enunciadores ditatoriais:

PAIXÕES DE  
EUFORIA DOS  
ENUNCIADORES  
MIDIÁTICOS



PAIXÕES DE  
DISFORIA DOS  
ENUNCIADORES  
MIDIÁTICOS

O discurso midiático, no *modo do segredo*, polemiza com o discurso militar, desestabilizando a imagem do discurso “salvador”, ao qual nenhum cidadão poderia nem deveria se opor. O jornal *OESP* e a revista *Veja* respondiam à censura feita às matérias jornalísticas que mostravam divergências dentro do governo com cartas de leitores, enunciados aparentemente caóticos que, reconstruídos pelos leitores desses veículos, mostravam um discurso em oposição frontal ao governo. Com isso, buscavam denunciar a

censura à liberdade de expressão, objeto de valor de que foram espoliados, de acordo com a determinação do Artigo 5º do Ato Institucional nº5.

Esses discursos não-convergentes revelam formações discursivas contraditórias que se negam mutuamente e constituem *éthos* e anti-*éthos*. *Éthos* e anti-*éthos* são construções do próprio discurso. O discurso jornalístico despia o discurso militar de sua capa de discurso da salvação para mostrar a face de um discurso autoritário que desejava apenas uma nação cordata. Assim, temendo as punições de um governo severo, o povo não tinha outra escolha que não fosse aceitar as condições impostas pelo Regime, agindo em concordância com ele, sem que houvesse ameaça ao poder.

Entendemos por “resistência” a negação de todo um universo discursivo cultivado pelo regime militar e a construção de um novo universo discursivo. Sob esse ponto de vista, o discurso da resistência é o anti-*éthos* do Regime. Se considerarmos, todavia, que o discurso jornalístico exercitava o seu *poder fazer*, fazendo valer o direito à liberdade de expressão e o discurso militar, por intermédio do AI-5, estabeleceu a censura, privando a mídia de transmitir informações com liberdade, então o discurso militar é o anti-*éthos* da mídia.

Para o discurso de resistência, era de fundamental importância desestabilizar o simulacro de governo forte, coeso e bem-feitor, denunciar que, no próprio governo, havia forças que se chocavam, como as discordâncias entre o presidente Médici e o ministro da Agricultura Cirne Lima, e discursivizar a oposição do regime militar à liberdade de expressão. O discurso midiático desconstrói, portanto, o simulacro mentiroso (*parecer e não ser*) de defensor da “verdadeira ordem democrática”, empregado pelo golpe de 1964.

O mais intrigante de tudo isso é que, discursivamente e no *modo da aparência*, tanto o discurso da resistência quanto o discurso militar tinham os mesmos objetivos: a manutenção da democracia, da liberdade, o respeito à dignidade da pessoa humana e a luta contra a corrupção. Isso faria com que os dois discursos fossem convergentes. No entanto, ao desvelar as aparências do discurso militar, vemos que os discursos são diametralmente opostos. A respeito dessa polêmica Barros (1994) afirma:

O discurso do movimento militar de 1964 está em relação polêmica com o discurso de seus oponentes. Na medida em que o sistema semântico sobre o qual repousa o discurso do movimento militar está fundado, como aliás em qualquer outro discurso, numa oposição generalizada a outro, nenhum

elemento do conteúdo escapa à relação polêmica. Cada tema e/ou figura de um discurso nega tema e/ou figura correspondente de outro discurso. O discurso constrói-se sobre o princípio da antítese e é, portanto, atravessado pela exclusão de seu outro. As mesmas palavras podem estar presentes nos dois, mas, com as mesmas palavras, eles não falam das mesmas coisas. (BARROS, 1994, p. 33).

Na visão dos representantes do discurso militar “opor-se aos desígnios do governo é estar contra a nação, a serviço dos inimigos” (Fiorin, 1988, p. 43); na visão do discurso jornalístico de resistência, o governo era ditatorial e opressor, o verdadeiro inimigo da nação; “opor-se aos desígnios do governo” era, então, restabelecer a democracia e exercitar a liberdade. E foi em nome dessa democracia que o discurso jornalístico se manifestou.

#### **4. Os *éthé*: a construção do *ser***

No quarto capítulo desta dissertação, mostramos que o enunciador da totalidade midiática que compreende o jornal *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja*, impellido por um *querer* e um *dever fazer* auto-imputados, um *dever denunciar* a censura sofrida, teria de cumpri-los de maneira velada, para que não fosse sancionado negativa e pragmaticamente pelo destinador que lhe atribuiu um *dever não fazer*. Com o fim da liberdade de expressão, o governo militar intentava que os veículos da mídia destacada estivessem alinhados aos valores ligados aos ideais da ditadura, como a obediência e subserviência. Com isso, o Regime alcançaria o desejado efeito de monofonia discursiva.

A incompatibilidade entre o *dever não fazer*, imposto pelo governo, e o *querer fazer*, que a mídia se auto-impôs, levou o enunciador do jornal e da revista a burlar o interdito. O sujeito da enunciação crê *não dever não* cumprir o contrato anteriormente estabelecido com o leitor. O sujeito assim caracterizado como sujeito transgressor, orientado pelo *dever fazer*, apóia-se nas estratégias discursivas para denunciar, no *modo do segredo*, a censura sofrida. Dessa maneira, no *modo do parecer*, o sujeito da enunciação do jornal e da revista alinhou-se aos valores da submissão, entregando-se ao sistema imposto. No *modo do ser*, entretanto,

negou os valores do Regime e enfrentou, de maneira irônica, os mandantes e o governo militar.

Colocamos *OESP* e *Veja* numa mesma enunciação, sob uma mesma totalidade, a do jornalismo de resistência ao Regime, já que ambos compartilham dos mesmos valores e, em resposta à opressão do governo militar, não se calaram, delatando a censura que sofriam. Notamos também que os discursos dos dois veículos da mídia impressa são atravessados pela ironia, utilizada como estratégia de denúncia e de aproximação entre enunciador e enunciatário. Apesar disso, concluímos que o jornal e a revista possuem diferentes tons de voz, diferentes *corpos*.

Assim, buscamos no estilo, na recorrência de traços, a identidade do jornal e da revista. Encontramos uma identidade que os constitui pela duratividade e, oposta a ela, uma identidade que se institui, não pela recorrência, mas pelo estabelecimento de uma nova norma, actualizada pela pontualidade, validada por uma ideologia que perpassa o discurso não apenas no que diz, mas, fundamentalmente, no *modo como diz*. Esse *éthos* emergencial é responsivo a um discurso autoritário que se pretende monofônico e que tenta amordaçar a polifonia que constitui os discursos.

O *parecer ser* do sujeito da enunciação, no jornal e na revista, antes e depois da censura, assim se apresenta:

<b><i>O Estado de S. Paulo</i> - edição de 10.05.1973/edição de 11.05.1973</b>	
Antes da censura - recorrências	Depois da censura - rupturas
Austero Sutil Comedido Equilibrado Desapaixonado	Irônico Sutil Comedido Superficial Passional



<b>Veja – desenhos dos demônios/ anúncio institucional e logomarca</b>		
Antes da censura - recorrências	Depois da censura - rupturas (demônios)	Depois da censura - rupturas (logo e anúncio)
Crítico Ostensivo Irônico Participativo	Sarcástico Violento Debochado Colérico Excessivo	Equilibrado Sutil Participativo

Um novo *éthos* nasce da construção de uma nova norma e da descontinuidade do próprio estilo, como reconstrução da própria identidade. O estilo é um efeito de sentido que “emerge de uma norma, determinada por recorrências de procedimentos na construção do sentido, desde os níveis mais profundos até os mais superficiais do percurso gerativo do sentido.” (Discini, 2003, p. 36). O estilo é, portanto, uma construção do discurso,

Esse *éthos* pontual, contrastante com aquele da continuidade de cada veículo examinado, apresenta um tom de voz também contrastante. O enunciador midiático, ao denunciar, no *modo de segredo*, a opressão sofrida, valeu-se de instrumentos lingüísticos e discursivos, desafiou a ordem estabelecida pelo sistema político então vigente e entrou em conjunção com seu objeto de valor modal *dever fazer saber, querer fazer saber, querer fazer crer*, marcando seu protesto.

Esse sujeito midiático, que se diferencia por burlar a coerção do gênero “reportagem” e do próprio gênero “jornalístico”, desestabiliza a ordem das páginas do jornal e da revista. Substitui a isotopia temático-figurativa familiar ao leitor a fim de denunciar a liberdade perdida. Conta com a cumplicidade do enunciatário, que se confirma no papel de co-enunciador da denúncia velada. Simula-se, assim, a convergência ética entre enunciador e enunciatário.

A enunciação midiática se baseia na imagem que constrói do enunciatário-leitor- fiel como um sujeito sagaz, competente, capaz de captar as ironias, os subentendidos do texto, de promover a construção de sentidos dada pelas figuras de linguagem. Ao mesmo tempo, o enunciador considera que o enunciatário-leitor tem dele a imagem de um sujeito sério, que tem o *dever* de opor-se à opressão da ditadura e denunciá-la. É justamente essa idéia de um

sujeito combativo, atuante e insubmisso, que o enunciador simula ao enunciatário nos textos examinados.

Poderíamos nos perguntar se os leitores, em sua totalidade, corresponderam à imagem criada pelo enunciador e se compreenderam as estratégias da enunciação midiática para denunciar a opressão que sofriam. Poderíamos ainda questionar se as cartas passaram despercebidas pelos censores ou se foram intencionalmente ignoradas por ele. A análise do *corpus* não fornece respostas a essas perguntas. Temos o leitor dado como feixe de expectativas criadas pelo texto. Não compete à análise semiótica depreender o leitor “real” ou o leitor biográfico, “do mundo externo ao texto”. Se o censor foi enganado, se julgou que aquilo não era um ato subversivo, ou se simplesmente não leu as novas capas do jornal e da revista após a censura às matérias, não vendo os contrastes, também não vem ao caso, não é realmente importante para a análise que se pauta no que o texto diz. Não se ofusca o brilho, entretanto, da estratégia de publicação das rosas e das cartas de leitores de *OESP* e dos demônios e dos anúncios institucionais da *Veja*. O que de fato importa é o registro de estratégias discursivas visando à denúncia. É a exploração da língua, do texto e do discurso, em todas as suas possibilidades, que norteia o olhar analítico ora instaurado. Falamos da competência discursiva, entendida como elemento projetado no próprio texto.

## 5. As tensões do regime: o discurso interrompido

*Tout commence par une interruption.*

Paul Valéry

Ao analisar o percurso gerativo de sentido, vemos que o discurso jornalístico, nos gêneros “coluna de jornal” e “reportagem”, apresenta, no nível fundamental, a articulação das categorias semânticas opositivas *ignorância vs. sapiência*.

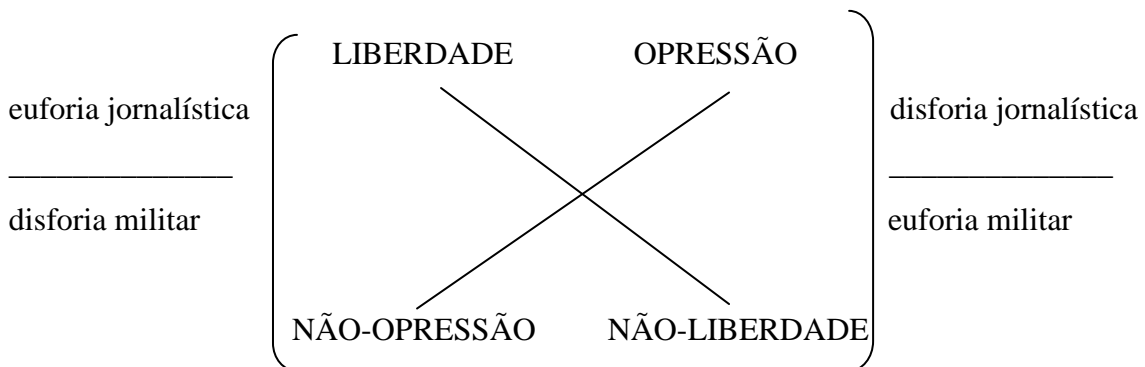
Ao transformar os elementos em oposição de valores, sobremodalizando-os com um traço de positividade ou negatividade, projetam-se as categorias tímicas “euforia” e “disforia”. Verificamos que, para o jornal, a ignorância é disfórica, e a sapiência, eufórica, desejável. De acordo com Discini:

Todos os jornais fundamentam a própria significação, por meio de um único encaminhamento semântico; negam a *ignorância* e afirmam o *conhecimento*. Esse é o comportamento semântico inerente ao gênero. (DISCINI, 2003, p. 119).

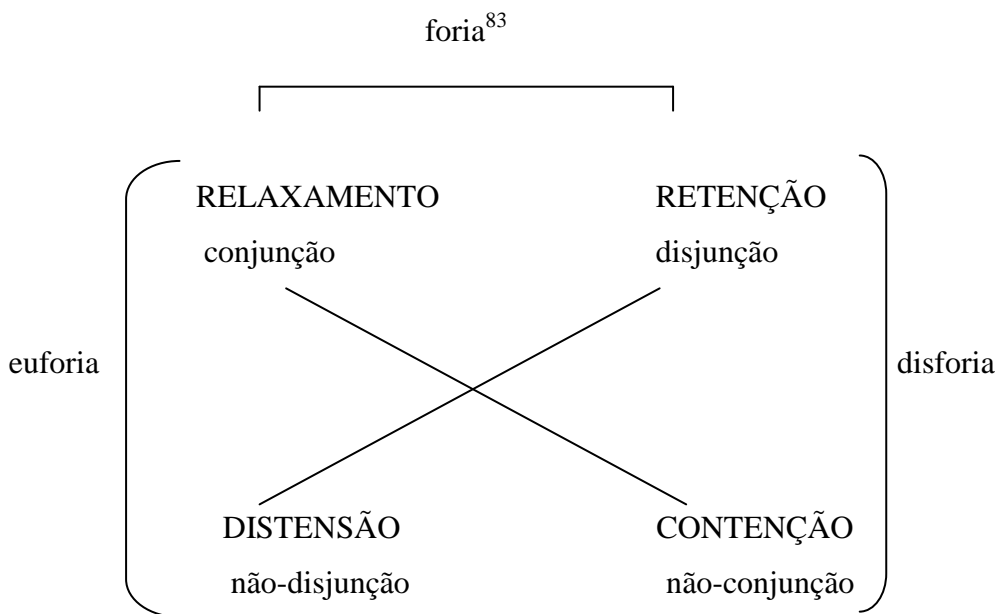
Estamos nos referindo aos valores da imprensa séria, não daqueles da ditadura militar, em vigor na época da publicação do jornal. Se, para a imprensa, a ignorância em relação aos feitos ditatoriais é disfórica, já que o conhecimento é afirmado, para o Regime, a ignorância é eufórica e proveitosa; o conhecimento, por sua vez, é disfórico e nocivo. Temos, portanto, uma troca de dêixis no nível fundamental e, com isso, modos antagônicos de presença no mundo: mídia impressa brasileira *vs.* ditadura militar brasileira.

O censor proibia a publicação de quaisquer matérias que fragilizassem a imagem soberba do governo, que denunciasses a falibilidade da estrutura política e que maculassem a imagem de um país em crescimento, proporcionada pelo “milagre econômico”. Assim, o desconhecimento do público de possíveis divergências existentes dentro e fora do governo era euforizado pelo enunciador do discurso militar.

Uma vez apoiados nesses conceitos, interessa consolidar as operações fundamentais que permearam as páginas destacadas do jornal *O Estado de S. Paulo* e da revista *Veja* neste trabalho. A categoria semântica em que os valores do sujeito da enunciação de ambos os veículos de comunicação estão articulados é *liberdade vs. opressão*. A liberdade é entendida como a possibilidade de expressar opinião, de proferir julgamentos, de denunciar a coação. A opressão, por sua vez, é vista como a tentativa de o regime militar silenciar manifestações opostas aos seus ideais e de negar, portanto, a liberdade. Assim, a *liberdade* é euforizada e a *opressão*, disforizada pelos enunciadores do jornal e da revista:



À categoria tímica (euforia e disforia), podemos acrescentar a noção de tensividade (tensão e relaxamento) e teremos, neste caso, de acordo com os valores do enunciador, que, à categoria tímica *euforia*, corresponde o estado de *relaxamento*; à *disforia*, a *retenção*. Essas correspondências estão representadas no quadro a seguir:



Tatit assim se pronuncia a respeito: “a euforia opera a passagem das relações tensivas, caracterizadas por rupturas, às relações relaxadas, as que estabelecem os elos contínuos entre os elementos”<sup>84</sup>.

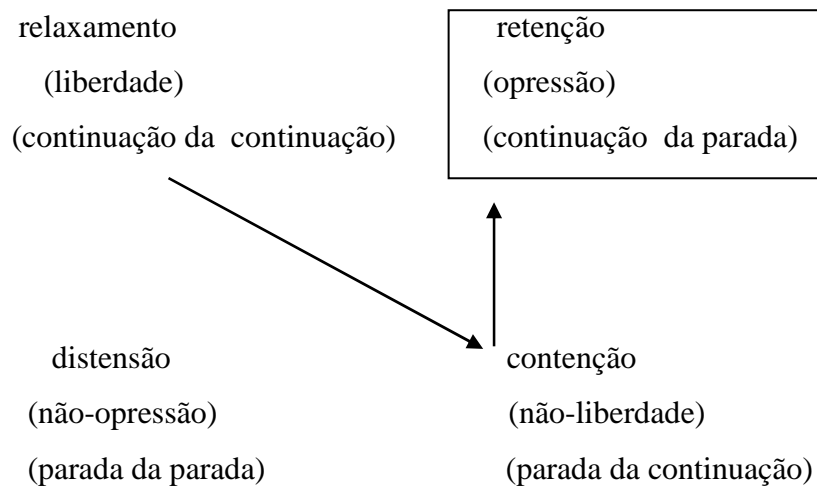
O sujeito da enunciação midiática busca a continuidade do estado de relaxamento, mas é impedido por outro sujeito, o do Regime, no ato da censura, o que gera uma parada, uma ruptura, uma interrupção do fazer e do ser midiático. Disjunto e espoliado do valor eufórico da liberdade, o sujeito da enunciação passa ao estado de contenção (sujeito virtualizado<sup>85</sup>), com sentimento de falta. Continuando nessa parada, o sujeito passa ao estado de retenção (sujeito atualizado) e, nesse momento, em disjunção com a liberdade, torna-se tenso, ao contrário do momento anterior à parada, em que se encontrava em conjunção com o

<sup>83</sup> Vale destacar que, neste caso especificamente, temos uma conjunção eufórica, relaxada e uma disjunção disfórica, tensa, mas nada impede que, em outro contexto, a disjunção seja desejável, e que, portanto, seja eufórica e relaxada.

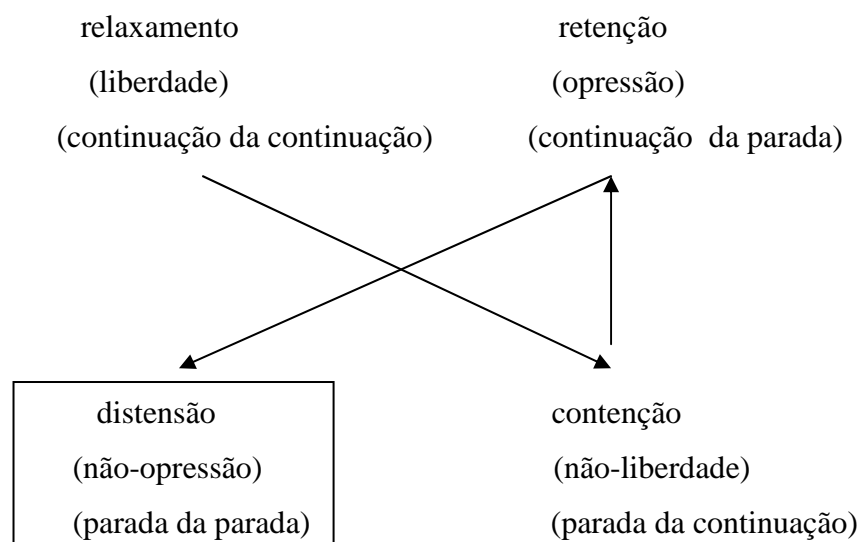
<sup>84</sup> TATIT, Luiz. “A abordagem do texto” *apud* FIORIN, José Luiz (org.), 2003b, p. 199.

<sup>85</sup> Cf. Tatit, 1998, p. 39.

valor desejado, e, portanto, relaxado (sujeito realizado). A passagem da liberdade à opressão é assim representada:



Isso supõe diferentes modos de presença no mundo, diferentes modos de construir discursivamente o mundo. Uma vez em disjunção com os valores da liberdade (sujeito atualizado), o sujeito da enunciação midiática, por não aceitar o estado em que se encontra, busca retomar os valores eufóricos e voltar ao estado de relaxamento, por meio da distensão, de uma parada da parada, que funciona como uma tentativa de reparação, de volta a um estágio anterior pressuposto, como vemos a seguir:



O que explica esse movimento é que o sujeito da enunciação midiática, no papel de destinatário dos valores do Regime, não acolheu a manipulação que este lhe impôs e passou a executar um programa narrativo antagonista (o que caracterizou, no nível narrativo, uma *transgressão*). A transgressão é, portanto, uma nova parada, uma nova ruptura, uma nova descontinuidade. Essa nova parada introduz um novo movimento.

O discurso jornalístico rompeu com todas as expectativas de um discurso vigiado pela censura imposta por um governo ditatorial, já que, ao invés de o sujeito da enunciação, ao ver sua liberdade cerceada, tornar-se um sujeito abatido e deprimido, ou seja, apresentar-se de forma desacelerada e silenciosa, calando as vozes dissonantes, ele responde com uma aceleração, uma passagem brusca de um discurso a outro, inserindo textos estranhos ao conjunto isotópico da página, rompendo a continuidade da leitura, desestabilizando o discurso da monofonia para tentar recuperar a continuidade do discurso polifônico. Em resposta à censura sofrida, o sujeito da enunciação de *OESP* e o de *Veja*, cada qual à sua maneira, não se deixaram abater, em desaceleração; ao contrário, eles tentam suprir o próprio sentimento de falta, discursivizando a própria voz. O efeito de sentido que se obtém com esse aumento da velocidade, com a concentração do tempo, é a surpresa. De acordo com Paul Valéry:

O que (já) é não é (ainda) – eis a surpresa<sup>86</sup>

O ato de surpreender-se é entendido como a demora da percepção em relação à transformação ocorrida. Quebra-se a expectativa discursiva que o leitor depositava no jornal. O leitor fiel surpreende-se com a nova configuração da página e é essa surpresa, justamente, que denuncia a censura sofrida pelos meios de comunicação. Ao leitor cabe refinar a percepção e reconstruir os sentidos do texto, desacelerando o tempo da leitura, a fim de não perder o objeto:

Note-se que ambas as noções (a surpresa e a espera), mesmo em suas disposições extremas, pressupõem um certo equilíbrio das funções de sujeito e objeto. Se este for rápido demais, a ponto de ultrapassar a esfera daquilo que conhecemos como surpresa, acaba perdendo seus contornos de

---

<sup>86</sup> Citado por Tatit, 1998, p. 54.

identificação e, conseqüentemente, o objeto escapa do sujeito. (TATIT, 1998, p. 54).

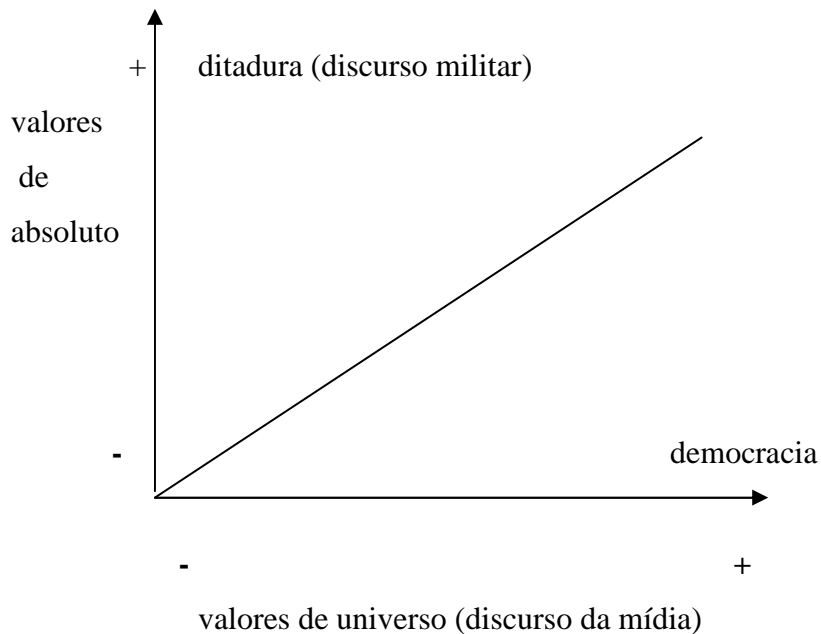
Esses deslocamentos, que causam o efeito de estranhamento no leitor, são uma tentativa de alertá-lo para o fato de que uma matéria que ocuparia aquele determinado espaço do jornal havia sido censurada. A escolha do enunciador pelas supostas cartas de leitores e as gravuras de Belzebu e Asmodeu para ocupar o espaço da matéria censurada faz ver ainda melhor a ruptura do discurso que abandona o caráter aparentemente monológico e firma a polifonia. Assim, o enunciador incorpora a voz do outro, explicitando a visão de mundo do sujeito que discorda das imposições do Regime e que, por meio dos depoimentos presentes nas cartas e da fotografia da rosa — as quais estabelecem relação francamente polêmica com as reportagens escritas —, quer fazer-se notar, de modo a confirmar uma posição ideológica antagônica ao militarismo por meio dessa descontinuidade.

De posse das informações contextuais em que se inserem os valores do sujeito de *O Estado de S. Paulo* e da revista *Veja*, sabe-se que o regime político em questão — pautado na disjunção dada pela exclusão proposta pela própria monofonia — seleciona, concentra, nos termos de Fontanille e Zilberberg, os “valores de triagem”, em que a descontinuidade pressupõe a restrição da circulação de valores: “a circulação dos valores é, pois, pequena, por vezes nula”<sup>87</sup>. A diversidade aí não é aceita, os valores do bom (entendidos como valores particulares) estão acima dos valores de bem (universais). Assim, para o Regime, a seleção, a triagem das matérias, serviria como forma de estabelecimento e manutenção da ordem. Para os valores do jornal e da revista, a triagem funcionaria como uma forma de restrição ao direito à liberdade dos indivíduos, garantida pela democracia. A tentativa de avisar os leitores do jornal e da revista de que sua liberdade de expressão estava cerceada orienta a tensividade para a difusão, para os “valores do universo”, no discurso midiático<sup>88</sup>:

---

<sup>87</sup> Cf. Fontanille e Zilberberg, 2001, p. 29.

<sup>88</sup> Baseamo-nos aqui no gráfico da página 47, de Fontanille e Zilberberg, 2001, em que os autores põem em oposição a aristocracia (valores de absoluto) à democracia (valores de universo).



Na função de anti-sujeito do Regime, executando um antiprograma narrativo, o que encontramos, nas páginas analisadas de ambos os veículos da mídia impressa, é, portanto, o regime de participação, de expansão, da “mistura”, da diversidade, em que está favorecido o comércio de valores.

Vale, por fim, dizer que, apesar de toda essa estratégia, o sujeito não alcança plenamente o estado de relaxamento, o que somente ocorreria se o veto às matérias que tinham sido preparadas desde o início para ocupar aqueles espaços nas páginas do jornal e da revista fosse cancelado e elas fossem publicadas. Assim, o sujeito entraria em conjunção, novamente, com a liberdade. Mas não foi isso o que ocorreu. A matéria original continuou interdita.

Negou-se a opressão, mas não se afirmou totalmente a liberdade.

*Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta,  
que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda.*

Cecília Meireles



## BIBLIOGRAFIA

- AMOSSY, Ruth (org.). (2005). *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. (2001). *A rosa do povo*. Rio de Janeiro: Record.
- AQUINO, Maria Aparecida de. (1999). *Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978). O exercício da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc.
- ARISTÓTELES. (1987). *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. (1982). “Hétérogénéité montréalaise et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours”. *DRLAV*. Paris, 26: 91-151.
- \_\_\_\_\_. (1990). “Heterogeneidade(s) enunciativa(s)”. *Cadernos lingüísticos*. Campinas: UNICAMP, 19: 25-42.
- BAKHTIN, Mikhail. (2004). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec.
- BARBOSA, João Alexandre. (2001). *João Cabral de Melo Neto*. São Paulo: Publifolha.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. (1989-1990). “Paixões e apaixonados: exame semiótico de alguns percursos”. *Cruzeiro semiótico*. Porto: Associação Portuguesa de Semiótica, 11-12, p. 60-72.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Teoria do discurso. Fundamentos semióticos*. 3. ed. São Paulo: Humanitas.
- \_\_\_\_\_ & FIORIN, José Luiz (orgs.). (1994). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp.

BERTRAND, Denis. (2003). *Caminhos da semiótica literária*. Trad. Grupo CASA; Ivã Carlos Lopes, Edna Nascimento, Mariza Mendes, Marisa de Souza (coord. de trad.). Bauru: Edusc.

*BÍBLIA SAGRADA*. (1980). São Paulo: Edições Paulinas.

BRAIT, Beth. (1996). *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_. (org.). (2005). *Bakhtin: Conceitos-chave*. São Paulo: Contexto.

CARVALHO, Paulo César de. (2005). *Fragmentos epistolares de um discurso amoroso: elementos para uma análise semiótica do estatuto do gênero carta de amor*. Dissertação de Mestrado.

CHARAUDEAU, Patrick. (2006a). *Discurso Político*. São Paulo: Contexto.

CHARAUDEAU, Patrick. (2006b). *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto

CHAUÍ, Marilena. (2003). *Convite à Filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática.

DISCINI, Norma. (2003). *O estilo nos textos*. São Paulo: Contexto.

\_\_\_\_\_. (2004). *Intertextualidade e conto maravilhoso*. 2. ed. São Paulo: Humanitas.

\_\_\_\_\_. (2005). *A comunicação nos textos*. São Paulo: Contexto.

DUCROT, Oswald. (1987). *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.

*ENCICLOPÉDIA EINAUDI*. (1984). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

FAUSTO, Boris. (1995). *História do Brasil*. São Paulo: Edusp.

FIORIN, José Luiz. (1988). *O regime de 1964. Discurso e ideologia*. São Paulo: Atual.

\_\_\_\_\_. (1989a). “A Lógica da neutralidade: um caso de aspectualização do ator”. *Estudos lingüísticos XVIII Anais de seminários do GEL*. Lorena.

\_\_\_\_\_. (1989b). *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.

\_\_\_\_\_. (1992). “Algumas considerações sobre o medo e a vergonha”. *Cruzeiro semiótico*. Porto: Associação Portuguesa de Semiótica, 16: 57, jan.

\_\_\_\_\_. (1995). “A noção de texto em semiótica”. *Organon*. Porto Alegre, v. 9, p. 163-173.

\_\_\_\_\_. (2003a). *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática.

\_\_\_\_\_ (org.). (2003b). *Introdução à lingüística II*. 2. ed. São Paulo: Contexto.

\_\_\_\_\_. (2002). *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática.

\_\_\_\_\_ e SAVIOLI, Francisco Platão (1997). *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática.

FLOCH, Jean-Marie. (1987). “Semiótica plástica e linguagem publicitária”, Trad. José Luiz Fiorin. *Significação: Revista Brasileira de Semiótica*, São Paulo: Annablume, n. 6.

FONTANILLE, Jacques e ZILBERBERG, Claude. (2001). *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso Editorial/Humanitas-FFLCH.

FOUCAULT, Michel. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola.

\_\_\_\_\_. (2003). *Microfísica do Poder*. 18. ed. São Paulo: Graal.

GASPARI, Elio. (2002a). *As ilusões armadas. A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_. (2002b). *As ilusões armadas. A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras.

GREIMAS, Algirdas Julien. (1975). *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_. (1983). *Du sens II. Essais sémiotiques*. Paris: Seuil.

\_\_\_\_\_ e COURTÉS, Joseph. (s.d.). *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix.

\_\_\_\_\_ e COURTÉS, Joseph. (1986). *Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Vol. II. Paris: Hachette.

\_\_\_\_\_ e FONTANILLE, Jacques. (1993). *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática.

HERNANDES, Nilton. (2001). *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica*. Dissertação de mestrado.

HOUAISS, Antonio. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

KARWOSKI, Acir Mário *et alii* (orgs.). (2005). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. União da Vitória-PR: Kaygangue.

KURY, Mário da Gama. (2003). *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LANDOWSKI, Eric e FIORIN, José Luiz. (1997). *O gosto da gente, o gosto das coisas*. São Paulo: EDUC.

*LAROUSSE Cultural, Grande enciclopédia* (1995). São Paulo: Abril.

LOIZAGA, Mariluz Ruis de & HERRERO, Víctor José. (1968). *Bucólicas*. Madrid: Editorial Gredos.

MAINGUENEAU, Dominique. (1989). *Novas tendências em análise do discurso*. Freda Indursky (trad.). Campinas: Pontes.

\_\_\_\_\_. (1996a). *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (1996b). *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2001). *O contexto da obra Literária*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2002). *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. (2005). *Gênese dos Discursos*. Curitiba: Criar.

\_\_\_\_\_ & CHARAUDEAU, Patrick. (2004). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto.

MAQUIAVEL.(1974). *O Príncipe*. São Paulo: Editora Três.

MARI, Hugo; WALTY, Ivete; VERSIANI, Zélia (orgs.). (2005). *Ensaio sobre leitura*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da PUCMinas, v. 1.

- MARTINS, Eduardo Lopes Filho. (1997). *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna.
- MEIRELES, Cecília.(1965). *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Letras e Artes.
- PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie (1996). *Tratado da Argumentação – A nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- PESSOA, Fernando. (1972). *Obra poética*. Rio de Janeiro. *Aguilar*
- POSSENTI, Sírio. (1988). *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes.
- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. (2002). *Dicionário de comunicação*. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Campus.
- RIBEIRO, José Hamilton. (1998). *Jornalistas – 1937 a 1997. História da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmaras e microfones*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- ROSA, João Guimarães. (2001). *Grande sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SAUSSURE, Ferdinand de. (1973). *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix.
- TATIT, Luiz. (1994). *Semiótica da canção: melodia e letra*. São Paulo: Escuta.
- \_\_\_\_\_. (1998). *Musicando a Semiótica. Ensaio*. São Paulo: Annablume.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Análise semiótica através das letras*. São Paulo: Ateliê Editorial.

TEIXEIRA, Lucia. (2004). “Entre dispersão e acúmulo: para uma metodologia de análise de textos sincréticos”. *Gragoatá: Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense*. Niterói: EdUFF, p. 229-242.

VALÉRY, Paul. (1991). *Variedades*. São Paulo: Iluminuras.

VIEIRA, Pe. Antonio. (2000). *Sermões: problemas sociais e políticos do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Cultrix.

#### **OUTRAS FONTES DE CONSULTA:**

Acervo do jornal *O Estado de S. Paulo*

Acervo do jornal *Folha de S. Paulo*

Departamento de Documentação da editora Abril (DEDOC)

#### **SITES CONSULTADOS:**

<http://www.fpabramo.org.br>

<http://www.catholicnet.com.br>

<http://www.acervoditadura.rs.gov.br>

[http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco\\_imagens/ditadura/046dialogo.htm](http://www.cliohistoria.hpg.ig.com.br/bco_imagens/ditadura/046dialogo.htm)

## **ANEXOS**



**Anexos 1A**  
***O Estado de S. Paulo***  
**10/05/1973**  
**Edição censurada**

Recrudescem as lutas em todo o território libanês

BEIRUTE — Pouco fago de artilharia e intermitentes explosões de granada... Recrudescem as lutas em todo o território libanês...

Cirne Lima diverge e renuncia



Cirne Lima, já como ex-ministro, deixa o prédio do Ministério da Agricultura

Por discordar dos "incédios que vêm sendo utilizados para a redução do índice de inflação no País", o ministro da Agricultura, Cirne Lima, renunciou ao cargo ontem...

Na carta, defesa dos agricultores

Em sua carta, Cirne Lima assinala que a política antinflacionária imposta a agricultores... Na carta, defesa dos agricultores...

Rogers chega a Brasília dia 22

De Brasília e de Brasília e de Brasília... Rogers chega a Brasília dia 22...

Kissinger retorna sem ter marcado visita de Brezhnev

MOSCOW — Henry Kissinger e seus interlocutores soviéticos não conseguiram chegar a um acordo para a data da visita do líder do PCUS, Leonid Brezhnev, aos Estados Unidos...

MDB pode não votar "impactos"

De Brasília e de Brasília e de Brasília... MDB pode não votar "impactos"...

Petróleo ainda não tem acordo

TRIPOLI — A decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo — OPEP — de não aceitar mais o refinanciamento de aumento de 11 por cento nos preços do produto levou os membros, ontem, da reunião de Trípoli entre esta entidade e as companhias ocidentais...

Bem aceito plano Cãmpora

BUENOS AIRES — O plano de reconstrução nacional, proposto pelo presidente eleito, Hector Cãmpora, foi bem aceito pela maioria dos partidos políticos e pelas organizações sindicais e empresariais...

Senado será ouvido

Elliot Richardson, que deverá escolher o promotor encarregado de investigar o caso Watergate, anunciou ontem que submeterá ao Senado a nome do designado para esse cargo, Francis T. Borchers, Edward Kennedy, Página 2.

MDB pode não votar "impactos"

De Brasília e de Brasília e de Brasília... MDB pode não votar "impactos"...

Recrudescem as lutas em todo o território libanês

BEIRUTE — Pouco fago de artilharia e intermitentes explosões de granada... Recrudescem as lutas em todo o território libanês...

Rogers chega a Brasília dia 22

De Brasília e de Brasília e de Brasília... Rogers chega a Brasília dia 22...

Kissinger retorna sem ter marcado visita de Brezhnev

MOSCOW — Henry Kissinger e seus interlocutores soviéticos não conseguiram chegar a um acordo para a data da visita do líder do PCUS, Leonid Brezhnev, aos Estados Unidos...

MDB pode não votar "impactos"

De Brasília e de Brasília e de Brasília... MDB pode não votar "impactos"...

Petróleo ainda não tem acordo

TRIPOLI — A decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo — OPEP — de não aceitar mais o refinanciamento de aumento de 11 por cento nos preços do produto levou os membros, ontem, da reunião de Trípoli entre esta entidade e as companhias ocidentais...

Bem aceito plano Cãmpora

BUENOS AIRES — O plano de reconstrução nacional, proposto pelo presidente eleito, Hector Cãmpora, foi bem aceito pela maioria dos partidos políticos e pelas organizações sindicais e empresariais...

Senado será ouvido

Elliot Richardson, que deverá escolher o promotor encarregado de investigar o caso Watergate, anunciou ontem que submeterá ao Senado a nome do designado para esse cargo, Francis T. Borchers, Edward Kennedy, Página 2.

MDB pode não votar "impactos"

De Brasília e de Brasília e de Brasília... MDB pode não votar "impactos"...

Table with 2 columns: Section Name and Page Number. Includes: Editoriais, Sumário, Política, Exterior, Artes, País, Serviços, Economia e Saúde, Pálpitos, Local, Polícia, Esportes, Tufão, Variedades, Enxame, Classificados.



# Cirne Lima diverge e renuncia

## Das Sucursais

Por discordar dos "métodos que vêm sendo utilizados para a redução do índice de inflação no País", o ministro da Agricultura, Cirne Lima, renunciou ao cargo ontem, por meio de carta ao presidente Garrastazu Médici, entregue pela manhã a um funcionário do Palácio do Planalto, em Brasília. A tarde, o chefe do governo assinou decretos, aceitando a demissão "pedido" e nomeando para substituí-lo o atual presidente do Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária — INCRA —, José de Moura Cavalcanti. A posse deste será na manhã de hoje, devendo realizar-se à tarde a cerimônia de transmissão.



Telefoto "Estrada" — Ricardo Fenna

Cirne Lima, já como ex-ministro, deixa o prédio do Ministério da Agricultura



# Na carta, defesa dos agricultores

Em sua carta, Cirne Lima resalta que a política antiinflacionária ocasionou "uma carga incomparavelmente mais pesada" sobre a agricultura, que "nunca desejou nem foi beneficiária da inflação", e que, "infelizmente, os mecanismos governamentais visando o abastecimento interno, sem atingirem a estabilidade desejada pelo consumidor urbano, mais tem favorecido o setor industrial e comercial da exportação, crescentemente estrangeiro, e tornando cada vez menos brasileiros os resultados da prosperidade do País".

A carta diz ainda que, "dentro da fixação das necessidades e prioridades nacionais, acreditamos que o fator Capital está recebendo uma proteção que torna incompatível a conciliação dos objetivos nacionais". "A remuneração deste capital — acrescenta —, também cada vez menos brasileiro, faz com que o endividamento externo, a balança de pagamentos, e, internamente, o custo do dinheiro, tornem quase impossível as reduções inflacionárias desejadas, a não ser com desproporcional custo a ser pago por outro setor, no caso, o agrícola".

## O pedido

Ao que se apuro, Cirne Lima havia solicitado autontem ao chefe do Gabinete Civil, Leilton de Abreu, que marcasse audiência para ontem com o presidente da República, com quem precisava ter "urgente contato", a fim de formalizar sua renúncia. Como a audiência não fosse concedida, sob alegação de que o chefe do governo estava ultimando os preparativos para sua viagem a Portugal, Cirne Lima compareceu pessoalmente ao Palácio do Planalto, entre 10 e 30 e 11 horas, não encontrando aí o chefe do Gabinete Civil ou qualquer outro funcionário de alto escalão. Por isso deixou a carta com um funcionário.

Mais tarde, o próprio Leilton de Abreu entregou a carta a Medici. O presidente, ao lê-la, mostrou-se bastante irritado, emitindo o seguinte despacho: "Demita-se e devolva-se" (a carta). A Presidência não divulgou, com o decreto de aceitação da demissão, a protocolar carta presidencial de agradecimento pelos "serviços prestados ao País", a exemplo do que ocorreu na exoneração de três outros ministros, no atual governo. Por volta das 17 horas, Cirne Lima recebeu de volta a carta enviada ao presidente, entregue por um ajudante de ordens; pouco antes recebera uma carta do ministro da Fazenda, Delfim Netto.

A carta do ex-ministro da

Agricultura foi remetida por telex a todas as associações agrícolas do País, além dos órgãos do Ministério nos Estados e Territórios e a quase todos os deputados e senadores, indistintamente da Arena e do MDB. A repercussão foi particularmente intensa no Rio Grande do Sul, onde está sendo articulada uma recepção a Cirne Lima, hoje, no aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, para onde ele regressa.

Em Mato Grosso, a nomeação de Moura Cavalcanti foi recebida com ceticismo; pois se acredita que, "mais cedo ou mais tarde", haverá divergências entre ele e o ministro da Fazenda, que, em 1970, já havia causado a demissão do então ministro da Indústria e do Comércio, Fábio Yassuda.

## Revogação

Por determinação do próprio presidente Garrastazu Medici, será revogada hoje ou amanhã a portaria n.º 18 da Sunab, que criou um tipo especial de leite fresco, gerando um aumento de preços e o recrudescimento da crise no abastecimento do produto. Com isso, o preço do leite "C", que quase desapareceu do mercado, deverá cair para menos de Cr\$ 1,00.

Noticiário nas páginas 20 e 26

**Anexos 1B**  
***O Estado de S. Paulo***  
**10/05/1973**  
**Edição publicada**



## Recrudescem as lutas em todo o território libanês

**BEIRUTE** — Pesado fogueteamento e intensas batalhas ocorrem em todo o território libanês, apesar de acordos de cessar-fogo assinados recentemente. O conflito continua a se agravar, com ataques recorrentes de grupos armados e milícias locais. A situação é considerada crítica em várias regiões, especialmente no norte e no sul do país.

Forças libanesas continuam a lutar contra grupos armados que se recusam a abandonar suas posições. Há relatos de mortes e ferimentos em ambos os lados. A comunidade internacional está monitorando de perto o desenvolvimento dos eventos.

Israel advertiu que não hesitaria em usar a força se necessário para garantir a segurança de suas fronteiras. O governo libanês pediu calma e negociações pacíficas para resolver o conflito. A situação permanece tensa e imprevisível.

Após mais de 24 horas de negociações, não houve avanços significativos. O conflito continua a se espalhar, afetando milhares de civis. A comunidade internacional está pressionando as partes envolvidas para chegarem a um acordo duradouro.

Exército iraquiano declara vitória na maioria das frentes de batalha. O conflito no Iraque continua a se intensificar, com ataques aéreos e terrestres frequentes. A situação é considerada extremamente perigosa para a população civil.

Exército iraquiano declara vitória na maioria das frentes de batalha. O conflito no Iraque continua a se intensificar, com ataques aéreos e terrestres frequentes. A situação é considerada extremamente perigosa para a população civil.

Exército iraquiano declara vitória na maioria das frentes de batalha. O conflito no Iraque continua a se intensificar, com ataques aéreos e terrestres frequentes. A situação é considerada extremamente perigosa para a população civil.

Exército iraquiano declara vitória na maioria das frentes de batalha. O conflito no Iraque continua a se intensificar, com ataques aéreos e terrestres frequentes. A situação é considerada extremamente perigosa para a população civil.

## Médici nomeia um novo ministro

Do Secusrel de Brasília

O presidente Emílio Garrastazu Médici assinou ontem decreto, nomeando o sr. José de Moura Cavalcanti ministro da Agricultura (pág. 21).

## Salomão e rosas

É uma pena, mas ainda não existem rosas azuis. Para os pesquisadores, a criação de novas variedades de rosas, "o novo azul", é um desafio científico. A natureza não oferece naturalmente cores azuis para as pétalas das rosas, o que torna a criação de variedades azuis uma tarefa complexa e desafiadora.

## Dos Leitores

**Salomão e rosas**  
É uma pena, mas ainda não existem rosas azuis. Para os pesquisadores, a criação de novas variedades de rosas, "o novo azul", é um desafio científico. A natureza não oferece naturalmente cores azuis para as pétalas das rosas, o que torna a criação de variedades azuis uma tarefa complexa e desafiadora.

## Os impactos da Previdência

O Sr. Roberto Toledo há muito tempo se dedica a estudar os impactos da previdência social. Ele aponta que a reforma da previdência pode trazer consequências significativas para a população, especialmente em termos de custos e benefícios. É importante que o governo tome decisões responsáveis para garantir a sustentabilidade do sistema.

## MDB pode não votar "impactos"

O MDB pode não votar "impactos" em favor da reforma da previdência. O partido está preocupado com as possíveis consequências negativas da medida para seus eleitores. Há debates internos sobre a melhor estratégia a ser adotada em relação a esta proposta.

## 112 páginas

Editoriais	3
Sumário	3
Política	4 a 6
Exterior	7 a 12
Artes	14 a 15
País	19 a 27
Serviços	27
Enfimo e Saúde	28 e 29
Falamentos	30
Local	30 a 32
Polícia	32
Interior	32 a 34
Exportes	34 a 38
Turfe	39
O Tempo	39
Variedades	40
Economia	41 a 44
Classificados	49

O Serviço de Notícias Internacionais do "Estado" é de responsabilidade dos editores: AFP, ANSA, AP, DPA, LATIN, Reuters e UPI.

Senado será ouvido  
Elliott Richardson, que deverá escolher o promotor encarregado de investigar o caso Watergate, anunciou ontem que submeterá ao Senado o nome do designado para essa função. A escolha, Edward Kennedy, página 2.

Em Brasília, Rogers visitou o presidente Médici, o vice-presidente Collor e o governador do Rio de Janeiro, Leonídio de Souza. Rogers também se reuniu com o ministro da Defesa, Carlos Tinoco, e o governador do Rio de Janeiro, Leonídio de Souza.

Em Brasília, Rogers visitou o presidente Médici, o vice-presidente Collor e o governador do Rio de Janeiro, Leonídio de Souza. Rogers também se reuniu com o ministro da Defesa, Carlos Tinoco, e o governador do Rio de Janeiro, Leonídio de Souza.

Em Brasília, Rogers visitou o presidente Médici, o vice-presidente Collor e o governador do Rio de Janeiro, Leonídio de Souza. Rogers também se reuniu com o ministro da Defesa, Carlos Tinoco, e o governador do Rio de Janeiro, Leonídio de Souza.

## Bem aceito plano Câmpora

BUENOS AIRES — O plano de reconstrução nacional, apresentado pelo presidente Raúl Alfonsín, foi bem aceito pela maioria dos partidos políticos e pela população. O plano prevê a criação de empregos, a melhoria da infraestrutura e a promoção da justiça social. É considerado um passo importante para a recuperação econômica do país.

## Recrudescem as lutas em todo o território libanês

BEIRUTE — Pesado fogueteamento e intensas batalhas ocorrem em todo o território libanês, apesar de acordos de cessar-fogo assinados recentemente. O conflito continua a se agravar, com ataques recorrentes de grupos armados e milícias locais. A situação é considerada crítica em várias regiões, especialmente no norte e no sul do país.



# Médici nomeia um novo ministro

Da Sucursal de Brasília

*O presidente Emilio Garrastazu Médici assinou ontem decreto, nomeando o sr. José de Moura Cavalcanti ministro da Agricultura (pág. 21).*

# agora é samba

DOMINGO 19:30 H - PROGRAMA ELDORADO

# Dos Leitores

## Salomão e rosas

É uma pena, mas ainda não existem rosas azuis. Para os **rodólogos**, ou criadores de novas variedades de rosas, "a natureza negou-as aos homens, mas eles não se conformam e continuam procurando-a no mundo inteiro", segundo palavras de um botânico.

A rosa azul continua sendo um sonho irrealizável. O mundo florido com rosas azuis seria muito mais bonito e amenizaria algumas tristezas ainda sem remédio. A propósito, um leitor nos escreve: "Senhor Redator, desde Salomão, no **Cântico dos Cânticos** (a Rosa de Sharon), essa flor se associa aos mais belos sentimentos e ideais humanos: à ternura, ao amor, à liberdade, à fraternidade, à poesia, à delicadeza, à humanização da vida. Precisamos dar todo o apoio a essa campanha do Estado. Afinal, o que está faltando, depois desse progresso explosivo da economia, é a realização desses ideais e sentimentos humanos. **José Eduardo Ferreira**, Rua Cardeal Arcoverde, s.n., — Capital.

### Os impactos da Previdência

Sr. Redator — "Sendo há muitos anos um assíduo leitor dos comentários e apreciações desse jornal, cujas opiniões tenho em elevado conceito e admiração; gostaria de ouvir sobre o palpitante assunto dos "Impactos da Previdência Social", porquanto, na interpretação do capítulo das aposentadorias por tempo de serviço, não posso compreender como justo um projeto de lei social com efeito retroativo, ferindo um direito individual, líquido e certo, adquirido pelas contribuições em 35 anos de serviço e também contra a nossa própria Constituição!

Todos nós sabemos que os homens, após os 55 anos, geralmente são dispensados ou convidados a um "acordo" e desligamento das empresas, que naturalmente preferem gente mais moça e mais barata para essas funções. Nessa conjuntura, o cidadão somente com os ganhos da aposentadoria, a que já tiver direito, não pode atender aos compromissos e volta ao trabalho para obter no novo emprego um salário que, invariavelmente, representa 50% do valor real desse padrão de trabalho. Com essa receita e mais a pensão do INPS, com uma vida modesta e controlada, ser-lhe-á possível cumprir a missão de chefe de família, dignamente, não se tornando um elemento improdutivo e parasitário para a sociedade.

Pelo novo projeto, os futuros aposentados daqui a alguns

anos estarão realmente ganhando uma aposentadoria satisfatória. Mas quem lhes garantirá a tranquilidade de não surgir um novo projeto com danoso efeito retroativo? Se esse novo projeto assegurar os direitos da lei anterior e traçar uma nova sistemática de distribuição, terá todo o apoio dos aposentados que voltaram a trabalhar e também contribuem para o INPS. Aos futuros aposentados será então possível assumir seus compromissos, dentro das novas bases de receita e despesa, o que é impossível para nos agora, que já assumimos compromissos há mais de três, quatro ou cinco anos atrás.

Em virtude dos pronunciamentos das autoridades do INPS serem tão divergentes e confusos, ficaria muito grato pela manifestação de vossa senhoria sobre o assunto, o qual será um brado de alerta aos componentes das comissões no legislativo, para que apresentem emendas com alto espírito de justiça democrática, de respeito aos direitos e obrigações dos homens.

**João Batista Lopes Vieira**,  
rua João Julião, 296, 10.º andar, São Paulo.



**Anexos 2**  
***Jornal do Brasil***  
**14/12/1968**

Tempo certo. Tempo certo valeram. O que era, não valeu. Mas, não, em Brasília, no dia 14 de dezembro de 1958.

Governo baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo ilimitado

O Ato Institucional nº 5

Assinado pelo Presidente da República e por todos os Ministros do Estado, e o seguinte: Ato Institucional nº 5, abaixo transcrito.

Art. 1º — São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1954 e as Constituições estaduais com as modificações contidas neste Ato Institucional.

Art. 2º — O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, ao voltar-se o recesso a favor de qualquer convenção pelo Presidente da República.

Art. 3º — Decretada o recesso parlamentar, o Poder Executivo continuará a exercer as atribuições a seguir em todas as matérias previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

Art. 4º — Durante o período de recesso, os senadores, deputados federais, estaduais e os vereadores só poderão ser depurados fora de seus mandatos.

Art. 5º — Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos municípios que não possuem Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, entendendo sua ação as funções de fiscalização, controle e fiscalização dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 6º — O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição.

Art. 7º — Os interventores dos Estados e municípios serão nomeados pelo Presidente da República e terão as atribuições e atribuições que cabem respectivamente aos Governadores ou prefeitos, e quando da prorrogação, extensões e transferências fixadas em lei.

Art. 8º — No interesse de preservar a República, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional e após as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por prazo de 10 anos e cassar mandatos eleitorais, federais, estaduais e municipais.

Art. 9º — Aos membros das Legislaturas federais, estaduais e municipais que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados subsídios, decretando-se o quorum parlamentar em todas as matérias anteriormente mencionadas.

Art. 10º — A suspensão dos direitos políticos com base neste Ato decorrerá simultaneamente em:

1º) cassação de privilégios de voto por programa de fúteis;

2º) suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições estaduais;

3º) proibição de atividades e manifestações sobre assuntos de natureza política;

4º) aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigilada;

b) proibição de frequentar determinadas lugares;

c) detenção determinando.

Art. 11º — O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fazer reservas em condições relativamente ao exercício de qualquer outro direito público ou privado.

Art. 12º — As medidas de segurança de que trata o item 4º deste Artigo, serão aplicadas pelo Ministro de Estado de Justiça, de acordo com a lei de seu poder judiciário.

Art. 13º — Poderá suspender-se as atividades econômicas, ou locais de habitação, recreativas, estabelecidas, assim como a de comércio de bebidas por prazo certo.

Art. 14º — O Presidente da República poderá, mediante decreto, demitir, renovar, suspender ou pôr em disponibilidade qualquer funcionário das repartições públicas, assim como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das Forças Armadas, assegurando, quando for o caso, vantagens ou vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 15º — O disposto neste Artigo e seu parágrafo 1º, aplicar-se-ão também nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 16º — O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogação, ficando o respectivo prazo.

Parágrafo único — Em caso de recesso do Congresso Nacional, fica suspensa a exigência contida no 1º do Artigo 113 da Constituição.

Art. 17º — O Presidente da República, poderá, após o recesso, decretar o estado de sítio de todo ou parte do território nacional, inclusive de entidades, empresas públicas e sociedades de economia mista, assim como das cidades portuárias.

Art. 18º — Poderá suspender-se a separação de segurança de bens, faturada à sua restituição.

Art. 19º — O Presidente da República poderá baixar Ato Complementar para execução do Ato Institucional, bem como editar, se necessário, a lei de execução, se necessária, para a execução do Ato Institucional, bem como editar, se necessário, a lei de execução, se necessária, para a execução do Ato Institucional.

Art. 20º — O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogada a disposição em contrário.

BRASÍLIA, 14 de dezembro de 1958.

O Ato Complementar nº 38

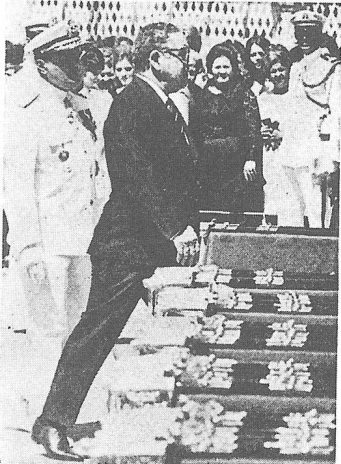
Em execução do Ato Complementar nº 38, baixado de acordo com o Ato Institucional nº 5.

O Presidente da República, de seu próprio movimento, que contém o texto do Ato Institucional nº 5, de 14 de dezembro de 1958, e o texto do Ato Complementar nº 38, de 14 de dezembro de 1958.

Art. 1º — O presente Ato Complementar entra em vigor nesta data, revogada a disposição em contrário.

BRASÍLIA, 14 de dezembro de 1958.

TRADIÇÃO QUE SE RENOVA



O Presidente dirige a entrega de espadas aos novos guarda-marinhas



Os Ministros militares conferenciam durante o homenagem a Marinha



Carinhosa foi expulsa quando o Brasil venceu o Chile na Copa de 62

O Governo, depois de uma expectativa de várias horas, baixou, ontem à noite, o Ato Institucional nº 5, e, com base nele, o Ato Complementar nº 38, que decreta o recesso do Congresso Nacional, sem prazo determinado. Durante o dia e a noite de ontem o povo manteve calmo e não houve corrida aos bancos, apesar das apreensões de alguns cidadãos que, decidiram permanecer em seus escritórios ou nas ruas, à espera da palavra oficial do Governo através de A Voz do Brasil — e deixaram de chegar ontem às suas casas.

Houve grande movimentação, ontem, nos quartéis do Rio, onde continua rigoroso o regime de prontidão. Na Vila Militar, os cas-

ernários estão em posição de deslocamento. A Polícia Federal tem 400 homens, na Guanabara, "prontos para agir", e também estão totalmente mobilizadas a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Guarda Civil.

Várias reuniões sucederam-se na área militar. O Ministério do Exército apresentou movimento incoerente, devido à presença dos comandantes das principais unidades aquarteladas no Rio. Ora eles entravam no gabinete do Ministro do Exército, ora no do comandante do Exército. Mas foi a reunião do Presidente da República com o Conselho de Segurança Nacional que determinou a prorrogação do Ato Institucional nº 5.

BONIFÁCIO — CAUTELAS

DEPOSIÇÃO DE BONIFÁCIO... O deputado José Bonifácio declarou que não se candidataria a deputado federal em 1962. Ele afirmou que não queria ser um "cavalinho de frisa" e que preferia dedicar-se à sua profissão de advogado. Bonifácio também mencionou sua preocupação com a situação política do país e sua vontade de contribuir para a melhoria da situação econômica.

DEPOSIÇÃO DE BONIFÁCIO... O deputado José Bonifácio declarou que não se candidataria a deputado federal em 1962. Ele afirmou que não queria ser um "cavalinho de frisa" e que preferia dedicar-se à sua profissão de advogado. Bonifácio também mencionou sua preocupação com a situação política do país e sua vontade de contribuir para a melhoria da situação econômica.

Bonifácio declara que Ato resulta de várias crises

Após tomar conhecimento, pelo rádio, do Ato Institucional nº 5, o presidente da Câmara, Deputado José Bonifácio, disse que esse "resultado de crises e dificuldades do Governo e do mal-estar do povo. Não é o momento para examinar, mas sim para manifestar ainda uma vez mais a esperança de que crises como esta sejam resolvidas de maneira positiva e o desenvolvimento brasileiro."

O presidente da Arena, Sr. Daniel Krieger, após ouvir, pelo rádio, a leitura do novo Ato, ao possibilitar o desenvolvimento econômico, para uma resiliência na zona sul, a fim de examinar o quadro político. Admite-se a possibilidade de um pronunciamento dos dirigentes da Arena.

TELEFONES

TELEFONES... MESA TELEFONICA... O Serviço de Telefones Públicos (STP) anunciou que a partir de amanhã, 15 de dezembro, haverá uma alteração no horário de funcionamento das mesas telefônicas. O novo horário será das 7h às 19h, com uma pausa de 15 minutos entre as 12h e as 13h.

TELEFONES... Oportunidades Div... O Serviço de Telefones Públicos (STP) anunciou que a partir de amanhã, 15 de dezembro, haverá uma alteração no horário de funcionamento das mesas telefônicas. O novo horário será das 7h às 19h, com uma pausa de 15 minutos entre as 12h e as 13h.

# JORNAL

Rio de Janeiro — Sábado, 14 de dezembro de 1968

Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38° em Brasília. Min.: 5° nas Laranjeiras.

## *Governo baixa / Congresso em re*

O Ato Institucional n.º 5

TRADIÇÃO QUE SE RENOV

---

# DO BRASIL

Ano LXXVIII — N.º 213

Ontem foi  
o Dia  
dos Cegos

(Página 12)

---

*Institucional e coloca  
do por tempo ilimitado*

**Anexos 3A**  
***O Estado de S. Paulo***  
**11/05/1973**  
**Edição censurada**



Oposição nos planos de Rogers

WASHINGTON — Não está a oposição à possibilidade de um encontro entre o presidente do Brasil...

Associação de Rogers ainda que está mais convencido que tais encontros...

Em um modo geral, a imprensa dos Estados Unidos não parece ter uma ideia muito clara dos objetivos da viagem de Rogers à América Latina...

Filinto vai à posse de Câmpora

O senador Filinto Müller, presidente do Senado, representará a presidência brasileira na posse de Américo Castro...

42 páginas
Educação 3
Sumário 3
Pública 4 e 5
Estrangeiro 2, 6 e 7
Artes 8 e 9
Falschmann 11
Serviços 12
Encontro e Estado 15 e 16
Local 17 e 18
Pública 18
Interior 19 e 20
Espanha 21 e 23
Turia 24
O Povo 25
Variedades 26
Economia 28 e 30
Classificados 31

O Serviço noticioso internacional do "Estado" é de responsabilidade dos especiais AFP, ASSA, AP, RPA, LATIN, Reuters e UPI



Teodoro "Educo" - Foto "Foto da Manhã"

Apesar de chegar a Porto Alegre, o ex-ministro é abraçado por parentes e amigos

Guerra da Indochina sem verba

WASHINGTON — A Câmara dos Representantes norte-americanos aprovou ontem uma emenda que impede a Casa Branca de utilizar uma verba de 430 milhões de dólares para o financiamento dos bombardeiros a serem no Camboja...

O resultado da votação — 219 votos contra 188 — é considerado nos círculos políticos de Washington uma condenação da Câmara à política do presidente Nixon no Sudeste Asiático...

A escolha de Filinto Müller representará a presidência brasileira na posse de Américo Castro...

Ética motivou ato de Cirne

De acordo com o senador Cirne, o ato foi motivado por ética e não por interesses pessoais...

O ministro da Agricultura, Cirne Lima, disse ontem que não se trata de um ato de "embriaguez"...

Em uma sessão do Conselho de Estado, o ministro da Agricultura, Cirne Lima, disse ontem que não se trata de um ato de "embriaguez"...

O ministro da Agricultura, Cirne Lima, disse ontem que não se trata de um ato de "embriaguez"...

Dólar pode enfrentar nova crise

PARIS — A queda do dólar e a elevação do preço de ouro são três importantes peças-chave da nova crise monetária...

PARIS — A queda do dólar e a elevação do preço de ouro são três importantes peças-chave da nova crise monetária...

PARIS — A queda do dólar e a elevação do preço de ouro são três importantes peças-chave da nova crise monetária...

PARIS — A queda do dólar e a elevação do preço de ouro são três importantes peças-chave da nova crise monetária...

Líbano solicitará ajuda ocidental

TEL-AVIV — Se a Síria ou qualquer outro país árabe invadir o território e violar a sua soberania e integridade, o Líbano solicitará ajuda ocidental...

TEL-AVIV — Se a Síria ou qualquer outro país árabe invadir o território e violar a sua soberania e integridade, o Líbano solicitará ajuda ocidental...

Paulo VI disposto a ir ao Egito

CIDADE DO VATICANO — O papa Paulo VI está disposto a visitar o Egito...

CIDADE DO VATICANO — O papa Paulo VI está disposto a visitar o Egito...

Grevistas lutam com polícia em Rancagua

SANTIAGO — Enquanto os grevistas lutam com a polícia em Rancagua, os trabalhadores de Santiago continuam a lutar...

SANTIAGO — Enquanto os grevistas lutam com a polícia em Rancagua, os trabalhadores de Santiago continuam a lutar...

Nixon renova gabinete com três nomeações

WASHINGTON — Prosseguindo a reestruturação de seu gabinete, o presidente Nixon nomeou ontem três novos membros...

WASHINGTON — Prosseguindo a reestruturação de seu gabinete, o presidente Nixon nomeou ontem três novos membros...



Dr. Paulo de Toledo e a posse de Américo Castro em Agricultura



# Ética motivou ato de Cirne

Do enviado especial e dos Sucursais

O ex-ministro da Agricultura, Cirne Lima, disse ontem que a "gota d'água" de sua renúncia foi de caráter "eminente-mente ético" e que sua decisão havia sido tomada há "algum tempo", não sendo consequência de qualquer acontecimento recente. As declarações de Cirne Lima foram feitas ao enviado especial deste jornal, a bordo do Avro da Força Aérea Brasileira que o conduziu de Brasília a Porto Alegre.

Na capital da República, um antigo assessor do ex-ministro afirmou que a renúncia ocorreu no "momento certo" e evitou uma "crise maior, numa ocasião pouco recomendável". Essa "crise maior", segundo o assessor, poderia eclodir na ausência do presidente da República, que viaja domingo para Portugal. Em Washington, o matutino Washington Post deu grande destaque à renúncia de Cirne Lima, ressaltando que ela poderia dar origem a uma crise.

O governo federal está cogitando de prestar esclarecimentos à opinião pública sobre a política econômico-financeira, de modo a refutar as críticas feitas por Cirne Lima em sua carta-renúncia ao presidente da República. O ministro da Fazenda passou parte do dia de ontem em Brasília, tendo-se avistado com o presidente e o chefe do Gabinete Civil e assistido à posse do novo ministro da Agricultura.

## A posse

O novo ministro, Moura Cavalcanti, tomou posse à tarde, no Palácio do Planalto, na presença do presidente da República e diversos ministros, assumindo o cargo em seguida. Ao fazer sua apresentação aos demais ministros, o general

Garrastazu Médici fez questão de ressaltar que ele deveria entrosar-se especialmente com os titulares do Planejamento e da Fazenda.

Em sua alocução — breve e meramente protocolar —, Moura Cavalcanti disse que se sentia "feliz" com os resultados obtidos pelo governo no combate à inflação e com os "índices de crescimento do setor agrícola".

De todos os dirigentes dos principais órgãos do Ministério da Agricultura, por enquanto, somente um — José Cassiano Gomes dos Reis, presidente da Companhia Brasileira de Armazenamento — anunciou que não continuará no cargo, apesar do convite de Moura Cavalcanti.

## Custo de vida

A Fundação Getúlio Vargas poderá divulgar hoje, no Rio de Janeiro, os índices do custo de vida referente a abril, que — segundo funcionários do próprio governo — deverão ser muito superiores ao do mesmo período, no ano passado, e muito elevados em relação à meta dos 12 por cento.

Em Fortaleza, segundo o Departamento de Estatística da Secretaria do Planejamento, o aumento no primeiro trimestre do ano foi de quase 5 por cento. Mantendo-se essa proporção, será de 15 por cento no fim do ano. Para evitar prejuízos à política antiinflacionária, o governo federal decretará o confisco cambial nas exportações de algodão.

## Censura

O líder do governo na Câmara dos Deputados, Geraldo Freire, negou ontem que o Congresso Nacional seja um "tumulto", conforme dera a entender o líder oposicionista Aldo Fagundes, pois os debates no plenário são divulgados pela "Voz do Brasil" e o "Diário do Congresso".

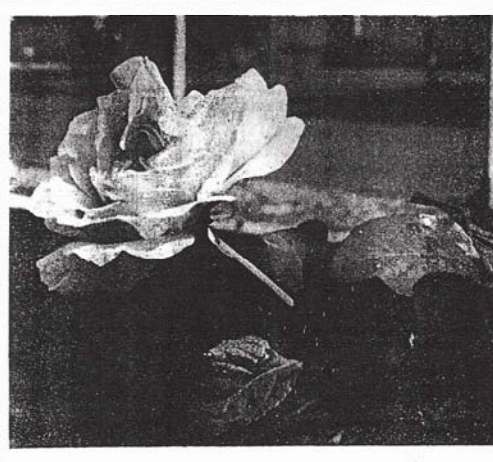
Mais informações nas páginas 10 a 13.

**Anexos 3B**  
***O Estado de S. Paulo***  
**11/05/1973**  
**Edição publicada**



Oposição nos planos de Rogers

WASHINGTON — Não está afastada a possibilidade de um encontro entre o secretário de Estado norte-americano William Rogers e líderes opositores e representantes da Igreja...



A rosa, louvada por poetas desde tempos imemoriais, continua simbolizando o amor

Guerra da Indochina sem verba

WASHINGTON — A Câmara dos Representantes norte-americana aprovou ontem uma emenda que impede a Casa Branca de utilizar uma verba de 430 milhões de dólares para o financiamento dos bombardeios aéreos no Camboje...

Dos Leitores A rosa é o próprio amor

A rosa é a própria concretização do amor, sempre em seu interior. Ela é hermafrodita e, por isso não precisa amar para viver...

Dólar pode enfrentar nova crise

PARIS — A queda do dólar e a elevação do preço a níveis recordes de ouro e às vezes importantes...

Paulo VI disposto a ir ao Egito

CIDADE DO VATICANO — O papa Paulo VI disse ontem ao patriarca de Alexandria, que se prepara para uma grande peregrinação pelo Oriente...

Filinto vai à posse de Cámpora

O senador Filinto Miller, presidente do Senado, viajou para a posse do presidente eleito da Argentina, Hector Cámpora...

As rosas e o poeta Virgílio

poeta redator. Vê-lo lendo de Virgílio, que não poetas A. Baudouin, por mostrar as delícias da vida campestre...

Nixon renova gabinete com três nomeações

WASHINGTON — Presidência do reformista de seu pai, Richard Nixon, além do procurador-geral John Naisbitt...

Grevistas lutam com polícia em Rancagua

SANTIAGO — Enquanto o presidente Salvador Allende decretava a suspensão de direitos políticos...

42 páginas

Editorial 3
Sumário 3
Política 4 e 5
Artes 8 e 9
Falecimentos 14
Serviços 15
Estatos e Obras 15 e 16
Local 17 e 18
Policia 18
Lateral 19 e 20
Esportes 21 a 23
Turfe 24
O Tempo 25
Variedades 25
Economia 26 a 30
Classificados 34



No Palácio do Planalto, a posse de Moura Cavalcanti na Agricultura

Libano solicitará ajuda ocidental

BEIRUT — De a Sur e em qualquer outro país onde se esteja a lutar...

Paulo VI disposto a ir ao Egito

CIDADE DO VATICANO — O papa Paulo VI disse ontem ao patriarca de Alexandria...

Grevistas lutam com polícia em Rancagua

SANTIAGO — Enquanto o presidente Salvador Allende decretava a suspensão de direitos políticos...

Nixon renova gabinete com três nomeações

WASHINGTON — Presidência do reformista de seu pai, Richard Nixon, além do procurador-geral John Naisbitt...

fronteira libanesa. Os exércitos incitaram a um de artilharia. Minutos e depois da Força Aérea, que não simular a captura de 'vital inventivo da segurança libanesa'.
Mundo árabe
O conflito palestino-libanês aprofundou-se ainda mais...

## Dos Leitores

# A rosa é o próprio amor

A rosa é a própria concretização do amor. lembramos um leitor: "Ela é hermafrodita e, por isso não precisa amar para viver (ou sobreviver). A rosa possui órgãos de reprodução masculino e feminino. O masculino é constituído pelos estames, formados pelo filete, a antera e o pólen. O órgão feminino, composto pelo pistilo, o estigma (na parte superior) e o ovário, na parte inferior. Os parentes próximos da roseira, por incrível que pareça, são a macieira, o marmeleiro (que dá varas de marmelo), a pereira, o morangueiro, a framboesa, o pessegueiro e outras. Todas são rosáceas. Mas não vamos plantar marmeleiros. Vamos cultivar rosas e florir este País, para que ele seja mais amado do que nunca. Amemo-lo com rosas! Lembremo-nos da rosa branca, que é o símbolo do silêncio, motivo pelo qual os franco-maçons deram a uma de suas lojas o nome de Loja da Rosa. Joaquim C. A. Nogueira, Praça da Republica, 107".

### As rosas e o poeta Virgílio

"Senhor redator. Velho leitor de Virgílio, que no poema *As Bucólicas* nos mostrou as delícias da vida campestre, não posso esconder o júbilo, a alegria e — por que não dizê-lo? — o orgulho de ver o Estado batilhando por uma causa tão

justa como esta, que em boa hora resolveu encetar em defesa das flores e, especialmente, das rosas.

Senhor redator, "uma rosa é uma rosa é uma rosa". A força de repetir a tão conhecida frase de Gertrude Stein, quase perdemos a exata dimensão de sua profundidade e, por pouco não esqueçemos que, para além de seu valor literário, ela — a frase — por força de sua plurisignificação, tem também a extraordinária virtude de reavivar nossa memória, às vezes, tão estranhamente débil.

É que uma rosa, senhor redator, não se esgota em sua dimensão puramente botânica porque, incorporada à vida desse animal simbólico que é o homem, acabou por transformar-se, também ela, em símbolo. Basta recordar o verso de Fernando Pessoa: "Prefiro rosas ao meu país".

É a razão porque invoco nesta carta a memória de Virgílio, que nos ensinou a incorruptibilidade da rosa, símbolo de tudo aquilo que é exatamente o oposto de todos os tipos de poluição. É por esta razão, repito, que invoco a memória de Virgílio que, de certa maneira nos ensinou que a rosa não deixa de ser bela nem de exalar o seu perfume, embora a esmague a insolência dos ventos". Jonas Lupércio, Avenida da Liberdade, Capital.

**Anexos 4A**  
**Revista *Veja***  
**20/02/1974**  
**Págs. 22 e 23**



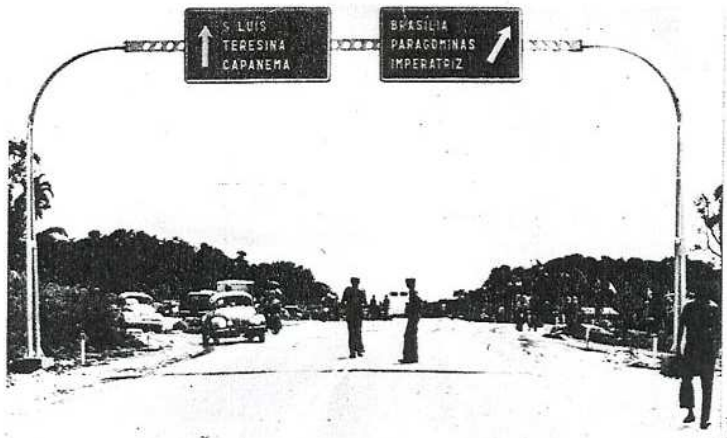
## O ministro vai à escola

Quando o coronel Jarbas Passarinho, 54 anos, deixar o Ministério da Educação, no próximo dia 15, para aproveitar o tempo livre que não será inteiramente preenchido pelo exercício do mandato de senador, pretende entrar para um curso de direito, com o louvável propósito de "aprimorar a formação cultural". O ministro não está decidido apenas quanto ao curso a escolher: se a Universidade de Brasília, que lhe dará aulas matinais, ou o Centro Universitário de Brasília, com aulas noturnas, mais convenientes à sua condição de homem ocupado.

Para chegar ao título de bacharel, Passarinho, que já tem nove títulos de doutor "honoris causa", concedidos por universidades brasileiras, deverá passar pelo vestibular, como qualquer principiante, pois seu último curso de nível superior — a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército — foi concluído há mais de dez anos. Mas isso não o atemoriza: ele está disposto a cumprir todos os deveres dos estudantes e a usufruir de todos os seus direitos, inclusive o de se candidatar à presidência de um diretório acadêmico, "para representar os interesses da classe estudantil". Assim, teoricamente seria possível que no futuro o acadêmico Jarbas Passarinho comandasse uma campanha pela revogação do decreto 477, o mesmo que o ministro Jarbas Passarinho usou por vezes para manter a disciplina nas universidades.



Captada pela nossa objetiva, uma das últimas aparições do demônio



A nova estrada Belém—Brasília, sem onças...

## INAUGURAÇÕES

# 2000 km de asfalto

O espírito da verdadeira aventura desapareceu da legendaria Belém—Brasília desde quarta-feira da semana passada, quando o asfaltamento da estrada foi inaugurado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. Diante do palanque armado a 100 quilômetros da capital do Pará, onde a Belém—Brasília encontra a Belém—São Luís, inaugurada no mesmo dia, e cercado por uma pequena multidão de governadores, ministros e outros convidados, Médici descerrou as placas comemorativas que, ao contrário do usual, não fazem referência aos nomes dos que iniciaram ou concluíram a obra.

Ao longo dos 2 058 quilômetros do que é agora uma rodovia de primeira classe, as ladeiras escorregadias e baixadas lamacentas sobrevivem apenas na memória dos motoristas de caminhão, até há pouco seus mais fiéis e quase solitários freqüentadores. Em suas margens, novas churrascarias e muitos motéis com ar condicionado antecipam certamente a sua transformação em autêntica estrada turística. Até lá, a nova e moderna Belém—Brasília, inteiramente reconstruída em longos trechos, antecipa expressivos dados estatísticos que aparentemente justificam os 950 milhões de cruzeiros gastos na sua pavimentação. Os 100 000 brasileiros que habitavam a sua rota em Goiás, Maranhão e Pará em 1948 são hoje 2,5 milhões. Em 1971, o movimento comercial de Belém por rodovia já era três vezes maior que por via marítima. E nos últimos doze anos a população da capital paraense aumentou em 50%\*.

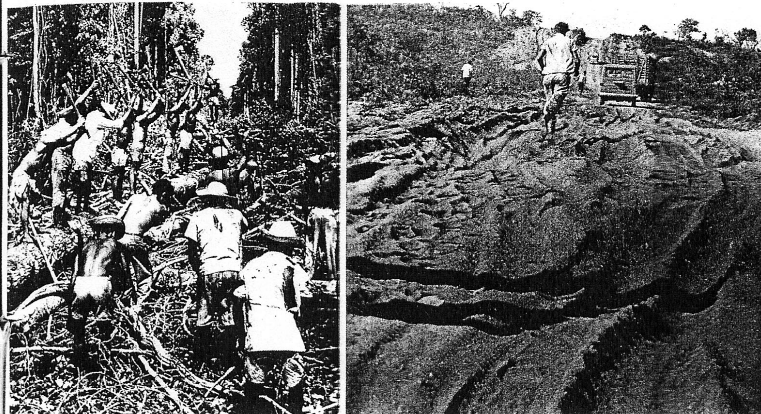
\* Hoje tem 650 000.

O melhor exemplo — Revelando o mesmo entusiasmo demonstrado na entrega do último trecho da Transamazônica, duas semanas antes, o ministro dos Transportes, Mário Andreazza, único a discursar, reconheceu o caráter pioneiro da rodovia e sentenciou: "A Belém—Brasília constitui o melhor exemplo da função integradora e colonizadora cumprida pela estrada de rodagem".

Em 1929, essa função foi vislumbrada pelo engenheiro e ex-secretário dos Transportes de Goiás, Jalles Machado, autor do primeiro estudo sobre a ligação de Belém a Anápolis, em Goiás, perto do atual Distrito Federal. Contudo, foi a decisão de se construir a estrada simultaneamente com a nova capital, que garantiu seu nascimento. "Como no começo não tinha-



Belzebu e Asmodeu no tempo em que reinavam



... e os duros tempos dos primeiros pioneiros

mos condições de prever o relevo da região”, lembra-se Elmir Nobre Saady, ex-coordenador da extinta Rodobrás, “foi traçada uma reta sobre as florestas.”

Aberta em três anos, asfaltada em dois, a Belém—Brasília é marcada por recordes, pioneirismo e sacrifícios. Quando preparava o campo de encontro das duas frentes que abriam a estrada, em 1959, o engenheiro Bernardo Sayão, dirigente da construção, morreu sob o tronco de uma árvore. No começo das obras, um em cada três operários era vítima da malária. Durante o asfaltamento, a malária parecia controlada, mas uma epidemia de meningite atingiu cinquenta trabalhadores, matando cinco.

As dificuldades para levar as grandes máquinas para a floresta, no fim da década de 1950, ou para asfaltar numa região onde só há cem dias sem chuvas por ano, não impediram que a obra se completasse até mesmo com marcas inesperadas. Em outubro do ano passado, a construtora mineira Mendes Júnior bateu um recorde nacional asfaltando 76 quilômetros em trinta dias.

**Herança a administrar** — Entregue ao tráfego, a Belém—Brasília depende agora de uma conservação eficiente e do acabamento. Em longos trechos faltam sinalização, grama e sarjetas. Perto de Porangatuba, faltam 50 quilômetros de asfalto, herança de uma empreiteira falida.

De qualquer forma, espera-se que até maio ela esteja com sua maquiagem pronta, pois seiscentos veículos (80% caminhões) já trafegam diariamente em seus trechos de menor movimento e quase 3 000 invadem as regiões agrícolas na época das safras.

A ligação entre “o maior entreposto da Amazônia ao maior centro regional irradiador de progresso”, segundo disse o ministro Andreazza, parece ter tido resultados igualmente notáveis em Belém.

O economista Gilberto Gatti, diretor das centrais de abastecimento do Pará, nascido em Campinas (SP), lembra: “Antes, os produtos perecíveis vinham para cá de avião. Agora, a maior parte chega de caminhão e menos de 10% de barco”. A diferença deve ser ponderável, pois São Paulo ainda fornece quase 80% de todas as verduras e legumes consumidos na capital paraense.

Assim, quinze anos depois de derrubada a primeira árvore para a sua construção, a Belém—Brasília parece obviamente justificar-se. A colonização selvagem e o desmatamento predatório que a vitimaram na sua infância estimularam os órgãos governamentais a tomar precauções na construção das outras estradas amazônicas. Elogiável e exemplar, a rodovia está, desta forma, longe de merecer o nome de “estrada das onças” com que o fugaz presidente Jânio Quadros, num momento de fobia silvestre, a batizou em 1961.

## R. G. DO SUL

### Ele voltará

Alertada por uma pesquisa de opinião pública, a Arena do Rio Grande do Sul afastou a possibilidade de o senador Guido Mondim candidatar-se à reeleição, pois ele fatalmente seria derrotado pelo emedebista Paulo Brossard. A rápida cirurgia foi feita na semana passada, quando o general Ernesto Geisel esteve em Porto Alegre (VEJA 284, 13/2/1974), e na mesma ocasião tentou-se o transplante salvador, com a candidatura do presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost, o único suficientemente popular para derrotar Brossard.

Infelizmente, os sinais de rejeição surgiram com a mesma rapidez. Numa carta cujo exato teor é tão desconhecido quanto seu verdadeiro destinatário

(alguns supõem que foi enviada ao general Ernesto Geisel, outros ao senador Petrônio Portella, presidente da Arena), Jost manifestou seu desejo de retornar ao trabalho na iniciativa privada, pois não se considera com “vocaçãõ legislativa”, um evidente exagero para quem já foi duas vezes deputado estadual e outras duas deputado federal, e sempre um fiel soldado do extinto PSD. E, como se não quisesse ouvir conselhos ou apelos, Jost viajou para o longínquo Kuwait.

**Telefonemas** — Os arenistas gaúchos viveram dias de perplexidade. O ex-governador Peracchi Barcelos, seu segundo candidato em força eleitoral, teria a grave desvantagem de provocar a desunião do partido — em nome da qual se sacrificou o disciplinado Mondim. Este, subitamente desinteressado de eleições, voltou à pintura acadêmica, com a qual conquistou pelo menos um laurel: “Um dos meus quadros está na Casa Branca, apresentado por mim ao ex-presidente Johnson”, garante.

Mesmo reduzida à desalentadora condição de partido sem candidato, a Arena do Rio Grande do Sul não entrou em desespero. E logo os contínuos telefonemas dirigidos para Brasília e Rio de Janeiro começaram a trazer esperanças: Jost não teria manifestado intenção de não se candidatar, apenas não se considerava o melhor candidato, um distinto gesto de cortesia sem maiores consequências práticas. E assim passaram todos a repetir a esperançosa frase de Peracchi Barcelos: “A decisão virá de cima”.

Contudo, mesmo as decisões que vêm de cima custam, em política, árduo tra-



Jost: candidato, apesar da carta

**Anexos 4B**  
**Revista *Veja***  
**20/02/1974**  
**Págs. 44, 45, 46 e 47**



# O LONGO DRAMA CHILENO

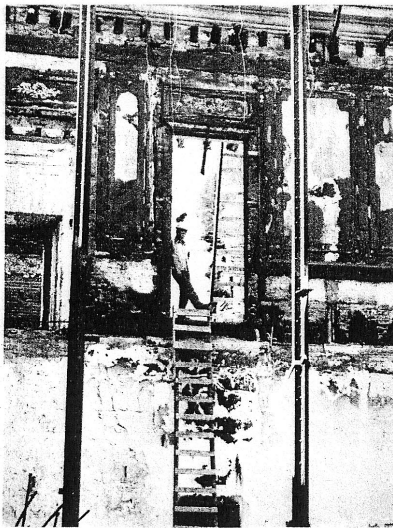
Cinco meses após a queda  
de Allende, o Chile  
tenta curar suas feridas

*"Você pode visitar o Palacio de La Moneda livremente, atravessar seus pátios, e até cruzar com ministros ou com o próprio presidente da República. Os homens públicos chilenos se misturam com o povo e circulam abertamente, para grande respeito de seus concidadãos."* (Extraído do item "Curiosidades", Mapa de Santiago, edição de 1973.)

**S**eria útil, provavelmente, que os militares chilenos adaptassem os guias turísticos de Santiago aos novos tempos impostos ao Chile. Se o fizessem, a versão correta, para evitar inconvenientes aos turistas, deveria começar mais ou menos assim: "Você está terminantemente proibido de visitar o Palacio de La Moneda, mesmo porque os pátios estão invadidos por escombros". Para o jornalista estrangeiro decidido a atravessar as arruinadas muralhas que sepultaram em seu interior o governo do presidente Salvador Allende, a 11 de setembro de 1973, abrem-se exceções. Mas para isso é necessário obter a autorização do capitão de exército Hernan Ponce, chefe de relações com a imprensa internacional, que por sua vez consultará o tenente encarregado da segurança do palácio antes de liberar a visita.

"A reconstrução levará pelo menos três anos", explicava dias atrás à enviada especial de VEJA, Dorrit Harazim, o tenente transformado em guia. "Mas é impossível avaliar os custos — só sei que é muito dinheiro." Basta uma rápida escalada pela ala do palácio setecentista que foi bombardeada cinco meses atrás para lhe dar razão: nem mesmo um exército de operários e arquitetos poderia restaurar fielmente os aposentos presidenciais em menos tempo. Há lugares e bairros, contudo, que simplesmente não é mais possível encontrar no Chile de hoje — pelo menos com seus nomes antigos. A "población" La Habana, por exemplo, foi rebatizada como "Lo Amanecer". Os moradores de Che Guevara agora se habitam a chamá-la de "Santa Ana", os de Playa Girón foram informados que estão morando em "Juán XXIII", e o acampamento Ho Chi Minh agora se chama "Nueva Las Condes".

Do devastado La Moneda à triste faixa de "poblaciones" que formam os subúrbios pobres de Santiago, todos os símbolos dos quase três anos de poder de Salvador Allende estão praticamente extintos hoje em dia. Enquanto a residência particular do ex-presidente, na Calle Tomas Moro, é preparada para transformar-se num asilo de velhos, a Junta Militar que tomou o governo vai assumindo



Reconstrução do La Moneda: 3 anos

o controle de todos os detalhes da vida do país, e o Chile emerge das ruínas deixadas pelo terremoto político.

Com rigor inédito na América Latina, os códigos militares regem a lei e a ordem. Exército e polícia, durante os últimos quarenta anos orgulhosamente distantes da política, vivem na caça diária a uma oposição quase sempre oculta, enquanto as numerosas ilhas da longa costa chilena continuam lotadas de presos. A imprensa, anestesiada pela censura, jamais esteve tão quieta: Os partidos não existem mais, os políticos profissionais ficaram sem o que fazer, e a Junta procura

reconstruir o que for possível dentro do catastrófico caos econômico legado pelo governo da Unidade Popular.

**Ânimo nos negócios** — Como primeira providência, foi prescrito um programa espartano de "trabalho, trabalho, trabalho", para romper a paralisadora interferência da política em todos os setores da economia nacional durante o último ano da Unidade Popular. De imediato, a produção nacional de cobre, responsável por 80% das exportações chilenas, subiu em mais de 10 000 toneladas já no primeiro mês de regime militar. A liberalização dos preços alimentícios, por outro lado, serviu de incentivo aos agricultores, e o consequente aumento das colheitas poderá reduzir, em 1974, para 100 milhões de dólares a importação desenfreada (cerca de 700 milhões de dólares) prevista por Allende.

O acelerado processo de devolução a seus antigos proprietários das fábricas colocadas sob controle do governo anterior — 138 voltaram ao setor privado no início desse mês e catorze serão devolvidas nas próximas semanas — criou no campo dos negócios um ânimo que não existia desde 1970. Os estudos da Junta para revogar a estatização dos 22 bancos comerciais do país tranquilizaram sensivelmente não só os investidores nacionais, mas também os estrangeiros, quanto à segurança conferida, daqui para diante, à iniciativa privada. É a orientação econômica rigidamente conservadora dos novos dirigentes chilenos está servindo de estímulo para um reingresso de capitais internacionais no país.

Assim, em poucos meses, representantes de companhias americanas como a Crown Cork & Seal (rolhas de garrafa) ou Dow Chemical (produtos químicos) voltaram a ocupar os tradicionais apartamentos do Hotel Carrera-Sheraton para tratar da retomada de suas atividades no país. Por outro lado, diversos bancos e entidades financeiras internacionais, além de países que redescobriram esquecidos laços com o Chile, já deram substanciais provas de que a exuberante dívida andi-

na — mais de 4 bilhões de dólares — encontrará meios de ser saneada.

**Trevo e cobre** — Entusiasmadas com esse novo clima, as classes média e alta do Chile, cuja maioria incontestável saudou com alívio a implantação do novo regime — aceitando passivamente seus excessos ou apoiando com satisfação suas primeiras medidas —, mostraram-se imediatamente receptivas aos apelos de ajuda da Junta. Nenhum outro sinal desse apoio tem sido tão visível quanto o sucesso da Campanha de Reconstrução Nacional. Três meses após seu lançamento, 1,1 bilhão de escudos (cerca de 1,1 milhão de cruzeiros) em donativos particulares já chegaram aos cofres do Tesouro Nacional, enquanto outros 900 milhões de escudos eram depositados no Banco Central.

Cada cidadão chileno que deposita mais de 100 escudos recebe em troca o símbolo do otimismo reinante — um trevo. E cada casal que se desfaz de suas alianças de ouro — jóias e outros bens também são aceitos pela campanha — recebe, como agradecimento simbólico, duas argolas de cobre. Além das doações individuais, empresas, organizações cívicas e associações de chilenos no exterior também têm contribuído para esse fundo, que poderá arrecadar, no final, mais de 3 milhões de dólares para as necessidades do país.

Na verdade, se prevalecessem as declarações de grande parte dos chilenos, o futuro do país já estaria claro. Após três anos de lutas contra um governo que jamais aceitaram e doze meses finais de afrontamento total, a parte da população que se opunha a Allende acha que os problemas econômicos estão sendo resolvidos — e que, na política, os confrontos não são mais possíveis.

**Postos de vigilância** — É um alívio, para muitos. Até o 11 de setembro, em consequência da feroz divisão política do país, a normalidade era uma situação de absoluta anomalia no Chile. Rara era a família das classes mais abastadas que, contaminada pelo clima de guerra civil permanentemente invocado pelas extremas esquerda e direita, não tinha em casa uma arma qualquer. E as associações de vizinhos, por quarteirão, se multiplicaram, com discussões práticas sobre a instalação de postos de vigilância nas esquinas, para uma rápida troca de informações sobre a presença de inimigos nas ruas adjacentes.

De maneira ainda mais prejudicial para o país, qualquer dedicação puramente profissional ao trabalho era passível de duras críticas por parte dos "políticos". De fato, em quase todos os setores econômicos chilenos, o tempo útil dedicado a reuniões, assembleias, eleições trabalhistas ou partidárias, comícios e votações diversas substituiu, len-



Torres de la Cruz: passo de ganso

tamente, o rendimento profissional. Na Universidade do Chile, por sua vez, tornou-se indispensável a criação de duas faculdades de estatística — uma de esquerda, outra de direita —, para que as aulas pudessem ser concluídas por via pacífica. E as passeatas diárias pelas ruas centrais de Santiago, normalmente encerradas com a utilização de gás lacrimogênio, só agitavam ainda mais os ânimos. As poderosas e maciças greves de repúdio a Salvador Allende foram o último recurso, exacerbando ainda mais o caos.

Agora, as greves não são mais necessárias — nem permitidas pela Junta. As ameaças de nacionalizações, estatizações e intervenções federal estão esquecidas. As fontes públicas de ideologia e prática política das esquerdas secaram, e o país, para a maioria dos opositores de Allende, finalmente encontrou um rumo certo. No entanto, parece ter-se perdido o que antes parecia cada vez mais precioso: a liberdade de escolha.



Bonilla: férias extemporâneas

**Monopólio** — Senhores absolutos do poder, os militares chilenos não entendem dividi-lo nem torná-lo mais suave num futuro próximo. O tripé da lei e da ordem — toque de recolher, estado de sítio e estado de guerra interna — está solidamente fincado nos 750 000 quilômetros quadrados do país, desde os desertos do norte até as geladas solidões do sul — e, segundo o próprio general Augusto Pinochet, presidente da Junta Militar, mesmo quando o primeiro for suspenso e o segundo abolido, o terceiro continuará em vigor.

Os militares, além disso, têm monopolizado todas as atenções — e, para tanto, seu instrumento mais utilizado é a imprensa. Diariamente, por exemplo, os jornais destacam a proteção que as forças armadas dão à população. "Carabineiro impede tráfico de cocaína", "Fundação Setembro educará os filhos de uniformizados mortos em defesa da pátria", ou "Homenagem em memória de carabineiro mártir" são manchetes frequentes. Raras são as edições sem a foto de algum membro da Junta desempenhando funções oficiais, e nenhuma promoção de oficial superior é esquecida pelos jornais.

**General popular** — Toda a imprensa, entretanto, fica muda a respeito de certos assuntos desagradáveis, e praticamente não há meios formais de se apurar o súbito desaparecimento do noticiário de um general ou os rumores de desgraça de um ministro militar. Ninguém sabe, assim, o que foi feito do general Herman Brady, substituído em dezembro último pelo general de brigada Sergio Arellano, na chefia da Zona em Estado de Sítio da Província de Santiago. Igualmente, as curiosas férias oficiais tiradas pelo ministro do Interior, general Oscar Bonilla, durante alguns dias em janeiro, jamais foram explicadas convincentemente.

Bonilla, como se comenta em Santiago, tem o inconveniente, para o regime, de ser amigo pessoal do líder da democracia-cristã chilena, Eduardo Frei, do qual foi chefe da Casa Militar. Além disso, logo após o golpe, tornou-se o general mais popular nas "poblaciones" amedrontadas, que visitava com regularidade para serenar os ânimos. Finalmente, é o único ministro que já admitiu em público a existência de decisões oficiais erradas. "Sem dúvida alguma, a queima de livros foi um erro — ainda bem que já acabou", disse ele em entrevista. "A cultura não pode ser queimada. Se fosse assim, teriam de queimar minha casa, pois tenho 'O Capital' de Marx e demais literatura marxista. Creio que para combater uma filosofia é necessário conhecê-la."

De qualquer forma, não parece haver desentendimentos mais graves. Nenhuma ambição pessoal conseguiu alterar, nes-



ses cinco meses, o singular convívio hierárquico dos chefes das quatro armas, onde o general Augusto Pinochet, 57 anos (ver entrevista à página 50), é o comandante natural, por ser o mais velho dos quatro e chefiar a arma mais antiga, o Exército. Ao brigadeiro Gustavo Leigh, 53 anos — apreciador de música clássica, admirador de Charles de Gaulle, viúvo e casado em segundas núpcias com uma mulher 23 anos mais jovem —, cabe, por temperamento, o papel de "duro" e "ideólogo" do regime. Finalmente o almirante Toribio Merino, 57 anos, tem a seu cargo a decisiva parte econômica do programa de governo da Junta.

Não há problemas visíveis, igualmente, em relação ao quarto integrante da Junta, o general da força policial de carabinieri César Mendoza, sempre apressado e cordial, presença obrigatória em cerimônias, atos públicos e reuniões de protocolo. Nesse quadro de placidez e concórdia, a única peça do tabuleiro militar que parece poder avançar para uma eventual e remota sucessão de Pinochet é o general Manuel Torres de la Cruz. Recentemente ele foi chamado a Santiago para assumir o cargo de Inspetor Geral do Exército, após ter comandado durante três anos a Quinta Divisão e atuado como interventor na província de Magallanes, no desolado extremo sul do país.

**Relógios sincronizados** — Enquanto os militares demonstram acomodar-se entre si na gerência do poder, os chilenos, igualmente, tratam de acertar o passo com a nova ordem. Como diz uma brincadeira corrente mesmo nos círculos oficiais, o conservador ex-presidente Jorge Alessandri chamava os chilenos de "conciudadãos", ao passo que o democrata-cristão Eduardo Frei preferia o termo "camaradas" e o socialista Salvador Allende só falava em "companheiros". Pinochet, entretanto, acha mais apropriado dirigir-se aos seus "sobreviventes" — isto é, todos os que desde o golpe conseguiram se adaptar à severidade vigente.

O próprio toque de recolher — que afeta a todos da meia-noite às 5h30 da manhã — já foi incorporado à rotina de cada um. Para os que vêem vantagens em tudo, a medida de exceção tem suas compensações. "Agora a gente pode dormir mesmo quando está de plantão", diz, Victor Rojas, empregado de um posto de gasolina em Santiago. Para a grande maioria dos chilenos, contudo, "el toque" não passa de um transtorno. Uma coisa é certa: a nação inteira tem seus relógios sincronizados com a hora militar. Ainda assim, não há noite em que as ruas já silenciosas e desertas não sejam tomadas pela aflição dos retardatários.

De fato, nos minutos que precedem a entrada em vigor do toque de recolher,

os sinais de trânsito passam a ser ignorados e automobilistas dos mais pacatos descobrem a utilidade do acelerador. Quanto aos pedestres que ainda têm algumas quadras a percorrer, ou que perderam o último ônibus, a agonia e insegurança são maiores. Uns caminham no meio da rua, assobiando, para aparentar maior naturalidade. Outros detêm virtualmente qualquer veículo — viaturas militares, ambulâncias, carros de passageiros — na esperança de uma carona improvável.

De qualquer forma, a partir da meia-noite, quem não tiver salvo-conduto também não deverá ter ilusões. Na melhor das hipóteses, passará a noite numa delegacia de polícia e pagará a multa de 2 000 escudos em dinheiro (cerca de 20 cruzeiros) ou em trabalhos para a co-



Leonardo da Vinci, festejado compositor do fox Mona Lisa

munidade — como ajudar na limpeza de ruas, por exemplo. Caso não respeite a ordem de parar, será admoestado com um primeiro tiro para o ar; o segundo disparo, entretanto, tem alvo certo. Restam, ainda, os que têm autorização para circular nas horas proibidas. Trata-se de um privilégio duvidoso: com os vidros do carro obrigatoriamente abertos, luz baixa, velocidade máxima de 10 quilômetros por hora, e um rígido controle militar a cada duas quadras, muitos têm a sensação de estarem atravessando o "Check Point Charlie", em Berlim.

**Senhas alteradas** — Não resta dúvida, também, que o entrosamento dos 60 000 homens das Forças Armadas e reservistas especiais, com os 40 000 carabinieri — colocados em ação permanente desde o 11 de setembro para combater uma eventual força clandestina —, é particularmente eficaz. Os militares chilenos,

de fato, têm uma longa tradição de competência profissional. E sua ida para as ruas, desde o golpe, levou-os a montar rapidamente uma máquina de trabalho que se aperfeiçoa dia a dia. Já no dia da queda de Allende, a perfeição técnica do bombardeio ao La Moneda — fruto, segundo rumores, de dois meses de treinamento secreto sobre alvos imaginários numa área perdida do norte do país — causou surpresa geral. Hoje, com renovado cuidado pelo detalhe operacional, as senhas usadas durante o toque de recolher, como "Passaro Branco" ou "Colina/Alta", são alteradas a cada noite e transmitidas sigilosamente através de todo o Chile.

A onipotência atual das forças militares chilenas, que extravasa qualquer fronteira legal ou profissional, também já está produzindo incômodos efeitos colaterais. Cinco meses de regime de total exceção bastaram para erradicar na população chilena qualquer veleidade de protesto — e, por menos culpados que sejam, os moradores de uma residência invadida por militares ou investigadores à procura de subversão jamais se queixam, mesmo quando os visitantes se retiram com relógios, cigarros ou dinheiro.

Ao mesmo tempo, como se poderia supor, não demorou muito para que delinquentes comuns tirassem proveito desse estado de temor e passividade nacionais. Em apenas uma semana, em janeiro, foram anotados quatro assaltos em que os ladrões se apresentavam como policiais ou funcionários do governo militar, exibindo ordens de busca com a falsa assinatura do general Pinochet.

A Junta, naturalmente, se preocupa com essa erupção de delinqüência. Mas na atual fase de afirmação da força e da lei militar no Chile, o inimigo mais exasperante e fugidinho ainda é o militante ou simpatizante de esquerda. Embora todos os partidos políticos considerados marxistas estejam banidos, seus órgãos de imprensa fechados e seus militantes soltos sejam caçados sem trégua através do país, o alerta militar não diminuiu desde setembro último. Os diplomatas estrangeiros de Santiago tendem a aceitar a alegação da Junta de que apenas um quarto dos depósitos clandestinos de armas em mãos dos marxistas foram encontrados até agora. Isso significaria que cerca de 60 000 armas hostis aos militares ainda se encontram em alguma parte do território chileno.

**Momento de agir** — Mesmo que esse número seja seis vezes inferior, como afirmou a VEJA um militante de esquerda da "población" O'Higgins, parece certo que existe uma considerável quantidade de armamento fora do controle oficial. Nos últimos dias de janeiro, por exemplo, o general Ernesto Baeza, chefe da polícia civil de Santiago, transportou jornalistas e fotógrafos a

uma casa abandonada no subúrbio de Maipu, que, segundo explicou, era uma fábrica de explosivos e depósito de armas. Afirmou também que grandes quantidades de TNT, 500 quilos de dinamite, armas de todos os calibres e material destinado à fabricação de morteiros e minas teriam sido abandonados no casarão.

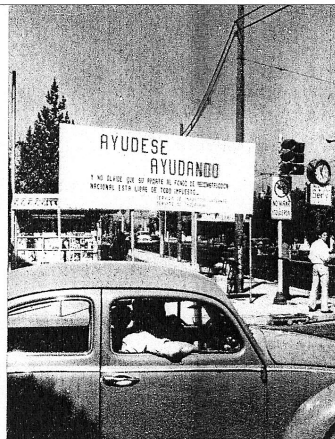
A grande incógnita, tanto para o governo como para a população do país, é saber se os arsenais ainda ocultos serão utilizados — e, sobretudo, quando e por quem. Há cálculos de que cerca de 100 000 pessoas estariam desaparecidas de suas casas ou esconderijos habituais desde o dia do golpe. Como, segundo o consenso geral, menos de 3 000 pessoas morreram durante as batalhas de setembro, o número de interrogados e presos não chega a 10 000 e outros 7 000 obtiveram salvo-condutos para sair do país, ainda restariam cerca de 80 000 eventuais agitadores ao largo. "Advirto aqueles que estão ocultos e esperam o momento para agir", declarou poucos dias atrás, em Antofagasta, o general Pinochet, "que não teremos nenhum escrúpulo em puni-los drástica e duramente."

Além de armas escondidas, a desbaratada esquerda chilena se apóia também num patético elixir de ilusões e fantasias. "Talvez o companheiro Allende nem esteja morto", dizia recentemente em sua casa de alvenaria de um subúrbio de Santiago, obtida do governo anterior, uma operária com dentadura de gesso. "Não como mais peixe", acrescentava o marido, "porque estão sendo alimentados com os cadáveres que os militares jogam no mar."

**Pelo rádio** — Não longe dali, na comuna de Quinta Normal, um septuagenário comunista recebeu a enviada especial de VEJA com uma garrafa gigante de Coca-Cola, e idéias mais assentadas sobre a realidade de seu país. "Cerca de dois meses antes do golpe", conta ele, "recebemos instruções de ficarmos alertas caso o general Prats se demitisse, e de não resistir em caso de violência. E, no momento presente o mais prudente é nos limitarmos a denúncias contra os fuzilamentos e violações das liberdades civis."

Isso não significa que toda oposição artesanal e individual tenha cessado. Na época de Natal, milhares de cartões dourados, dizendo que "não há felicidade enquanto existirem os campos de prisioneiros", foram enviados pelo correio às principais personalidades do país. A veloz circulação de notas de dinheiro com inscrições ofensivas à Junta, por outro lado, obriga o governo a emitir o "bando n.º 38", limitando a validade dos bilhetes. E a multiplicação de incêndios florestais, atribuídos a sabotadores políticos, também tende a crescer.

Nada, porém, igualou o impacto pro-



Fundo de Reconstrução: apelos



Santiago: comércio de antimarxismo



Contra a escassez: decreto 280

vocado nas esquerdas de todos os matizes pelo anúncio de que o ex-senador socialista Carlos Altamirano, talvez o principal inimigo da Junta ainda em circulação, falaria todas as noites através da Rádio de Moscou. De fato, na noite de 19 de janeiro, quando Altamirano falou pela primeira vez, o uso das ondas curtas bateu recordes nos aparelhos de rádio chilenos. Isolado de qualquer contato com seus líderes, os esquerdistas não-profissionais têm nas transmissões do ex-senador, virtualmente, a única palavra de ordem.

**Velhos rancores** — Mas a única tentativa de organizar uma oposição unida, ensaiada pouco após o golpe com a criação de um comando único englobando o MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária), o Partido Socialista Unido e os demais partidos que integravam a Unidade Popular, parece condenada a esbarrar nas desconfianças mútuas das esquerdas. Na época, falou-se até de comunicados de uma "Frente Única Revolucionária", transmitidos por uma emissora clandestina — a Rádio Quimantu. Até agora, entretanto, nenhum resultado prático apareceu. E o manifesto dos comunistas chilenos publicado dia 9 de janeiro no órgão do PC argentino "Nuestra Palabra" — fazendo um apelo indireto para que também os democratas-cristãos se juntem à "aliança antifascista" — igualmente não parece capaz de apagar os velhos rancores "miristas".

A única união mais visível entre os inimigos da Junta, no momento, se faz dentro das prisões. O Estádio Nacional, transformado em símbolo da repressão que se seguiu ao 11 de setembro, há muito foi esvaziado. Hoje, os milhares de detidos — a maioria dos quais sem acusação formal nem data de julgamento ou soltura — estão internados em lugares menos acessíveis à população urbana, como as instalações já fora de uso da mina de salitre Chacabuco, a poucos quilômetros de Iquique, e as ilhas de Dawson, no extremo sul do país, e Quiriquina, ao largo do porto de Concepción.

Embora a Junta tenha revelado que mais de cem prisioneiros foram fuzilados desde setembro último por tentativa de evasão, a cada dia brotam novas versões sobre as circunstâncias dessas supostas fugas. Para as desamparadas famílias de presos ou desaparecidos, a recente criação por decreto de uma Secretaria Executiva Nacional de Prisioneiros poderá evitar os longos dias, e por vezes semanas, sem notícias oficiais da localização do parente procurado. Ainda assim, tão cedo não ruirá a muralha de silêncio que a Junta consegue erguer em torno dos casos mais polêmicos.

**Fim das notícias** — Amordaçada severamente, a imprensa chilena autorizada

**Anexo 5A**  
**Revista *Veja***  
**13/03/1974**  
**Pág. 27**



Kubitschek: bem sucedido

## CASSADOS Ordem do dia ?

Dez dias depois da vitória da Revolução de 31 de março de 1964, o Diário Oficial da União publicou os dois primeiros atos do seu Comando Supremo. Assinados pelo general Arthur da Costa e Silva, tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e vice-almirante Augusto Rademaker Grünewald, eles suspendiam por dez anos os direitos políticos de 100 pessoas e cassavam os mandatos legislativos de outras 40. O primeiro da lista era Luís Carlos Prestes, feiticheiro do proscrito Partido Comunista, seguido dos ex-presidentes João Goulart e Jânio Quadros, do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes e, entre outros, do economista Celso Furtado, do chefe da Casa Civil do governo deposto, Darcy Ribeiro, e dos deputados Almino Afonso, José Aparecido de Oliveira, Leonel Brizola e Sérgio Magalhães.

A menos de um mês do esgotamento das primeiras punições — elas prescrevem no dia 10 de abril, 25 dias depois da posse do general Ernesto Geisel na presidência da República —, o MDB já fez saber que considera suas fileiras bastante amplas para acolher, além dos atuais "autênticos" e "moderados", ex-cassados e ex-órfãos de direitos políticos.

**De acordo com a lei** — Para a direção do MDB, nada impede que ex-cassados voltem à vida partidária ou que, reinvestidos de seus direitos políticos, muitos exilados voltem à pátria. As leis permitem até mesmo que parte deles — os que não tiveram direitos políticos suspensos — dispute cargos eletivos. No entanto, o otimismo do deputado Ulysses Guimarães, presidente do MDB, parece excessivo: "Estamos em plena fase pré-eleitoral e por isso entendo que o problema foi levantado em época oportuna".

Outros setores parlamentares, sem dúvida mais cautelosos, acreditam que ini-

ciar a discussão sobre a volta dos cassados agora é, no mínimo, inoportuno. Um deputado arenista, conhecido por sua proximidade com o futuro governo, lamentou a precipitação do debate e garantiu a VEJA que "o reingresso dos cassados na vida do país poderá ser definido por nova legislação, já em estudo por membros da próxima administração".

Até lá, tudo indica que os habitantes do limbo político brasileiro, no país ou fora dele, poderão movimentar-se nos estreitos limites da lei. Além desses limites, é possível que o MDB não tenha grande sucesso em seu plano de caçar votos com a ajuda de ex-punidos eleitoralmente fortes, pela simples razão de que a maioria deles já parece desinteressada na vida pública. Alguns, como Arraes e Brizola, não poderão voltar ao país a não ser para cumprir as penas a que se acham condenados. Outros, como o ex-presidente Juscelino Kubitschek ou os ex-deputados Sérgio Magalhães e Luiz Fernando "Baby" Bocayuva Cunha, alcançaram variáveis e confortáveis graus de sucesso na iniciativa privada. Os que já regressaram por iniciativa própria nos últimos anos — entre eles o ex-ministro do Trabalho Amaury Silva, o ex-ministro da Justiça Abelardo Jurema e o ex-ministro da Educação Paulo de Tarso — mantêm-se em seguras atividades particulares. O economista Celso Furtado deverá seguir-lhes o exemplo e voltar de Paris para lecionar numa universidade carioca.



Espera-se que este sr. desapareça

MDB

## Comando moderado

Há um ano, o MDB precisou de muitos dias de entendimentos e seguidas reuniões para elevar Aldo Fagundes à liderança de sua bancada na Câmara dos Deputados, mas, na terça-feira passada, bastaram vinte minutos para trocá-lo por Laerte Vieira, que os radicais da oposição, na época, haviam vetado.

No discurso pronunciado logo após a sua eleição — que traduziu a clara hegemonia dos moderados sobre os radicais —, Vieira prometeu liderar democraticamente, procurando a unanimidade da bancada, mas advertiu: "Quando isto não for possível, o líder seguirá a decisão da maioria". A declaração de Vieira despertou reações imediatas entre os radicais, membros natos de uma definhante minoria. Acometido de febre moderadora, o deputado paulista Fran-

cisco Amaral desligou-se da facção, seguindo o exemplo do gaúcho Alceu Colares, dado em janeiro, durante as eleições indiretas para a presidência da República. Disposto a persistir na defesa do ideário radical, Lysaneas Maciel lamentou a ausência do grupo na reunião em que a bancada escolheu o novo líder, e Getúlio Dias, deputado pelo Rio Grande do Sul, produziu uma de suas frases características: "Ou estou ficando louco, ou este partido é chefiado por velhacos".

**O comando do MDB** — Enquanto se registravam as primeiras defecções no grupo, fortalecia-se na bancada do MDB a convicção de que a maioria moderada pretende comandar sozinha o partido, sem recorrer às antigas concessões. A política de composição foi superada no momento em que os radicais se negaram a apoiar a candidatura simbólica de Ulysses Guimarães à presidência da República, desobedecendo a uma decisão tomada em Convenção Nacional e, por isso, guardada pelo instituto da fidelidade partidária. A direção do MDB não usou as medidas de represália que a lei



Vieira: a vontade da maioria

lhe facultava, mas abandonou a linha tradicional de conciliação.

Quanto aos radicais, aparentemente eles ainda não sabem o rumo que deverão seguir. Na reunião realizada terça-feira, momentos antes da eleição de Vieira, só conseguiram chegar a uma conclusão: o grupo não tinha condições de enfrentar os moderados com um candidato próprio. Nem mesmo a sugestão do lançamento de um manifesto conseguiu adesões.

**Anexo 5B**  
**Revista *Veja***  
**13/03/1974**  
**Pág. 29**



Na quinta-feira, antecipando-se à decisão anterior, o Serviço de Transporte da Baía da Guanabara retirou suas barcas de carga que faziam a travessia, por falta total de movimento. O órgão calculou que o movimento de passageiros, atualmente 160 000 pessoas em nove barcas com 2 000 lugares, diariamente, deverá baixar quase 20%, quando entrarem em funcionamento as diversas linhas de ônibus entre as duas cidades.

Para os motoristas de táxi, há a perspectiva de novos negócios. Nas primeiras corridas para Niterói, pelo simples prazer de cruzar a ponte, alguns cobraram apenas o que marcava o taxímetro. Outros, como José Gomes, preocupavam-se com a possibilidade de faturar até 60 cruzeiros por corrida. Ele chegou a este cálculo rapidamente, aplicando à soma do taxímetro, os 20 cruzeiros do pedágio, a bandeira dois e a viagem de volta, vazio, pois não podem pegar passageiro em outro Estado.

Niterói deverá ganhar com a ponte um novo descobrimento. As ruas estreitas e pequenas já estão mais engarrafadas e os comerciantes sonham com movimentos milionários. Nos jornais, os columnistas sociais já anunciaram o novo programa dos grã-finos cariocas: uma nostálgica travessia pela ponte, jantar na praia de Icaraí e uma esticada final em alguma até agora desconhecida boate fluminense.

## ÍNDIOS

### Hábitos de branco

Defendida arduamente pela Funai, a integração do indígena brasileiro ao mundo civilizado parece estar desenvolvendo-se com uma rapidez jamais suspeitada. E, neste processo, os chamados índios gigantes kranhacãores deram em pouco tempo dois convincentes exemplos de adaptação aos costumes dos civilizados. Há poucos meses, o sertanista Antônio Campinas foi afastado da frente de trabalho às margens do rio Peixoto de Azevedo sob suspeita de ter induzido os

A foto com a nova paisagem ao fundo



índios à prática do homossexualismo. Na semana passada, os kranhacãores eram vistos em bandos na rodovia Cuiabá—Santarém: mulheres, velhos e crianças pediam carona e esmolas aos motoristas de ônibus e caminhões. Abandonando praticamente todos os seus antigos hábitos, deixaram de caçar e na estrada alimentam-se com farinha e açúcar fornecidos por alguns soldados do 9.º Batalhão de Engenharia e Construção, numa tentativa de evitar maiores problemas com colonos e aventureiros.

**Falta atrativos** — Desde a pacificação, em fevereiro do ano passado, os kranhacãores foram controlados por três sertanistas: Apoena Meireles, Antônio Campinas e o atual, Fiorello Pa-



Os gigantes na estrada: uma esmola

risi, que a 60 quilômetros da estrada tenta evitar o êxodo de outros grupos. Para Apoena, está ocorrendo agora o mesmo processo que atingiu os cintas-largas logo após os primeiros contatos. "Os índios vão confraternizar por falta de atrativos em suas reservas", diz ele. "Se houvesse um jipe, um caminhão ou um trator trabalhando para eles, não haveria problemas." E o pior será a volta à aldeia, após a desilusão junto aos brancos: "Como os cintas-largas, eles regressarão à tribo doentes, com novos vícios e suas mulheres violadas pelos motoristas de caminhão". Segundo as estimativas mais otimistas, isso ainda não estaria ocorrendo com os kranhacãores que pedem esmolas na rodovia Cuiabá—Santarém. A Funai recusou-se a comentar o assunto.

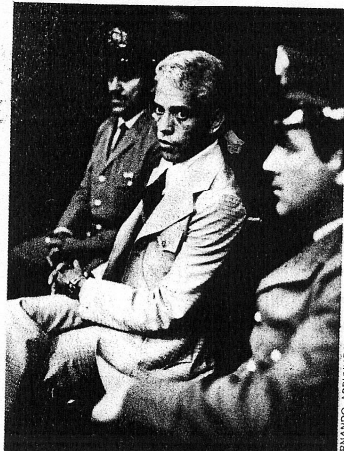
O diabo está no fim



## JUSTIÇA

### 16 anos de prisão

Com terno cinza-claro, colete vermelho e camisa engomada, e um largo sorriso, Astorice Correia e Silva, o "Correinha", ouviu, terça-feira passada, no II Tribunal do Júri, a sentença que o condenou a 16 anos de prisão pelo fuzilamento, em 1969, na capital paulista, de Itaguassu Schumacker Cordeiro, um informante da polícia. Arrolado também entre 47 policiais apontados como integrantes do Esquadrão da Morte em São Paulo e respondendo a 20 processos criminais, sob a acusação de ter executado 40 pessoas, "Correinha" sentou-se



Correinha: indiferente e condenado

pela primeira vez no banco dos réus. Nada o perturbou durante o julgamento: nem as palavras do promotor Milton Cícero Novais Batista — que o chamou de "monstro", "falsário" e "facinora" —, nem a presença de centenas de curiosos e de testemunhas ilustres, como o ex-governador paulista Roberto Costa de Abreu Sodré que, embora apresentado pela defesa, limitou-se a dizer que não sabia por que estava depondo, pois sequer conhecia o réu. Com a mesma indiferença descrente, "Correinha" acompanhou os esforços de seu advogado, José Fernando Rocha, nos trabalhos da defesa. Rocha denunciou irregularidades no arrolamento de testemunhas e anunciou que vai requerer nulidade do julgamento.

Anuncia-se agora o julgamento do delegado Sérgio Paranhos Fleury, acusado de duplo homicídio em São Paulo, e pronunciado também na comarca de Barueri (Grande São Paulo) pela execução de três pessoas.

**Anexos 6**  
**Carta ao leitor**  
**Revista *Veja***  
**09/06/1976**  
**Pág. 19**





Editora Abril

Editor e Diretor: VICTOR CIVITA
Diretores: Edgard de Sílvio Faria, Richard Civita, Roberto Civita



Revista Semanal de Informação
REDAÇÃO
José Roberto Guzzo, Sérgio Pompeu

Redator chefe: Carmo Chagas
Editores: Almyr Gajzeron, Gerrit Harazin, Emilio K. Matsumoto, Geraldo Miyazaki, José Márcio Penido, Nirlando Beltrão, Ruy Fernando Barboza
Editores Assistentes: Antônio Carlos Augusto, Augusto Nunes, Carlos Albaro da Oliveira, Eda Maria Romão, Fernando Moraes, Geraldo Hassse, Guilherme Cunha Pinto, João Arco e Fleiss, João Victor Strauss, Jorge Escosteguy, José Antonio Dias Lopes, Luiz Henrique Fruet, Luis Nassif, Luiz Wais, Otávio Tavares de Araújo, Renato Pompeu, Ricardo A. Sefri, Roberto Pompeu de Toledo, Sérgio de Oliveira, Tadeu Azeiteiro, Valdir Zwetsch, Wilson Palhares.

Assistente Administrativo: David Rodrigues Moura
Departamento de Informações
Editor de Reportagem: Eurico Andrade

Reportagem: Angéla Zinoli, Antônio Carlos Faria, Antônio Carlos Guida, Francisco José Malfinas, Hermanno Antônio Henning, Lucila Camargo, Maria Helena Passos (reportagem), Sônia Santos (produção)
Bureau: Rio, Nelson Silva (chefe de redação), Antônio Christodomo, Benício Nóbis de Medeiros, Eva Spitz, Franklin Campos, Joaquim Ferreira dos Santos, Lorraine Elvira, Maria A. Jacsó, Maria Helena, Márcio Ferreira Lage, Octávio Barata Costa, Roberto Mello Silva, r. do Passado, 56, 111 andar, fone: 244-2022, telex: 021-22474 — Brasília: Diretor: Pompeu de Souza, D'Alembert Jacquot (chefe), Alvaro Pereira, Armando Rollemberg, Carlos Henrique Santos, Eliane Cantanhede, Ijalmar Maia Nogueira, Márcio Varela, Marilda Marchi, Cavaleiro Amorim, Suzana Veríssimo, Valdir Diniz (reportagem) — Ed. Central, salas 1201 e 1208 — Setor Comercial Sul, fone: 24-0020, 24-7116, telex: 003-24050 — Belo Horizonte: Carlos Lindemberg Spinola (chefe) / Danilo Andrade e Gleizer Correa Naves (reportagem) / r. Alvaros Cabral, 1778 — fone: 254-1929, telex: 031-1005 — Curitiba: Helio Teixeira (chefe) / Pedro Franco Cruz — fone: 334-1184 — Rio de Janeiro: Ed. Barral, 9º andar, sala 901, fone: 23-2322 e 23-2541 — Porto Alegre: Luis Cláudio Cunha (chefe), Adélia Portela da Silva e Pedro Alegre — av. Otávio Rocha, 115, 3º andar, conj. 302, fone: 242-7760 e 24-8226, telex: 051-1092 — Recife: José Maria Andrade (chefe) / Clara Lúcia Santos, Nilson Pereira Lima e Yerezinha Nunes da Costa — r. Siqueira Campos, 45, sala 204 — Ed. Lygia D'Almeida, fone: 081-1184 — Salvador: Carlos Libório (chefe) / Nádia Miranda e Pedro Marcolini — trav. de Alada, 1, sala 504, fone: 3-2031, telex: 071-1188 — Paris: Pedro Cavalcanti — Londres: João de Oliveira — Roma: Carlos Struwe — Genebra: Cláudio D'Almeida — Lisboa: Paulo Sotero — Roma: Marco Antônio de Rezende — Washington: Roberto Garcia — Nova York: Hugo Estenssoro, Odílio Licatti — Buenos Aires: Eric Nepomuceno — Lima: Augusto Montanino — México: Wislir Dupont — Telavive: Alessandro Porro

Correspondentes: Montgomery Holland (Teresina), Aldo Grangeiro (Flórida), Bernardino Souza (Maceió), Celso Cordeiro Filho (Campos, RJ), Ciro Pinheiro (Porto Velho), Ojar Dantas (Natal), Guilherme Augusto de Souza (Belém), Hélio de Souza (Campo Grande), João Silveira (Vitória), José Chalub Leite (Rio Branco), José Luis Alves (Cuiabá), Lucides Oliveira (Belo Vista), Marlene Cabral (São Paulo), Mauro Bezerra (São Paulo), Paulo Fernando (Lima), Marcos Antônio, Marjorie, Rosário, Faria (Vitória), Haroldo Furtado (Manaus), Wilson Nogueira (Fortaleza)
Colaboradores: Afonso Romano de Sant'Anna, Bruno Barchuck, Carmen Lucia Pontado Lancelotti, Fortuna, Geraldo Galvão Ferraz, José Augusto Siqueira, Milton Fernandes, Roberto Marinho de Azevedo, Sérgio Augusto, Tárk de Souza

Chefe: Darcy Trigo
Fotógrafos: Carlos Nambu, Sérgio Sade (São Paulo), Francisco Nelson, Walter Forno (Rio), Luis Humberto, Marcos Santilli (Brasília), Cássio Augusto (Belo Horizonte), Amílton Vieira (Curitiba), Leonid Streltsev (Porto Alegre), Cláudio Nucci (produção gráfica)

Chefe: Pedro de Oliveira
Diagramadores: Ademar Assaoka, Ignacio Leite Filho, Eduardo N. B. Brito, José Antonio de A. Marinho, Pindaro Carmelino Sobrinho / José Sant'Anna Filho (preparação) / João Marcos Coimbra, José Gustavo Vasconcelos (preparação) / Carlos Nucci (produção gráfica)

Serviços Editoriais
Diretor: Francisco Beltrão
Documentação: Pedro de Souza (gerente), Carmen Z. Ribeiro, Edna N. Martins, Dilce Covazzi, José Luiz Brum, Laura Machado Coelho, Lizete de Mendonça, Maria A. Marco, Maria S. J. França, Marjorie, Faria Frank, Paulo R. Ribeiro, Sheila Ribeiro, Susana Avallari Junqueira, Valéria de Lima, Vicente Reis
Abril Press: Judith Baroni (gerente) — Nova York — Odílio Licetti (gerente), 494 Madison Avenue, Room 2201, New York, NY, 10022, telex: EDARIL 423 003, Phone (212) 688-0331 — Paris — Rui Martins — 13, rue de Puits, Paris 15ème, France, 326 32 77 — Franca

Estúdios Abril: Opa Krell (diretor)
Cartografia: C. Lúcio Paschoal (gerente)
Laboratório Fotográfico: Justo Leão (gerente)

Serviços Internacionais
Newsweek/Associated Press, Latin-News, Matérias Internacionais, Via Virg, Air France, Aerolíneas Argentinas, British Caledonian, Airways e IAP

DEPARTAMENTO COMERCIAL
Diretor: Flávio da Silva Pereira
Gerente Administrativo: Alexandre Daunt Coelho
Gerente de Publicidade: Fábio Albano Amaral

Representantes: Hércio V. N. de Andrade, Newton Fioratti, Sérgio Torcadori e Marco Aurélio P. Assis
Supervisora de Promoções e Propaganda: Maria Lúcia Volpomi
Coordenador de Publicidade: Carlos Augusto F. Saravia
Coordenador de Produção: João Carlos de Oliveira

Belo Horizonte, gerente: Mariza Tavares Parreira; Brasília, gerente: Luis Edgard P. Torres; Curitiba, gerente: Aldo Schlichter; Porto Alegre, gerente: Kleber Vieira Balzer; Recife, gerente: Emanoel Moraes; Rio, gerente: Alvaro Caçilano Filho, representantes: Maria Vilhena Filho e Sérgio Percego; Salvador, gerente: Juracy Costa

Departamento de Assinaturas
Gerente Geral: Valtér Richetti
Gerente de Atendimento: José Antonio Soler

Diretor, Rio e Escritórios Regionais: Sebastião Martins
Assessor de Diretor Responsável: J. R. Franco da Fonseca
Diretor de Publicidade: Osvaldo de Almeida F.

Diretor Responsável: Edgard de Sílvio Faria



VEJA é uma publicação da Editora Abril Ltda. / Redação: Publicidade, Administração e Correspondência: av. Otaviano Alves de Lima, 409, fone: 242-0211 e 242-0222, caixa postal: 272, telex: 013 20205, São Paulo / Telex em Nova York: EDARIL 423 003 / Escritórios: Belo Horizonte: r. Alvaros Cabral, 1778, fone: 333-0321, telex: 031-1005, telex: 051-1092; Brasília: SCS/Propriedade, Edifício Central, 12º andar, fone: 244-1929 e 24-7116, telex: 003-24050; telegrafano: Alvoradas / Curitiba: r. Alvaros Cabral, 1778, fone: 334-1184, telex: 031-1005; telegrafano: Alvoradas / Porto Alegre: av. Otávio Rocha, 115, 3º andar, conj. 302, fone: 242-7760 e 24-8226, telex: 051-1092; telegrafano: Alvoradas / Rio de Janeiro: r. do Passado, 56, 111 andar, conj. 302 e 311, fone: 244-2022 e 24-7116, telex: 003-24050; telegrafano: Alvoradas / Recife: r. Siqueira Campos, 45, Edifício Lygia Ulhoa Medeiros, conj. 204-B, fone: 242-8226, 24-2022, 24-2107 e 24-2152, caixa postal 2372, telex: 051-1092 / Salvador: trav. de Alada, 1, Edifício Alvaros Cabral, salas 502 e 503, fone: 3-2031 e 3-2032, telex: 071-1188, telegrafano: Alvoradas / Distribuidor nos EUA: M&E Representações, 112 Ferry Street, Newark, N. J. 07102, tel.: (201) 262-7872 — Fone: 021-2524 / Distribuição para assinaturas: Distribuidora Imagem Press Ltda. — São Paulo: 235, av. Paulista, 1241 — São Domingos, 217, r. Antônio de Barros, 425 — João Pereira: 157, r. Joaquim Pires, 437, r. Domingos de Moraes, 1831, r. Barão de Camargo, 502, r. Saldanha Cabral, 141, indício pelo correio, caixa postal 445, São Paulo — Telex: 003-24050 — Distribuição em outros países: Indício pelo correio, Indício pelo correio, São Paulo Distribuidora com exclusividade no caso da Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo Registrada na O.C.D.P. do Departamento de Polícia Federal sob n.º 026 P. 269/72.

Carta ao leitor

Pela primeira vez em mais de dois anos, VEJA chega às mãos de seus leitores, neste número 405, como sempre deveria ter chegado: sem censura prévia por parte das autoridades. Aplicada desde 15 de maio de 1974, na edição de número 297, a censura foi levantada na noite da última quarta-feira, dia 2 de junho, através de comunicação verbal feita à diretoria da redação. VEJA volta a fazer parte, assim, da comunidade de jornais e revistas sem censura deste país — uma situação que, na verdade, nunca chegou a viver plenamente, ou por largos períodos de tempo. Estes dois últimos anos, de fato, foram apenas a fase mais recente da longa história de restrições à liberdade de expressão que VEJA vem suportando praticamente desde seu aparecimento, em setembro de 1968.

Em dezembro daquele ano, na semana seguinte à edição do Ato Institucional n.º 5, a censura estreou em VEJA e, desde então, fomos submetidos a um convívio quase permanente com os controles e as limitações, sob as mais variadas formas. Alternadamente, durante períodos de duração irregular, tivemos censores presentes à redação, ou então comunicados das autoridades proibindo a publicação deste ou daquele assunto, ou, ainda, o envio de todo o material da revista para exame prévio dos censores. Esta era a modalidade da última fase da censura, encerrada na semana passada.

Ao longo desse processo, obviamente, VEJA sofreu todo o tipo de prejuízos, alguns deles devastadores. Trabalhos inteiros foram cortados sem deixar qualquer traço. Outros foram mutilados tão severamente que acabaram perdendo todo seu sentido. Outros mais foram desfigurados, através de cortes aqui e ali, de sua qualidade ou de seu interesse. Em termos numéricos, e só nesta última fase, foram cortadas de VEJA mais de 10 000 linhas de textos. Sessenta reportagens desapareceram, cortadas na íntegra, bem como 64 ilustrações. Em seu lugar, nos últimos tempos, o leitor se acostumou a

ver o anúncio com a árvore de onze folhas da Editora Abril — única e silenciosa forma de VEJA expressar o que lhe ocorria.

A partir de agora, e enquanto VEJA estiver sem censura prévia, as árvores ficarão de fora. Esta deveria, naturalmente, ser uma situação permanente, e aplicada a todos os órgãos de imprensa ainda sob censura. Afinal, a livre circulação de informações e de idéias é, obrigatoriamente, um dos pressupostos para uma sociedade mais justa — e se esse o grande projeto nacional, se o superior objetivo do país é aperfeiçoar progressivamente suas relações sociais, então a liberdade de expressão não pode ser considerada um bem acessório nem um prêmio que se dá ou que se tira. A responsabilidade de um órgão de imprensa sem censura, evidentemente, é sempre muito maior — e nem se pode cogitar, de qualquer forma, do exercício irresponsável da liberdade. A livre expressão é a regra — e, se alguém a usa mal, que seja punido especificamente, e dentro da lei, por aquilo que fez.

VEJA, além disso, tem a absoluta certeza de ter sido sempre responsável, com ou sem censura, em cada uma de suas 405 semanas de existência, e continuará sendo assim. O objetivo desta revista é apresentar a cada número o melhor trabalho que for possível fazer — e, para isso, nossos únicos pontos de referência são a qualidade profissional e a honestidade ao apresentar os fatos. VEJA, agora como antes, não é um órgão de oposição ou interessado em contestar nem se considera portadora de qualquer missão ideológica, e tampouco é um escrivão de relações públicas. Estamos aqui apenas para fazer jornalismo, e só entendemos jornalismo como uma atividade responsável, decente e profissional. Isso é tudo, e não há nada além disso.

J.R.G./S.P.

CAPA: Fotolib.

Índice

INTERNACIONAL 28
AMBIENTE 46
ARTE 106
BRASIL 20
CARTAS 10
CIDADES 54
CINEMA 67
DATAS 81
ECONOMIA E NEGÓCIOS 84
EDUCAÇÃO 51
ENTREVISTA 3
ESPORTE 76
GENTE 80
HUMOR 14
INVESTIMENTOS 96
LITERATURA 111
MEDICINA 64
MÚSICA 102
SHOW 101
TEATRO 104
TELEVISÃO 72
TRANSITO 60
VIDA MODERNA 83



# Carta ao leitor

Pela primeira vez em mais de dois anos, VEJA chega às mãos de seus leitores, neste número 405, como sempre deveria ter chegado: sem censura prévia por parte das autoridades. Aplicada desde 15 de maio de 1974, na edição de número 297, a censura foi levantada na noite da última quarta-feira, dia 2 de junho, através de comunicação verbal feita à diretoria da redação. VEJA volta a fazer parte, assim, da comunidade de jornais e revistas sem censura deste país — uma situação que, na verdade, nunca chegou a viver plenamente, ou por longos períodos de tempo. Estes dois últimos anos, de fato, foram apenas a fase mais recente da longa história de restrições à liberdade de expressão que VEJA vem suportando praticamente desde seu aparecimento, em setembro de 1968.

Em dezembro daquele ano, na semana seguinte à edição do Ato Institucional n.º 5, a censura estreou em VEJA e, desde então, fomos submetidos a um convívio quase permanente com os controles e as limitações, sob as mais variadas formas. Alternadamente, durante períodos de duração irregular, tivemos censores presentes à redação, ou então comunicados das autoridades proibindo a publicação deste ou daquele assunto, ou, ainda, o envio de todo o material da revista para exame prévio dos censores. Esta era a modalidade da última fase da censura, encerrada na semana passada.

Ao longo desse processo, obviamente, VEJA sofreu todo o tipo de prejuízos, alguns deles devastadores. Trabalhos inteiros foram cortados sem deixar qualquer traço. Outros foram mutilados tão severamente que acabaram perdendo todo seu sentido. Outros mais foram destituídos, através de cortes aqui e ali, de sua qualidade ou de seu interesse. Em termos numéricos, e só nesta última fase, foram cortadas de VEJA mais de 10 000 linhas de textos. Sessenta reportagens desapareceram, cortadas na íntegra, bem como 64 ilustrações. Em seu lugar, nos últimos tempos, o leitor se acostumou a

ver o anúncio com a árvore de onze folhas da Editora Abril — única e silenciosa forma de VEJA expressar o que lhe ocorria.

A partir de agora, e enquanto VEJA estiver sem censura prévia, as árvores ficarão de fora. Esta deveria, naturalmente, ser uma situação permanente, e aplicada a todos os órgãos de imprensa ainda sob censura. Afinal, a livre circulação de informações e de idéias é, obrigatoriamente, um dos pressupostos para uma sociedade mais justa — e se esse o grande projeto nacional, se o superior objetivo do país é aperfeiçoar progressivamente suas relações sociais, então a liberdade de expressão não pode ser considerada um bem acessório nem um prêmio que se dá ou que se tira. A responsabilidade de um órgão de imprensa sem censura, evidentemente, é sempre muito maior — e nem se pode cogitar, de qualquer forma, do exercício irresponsável da liberdade. A livre expressão é a regra — e, se alguém a usa mal, que seja punido especificamente, e dentro da lei, por aquilo que fez.

VEJA, além disso, tem a absoluta certeza de ter sido sempre responsável, com ou sem censura, em cada uma de suas 405 semanas de existência, e continuará sendo assim. O objetivo desta revista é apresentar a cada número o melhor trabalho que for possível fazer — e, para isso, nossos únicos pontos de referência são a qualidade profissional e a honestidade ao apresentar os fatos. VEJA, agora como antes, não é um órgão de oposição ou interessado em contestar nem se considera portadora de qualquer missão ideológica, e tampouco é um escritório de relações públicas. Estamos aqui apenas para fazer jornalismo, e só entendemos jornalismo como uma atividade responsável, decente e profissional. Isso é tudo, e não há nada além disso.

J.R.G/S.P.

CAPA: Fotolib.

**Anexo 7**  
**Revista *Veja***  
**12/11/1975**  
**Pág. 24**

## Nada como aprender à sombra de uma árvore.

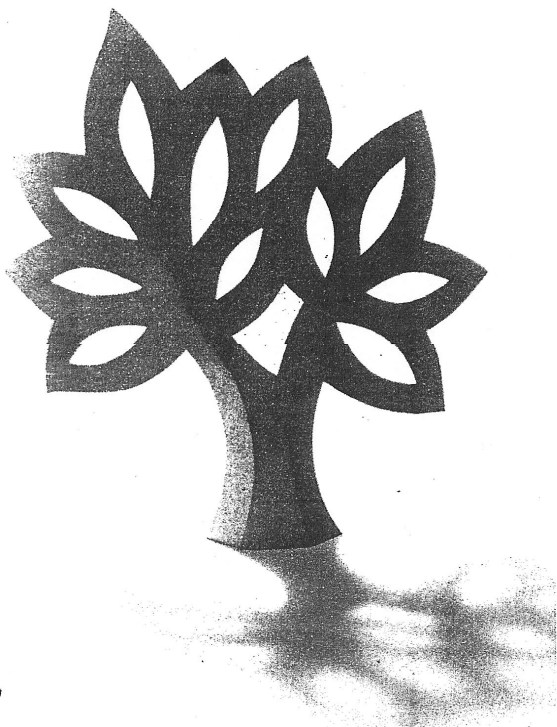
Hoje alguns milhões a mais de pessoas podem ler esta revista. E nós nos orgulhamos disso.

A Abril tem uma Divisão inteira que só cuida de Educação. Ela edita livros e manuais de alfabetização e educação continuada, livros didáticos, fascículos para acompanhamento de cursos através de televisão e rádio.

Nesta Divisão são feitas cartilhas especiais para educar o agricultor ou para ensinar a muita gente como prevenir-se de doenças. A Abril está trabalhando para transformar aquelas cansativas lições do passado em material de ensino atualizado, atraente, bonito e interessante. E, além disso, a um preço acessível para todos.

Plantamos nossa árvorezinha com muito entusiasmo e confiança. Ela cresceu e floresceu. O campo da Educação não era tão árido como muitos pensavam. Mas, ainda não é tempo de descansar. Muitos milhões de pessoas ainda não podem ler esta mensagem.

Por isso, estamos plantando mais e mais árvores, para que - à sombra delas - todos possam aprender.



170

## HISTÓRIA

### Trinta anos depois

No dia 29 de outubro de 1945, o ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, foi surpreendido pela notícia de que seu amigo João Alberto Lins de Barros seria substituído na chefia da polícia do Distrito Federal por Benjamim Vargas, irmão mais novo do presidente Getúlio Vargas. O ditador, pressionado pelas repercussões do fim da guerra, na qual fora derrotado o nazismo, concordara em convocar eleições para escolha de seu sucessor. Mas parecia agora tramar novo golpe, que tornaria possível atender ao apelo lançado às ruas pelo aventureiro político Hugo Borghi com a ajuda do Partido Comunista: "Constituinte com Getúlio".

A primeira reação de Góis Monteiro foi demitir-se do Ministério. No entanto, numa reunião de generais no Palácio da Guerra, presentes também o general Eurico Gaspar Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes, candidatos já lançados à presidência da República, decidiu-se que a demissão deveria acontecer em outra área. Enviado ao Palácio do Catete como emissário dos chefes militares, o general Oswaldo Cordeiro de Farias, recém-chegado da Itália, onde participara da vitoriosa campanha da FEB, foi seco na sua comunicação a Vargas: "Vossa Excelência está deposto". O ditador ganhou 48 horas para preparar a saída, mas diante da conformada resignação de sua esposa, dona Darci ("Foi melhor assim: você poderá tratar de sua saúde, eu cuidarei dos meus netos"), fez uma última observação, antes de ir dormir: "Eu não queria sair assim".

**Contradição** — As desesperadas manobras políticas de última hora indicavam que dificilmente o desfecho do episódio poderia ter sido diferente. Em 1937, acenando simultaneamente com as ameaças da esquerda e da direita, Vargas denunciara os riscos da campanha eleitoral em curso para escolha de seu sucessor, e desfechou o golpe do Estado Novo. Como justificativa, apresentou-se ao país um plano comunista de tomada do poder — o lendário Plano Cohen, simples hipótese de trabalho preparada no Estado-Maior do Exército para estudo de reações adequadas.

O Estado Novo foi assim implantado no momento em que as idéias totalitárias tomavam conta do poder em vários países europeus. Mas essa escalada duraria pouco, contida pela guerra na qual o Brasil, por força de contingências geográficas, mas também por inequívocas pressões da opinião pública, engajou-se ao lado das democracias. A contradição, no entanto, era por demais evidente para passar despercebida. E

VEJA, 12 DE NOVEMBRO, 1975